

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	11
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	12
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	14
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	15
3.7 - Nível de Endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras Informações Relevantes	18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	21
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	62
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	65
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	71
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	73
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	74
4.7 - Outras Contingências Relevantes	75

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	76
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	77
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	88
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	90
5.4 - Programa de Integridade	93
5.5 - Alterações significativas	98
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	99
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	100
6.3 - Breve Histórico	101
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	103
6.6 - Outras Informações Relevantes	104
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	105
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	118
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	119
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	122
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	133
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	135
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	147
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	149
7.8 - Políticas Socioambientais	150
7.9 - Outras Informações Relevantes	151
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	152
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	153

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	154
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	155
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	156
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	157
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	158
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	175
9.2 - Outras Informações Relevantes	176
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	177
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	200
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	202
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	203
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	205
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	207
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	208
10.8 - Plano de Negócios	209
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	211
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	233
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	234
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	235
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	249
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	255
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	260

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	261
12.7/8 - Composição Dos Comitês	266
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	272
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	273
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	274
12.12 - Outras informações relevantes	275

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	277
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	287
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	291
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	294
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	295
13.6 - Opções em Aberto	296
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	297
13.8 - Precificação Das Ações/opções	298
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	299
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	300
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	301
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	302
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	303
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	304
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	305
13.16 - Outras Informações Relevantes	306

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	312
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	313
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	314
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	315
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	316
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	319
15.3 - Distribuição de Capital	321
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	322
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	323
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	325
15.7 - Principais Operações Societárias	326
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	328
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	329
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	332
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	334
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	337
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	338
17.2 - Aumentos do Capital Social	339
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	340
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	341
17.5 - Outras Informações Relevantes	342
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	343

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	344
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	346
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	347
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	348
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	349
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	350
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	351
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	352
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	353
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	354
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	355
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	356

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	357
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	358
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	359

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	360
20.2 - Outras Informações Relevantes	362

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	363
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	364
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	365
21.4 - Outras Informações Relevantes	366

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Renato Jordão da Silva

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Raimar Schoeninger

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 - Declaração do Diretor Presidente

Eu, **Carlos Raimar Schoeninger**, brasileiro, administrador de empresas, casado, inscrito no CPF/ME sob o nº 556.488.439-68 e no documento de identidade nº 34.615.082-6, com domicílio e residência na Rua Doutor Ricardo Benetton Martins, nº 1.000, Bairro Polo II de Alta Tecnologia, CEP 13086-510, na qualidade de Diretor Presidente da **Padtec Holding S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, na Rua Doutor Ricardo Benetton Martins, nº 1.000, Bairro Polo II de Alta Tecnologia, CEP 13086-510, inscrita no CNPJ/ME sob nº 02.365.069/0001-44 ("Companhia") declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

CARLOS RAIMAR
SCHOENINGER:556
48843968

Assinado de forma digital por
CARLOS RAIMAR
SCHOENINGER:55648843968
Dados: 2021.04.06 15:56:44
-03'00'

Carlos Raimar Schoeninger
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **Renato Jordão da Silva**, brasileiro, engenheiro, casado, inscrito no CPF/ME sob o nº 260.814.958-84 e no documento de identidade nº 22.130.765-5, com domicílio e residência na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins nº 1.000, Parque II do Polo de Tecnologia, CEP 13086-510, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **Padtec Holding S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, na Rua Doutor Ricardo Benetton Martins, nº 1.000, Bairro Polo II de Alta Tecnologia, CEP 13086-510, inscrita no CNPJ/ME sob nº 02.365.069/0001-44 ("Companhia") declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

RENATO JORDAO
DA

SILVA:26081495884

Assinado de forma digital
por RENATO JORDAO DA
SILVA:26081495884

Dados: 2021.04.06
16:03:08 -03'00'

Renato Jordão da Silva

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores já se encontram descritas nos itens 1.1. e 1.2 acima.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Grant Thornton Auditores Independentes
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Data Início	22/03/2016
Descrição do serviço contratado	Auditoria anual e trimestral da Padtec Holding S.A. e de suas controladas, inclusive a Padtec S.A. referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração paga pela Companhia aos auditores independentes relativa à prestação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras no exercício social de 2020 foi de R\$ 326.000,00.
Justificativa da substituição	Exigência de Rotatividade de Auditores Independentes
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Ana Cristina Linhares Areosa	22/03/2016	013.083.117-45	Av. Voluntários da Pátria, 89 1º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22270-000, Telefone (21) 35299150, Fax (21) 35299150, e-mail: ana.areosa@br.gt.com
Élica Daniela da Silva Martins	21/05/2020	212.989.758-40	Av. José de Souza Campos, 507, 5o andar, Cambuí, Campinas, SP, Brasil, CEP 13025-320, Telefone (019) 20421036, e-mail: elica.martins@br.gt.com
Marcio Rômulo Pereira	17/05/2017	719.037.987-87	Av. Voluntários da Pátria, 89 1º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22270-000, Telefone (21) 35299150, Fax (21) 35299150, e-mail: marcio.romulo@br.gt.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0018-60
Data Início	21/01/2021
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria da Padtec Holding S.A. e da Padtec S.A. do exercício social de 2021 e revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria de revisão da Padtec Holding S.A.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 230.000,00 relativo aos serviços de auditoria no exercício social de 2021.
Justificativa da substituição	A mudança de auditores independentes se deu em razão do término do contrato de prestação de serviços celebrado com a Grant Thornton após cinco anos de contrato conforme boa pratica de mercado. A Companhia informa, ainda, que obteve a devida anuência da Grant Thornton com relação à mudança acima mencionada.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Paulo de Tarso Pereira Jr.	22/01/2021	212.515.168-58	Av. John Dalton, 301 – Techno Park, Techno Plaza Corporate, Ed 2, 1º and, bl B, Campinas, Campinas, SP, Brasil, CEP 13069-330, Telefone (19) 35783245, e-mail: ptarso@deloitte.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes que não estejam descritas neste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	103.012.000,00	18.348.000,00	13.295.000,00
Ativo Total	376.604.000,00	63.671.000,00	64.151.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	169.293.000,00	0,00	0,00
Resultado Bruto	61.679.000,00	0,00	0,00
Resultado Líquido	17.211.000,00	5.439.000,00	11.302.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	78.449.779	16.343.566	16.343.566
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,313000	1,123000	0,814000
Resultado Básico por Ação	0,219000	0,333000	0,692000
Resultado Diluído por Ação	0,22	0,33	0,69

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Seguem abaixo as definições das medidas não contábeis utilizadas pela Companhia:

EBITDA

O “EBITDA” (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o “LAJIDA” (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012, que consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. Nesse sentido, a análise do resultado operacional através do EBITDA tem o benefício de anular o efeito de ganhos ou perdas não operacionais gerados por transações financeiras ou do pagamento de impostos.

A geração de caixa consolidada estimada pelo EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e, por isso, não deverá ser considerada como uma medida alternativa para o lucro (prejuízo) líquido, como um indicador isolado de desempenho operacional ou como uma alternativa para o fluxo de caixa ou como fonte de liquidez.

Os números de EBITDA demonstrados a seguir refletem a situação contábil da Padtec Holding (antiga Ideiasnet), e assim consideram no ano de 2020, 6 (seis) meses da então Ideiasnet como acionista da Padtec e 6 (seis) meses com a incorporação das ações da Padtec S.A. pela Padtec Holding (antiga Ideiasnet), ocorrida em 01 de junho de 2020. Para melhor entendimento da Companhia, avaliar o item 3.9 que trata dos números combinados da Companhia, que incluem informações da Patec S.A. desde 01 de janeiro de 2018.

Medições não contábeis (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
EBITDA	24.920	3.893	9.594

3.2 - Medições Não Contábeis

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias consolidadas revisadas

Reconciliação do resultado líquido consolidado para o EBITDA:

Medições não contábeis (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Resultado Líquido Consolidado	17.211	5.439	11.302
(-) Depreciação e Amortização	(7.163)	(3)	(20)
(-) Resultado Financeiro	(356)	(1.071)	498
(-) IRPJ e CSLL	(190)	2.620	1.230
(=) EBITDA Consolidado	24.920	3.893	9.594

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é um indicador complementar na avaliação do seu desempenho operacional e que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias.

O EBITDA é um indicador utilizado como medida do desempenho da Companhia, motivo pelo qual a administração entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita que o EBITDA é medida prática para aferir seu desempenho operacional e sua condição financeira, tendo em vista que não são considerados para o seu cálculo o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os custos e as despesas com depreciação e amortização.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Após as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, não houve nenhum evento subsequente.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício.</p> <p>Após as deduções legais, o saldo remanescente do lucro líquido será destinado à criação de uma reserva estatutária de investimento, a qual não deverá exceder 80% (oitenta por cento) do capital social. A reserva estatutária de investimento terá por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício.</p> <p>Após as deduções legais, o saldo remanescente do lucro líquido será destinado à criação de uma reserva estatutária de investimento, a qual não deverá exceder 80% (oitenta por cento) do capital social. A reserva estatutária de investimento terá por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício.</p> <p>Após as deduções legais, o saldo remanescente do lucro líquido será destinado à criação de uma reserva estatutária de investimento, a qual não deverá exceder 80% (oitenta por cento) do capital social. A reserva estatutária de investimento terá por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$17.211 mil, o qual foi integralmente destinado para a redução da conta de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$5.439 mil, o qual foi integralmente destinado para a redução da conta de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R\$11.302 mil, o qual foi integralmente destinado para a redução da conta de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram 100% destinados para absorção de prejuízos de exercício anteriores.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram 100% destinados para absorção de prejuízos de exercício anteriores.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram 100% destinados para absorção de prejuízos de exercício anteriores.
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>Em 31 de dezembro de 2020, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a 25% do lucro líquido anual, caso, após apurado o resultado do exercício e deduzido eventuais prejuízos acumulados, fosse registrado lucro líquido. Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, não houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em virtude da alocação da totalidade do lucro líquido à absorção de prejuízos acumulados.</p> <p>Depois que o limite da reserva de investimentos for alcançado, o saldo deverá ser distribuído aos acionistas como um dividendo adicional.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2019, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a 25% do lucro líquido anual, caso, após apurado o resultado do exercício e deduzido eventuais prejuízos acumulados, fosse registrado lucro líquido. Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, não houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em virtude da alocação da totalidade do lucro líquido à absorção de prejuízos acumulados.</p> <p>Depois que o limite da reserva de investimentos for alcançado, o saldo deverá ser distribuído aos acionistas como um dividendo adicional.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2018, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a 25% do lucro líquido anual, caso, após apurado o resultado do exercício e deduzido eventuais prejuízos acumulados, fosse registrado lucro líquido. Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, não houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em virtude da alocação da totalidade do lucro líquido à absorção de prejuízos acumulados.</p> <p>Depois que o limite da reserva de investimentos for alcançado, o saldo deverá ser distribuído aos acionistas como um dividendo adicional.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Em 31 de dezembro de 2020, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.</p> <p>Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderá deliberar pela elaboração de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao de um exercício social completo e distribuir dividendos em função do lucro nelas apurado. Tais dividendos poderão ser considerados para o cômputo da distribuição de dividendos obrigatórios. Ademais, poderão, ainda por deliberação do Conselho de Administração, ser distribuídos dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2019, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.</p> <p>Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderá deliberar pela elaboração de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao de um exercício social completo e distribuir dividendos em função do lucro nelas apurado. Tais dividendos poderão ser considerados para o cômputo da distribuição de dividendos obrigatórios. Ademais, poderão, ainda por deliberação do Conselho de Administração, ser distribuídos dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.</p> <p>Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderá deliberar pela elaboração de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao de um exercício social completo e distribuir dividendos em função do lucro nelas apurado. Tais dividendos poderão ser considerados para o cômputo da distribuição de dividendos obrigatórios. Ademais, poderão, ainda por deliberação do Conselho de Administração, ser distribuídos dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não distribuiu dividendos nos três últimos exercícios sociais.

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Passivo Circulante + Passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido = 2,65592358

Passivo Circulante + Passivo não circulante dividido pelo ativo total = 0,72647130

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida	Garantia Real		8.000.000,00	32.000.000,00	0,00	0,00	40.000.000,00
Empréstimo	Garantia Real		11.151.000,00	19.072.000,00	5.804.000,00	7.405.000,00	43.432.000,00
Empréstimo	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Outras garantias ou privilégio	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida	Outras garantias ou privilégio	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			19.151.000,00	51.072.000,00	5.804.000,00	7.405.000,00	83.432.000,00

Observação

As informações desta tabela se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (preparada em IFRS). O montante total indicado acima corresponde à soma dos valores de: (i) empréstimos e financiamentos; (ii) debêntures. Para fins da tabela acima, foram considerados os prazos de vencimento das respectivas obrigações da Companhia.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Medições não contábeis combinadas do Grupo Padtec referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

EBITDA e Margem EBITDA

Seguem abaixo os valores combinados para EBITDA e Margem EBITDA do Grupo Padtec (formado pela Companhia, Padtec S.A. e suas filiais e sucursal na Argentina, Automatos Participações Ltda., Chanonceau Participações S.A., Padtec North America, LLC, Padtec Colombia S.A.S. e Padtec Chile SpA) nos três últimos exercícios sociais:

(R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de		
Medições não contábeis	2020	2019	2018
EBITDA	34.178	24.093	48.029
EBITDA Com AVP⁽¹⁾	34.178	24.093	55.799
EBITDA Gerencial (A) ⁽²⁾	26.756	116	30.257
Receita líquida do exercício (B)	247.712	220.804	229.384
Margem EBITDA (A/B)	10,80%	0,05%	13,19%

(1) O Ebitda com AVP considera os juros financeiros dos valores das operações de vendas trazidos a valor presente, utilizando taxas de mercado para o cálculo. A Companhia entende que essa cobrança de juros financeiros faz parte de sua atividade operacional.

(2) Não considera o efeito das vendas de plataformas tecnológicas realizadas em 2019 nem o estorno da provisão para contingências em 2018 no valor de R\$ 29,7 milhões, referente ao processo de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Conforme descrito no item 3.2 acima, o “EBITDA” (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o “LAJIDA” (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527, de 4 de outubro de 2012, que consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. Nesse sentido, a análise do resultado operacional através do EBITDA tem o benefício de anular o efeito de ganhos ou perdas não operacionais gerados por transações financeiras ou do pagamento de impostos.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida do exercício indicado.

3.9 - Outras Informações Relevantes

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. O Grupo Padtec utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, o Grupo Padtec não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Padtec S.A. pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA

Seguem abaixo os valores combinados para Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA do Grupo Padtec nos três últimos exercícios sociais:

(R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de		
Medições não contábeis	2020	2019	2018
EBITDA (A)	34.178	24.093	49.029
Dívida Líquida (B)	(1.565)	(18.578)	31.650
Dívida Líquida/EBITDA (A/B)	-2.183,9%	-129,69	151,75%

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, deduzidos do saldo de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras em garantia. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e nem para fins regulatórios, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Seguem abaixo as reconciliações do lucro líquido para o EBITDA, bem como o cálculo da Margem EBITDA:

Medições não contábeis (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
	16.293	11.703	33.315
Depreciação/Amortização	11.759	5.268	7.660
Resultado Financeiro	5.214	8.821	8.281
Imposto de Renda e Contribuição Social	912	(1.699)	(1.227)
(=) EBITDA	34.178	24.903	48.029
Ajuste a Valor Presente	-	692	7.770
(=) EBITDA Com AVP	34.178	24.785	55.799
Venda Plataforma Tecnológica/outros	(7.422)	(24.669)	(25.542)
(=) EBITDA Gerencial (A)	26.756	116	30.257
Receita Líquida do exercício (B)	247.712	220.804	229.384
Margem EBITDA (A/B)	10,80%	0,05%	13,19%

A tabela abaixo demonstra a reconciliação dos saldos de Dívida Líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2020, 2019 e 2018:

Medições não contábeis (em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Resultado Líquido Consolidado	16.293	11.703	33.315
Caixa e equivalentes de caixa	(64.680)	(49.606)	(45.497)
Aplicações financeiras em garantia	(19.395)	(14.787)	(11.456)
Empréstimos e Financiamento	43.432	45.815	88.603
Debêntures	39.078	-	-
(=) Dívida Líquida	(1.565)	(18.578)	31.650
Dívida líquida/EBITDA (em número de vezes)	(0,05)	(0,75)	0,66

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as respectivas notas explicativas, bem como os fatores de risco mencionados nesta seção “4.1 Fatores de Risco”.

Os negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes pela Companhia, na data deste Formulário de Referência, também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins desta seção “4.1 Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4.1 Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4.1 Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens. Outros riscos e fatores que não são atualmente do conhecimento da Companhia, ou que são considerados irrelevantes neste momento, também poderão afetar adversamente a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, cumpre ressaltar que a Companhia é uma *holding*, de modo que os riscos relatados abaixo estão relacionados tanto à Companhia quanto a suas subsidiárias, as quais efetivamente possuem atividades operacionais. Dessa forma, os riscos da Companhia sempre estiveram diretamente relacionados à sua própria atividade de investimentos e seus resultados podem ser fortemente impactados pelos riscos que influenciam suas sociedades investidas, especialmente a Padtec S.A.

(a) Riscos relacionados à Companhia

A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, deverá ser pago aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia. Na hipótese de ocorrência de qualquer um desses eventos, os titulares de ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Nesse sentido, a capacidade da Companhia em cumprir e executar sua estratégia de investimento, bem como a sua capacidade de pagar dividendos aos acionistas, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, dependem do fluxo de caixa e dos lucros das suas sociedades investidas e suas distribuições. Não se pode garantir a geração de lucros ou, na ocorrência destes, a distribuição de dividendos por parte de suas sociedades investidas. Não há, portanto, garantia de que tais recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o cumprimento de suas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos seus acionistas.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não distribuiu dividendos. A Companhia encerrou o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 com prejuízo acumulado de R\$83,3 milhões, que deverá ser compensado com eventuais lucros obtidos em exercícios futuros. Os resultados futuros estão sujeitos a expressiva flutuação em função de uma combinação de fatores, muitos dos quais alheios ao controle da Companhia e de suas investidas. Os resultados operacionais passados ou o crescimento recente da Companhia e de suas investidas não devem servir como um indicador de seu desempenho futuro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A implantação de políticas para redução de barreiras alfandegárias (impostos e processos) para produtos importados pode impactar os resultados da Companhia.

A Padtec S.A., principal controlada da Companhia, é uma empresa constituída no Brasil e regida pelas leis brasileiras, que desenvolve e produz seus produtos no Brasil. Parte dos componentes utilizados são importados, mas toda a tecnologia é desenvolvida no País e os produtos fabricados em suas instalações localizadas em Campinas-SP.

Eventual decisão do Governo Federal pela diminuição de impostos de importação de produtos similares aos produzidos e vendidos pela Companhia ou a adoção de quaisquer outras medidas similares que criem facilidades para a atuação dos competidores estrangeiros da Companhia no mercado nacional, como flexibilização de regras para concessão de *ex-tarifários*, poderão impactar negativamente as vendas, prejudicar a competitividade da Companhia e, conseqüentemente, os resultados financeiros.

O risco de autuações fiscais contra a Companhia e suas controladas pode impactar negativamente a reputação e resultados financeiros da Companhia.

Tendo em vista o ramo de atividade da Companhia e suas controladas, em especial a Padtec S.A., estas estão sujeitas a uma ampla e complexa regulamentação tributária nos âmbitos municipal, estadual e federal, as quais abrangem obrigações principais e acessórias. A interpretação ou execução equivocada de quaisquer desses dispositivos legais pode resultar em autuações fiscais relevantes para as sociedades do grupo.

Além disso, os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira ou por resultados desfavoráveis de contingências tributárias.

A legislação tributária brasileira é alterada regularmente pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Tais alterações incluem criação de novos tributos, alterações nas alíquotas e, por vezes, criação de tributos temporários destinados a determinados propósitos governamentais específicos, bem como alterações na interpretação de tal legislação por tribunais brasileiros. A Companhia não pode garantir que, diante de alterações que aumentem a carga tributária, será capaz de manter o preço de seus serviços, seu fluxo de caixa projetado ou sua lucratividade, o que poderá impactar negativamente os seus negócios.

A Companhia pode estar sujeita a fiscalizações das autoridades fiscais de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, assim como o uso de seus produtos ou serviços por seus clientes, são regidas por leis e regulamentações aplicáveis a negócios em geral. Adicionalmente, a Padtec S.A. é beneficiária de incentivos fiscais, especialmente da Lei 11.196/05 ("Lei do Bem") e da Lei 8.248/91 ("Lei da Informática", alterada pela Lei 13.969/19).

Dessa forma, desenquadramentos a quaisquer dos requisitos dos incentivos fiscais mencionados acima por parte da sua principal controlada pode levar à perda dos benefícios e a autuações por parte dos órgãos reguladores, o que pode impactar adversamente nossos negócios e resultados financeiros e operacionais.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é e pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, tributária, ambiental, e trabalhista, entre outros, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos interesses da Companhia poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios e resultados. O valor de provisões feitas pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima, o que poderá impactar ativos líquidos, tais como caixa e, no limite, a própria solvência da Companhia.

Da mesma forma, os membros do conselho de administração e da diretoria são e podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal e tributária, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia, o que poderia causar um efeito adverso relevante na reputação, nos negócios ou nos resultados da Companhia, direta ou indiretamente.

Além disso, a Companhia e seus representantes, conforme o caso, podem incorrer em custos com honorários advocatícios para o patrocínio desses processos, além de serem obrigados a oferecer garantias em juízo, o que poderá reduzir a liquidez e afetar a condição financeira da Companhia.

O eventual envolvimento em processos que causem dano à imagem da Companhia, ou decisões contrárias aos seus interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados, podem causar um efeito adverso relevante, inclusive reputacional.

Para mais informações acerca das ações judiciais promovidas contra a Companhia, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O desligamento ou perda dos serviços de pessoas estratégicas para a Companhia ou sua inability de atrair e manter outras pessoas estratégicas pode afetar adversamente os seus negócios.

O mercado em que a Companhia atua é competitivo e eventual inability da Companhia em atrair e manter funcionários e administradores em posições estratégicas, atrair novos talentos ou treiná-los adequadamente, ou manter a prestação de serviços de pessoas estratégicas poderão ter um efeito adverso para a Companhia.

Ainda, os executivos da Companhia participam ativamente da administração das demais empresas do Grupo Padtec. Dessa forma, a manutenção de tais administradores, bem como a identificação de executivos que agreguem o mesmo grau de experiência, relacionamento, e conhecimento do setor, é fundamental para a estratégia de crescimento da Companhia e das suas sociedades investidas, em especial a Padtec S.A. Caso haja a saída de um dos seus principais executivos e a Companhia não seja capaz de substituí-lo por outro de igual ou superior capacidade, os negócios e desempenho financeiro e operacional da Companhia poderão ser afetados adversamente.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desdobramentos futuros, incertos e imprevisíveis e que podem afetar material e adversamente os resultados e operações da Companhia, seus negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, incluindo as brasileiras, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo, conforme a localidade, quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo.

Nesse sentido, a pandemia afetou e pode, no futuro, também causar perturbações materiais nos negócios e operações da Companhia, como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques, absenteísmo do trabalhador como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa dos colaboradores da Companhia não puder comparecer ao local de trabalho por um período de tempo prolongado, as operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos operacionais da Companhia, incluindo, mas não limitado a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar sua capacidade de gerenciar e operar os negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Deve-se ter em conta que o alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia, bem como sobre o mercado de capitais e financeiro, depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração, nível de disseminação e gravidade da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil. Entre outros países, o Brasil tem enfrentado o surgimento de novas cepas do Sars-Cov-2, que tem ocasionado o aumento significativo no número de mortos e de infectados. Somado a isso, o atraso na vacinação no Brasil pode prolongar a pandemia e as medidas restritivas para contê-la no Brasil, com novos períodos de quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo.

Nesse cenário, a Companhia pode, também, enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar a manutenção dos índices financeiros da Companhia. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive fornecedores.

A Companhia acredita, ainda, que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas. Além disso, entre outros fatores, a recuperação econômica da economia brasileira também está relacionada ao sucesso das campanhas de vacinação contra o vírus COVID-19. A velocidade do governo brasileiro na aquisição de vacinas, bem como de insumos para a fabricação de vacinas, tem sido fortemente criticada no Brasil e no exterior.

Nesse sentido, não é possível prever quanto tempo levará a recuperação econômica e a confiança dos investidores para superar seus níveis atuais, pois dependem do desempenho e dos resultados a serem alcançados pelas políticas de saúde pública. A implementação ineficaz de tais políticas de saúde pública pode exacerbar outros riscos nesta seção e nos afetar negativamente. Nos últimos meses, surgiu uma nova variante do novo Coronavírus (COVID-19) e a quantidade de internações hospitalares tem aumentado, sendo que o número de mortes no Brasil ultrapassou a marca de 250 mil pessoas em março de 2021. Ainda, estados e cidades brasileiras estão retomando medidas restritivas, tais como proibição de atividades não essenciais e lockdown. Não podemos garantir que tais fatores não impactarão as condições financeiras e operacionais da Companhia.

Não há conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto. Para informações sobre o impacto da COVID-19 nas atividades da Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência. Até a presente data, não há informações adicionais disponíveis para que fosse possível realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto da COVID-19 nos negócios, além daquela apresentada no item 10.9, bem como não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Mesmo após a eventual diminuição da pandemia da COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em: (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores; e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes, o que pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

A Companhia pode não receber retornos significativos do investimento em pesquisa e desenvolvimento.

O investimento da Companhia no desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções, como tentativa de acompanhar a evolução tecnológica do mercado de telecomunicações (que tem ciclo de vida curto), por meio de pesquisas e fontes de ampliação de *know-how* tem um custo elevado e não há garantia de retorno financeiro. Além disso, soluções e produtos com lançamentos acelerados ou com ciclo de vida curto exigem altos níveis de gastos com pesquisa e desenvolvimento. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento da Companhia podem não ser eficientes e, portanto, não resultando em crescimento de receita, o que consequentemente pode resultar em um impacto adverso nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

A Companhia investe nos seus projetos de desenvolvimento (P&D) tendo como base projeções de demandas que podem ser imprecisas devido à volatilidade econômica e resultar em receitas abaixo do volume estimado.

Qualquer variação significativa no cenário econômico pode afetar a demanda e, portanto, as projeções realizadas pela Companhia podem se mostrar imprecisas.

Por exemplo, crises econômicas, inclusive recessões em razão da pandemia da COVID-19, podem restringir o crédito à população, e incertezas relacionadas com o nível de emprego podem resultar em atrasos na decisão de adquirir novos produtos ou serviços de telecomunicações, impactando diretamente na comercialização das soluções de transmissão óptica flexíveis fornecidas pela Companhia. Como resultado, é possível que a Companhia faça projeções de demandas maiores do que o verificado na realidade, resultando em investimentos mais altos que o necessário, dada a demanda efetiva no respectivo tempo dos clientes que adquirem a sua infraestrutura e tecnologia. Nesse cenário, a Companhia pode não ter retorno suficiente para cobrir os seus investimentos, impactando negativamente o seu fluxo de caixa e receitas com vendas no geral, prejudicando o seu resultado financeiro.

Além disso, caso a Companhia faça projeções de demanda menores do que aquelas de fato verificadas pelo mercado, ela também pode ser prejudicada, uma vez que um aumento na demanda que não venha acompanhado de investimentos em infraestrutura suficientes pode resultar em perda da oportunidade de aumentar a receita da Companhia ou resultar na degradação da qualidade de seus produtos, com potencial impacto negativo reputacional e abertura para perda de clientes e entrada de novos concorrentes no mercado em que atua.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de comprovar sua titularidade/direito ou licença de uso sobre softwares, patentes, know-how, tecnologias e outros direitos de propriedade intelectual desenvolvidos internamente, hipótese em que a Companhia poderá ser impedida de continuar utilizando referidos softwares, sem prejuízo do pagamento de indenização por violação de propriedade intelectual, resultando em impactos adversos relevantes para suas atividades e para seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia desenvolveu internamente (e continua a fazê-lo), por meio de seus funcionários e de parcerias com terceiros, certos softwares, patentes, know-how, segredos industriais e de negócios, tecnologias e outros direitos de propriedade intelectual relevantes para suas atividades e seus negócios.

De acordo com a lei brasileira, pertencerão exclusivamente ao empregador/contratante os direitos de propriedade intelectual relativos aos trabalhos desenvolvidos durante a vigência de contrato de trabalho/prestação de serviços expressamente destinado à pesquisa e desenvolvimento, ou em que esta atividade do empregado/contratado esteja assim prevista, ou ainda, que decorra da própria natureza dos encargos concernentes a esses vínculos. Já em relação aos direitos de propriedade intelectual resultantes de parcerias com terceiros, a titularidade deve ser regulada em contrato.

Caso a Companhia não seja capaz de comprovar sua titularidade sobre os direitos de propriedade intelectual ou ainda que tem licença para o respectivo uso e/ou comercialização, poderá ser impedida de continuar utilizando e/ou explorando comercialmente referidos softwares, sem prejuízo do pagamento de indenização por violação de direitos de propriedade intelectual, o que poderá resultar em impactos adversos relevantes para suas atividades, seus negócios e seus resultados operacionais e financeiros.

Ainda, o uso inadequado dos produtos da Companhia ou as medidas tomadas para proteger sua propriedade intelectual, industrial ou autoral ou ainda a utilização de propriedade intelectual de terceiros por parceiros ou fornecedores da Companhia, sem autorização, podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas para que se procedam às devidas proteções, correções ou alterações para suas corretas utilização, podendo afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia utiliza algumas tecnologias de autoria e/ou coautoria de terceiros relevantes para suas atividades, com base em contratos de pesquisa e desenvolvimento e licenciamento de direitos de propriedade intelectual celebrados com referidos terceiros. A Companhia poderá não ser capaz de renovar ou manter em vigor referidos contratos de licenciamento, hipótese em que seria impedida de continuar utilizando tais tecnologias, resultando em impactos adversos relevantes para suas atividades.

A Companhia utiliza algumas tecnologias de autoria e/ou coautoria de terceiros relevantes para suas atividades, com base em contratos de pesquisa e desenvolvimento e licenciamento de direitos de propriedade intelectual celebrados com referidos terceiros. A Companhia poderá não ser capaz de renovar ou manter em vigor referidos contratos de licenciamento, hipótese em que seria impedida de continuar utilizando tais tecnologias, resultando em impactos adversos relevantes para suas atividades.

Tais contratos poderão ser suspensos ou rescindidos em caso de inadimplemento contratual pela Companhia (incluindo em caso de atrasos nos pagamentos), caso a Companhia não comunique alterações societárias ou mesmo de forma imotivada pela contraparte ou em função de fatores alheios à vontade das partes. A Companhia não pode assegurar que será capaz de substituir tecnologias em tempo hábil e sem grandes impactos às suas operações, de modo que o término da relação ou a rescisão de algum contrato relacionado à tecnologia estratégica, ainda que por fatores alheios à sua vontade, poderá resultar em impactos adversos relevantes nas atividades e nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

A estratégia de crescimento e de negócios da Companhia podem não ser executadas com sucesso, o que poderá afetar negativamente os planos da Companhia para aumentar a receita e a rentabilidade.

A estratégia de negócios da Companhia depende, dentre outros aspectos, da sua capacidade de realizar expansões na comercialização de seus produtos, bem como de oportunidades de expansão dos serviços em território nacional e internacional, fatores macroeconômicos favoráveis, acesso a financiamentos e empréstimos concedidos em condições atrativas e aumento do consumo dos produtos da Companhia. A Companhia não pode garantir que sua estratégia de negócios será integralmente implementada ou conduzida com êxito, o que poderá gerar um crescimento menor do que o esperado ou, ainda, incorrer em um aumento dos gastos operacionais, tendo como consequência a redução da margem de lucros da Companhia. Ainda, o eventual insucesso na execução de qualquer dos referidos objetivos poderá afetar negativamente os planos da Companhia para aumentar a receita e a rentabilidade, e consequentemente seus resultados e a cotação de suas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não conseguir identificar falhas no processo produtivo, podendo prejudicar a qualidade de seus produtos e, conseqüentemente, acarretar no aumento das despesas com assistência técnica.

Falhas na gestão de qualidade da Companhia, no processo de montagem e/ou nos componentes utilizados podem gerar a elevação do índice de falhas dentro do prazo de garantia e gerar um aumento das despesas com assistência técnica. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em conseqüências negativas, incluindo: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) desvio dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos produtos; (vii) possíveis ações indenizatórias; e (viii) problemas de reputação no mercado. Além disso, podem trazer como conseqüência um desabastecimento de peças para suprir os chamados de garantia, acarretando em atrasos no atendimento ao cliente e elevação dos custos com assistência técnica. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a reputação da Companhia, seus resultados e sua condição financeira.

Alguns dos contratos financeiros da Padtec S.A., principal controlada da Companhia, contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (cross default).

Alguns dos contratos financeiros da Padtec S.A., principal controlada da Companhia, contêm cláusulas de inadimplemento cruzado ou vencimento antecipado cruzado, que determinam que a ocorrência de um evento de inadimplemento sob dívidas da Companhia com a parte credora destes referidos contratos ou, em alguns casos, com quaisquer terceiros credores em quaisquer outros contratos financeiros, resultará em um evento de inadimplemento destes contratos e permitirá que tais credores declarem o vencimento antecipado destas dívidas. Desta forma, o vencimento antecipado de uma das dívidas da Companhia poderá acarretar o vencimento de outras dívidas, o que poderá afetar de forma adversa relevante o resultado operacional, a disponibilidade de caixa e o preço das ações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de obter ou manter o registro de suas marcas. A perda de alguma marca considerada estratégica poderá resultar em perda substancial de ativos e impactos adversos relevantes às atividades da Companhia e a seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia pode enfrentar dificuldades em seu processo de obtenção ou manutenção de registros e pedidos de registro de marca, tais como oposições, sobrestamentos, processos administrativos de nulidade, indeferimento, processos judiciais e/ou arbitragens. Caso não obtenha êxito na obtenção e/ou manutenção do registro de suas marcas, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos, o que poderá impactar adversamente seus negócios e resultados financeiros e operacionais.

A incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia ou a violação, pela Companhia, à propriedade intelectual de terceiros, podem ter impactos negativos no resultado operacional da Companhia.

O sucesso da Companhia depende, em parte, de sua capacidade de proteger e preservar seus ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual.

A Companhia acredita que suas marcas são ativos valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente, de forma adversa. Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”) e o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

Caso a Companhia não logre êxito em obter os registros pendentes, bem como proteger adequadamente seus ativos intangíveis, tal evento poderá gerar impactos adversos relevantes nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Adicionalmente, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados da Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia poderá não ser capaz de prevenir, identificar, analisar, quantificar, avaliar ou monitorar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e sobre a cotação de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentações que estabelecem regras de conduta, tais como as Lei n.º 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), à Lei n.º 9.613/1998 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), à Lei n.º 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), ao Decreto n.º 8.420/2015 ("Decreto Regulamentador da Lei Anticorrupção"), ao Decreto-Lei n.º 2.848/1940 ("Código Penal"), à Lei n.º 8.137/1990 ("Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária"), à Lei n.º 8.666/1993 ("Lei de Licitações"), assim como outras normas estrangeiras potencialmente aplicáveis, como o Foreign Corrupt Practices Act ("FCPA"), dos Estados Unidos, e o UK Bribery Act ("UKBA"), do Reino Unido. Os processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de prevenir, identificar, analisar, quantificar, avaliar ou monitorar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção, à Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro ou outras violações relacionadas a outras leis e regulamentos similares aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos ou desonestos por parte de administradores, funcionários ou terceiros atuando em nome, em interesse ou benefício da Companhia, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

A Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos à administração pública praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, podendo resultar, por exemplo, nas seguintes sanções: (i) multa no valor de até 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo; (ii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iii) obrigação de reparação de danos causados; (iv) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, e (v) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público. A Companhia poderá ainda, em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção de responsabilidade de sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciadas, vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa e/ou judicial, nas esferas cível e/ou penal, relacionados a atos que violem as leis aplicáveis, praticados contra a administração pública do Brasil ou do exterior, por administradores, funcionários ou terceiros que agem em nome, em interesse ou benefício da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa e civil, além de sanções às pessoas físicas responsáveis na esfera penal; (ii) perda de licenças operacionais; (iii) proibição ou suspensão de atividades; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; entre outras sanções e consequências. Por conseguinte, se a Companhia não for capaz de manter os processos de governança, gestão de riscos e compliance operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes e/ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha e/ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderão ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

Ademais, a Companhia também está sujeita ao risco reputacional decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de administradores, clientes, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral. Tal risco pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios ou seus usuários. Os danos à reputação da Companhia, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

Além disso, os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que foram utilizadas. Ainda, as informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Caso seus colaboradores ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais, violem leis e regulamentos aplicáveis ou as políticas internas em benefício ou no interesse da Companhia, esta pode ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em sanções que podem ter um efeito adverso relevante sobre sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados pode afetar adversamente a Companhia culminando em aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, e que entrarão em vigor a partir de 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD transformará a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada, criando um microssistema de regras que impactam todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais que permitem o tratamento de dados pessoais, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação, vazamentos de dados pessoais e as transferências de dados pessoais, inclusive internacionais, bem como as sanções a serem aplicadas em caso de descumprimento das suas disposições, além de autorizar a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”).

Atualmente, em razão da promulgação da Medida Provisória nº 959/2020, em abril de 2020, a entrada em vigor da LGPD está prevista para o dia 03 de maio de 2021, e a aplicabilidade de sanções administrativas estabelecidas na LGPD está prevista penalidades para o dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Neste cenário, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e, (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança. A partir de agosto de 2021, com a entrada em vigor das sanções da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, (vii) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração, (viii) multa diária, observado o limite total mencionado. Além disso, ela pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Nota-se que, em caso de insuficiência na prestação de informações sobre o tratamento conforme as exigências da LGPD, a Companhia também poderá sofrer sanções administrativas por órgãos e entidades de proteção de dados pessoais, defesa do consumidor e defesa do interesse público.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia e nossas subsidiárias, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar, de forma isolada ou cumulativa, advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 por infração, bem como multa diária, observado o limite global mencionado, implicando custos que podem ter um efeito adverso negativo à sua reputação e em seus resultados e, conseqüentemente, afetar o valor de suas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode precisar de recursos financeiros adicionais no futuro e poderá emitir novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação acionária. Adicionalmente, a diluição da participação pode ocorrer em caso de fusão, incorporação ou outra transação societária similar em relação às empresas que a Companhia possa adquirir no futuro.

A Companhia pode precisar de recursos financeiros adicionais no futuro e poderá lançar ofertas públicas ou privadas de ações ou de outros valores mobiliários de emissão da Companhia conversíveis em ações. Os recursos que a Companhia captar por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários convertidos em ações podem ser obtidos com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, incluindo investidores em ações, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, o que pode causar uma diluição de participação acionária. Além disso, a diluição de participação acionária poderá ocorrer em caso de fusão, incorporação ou qualquer outra transação societária similar em relação a empresas que a Companhia possa adquirir no futuro.

Necessidade de obtenção e/ou renovação de autorizações governamentais e licenças operacionais previamente ao exercício das atividades. A Companhia e/ou suas subsidiárias podem não ser capazes de obter e/ou renovar ou manter em vigor autorizações governamentais e licenças operacionais.

O funcionamento regular da fábrica, dos escritórios e dos centros de manutenção da Padtec S.A. depende de autorizações, licenças e alvarás para ocupação dos respectivos imóveis e funcionamento das operações. Os alvarás de funcionamento emitidos pelos Municípios locais e os certificados de segurança contra incêndio e pânico emitidos pelos corpos de bombeiros de cada Estado possuem prazos de validade e requisitos de manutenção e devem ser renovados de tempos em tempos e/ou atualizados sempre que necessário, com ou sem o pagamento de taxas. Parte dos certificados de segurança contra incêndio e pânico e uma pequena parte das licenças de funcionamento relativas aos imóveis ocupados pela Companhia, suas filiais e/ou subsidiárias não estão válidas. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos governamentais ou de eventual dificuldade da Companhia em fornecer documentos relativos aos imóveis, a Padtec S.A. pode não ser capaz de obter/manter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva.

A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá, caso a caso (i) resultar em autos de infração; (ii) sujeitar ao pagamento de multas; (iii) impedir a Companhia de abrir e operar seus estabelecimentos; (iv) resultar na interdição ou fechamento de seus estabelecimentos; e (v) expor a Padtec S.A. a riscos adicionais no caso de acidentes de segurança e proteção ou evento similar e afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente.

A estratégia de negócios da Padtec S.A. poderá ser afetada caso tenha que suspender ou fechar algum de seus estabelecimentos em consequência da incapacidade de obter ou renovar as licenças ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto estiver com uma licença pendente, o que, conseqüentemente, poderá impactar adversamente a Companhia, seus negócios, atividades e resultados financeiros e operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Companhia podem resultar em danos financeiros e à sua reputação. Interrupções significativas ou violações na segurança das plataformas virtuais da Companhia ou em seus sistemas de tecnologia da informação podem afetar adversamente seus negócios.

A Companhia opera em um ambiente com risco de incidentes de segurança cibernética, resultantes de eventos não intencionais ou ataques deliberados de terceiros, que podem envolver métodos de ataques sofisticados com objetivo de acesso não autorizado às redes e sistemas de tecnologia de dados da Companhia, a dados confidenciais de clientes da Companhia, a manipulação ou destruição de dados, podendo causar a interrupção dos serviços da Companhia.

Ainda, as operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação, que é importante ferramenta de administração dos recursos e controle de seus ativos tangíveis e intangíveis relevantes. Caso estes sistemas tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis e/ou da manutenção ou renovação dos contratos de licenciamento, a Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com o incidente e pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados, bem como impactar negativamente sua reputação e as interações com concorrentes e terceiros, incluindo organizações governamentais e órgãos reguladores, fornecedores e outros.

Adicionalmente, as plataformas virtuais e sistemas de tecnologia da informação da Companhia são suscetíveis a danos causados por interrupções ou desligamentos devido a quedas de energia, falhas de hardware, falhas estruturais ou operacionais, vírus de computador, ataques de hackers, problemas diversos de segurança de dados, falhas de telecomunicações, erro do usuário, fraudes, catástrofes, atualizações indevidas ou inesperadas de sistema ou software, problemas na integração ou migração, ou outros eventos imprevistos. Violações ou interrupções das plataformas virtuais ou sistemas de tecnologia da informação da Companhia, violações de informações confidenciais, corrupção de dados ou outros problemas de segurança de dados podem afetar negativamente as marcas da Companhia, sua reputação, relacionamento com clientes ou parceiros de negócios ou a percepção dos consumidores ou investidores em relação à Companhia, bem como de seus negócios e produtos.

Falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar a performance, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, perdas de dado ou incapacidade de aceitar e completar ordens. Os sistemas de back-up para determinados aspectos das operações da Companhia não são totalmente redundantes e o plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Quaisquer falhas ou problemas podem, no futuro, afetar adversamente o número de clientes. Fatores que poderiam ocorrer e prejudicar significativamente as operações, incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas, cibernéticos e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas em nos sistemas de computadores e data centers da Companhia. Além disso, quaisquer interrupções que afetem o site da Companhia também poderiam causar danos à sua reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades. Atualmente, a Companhia não possui seguros de interrupção de negócios contratados para compensação por perdas que possam ocorrer como resultado de quaisquer desses eventos. Assim, os resultados de operações da Companhia podem ser negativamente afetados caso qualquer das interrupções descritas acima ocorra, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados, bem como impactar negativamente sua reputação e as interações com concorrentes e terceiros, incluindo organizações governamentais e órgãos reguladores, fornecedores e outros.

A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento de software.

A Companhia poderá não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento dos softwares por ela utilizados. Tais contratos poderão ser suspensos ou rescindidos em caso de inadimplemento contratual pela Companhia (incluindo em caso de atrasos nos pagamentos), ou mesmo de forma imotivada pelo fornecedor ou em função de fatores alheios à vontade das partes, hipótese em que a Companhia ficará impedida de continuar utilizando referidos softwares por outros com o mesmo padrão de qualidade e performance. A Companhia não pode assegurar que será capaz de substituir tais softwares em tempo hábil e sem grandes impactos às suas operações, visto que referidos softwares sustentam uma grande quantidade de informações e processos, de modo que o término ou rescisão de algum contrato de licenciamento de software, ainda que por fatores alheios à sua vontade, poderá resultar em impactos adversos relevantes nas atividades e nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Incêndios, inundações ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar as instalações e a estrutura de custos da Companhia, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incêndios, inundações, danos causados por desastres naturais ou de origem humana, danos ambientais e outras condições imprevistas ou imprevisíveis podem causar danos significativos às atividades da Companhia, danificar ou destruir as suas instalações e propriedades e causar custos adicionais. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica nas instalações da Companhia podem implicar aumentos significativos nos custos. A ocorrência de tais eventualidades pode causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, a Companhia não pode garantir ao investidor que os seguros contratados contra tais eventos serão adequados para cobrir integralmente todos os riscos potenciais ao nosso negócio. Qualquer dano ambiental verificado nas instalações da Companhia pode também resultar em obrigação de indenização, bem como enfrentar eventuais questionamentos no âmbito administrativo e judicial, com a possibilidade de arbitramento de multas e até mesmo interrupção de operações. A ocorrência de qualquer dos eventos acima pode reduzir significativamente a produtividade e a rentabilidade de uma unidade de produção específica e afetar adversamente a Companhia, podendo, inclusive, acarretar em danos à reputação e prejudicar o relacionamento com clientes.

A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais.

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices estarão disponíveis ou serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às suas atividades (como riscos de engenharia, responsabilidade cível, incêndio, quedas, entre outros). Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Uma eventual falha da Companhia em pagar esses prêmios no futuro, cumulada com a ocorrência de um sinistro, poderia colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Ademais, a Companhia poderá ser obrigada ao pagamento de multas e outras penalidades em caso de atraso na entrega das unidades comercializadas, penalidades que não se encontram cobertas pelas suas apólices de seguro.

Adicionalmente, não há como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, a Companhia conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis para si. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices contratadas pela Companhia ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente seus negócios ou sua condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e/ou suas subsidiárias podem não ser capazes de renovar ou manter em vigor os contratos de locação dos imóveis onde estão localizadas a sua sede e suas filiais ou podem ser obrigadas a alterar a localização de algum de seus imóveis.

Na data deste Formulário de Referência, a fábrica da Padtec S.A. (em Campinas/SP) e outras quatro filiais estão localizadas em imóveis de terceiros, sendo o imóvel da sede da Padtec S.A. de propriedade do acionista controlador, de modo que a Padtec S.A. não possui propriedade desses imóveis, apenas posse direta por meio de contratos de locação.

A locação de parte dos imóveis ocupados pela Companhia está vigente por prazo indeterminado, tendo em vista que o prazo locatício previsto no próprio contrato já venceu, o que poderá acarretar a desocupação do imóvel, caso não haja acordo para renovação do respectivo prazo locatício e o locador deseje reaver o imóvel. Desta forma, nos casos de unidades operando em imóveis cujo contrato de locação vigora por prazo indeterminado, o locador poderá rescindir o contrato mediante notificação ao locatário com 30 (trinta) dias de antecedência para desocupação, livre de quaisquer penalidades ou indenizações. A descontinuidade da atividade em determinado imóvel, em razão do término da vigência da locação pode causar efeitos negativos às atividades da Companhia e aos seus resultados.

A Companhia não possui os seus contratos de locação registrados e averbados e pode não conseguir registrá-los e averbá-los nas respectivas matrículas dos imóveis. Em caso de venda do imóvel a terceiros, a Companhia pode precisar desocupar o imóvel em 90 (noventa) dias, independentemente do prazo locatício, caso o comprador não deseje continuar a locação. Ainda, caso o direito de preferência da Companhia para adquirir o imóvel não seja ofertado na forma da Lei de Locações, a Companhia não poderá adjudicar o imóvel para si, cabendo apenas o pleito de perdas e danos contra o locador.

Ainda, se os respectivos contratos de locação forem extintos e não for possível renová-los ou se a renovação implicar em condições desfavoráveis aos seus interesses, a Padtec S.A. poderá ser obrigada a alterar a localização desse estabelecimento e poderá não ser capaz de localizar imóveis adequados para alocação de suas atividades, o que poderia levar a uma interrupção em suas operações e um aumento no valor do aluguel dos imóveis que a Companhia loca também pode afetá-la negativamente. Além disso, se decidir fechar qualquer uma de suas unidades, localizadas em imóveis locados, antes do fim do prazo contratual da locação, poderá ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. A necessidade de mobilização da fábrica para outro imóvel em termos menos favoráveis do que os atuais, poderá reduzir a rentabilidade e afetar suas receitas operacionais, especialmente em razão do benefício fiscal relativo ao ISS, concedido por decreto municipal a empresas com sede no Polo de Alta Tecnologia de Campinas. Os valores envolvidos poderiam, no total, afetar adversamente a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(b) Riscos relacionados aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

Os interesses de eventuais acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os interesses de eventuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos acionistas da Companhia, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os eventuais acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que possam ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que possam não resultar em melhorias nos resultados operacionais, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

Após a conclusão da oferta com esforços restritos de colocação de ações de emissão da Companhia, não existirá um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais de 50% do capital votante, o que pode deixar a Companhia susceptível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um controlador ou grupo de controle titular de mais de 50% de nosso capital votante, o que pode impactar negativamente a reputação e resultados operacionais da Companhia.

Após a conclusão da oferta de esforços restritos de colocação de ações de emissão da Companhia, caso a mesma seja concluída, a Companhia não terá um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta do capital social votante. É possível, dessa forma, que se formem alianças ou acordos de votos entre os acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de se ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e esse passe a deter o poder decisório da Companhia, as políticas corporativas e as estratégias podem sofrer mudanças repentinas e inesperadas, incluindo, mas não se limitando, à substituição dos seus administradores.

Além disso, a Companhia pode ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações poderá não ser atingido. Nesse caso, a Companhia e os acionistas minoritários poderão não gozar da mesma proteção conferida pela lei contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, a Companhia pode ter dificuldade em obter a reparação dos danos sofridos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer mudança repentina ou inesperada no quadro de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, bem como a ocorrência do vencimento antecipado de dívidas ou a rescisão de contratos por clientes, pode afetar adversamente a Companhia, que poderá sofrer com alterações de governança e operacionais repentinas, com potencial perda de eficiência de suas atividades e organização, além de possíveis perdas financeiras e problemas de liquidez na hipótese de vencimento antecipado de dívidas.

(c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

A administração da Companhia não vislumbra nenhum risco relevante que possa advir de seus acionistas, que sejam capazes de influenciar, de modo relevante, a decisão de investimento por parte desses acionistas ou potenciais acionistas.

(d) Riscos relacionados às controladas e coligadas da Companhia

Os resultados da Companhia dependem dos recursos disponibilizados por suas subsidiárias, e a Companhia não pode assegurar que estes recursos serão disponibilizados.

A Companhia controla ou participa indiretamente do capital de outras sociedades do setor de alta tecnologia. A capacidade de cumprimento de suas obrigações financeiras e de pagamento de dividendos aos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros de suas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros. Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados para a Companhia ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras e o pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

Os resultados da Companhia dependem dos recursos disponibilizados por suas subsidiárias, e não podemos assegurar que estes recursos nos serão disponibilizados no momento necessário ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações da Companhia.

A Companhia é uma holding que controla ou participa indiretamente do capital de outras sociedades do setor de alta tecnologia. Nossa capacidade de cumprirmos com nossas obrigações financeiras e de pagarmos dividendos aos nossos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros provenientes das nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros a nós. Não há garantia de que tais recursos nos serão disponibilizados no momento necessário ou que serão suficientes para o cumprimento das nossas obrigações financeiras e o pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

Os demais riscos relacionados às controladas da Companhia estão listados no item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

Certos insumos-chave estão sujeitos a riscos relacionados à importação e a Companhia adquire outros insumos-chave de um número limitado de fornecedores domésticos e internacionais, o que pode limitar a capacidade da Companhia de adquirir tais insumos de forma oportuna e dentro do orçamento aprovado.

O elevado crescimento do mercado de telecomunicações pode resultar em impactos no fornecimento limitado de equipamentos essenciais para a fabricação dos produtos ofertados pela Companhia. A alta da demanda e a limitada quantidade de fornecedores, a maioria estrangeiro, pode ocasionar alguns riscos:

- vulnerabilidade às flutuações cambiais nos casos em que os insumos são importados e pagos com dólares norte-americanos, euros ou outra moeda estrangeira;
- dificuldades em gerenciar inventário devido a uma incapacidade de prever com precisão a disponibilidade e o *lead-time* de certos insumos; e
- a imposição de direitos aduaneiros ou outros direitos sobre insumos-chave que são importados.

Se algum desses riscos se concretizar, eles podem resultar na incapacidade da Companhia de fornecer soluções aos clientes em tempo hábil ou podem afetar os preços dos produtos da Companhia, que podem ter um efeito adverso sobre o negócio, a situação financeira e os resultados das operações da Companhia.

As companhias do setor de telecomunicações, incluindo as que oferecem equipamentos de infraestrutura, como no caso da Companhia, dependem de vários fornecedores de tecnologia, equipamentos e serviços. Qualquer dificuldade em obter tais produtos ou serviços decorrentes de pouca oferta, demanda excessiva das empresas mundiais de telecomunicações, descontinuidade das operações de um ou mais fornecedores importantes, restrição ao uso de tecnologia específica, problemas de fornecimento devido a situações adversas, entre outros, podem comprometer os planos de expansão da Companhia, ou prejudicar a continuidade de seus produtos e soluções, afetando negativamente seus negócios, condição financeira e resultado operacional. Além disso, alguns fornecedores de equipamentos do setor de telecomunicações estão sediados em outros países, de forma que problemas na economia ou política daqueles países podem afetar os negócios, condição financeira e resultado operacional da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia possui importantes parceiros cuja substituição exigiria um grau de investimento e de complexidade de homologação elevado, o que demandaria tempo e recursos da Companhia, podendo resultar em impactos adversos relevantes para suas operações e resultados financeiros.

A Companhia possui uma lista de mais de 100 fornecedores de material produtivo ativos, entre os quais alguns se destacam por apresentar um valor agregado significativo em seus produtos. Grande parte desse valor agregado está diretamente relacionado ao alto grau de complexidade envolvido na produção, testes de qualidade e tecnologia empenhada. Levando-se em conta a tecnologia e nível de confiança requerida pelo mercado em que a Companhia atua, a disponibilidade de fornecimento se restringe significativamente, tendo em vista que os níveis de confiabilidade e qualidade desses itens precisam ser elevados. Considerando esse cenário, a Companhia possui hoje cinco importantes fornecedores de material produtivo cuja substituição exigiria um grau de investimento elevado, principalmente em engenharia, para readequar nossos equipamentos. Assim, a substituição de um desses parceiros requereria um grau de complexidade de homologação elevado, o que demandaria tempo e recursos da Companhia, podendo resultar em impactos adversos relevantes para suas operações e resultados financeiros. Para os serviços operacionais, a Companhia possui uma lista de 428 fornecedores ativos, sendo alguns desses serviços classificados como estratégicos, pois as execuções das atividades operacionais também requerem um grau importante de qualidade e nível de atendimento elevado.

A perda de fornecedores estratégicos pode afetar as atividades da Companhia, que poderá não conseguir substituí-los com a rapidez necessária, ocasionando atrasos na entrega de produtos e serviços aos seus clientes. Nesse caso, a Companhia poderá ser parte de eventuais impasses com referidos clientes e incorrer em perdas financeiras como resultado de uma possível diminuição de receita com as vendas de produtos e serviços, além de sofrer prejuízos com o possível aumento de custo de seus produtos e na prestação de serviços tendo em vista a necessidade de substituição desses fornecedores estratégicos.

A Companhia vale-se de mão de obra terceirizada para desenvolver suas atividades e com isso pode ser compelida a assumir obrigações imprevistas de natureza trabalhista e previdenciária.

A Companhia e suas subsidiárias se valem de mão-de-obra terceirizada para desenvolver suas atividades, em especial da contratação de empresas serviços de logística e transporte; com isso, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, podem ser obrigadas a assumir contingências de natureza trabalhista e previdenciária, bem como a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumprir com suas respectivas obrigações, independentemente de ser assegurado à Companhia e suas subsidiárias o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A Companhia pode, por sua vez, vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas às suas subsidiárias, independentemente de ser assegurado a ela e às suas subsidiárias o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. Tais contingências são de difícil previsão e quantificação, e caso ocorram poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode figurar como responsável solidária por eventuais danos ambientais causados por seus fornecedores.

Na esfera cível, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental (incluindo nossos parceiros e/ou sócios), independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia. Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos empreendimentos e atividades da Companhia, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pela contratada. Caso a Companhia seja responsabilizada por esses eventuais danos, seus resultados poderão ser adversamente afetados.

(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

O longo prazo para recebimento ou a inadimplência de clientes da Companhia e suas subsidiárias pode afetar significativamente a sua capacidade de pagamento.

A nossa controlada Padtec S.A. atua como avalista em determinados contratos de financiamento para seus clientes junto a instituições financeiras, e assim, corre o risco de sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro de antecipação falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais. Isso porque a Companhia assume os riscos de inadimplência de seus clientes, que podem ser afetados pelo desempenho da economia, alta de juros e risco de crédito, o que impacta diretamente nos recebíveis da Companhia. Portanto, caso o cliente venha a se tornar inadimplente, não se pode garantir que a Companhia será capaz de reaver o valor total do saldo devedor de qualquer contrato no qual tenha sido avalista, o que poderia ocasionar um efeito material adverso na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais. Adicionalmente, desequilíbrios entre custo e vencimento de empréstimos e financiamentos captados no mercado contra recursos a receber dos clientes poderão afetar de forma negativa e substancial seus resultados.

A Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos em que incorre, incluindo os aumentos de preços de fornecedores.

Os custos da Companhia também são afetados pelo preço pago pelos produtos e serviços oferecidos pelos fornecedores. E as receitas oriundas dos contratos firmados com clientes não são necessariamente ajustadas pelos mesmos índices pelos quais são ajustados os contratos com os fornecedores. Se os custos aumentarem e a Companhia não for capaz de repassar esses acréscimos para os clientes, a Companhia terá que absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Percentual relevante das receitas da Companhia advém de certos clientes estratégicos, de modo que o término das relações comerciais com referidos clientes impactará de forma relevante os resultados da Companhia.

Cerca de 42% das receitas da Companhia advém de certos clientes estratégicos. A Companhia poderá não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos celebrados com referidos clientes, visto que tais contratos poderão ser rescindidos em caso de inadimplemento contratual pela Companhia, ou mesmo de forma imotivada pelos clientes ou em função de fatores alheios à vontade das partes. Adicionalmente, em caso de expiração dos prazos de vigência de referidos contratos, a Companhia não pode garantir que será capaz de renová-los e/ou que as condições jurídicas e comerciais hoje vigentes serão mantidas.

O término das relações contratuais com clientes estratégicos poderá resultar em impactos adversos relevantes nas atividades e em nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(g) Riscos relacionados ao setor em que atua

A incapacidade da Companhia e de suas controladas de realizarem investimentos necessários para manter o ciclo tecnológico inerente às suas áreas de atuação e de se manter atualizadas frente às inovações do mercado podem afetar negativamente os seus resultados operacionais da Companhia.

O plano de negócios da Companhia se concentra em desenvolver soluções ópticas com alta base tecnológica, de modo que, caso não consiga se manter atualizada frente às inovações de modelos tecnológicos e de negócios, poderá sofrer impactos negativos.

Nesse sentido, a continuidade da Companhia depende de sua capacidade de (i) obter recursos suficientes para financiamento das suas atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novas tecnologias, (ii) desenvolver produtos com a utilização de novas tecnologias ou atualizar tecnologicamente seus produtos no tempo exigido pelo mercado, (iii) comercializar seus produtos a preços competitivos comparativamente a seus concorrentes nacionais e internacionais, (iv) expandir suas atividades para o mercado externo de forma significativa, e (v) realizar vendas em volume suficiente para garantir o retorno dos recursos aplicados em P&D.

Caso a Companhia seja incapaz de introduzir produtos e serviços inovadores e tecnologicamente avançados em uma indústria caracterizada pela rápida obsolescência dos produtos, seu crescimento e seus esforços de manter sua lucratividade poderão ser afetados adversamente. O modelo de negócios da Companhia depende de sua capacidade de agilmente introduzir produtos com tecnologia adequados para o avanço do mercado de telecomunicações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Para ser bem-sucedida em sua estratégia de introduzir produtos e serviços inovadores em um mercado que se caracteriza por um curto ciclo de vida de seus produtos, resultante de rápidas mudanças na tecnologia e na preferência dos clientes, a Companhia depende de diversos fatores, tais como a disponibilidade de novos produtos, a disponibilidade de componentes inovadores para uso em seus produtos, um controle de qualidade eficaz, a agilidade para o lançamento de produtos e serviços, uma correta estimativa da demanda, o treinamento do pessoal de vendas e o entendimento das demandas dos clientes para que sejam desenvolvidas as soluções adequadas.

Nesse sentido, a Companhia poderá não ter acesso a novas tecnologias, ou ser bem sucedida na incorporação dessa nova tecnologia às suas soluções. Ademais, os padrões de protocolos de rede e internet, bem como os demais padrões adotados pelo setor de atuação da Companhia, estão sujeitos à rápida mudança e evolução constante, não podendo a Companhia garantir que os padrões adotados para desenvolver novas soluções serão ou permanecerão eficientes e/ou competitivos em seu mercado de atuação.

Ainda, a Companhia pode não ser capaz de captar recursos suficientes para financiamento das suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, desenvolver novas tecnologias, comercializar seus produtos de forma competitiva ou obter retorno para seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento, o que poderá vir a prejudicar a sua perenidade e a criação de valor para seus acionistas.

A concorrência nos mercados de atuação da Companhia (infraestrutura em telecomunicações) poderá se intensificar no futuro, inclusive oriunda de maior agressividade comercial dos concorrentes no seu principal mercado de atuação.

Os mercados para os produtos e serviços comercializados pela Companhia e suas subsidiárias são extremamente competitivos, não impondo qualquer barreira legal à entrada de novos *players*. Várias companhias estabelecidas e em fase de desenvolvimento investem recursos para desenvolver e lançar produtos que competirão com os da Padtec.

As disputas comerciais entre EUA e China podem direcionar concorrentes norte-americanos e chineses a aumentarem seu foco de atuação no mercado latino americano, podendo impactar as vendas da Padtec.

A Padtec pode não ser capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado, o que poderia prejudicar os seus negócios. A competição intensa ainda pode resultar em diminuição de preços e redução de margens. A Padtec pode não ser capaz de competir com seus concorrentes de forma eficaz.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se a Padtec não conseguir competir de maneira eficiente com os seus concorrentes atuais e futuros em seus diversos mercados de atuação, ou se os atuais e futuros concorrentes em tais mercados continuarem a expandir os seus modelos de negócios de modo agressivo, a investida poderá adotar medidas para combater tal concorrência, como, por exemplo, a redução dos preços dos produtos e serviços oferecidos, ou, ainda, experimentar atrasos e cancelamentos dos pedidos dos seus clientes. A Padtec não tem como garantir o crescimento dos mercados em que investe e, caso estes não cresçam conforme esperado, o seu negócio como um todo poderá ser afetado adversamente.

A capacidade atual da Padtec de prever o valor e a quantidade de pedidos é limitada e assim deve continuar, em virtude da dependência sobre as necessidades apresentadas pelos clientes. Dessa forma, é possível que a Padtec não seja capaz de reduzir suas despesas operacionais como proporção da sua receita para mitigar qualquer redução futura em suas margens brutas ou volume de vendas.

Se a Padtec não puder diminuir sua estrutura de custos em resposta à pressão imposta pela redução de preços causada pelo aumento de concorrência, os resultados e as operações da Companhia poderão ser adversamente afetados.

(h) Riscos relacionados à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

Determinados produtos e equipamentos ofertados pelas subsidiárias da Companhia estão sujeitos a homologação perante a ANATEL, de modo que eventuais alterações regulatórias podem colocar em risco a homologação desses determinados produtos.

Os produtos e equipamentos da Companhia ofertados a empresas prestadoras de serviços regulados podem estar sujeitos à homologação perante a ANATEL, nos termos da Resolução nº 715/2019. Considerando que o quadro regulatório envolvendo o setor de telecomunicações encontra-se, de modo geral, em revisão, é possível que determinadas alterações regulatórias implementadas pela ANATEL venham a impactar as atividades da Companhia, ainda que indiretamente, no que diz respeito à conformidade de seus produtos com padrões de homologação e certificações da ANATEL. A Companhia não tem como prever alterações regulatórias que possam prejudicar a homologação de seus produtos, de modo que eventuais entraves na comercialização podem causar impactos financeiros negativos para a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros em que a Companhia atua

As condições políticas e econômicas nos países em que as controladas da Companhia operam podem afetar negativamente seus negócios.

Algumas controladas da Companhia realizam vendas no exterior, de modo que a Companhia fica exposta aos riscos relacionados às mudanças nas condições sociais, políticas e econômicas, incluindo a inflação, inerente às operações no exterior, o que pode afetar adversamente seu negócio, condição financeira e resultados operacionais. As mudanças nas leis e políticas que governam o investimento estrangeiro e as vendas nos países em que a Companhia opera, a hiperinflação, a depreciação da moeda, os controles de câmbio, as mudanças nos hábitos de compra do consumidor, incluindo mudanças nos canais de compras, também podem ter um efeito adverso sobre os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita ao cumprimento das leis dos países em que realiza vendas e pode ser parte em processos judiciais ou administrativos com potencial de causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação e regulação dos países em que realiza vendas de equipamentos, podendo, inclusive, ser parte em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, tributária e trabalhista perante autoridades estrangeiras, entre outros, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos interesses da Companhia poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de projetos conforme inicialmente planejado, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios e resultados. O eventual envolvimento em processos que causem dano à imagem da Companhia, ou decisões contrárias aos seus interesses, incluindo decisões que impeçam a realização de suas vendas, podem causar um efeito adverso relevante, inclusive reputacional.

As controladas da Companhia que realizam vendas no exterior estão sujeitas a leis tributárias de várias jurisdições, sendo que a interpretação de tais leis está sujeita à contestação por autoridades governamentais relevantes.

As controladas da Companhia que realizam vendas no exterior estão sujeitas a leis e regulamentos tributários no Brasil, na Argentina, na Colômbia e em outras jurisdições nas quais operam. Tais leis e regulamentos são complexos e, assim sendo, a Companhia e as subsidiárias serão obrigadas a fazer julgamentos e interpretações sobre as suas aplicações. A interpretação da Companhia e a aplicação dessas leis e regulamentos pode ser contestada por autoridades governamentais relevantes, o que pode resultar em processos, ações ou sanções administrativas ou judiciais no Brasil ou no exterior, que podem vir a ter um efeito material relevante sobre a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

A Companhia está sujeita a ampla regulamentação ambiental.

As atividades fabris da Companhia no Brasil estão sujeitas às leis e aos regulamentos federais, estaduais e municipais de proteção ambiental que impõem diversas obrigações, como requisitos de licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas, entre outros. A Companhia está sujeita, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades para verificação do cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, a Companhia pode não conseguir obter, renovar ou manter em vigor as licenças ambientais necessárias ao regular funcionamento dos estabelecimentos em que mantém operações e nos quais são desenvolvidas atividade consideradas potencialmente poluidoras. Além disso, o cenário de pandemia da COVID-19 pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para renovação das licenças.

O não cumprimento de tais leis e regulamentos pode sujeitar o infrator a multas administrativas, interrupção obrigatória de atividades, embargo do estabelecimento e sanções penais, além da obrigação de correção dos danos e pagamento de indenização por danos ambientais e de terceiros, sem limites. Além disso, o direito ambiental brasileiro adota um sistema de responsabilidade objetiva solidária por danos ambientais, o que torna o poluidor responsável mesmo nos casos em que não seja negligente, podendo a Companhia se tornar solidariamente responsável pelas obrigações de eventuais terceiros contratados. Se a Companhia ou suas subsidiárias se tornarem sujeitos a passivos ambientais, quaisquer custos que possam incorrer para corrigir possíveis danos ambientais conduziram a uma redução dos recursos financeiros da Companhia, causando assim um impacto adverso nos negócios, condição financeira e resultados das operações da Companhia.

À medida que as leis ambientais e sua aplicação se tornam cada vez mais rigorosas, as despesas com o cumprimento dos requisitos ambientais também poderão aumentar. Além disso, a possível implementação de novos regulamentos, mudanças nos regulamentos existentes ou a adoção de outras medidas podem fazer com que a quantidade e a frequência de gastos com preservação ambiental variem significativamente em comparação com as estimativas atuais ou custos históricos. Quaisquer despesas futuras não planejadas podem afetar substancial e/ou negativamente os negócios, condições financeiras e resultados das operações da Companhia.

(k) Riscos relacionados a fatores macroeconômicos

O mercado brasileiro de valores mobiliários é conhecido por sua volatilidade e baixa liquidez, o que pode restringir substancialmente a capacidade dos investidores de negociar ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e na ocasião que desejarem.

O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e, geralmente, mais volátil do que alguns mercados internacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil (considerados, em geral, de natureza mais especulativa), envolve maior risco em comparação a outros mercados mais desenvolvidos, que possuem condições políticas e econômicas mais estáveis. E, por isso, esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

Em 31 de janeiro de 2021, o valor total de capitalização das companhias listadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”) correspondia a aproximadamente R\$5,0 trilhões, segundo informações da própria B3, e as dez maiores companhias listadas representavam aproximadamente 33,9% da capitalização de mercado total de todas as companhias listadas na B3. Ainda segundo a B3, foram realizados em seu pregão durante o ano de 2020, 843,2 milhões de negócios, frente aos 394,3 milhões registrados no ano anterior.

Essas características dos mercados de capitais emergentes, particularmente o brasileiro, onde as ações da Companhia são negociadas, poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de negociar as ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, resultando em um maior grau de risco para os investidores. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá ser negativamente impactado.

A contínua instabilidade política afetou adversamente a economia brasileira, o que pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas da Companhia. A economia local foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetam a confiança dos investidores e do público em geral, impactando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas nacionais. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto, fortes oscilações do real em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e redução na confiança do consumidor. Esse cenário pode se intensificar com a eleição presidencial brasileira a ser realizada em outubro de 2022.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial *impeachment*, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em negócios da Companhia. A recente troca de comando na Petrobras pelo presidente Jair Bolsonaro também impactou o mercado de modo negativo com forte queda das ações negociadas na B3, uma resposta adversa ao potencial risco de ingerência do presidente nos preços dos combustíveis.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação das suas ações. Não é possível prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Recentemente, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou todas as condenações impostas pela Justiça Federal do Paraná ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava Jato, a qual investiga diversos esquemas de corrupção. Com a decisão, o ex-presidente recuperou os direitos políticos e se tornou elegível. A instabilidade das condenações no âmbito da Operação Lava Jato e as incertezas políticas podem afetar adversamente o mercado e o grau de confiança, afastando potenciais investidores no Brasil, de modo que a Companhia não pode prever se novas anulações poderão causar mais instabilidade política e econômica no país. Esse cenário pode se intensificar com a eleição presidencial brasileira a ser realizada em outubro de 2022.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações negociadas na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia de COVID-19, pode afetar negativamente a economia brasileira e, por sua vez, levar a uma menor atividade comercial e de consumo, bem como a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou ao aumento da taxa doméstica de juros ou ao aumento do nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de *default* de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, a pandemia do COVID-19 adicionou uma nova fonte de incerteza à atividade econômica global. Autoridades em todo o mundo, tomaram medidas para tentar conter a propagação da doença, uma vez que o vírus se espalhou globalmente. As restrições provavelmente permanecerão vigentes, suprimindo a atividade caso o contágio não diminua. A materialização desses riscos afetou o crescimento global e pode diminuir o interesse dos investidores em ativos do Brasil e de outros países em que operamos, afetando adversamente o preço de mercado de nossos valores mobiliários, o que possivelmente dificulta o nosso acesso ao mercado de capitais e, como consequência, ao financiamento das nossas operações no futuro.

A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Adicionalmente estamos sujeitos a impactos decorrentes da tensão política entre os Estados Unidos, China, Rússia, Irã e Iraque, bem como demais conflitos correlatos no Oriente Médio. Caso haja uma escalada nas tensões e sanções entre os Estados Unidos, Rússia, Irã, Iraque, e possivelmente, países europeus, o preço do petróleo poderá aumentar, afetando assim o mercado de *commodities* e de energia no Brasil e no mundo, o que poderá elevar os custos operacionais da Companhia e as despesas dos consumidores e, portanto, afetar adversamente os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando diretamente o mercado de ações.

Também, desde dezembro de 2019, a COVID-19 disseminou-se globalmente. Esse evento causou e deve continuar a causar disrupção da atividade econômica regional e global, o que afetou e pode continuar a afetar a nossa Companhia adversamente. A extensão dos efeitos da pandemia causada pelo novo coronavírus e/ou outras doenças sobre a crise global dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que podem surgir a respeito de novas ações para conter ou remediar seus efeitos.

Além disso, em janeiro de 2021, Joe Biden tomou posse como presidente dos Estados Unidos. Não podemos prever os efeitos do mandato de Joe Biden ou de suas políticas. O presidente dos Estados Unidos tem considerável poder na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito material adverso na economia global e na estabilidade política global. Não podemos garantir que o novo governo norte-americano adotará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e o investimento doméstico e estrangeiro, o que pode ter um efeito adverso significativo nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a nossa Companhia, e nos valores mobiliários de emissores brasileiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

As classificações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos nas emissões de dívida nos mercados financeiros. As agências de classificação de risco avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, considerando uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, endividamento e a perspectiva de mudança nesses fatores.

O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

- Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu *rating* para BB com uma perspectiva estável, o que foi reafirmado em fevereiro de 2019, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais daquele ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor's revisou a classificação de crédito do Brasil para BB-negativo com perspectiva estável.
- Em abril de 2018, a Moody's manteve o *rating* de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo. Em maio de 2020, a agência manteve o *rating* com perspectiva de estabilidade.
- Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. O *rating* BB negativo de risco de crédito soberano do Brasil foi reafirmado em maio de 2019 e em maio de 2020, quando citou a deterioração do cenário econômico e fiscal brasileiro e o agravamento dos riscos para ambas as dimensões, dada a renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia COVID-19.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro tem apresentado altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto (PIB), flutuações significativas do real em relação ao dólar norte-americano, aumento do nível de desemprego e redução dos níveis das despesas e da confiança do consumidor.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de *rating* acima mencionadas. Conseqüentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que as agências de classificação de risco manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer rebaixamento nas classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia e afetando adversamente sua classificação.

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e a países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de *commodities*, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários locais, incluindo os de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das suas ações. A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil, cujos impactos decorrentes podem consequentemente afetar os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira.

As taxas de inflação foram de 23,14% em 2020, 7,30% em 2019 e 7,54% em 2018, conforme medida pelo IGP-M, enquanto o IPCA fechou os anos de 2020, 2019 e 2018 com 4,5173%, 4,3060% e 3,7455%, respectivamente. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária, ou COPOM, ajustou as taxas de juros oficiais em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. Mais recentemente, o COPOM reduziu as taxas de juros oficiais, que atingiram mínimas históricas, fechando no ano de 2020 com 2%. Em março de 2021, essas taxas voltaram a subir para 2,75%. Não é possível garantir que as taxas de juros permanecerão, no futuro, nos níveis baixos atuais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar seus custos e reduzir suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia e de suas controladas.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, bem como por ciclos econômicos instáveis. Neste sentido, o Governo Federal tem frequentemente modificado as políticas monetárias, de crédito, fiscal, entre outras para influenciar a condução da economia do Brasil.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar o País no futuro pode contribuir para a incerteza econômica e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras, incluindo a Companhia.

As condições políticas e econômicas afetam diretamente nossos negócios e podem resultar em um efeito adverso relevante para nós. As políticas macroeconômicas impostas pelo governo brasileiro podem ter um impacto significativo nas empresas brasileiras, inclusive sobre nós, bem como as condições de mercado e os preços dos valores mobiliários no Brasil.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A economia brasileira tem sido caracterizada por intervenções frequentes e eventualmente significativas pelo governo brasileiro e por ciclos econômicas instáveis. O governo brasileiro tem frequentemente modificado políticas monetárias, tributárias, de crédito e outras políticas para influenciar o curso da economia brasileira. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação por vezes envolveu controles de salários e de preços, bloqueio de acesso a contas bancárias, imposição de controles de câmbio, controles de entrada e saída de capital e limites de importações e exportações.

Nós não podemos controlar ou prever se o governo brasileiro atual implementará mudanças nas políticas existentes ou o impacto que essas mudanças possam ter em nossos negócios. Nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira e perspectivas, bem como o valor de mercado de nossos valores mobiliários, podem ser afetados adversamente por mudanças em políticas públicas, sejam federais, estaduais ou municipais, que afetem:

- a inflação;
- oscilações nas taxas de câmbio;
- controles e restrições de câmbio em remessas para o exterior, como as impostas em 1989 e no início de 1990;
- taxas de juros e políticas monetárias;
- controles de importação e exportação;
- liquidez de capital nacional, crédito e mercados financeiros;
- expansão ou contração da economia brasileira, medida por taxas de crescimento do produto interno bruto, ou PIB;
- aumento na taxa de desemprego;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados;
- políticas sanitárias decorrentes de pandemias, como a atual decorrente da COVID-19;
- racionamento de energia;
- políticas fiscais; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

Políticas e medidas públicas para combater a inflação, juntamente com a especulação pública sobre essas políticas e medidas, muitas vezes tiveram efeitos adversos na economia brasileira, contribuíram para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade nos mercados de capitais. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação muitas vezes envolveram controles de preços e salários, desvalorizações da moeda, limites de capital, limites sobre importações e outras ações. Por exemplo, a deterioração dos resultados fiscais a nível federal, estadual e municipal em anos recentes levou a um aumento sem precedente da dívida bruta assim como da razão entre a dívida bruta e o PIB, que fez com que o Brasil perdesse o seu grau de investimento concedido por agências de *rating*, diminuindo o influxo de capital estrangeiro e contribuindo para um menor nível de atividade econômica. Nesse ambiente, o governo pode ter dificuldade em honrar seu compromisso de transferir a nós parcelas de crédito deduzidas dos salários de funcionários, o que aumentaria nosso provisionamento para crédito no geral.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A incerteza sobre a implementação pelo governo federal de mudanças na política ou na regulamentação que afeta esses ou outros fatores no futuro pode afetar o desempenho econômico e contribuir para a incerteza econômica no Brasil, o que pode ter um efeito adverso para nós. Não podemos prever as medidas que o governo federal brasileiro adotará em virtude de pressões macroeconômicas crescentes ou por outro motivo. A instabilidade econômica e política recente levou a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de capitais brasileiros e os valores mobiliários emitidos pelas empresas com operações principalmente no Brasil, o que também poderá nos afetar adversamente. Esses fatores são compostos na medida em que o Brasil emerge de uma recessão prolongada após um período de lenta recuperação, com apenas um pequeno crescimento no PIB em 2018 e 2017. Além disso, em 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro venceu as eleições presidenciais. Não podemos prever as políticas ou regulamentos que o presidente do Brasil poderá adotar ou modificar durante o seu mandato.

Desvalorizações do real em relação ao dólar norte-americano podem ter um efeito adverso sobre o crescimento da economia brasileira como um todo e prejudicar a condição financeira da Companhia e os resultados de suas operações.

O real flutuou significativamente em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, mini desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de venda do dólar norte-americano era de R\$ 3,308 para US\$ 1,00. Em 2018 e 2019, o real se desvalorizou em relação ao dólar norte-americano e a taxa de venda do dólar norte-americano foi de R\$ 3,8748 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 4,0307 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado pela Banco Central. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de venda do dólar norte-americano era de R\$ 5,1961 para US\$ 1,00, conforme informado pelo Banco Central, representando uma desvalorização de 29,33% do real em relação ao dólar norte-americano no período de findo em 31 de dezembro de 2020.

Não é possível prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio, retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso sobre a Companhia. A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, a desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano cria pressões inflacionárias no Brasil e pode causar aumento nas taxas de juros, o que, por sua vez, afeta negativamente o crescimento da economia brasileira de modo geral e prejudica tanto a situação financeira da Companhia como seus resultados operacionais, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais. Além disso, a desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano poderia, como ocorre no contexto da desaceleração da atividade econômica, levar à redução do consumo, piorar a balança comercial brasileira, bem como reduzir o crescimento baseado nas exportações.

Não é possível prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e a Companhia pode ser adversamente afetados por essas políticas.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países da União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3 – Bolsa, Brasil, Balcão, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes, bem como conflitos referentes a relacionamentos comerciais entre países, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e no momento desejados poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações da Companhia poderão prejudicar o valor de negociação das ações da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros, compreendendo, principalmente, risco de capital, risco de taxa de juros, de taxa de câmbio, de crédito e de liquidez, conforme destacados abaixo.

Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa ou contrapartes de seus instrumentos financeiros, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas a tais riscos em suas atividades operacionais (principalmente em relação às contas a receber de clientes) e de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, derivativos e outros instrumentos financeiros, o que pode afetar negativamente as operações, condição financeira e resultados. As receitas da Companhia decorrem das vendas, para os mercados interno e externo, de seus produtos e soluções para o setor de telecomunicações, as quais são liquidadas, em geral, por transferências bancárias e estão sujeitas a capacidade de pagamento de tais clientes.

Caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe ao cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, de vendas recorrentes e aplicações financeiras, a Companhia poderá sofrer prejuízo financeiro.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com suas obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, empréstimos e financiamentos, salários, provisões e encargos sociais a recolher e outros passivos.

A capacidade da Companhia de honrar seus compromissos depende da previsibilidade do seu capital de giro, além da manutenção de sua estrutura de capital em termos compatíveis com a realidade atual do país.

A tabela a seguir apresenta os compromissos financeiros que podem impactar a liquidez da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. Os valores divulgados são projetados pela inflação e consideram juros até o vencimento.

	Consolidado			
	Valor Contábil	Até 1 ano	1-2 anos	2-20 anos
Caixa e equivalentes de caixa	64.680	64.680	-	-
Aplicações financeiras em garantia	19.395	19.395	-	-
Contas a receber de clientes	102.673	100.296	2.377	-
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	(3.357)	(2.733)	(624)	-
Empréstimos e financiamentos	(43.432)	(11.151)	(11.380)	(20.901)
Debêntures	(39.078)	(7.765)	(10.438)	(20.875)
Fornecedores	(55.832)	(55.832)	-	-
Risco sacado	(1.971)	(1.971)	-	-
Total	43.078	104.919	(20.065)	(41.776)

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional da Companhia. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). As moedas nas quais as transações da Companhia são primariamente denominadas são R\$ e Dólar norte-americano (USD). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam 5,6% do total de contas a receber e 77,1% do total de fornecedores em moeda estrangeira, conforme tabela abaixo:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/20		31/12/19	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Ativos				
Contas a receber de clientes	18.232	3.508	-	-
Passivos				
Fornecedores	(43.031)	(8.280)	-	-
Total	(24.799)	(4.722)	-	-

Ainda, o quadro abaixo apresenta a sensibilidade sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira e o seu impacto no resultado da Companhia em um cenário onde a cotação varia em até 50%, abaixo e acima da cotação oficial em 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado		
	Valor provável	Acréscimo 25%	Acréscimo 50%
Taxa de câmbio			
Contas a receber de clientes	18.232	4.558	9.116
Fornecedores	(43.031)	(10.758)	(21.516)
Impacto no resultado		(6.200)	(12.400)

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de taxa de juros, uma vez que possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda local e sujeitos às flutuações dos índices previstos nos referidos contratos que formalizaram tais operações, principalmente da Taxa DI (CDI) e da Taxa Referencial (TR). A Companhia e suas controladas estão também expostas a flutuações das taxas de juros quanto ao saldo de suas aplicações financeiras, pela variação da Taxa DI.

A Companhia e suas controladas poderão incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros indicadas acima que impactem seus fluxos de caixa e aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, que reduzam o ganho com suas aplicações financeiras ou que impactem a demanda por seus produtos.

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas totalizavam R\$43.432 mil, dos quais R\$18.031 mil estavam indexados à Taxa DI, R\$10.365 mil estavam indexados à TR e R\$15.036 mil pré-fixados a uma taxa de 5,9% a 10,08% ao ano. Ainda, em 31 de dezembro de 2021, as debêntures em aberto emitidas pela Companhia e suas controladas totalizavam R\$40.000 mil, sem descontar os gastos com a captação, integralmente indexado à Taxa DI.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A administração da Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2020, a análise de sensibilidade para um cenário de doze meses, conforme requerido pela Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, conforme alterada. Como cenário provável, foram utilizadas as taxas referenciais obtidas por meio de fontes públicas. Por sua vez, os demais cenários levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50% (em relação ao IGP-M, IPCA, TJLP e Selic), respectivamente. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Taxa de juros	Consolidado		
	Valor provável	Acréscimo 25%	Acréscimo 50%
Caixa e equivalentes de caixa	64.480	16.170	32.340
Empréstimos e financiamentos	(43.432)	(10.858)	(21.716)
Debêntures	(39.078)	(9.770)	(19.539)
Impacto no resultado		(4.458)	(8.915)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas eram parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes da consecução de seus negócios, de natureza cível, tributária e trabalhista. O total das provisões líquidas de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 33.606 mil, dos quais: (i) R\$ 22.734 mil são contingências trabalhistas; (ii) R\$ 7.014 mil referem-se a contingências tributárias; (iii) R\$ 5.937 mil correspondem a contingências cíveis; e (iv) R\$ 285 mil são contingências administrativas. Na referida data, a Companhia e suas controladas não eram parte nenhum processo judicial e administrativo de natureza ambiental decorrente da consecução de seus negócios.

Vale ressaltar que, quanto às ações trabalhistas, a Companhia não é parte de nenhuma ação trabalhista como primeira ou única reclamada, mas consta no polo passivo de processos trabalhistas de investidas e ex-investidas, sob a tese de grupo econômico - situação em que uma ou mais empresas, mesmo tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou, ainda, se apesar delas possuírem autonomia reconhecerem, espontaneamente, a existência do mencionado grupo.

A Companhia, com base no parecer de advogados externos, classifica o risco de perda de tais processos como “remoto”, “possível” ou “provável”, sendo que, em regra, as provisões constituídas e apresentadas nas demonstrações financeiras referem-se aos processos cujo risco de perda é classificado como provável. Contudo, a Companhia pode avaliar a necessidade de provisionar processos com risco de perda “possível”, a depender dos assuntos envolvidos.

Com base no histórico de perdas da Companhia nos tribunais, na capacidade do processo por si de impactar de forma significativa o patrimônio, capacidade financeira ou os negócios da Companhia ou de suas controladas, bem como a influência que uma determinada decisão possa causar sobre a decisão do público investidor, a Administração acredita que os valores atualmente provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos dos quais é parte.

A Companhia adota como critério de relevância para prestar tal informação, aqueles processos que podem gerar efeitos não só patrimoniais, mas também que tenham grande relevância estratégica para a Companhia, em uma análise quantitativa e qualitativa em cada caso concreto. Abaixo os processos não sigilosos considerados relevantes em que a Companhia e/ou suas controladas são parte:

Processos de natureza cível:

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em aproximadamente 32 processos administrativos ou judiciais de natureza cível (sendo em 14 como autores).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Abaixo, seguem os principais processos de natureza cível nos quais a Companhia e/ou suas controladas fazem parte:

Processo nº 0335002-86.2019.8.19.0001	
a. juízo	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância
c. data da instauração	12/09/2019
d. partes no processo	Padtec S.A. x Oi S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.306.714,14
f. principais fatos	Em 17/12/2019 distribuída impugnação de crédito requerendo a alteração do crédito. Impugnado, para que seja majorado de R\$ 6.899.875,67 para R\$ 12.206.589,81 na Classe III, credores quirografários. Em 05/02/2020 realizamos a inclusão do nosso processo na plataforma da Oi. Foram apresentados os documentos necessários no site indicado pelo Juiz para que seja iniciada a fase de mediação. Aguarda-se apreciação de documentos. Aguarda-se designação de audiência de mediação. A AGC foi realizada e, após algumas alterações requeridas pelos Bancos, o aditivo ao plano de recuperação judicial da Oi foi aprovado. O plano não prevê qualquer alteração para a classe que a Padtec se enquadra, credora fornecedora. Peticionamos para que a Oi esclareça os próximos passos.
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Não existe impacto para perda, entretanto, a companhia poderá deixar de receber os valores pleiteados.

Processos de natureza tributária:

Padtec Holding S.A.

Com base nas informações disponibilizadas até o momento, não existem processos judiciais e/ou administrativos tributários envolvendo a Padtec Holding S.A.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Padtec S.A.

Abaixo, seguem os principais processos de natureza tributária nos quais a Padtec S.A. e/ou suas controladas faziam parte em 31 de dezembro de 2020:

Processo nº 0059419-17.2011.8.26.0114 (114.01.2011.059419-0)	
a. juízo	Setor das Execuções Fiscais, Campinas – SP
b. instância	1ª instância
c. data da instauração	15/09/2011
d. partes no processo	Estado de São Paulo x Padtec S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.214.554,77
f. principais fatos	<p>Trata-se de Execução Fiscal (0059419-17.2011.8.26.0114) e Embargos à Execução (114.01.2012.000661-3) relativos à créditos de ICMS exigidos por meio do AIIM nº 3.055.911-0 em decorrência de supostas infrações quanto (i) ao pagamento do tributo; (ii) ao crédito do tributo; e (iii) a documentos e impressos fiscais.</p> <p>Em 04/07/2014 os autos da Execução Fiscal encontravam-se conclusos para despacho.</p> <p>Em 02/03/2015, autos remetidos ao perito e em 27/10/2015, remetidos à Procuradoria do Estado. Enquanto que os autos dos Embargos, em 11/07/2014, apresentavam intimação de perita e em 27/10/2015, juntada petição de manifestação ao laudo da perita.</p> <p>Em 27/04/2016, os Autos foram suspensos tendo em vista a interposição de Embargos à Execução, processo nº 0000661-11.2012.8.26.0114 e devolvidos pelo Estado de São Paulo. Atualmente aguardam prolação de sentença. Protocolada pela Empresa petição requerendo a substituição da Carta Fiança. Em 22/02/2019 foi proferido despacho deferindo o desentranhamento da Carta de Fiança, substituída por apólice de seguro garantia vigente até 25/02/2022.</p> <p>Em abril/2020, a sentença foi proferida parcialmente procedente para cancelar o imposto, mantendo, todavia, a exigência das multas, sob o argumento de que decorreriam de obrigações acessórias, as quais, seriam devidas independentemente da exoneração do imposto. Em agosto/ 2020, foram opostos embargos de declaração pela Padtec.</p>
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso, pela Padtec, do valor discutido nos autos devidamente atualizados.

Processo nº 10830.726453/2013-73	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal de Julgamento
b. instância	Processo Administrativo. 1ª instância.
c. data da instauração	31/10/2013
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil x Padtec S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	\$ 5.781.077,68
f. principais fatos	<p>Trata-se de Auto de Infração que lançou débitos de COFINS referentes aos períodos de apuração 03/2009 a 12/2010.</p> <p>Ainda no aguardo do julgamento da impugnação ao auto de infração. Processo suspenso em razão da ação ordinária nº 0001621-50.2008.4.03.6105 (essa que trata do pedido com tutela antecipada da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS), que transitou em julgado recentemente, com êxito para a Padtec.</p>
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso, pela Padtec, do valor discutido nos autos devidamente atualizado.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 10830-721.921/2016-66	
a. juízo	CARF
b. instância	Recursal
c. data da instauração	23/03/2016
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil x Padtec S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 17.435.576,31
f. principais fatos	<p>Auto de Infração e imposição de multa em razão de suposto descumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB para produtos fabricados e comercializados pela Padtec (Sistema DWDM - Padtec/LightPad e acessórios vendidos separadamente). Segundo a fiscalização, a empresa teria se aproveitado indevidamente de redução do imposto sobre Produtos Industrializados - IPI considerando o uso indevido do benefício fiscal instituído pela Lei 8.248/1991. Foi lançado o IPI que deixou de ser destacado pela empresa em notas fiscais de saída (diferença entre a alíquota de 0,75% aplicada e a alíquota de 15% supostamente devida), acrescida de multa de ofício de 75% sobre o valor que deixou de ser recolhido e juros de mora.</p> <p>Em 16/08/2017, a empresa foi intimada a se manifestar acerca da Informação Fiscal, em 30 dias, que concluiu que não restou comprovado que o produto "Sistema DWDM" está abrangido pelo benefício fiscal. Em 15/09/2017, apresentada manifestação à Informação Fiscal pela empresa. Em 12/12/2017, a empresa tomou ciência do Acórdão da DRJ que julgou improcedente a impugnação e manteve o lançamento. Empresa apresentou Recurso Voluntário ao CARF em 11/01/2018.</p> <p>Em 26/09/2019, julgamento do Recurso Voluntário; processo foi convertido em diligência, para que a Unidade de Origem proceda às seguintes providências: <i>a) Analisar os documentos comprobatórios apresentados com as peças de Impugnação, Recurso Voluntário e demais manifestações anexadas ao processo; b) Intimar a Contribuinte para prestar esclarecimentos e documentos adicionais que se fizerem necessários para comprovar os argumentos de defesa; c) Providenciar a realização de perícias técnica/engenharia, contábil e de controle de produção, esclarecendo os quesitos apresentados em peça recursal e acima reiterados, o que deverá ser custeado pela Contribuinte em razão do pedido da prova pericial; d) Elaborar Relatório Conclusivo sobre a apuração e resultado da diligência; e) Intimar a Contribuinte para, querendo, apresentar manifestação sobre o resultado no prazo de 30 (trinta) dias.</i></p> <p>Em 17/02/2020, deu entrada no CARF os Embargos de Declaração da Unidade de Origem, visando obter esclarecimento sobre quais quesitos deveriam ser utilizados na perícia determinada pelo CARF: os postos na peça impugnatória (quesitos para perícia conforme exigência da legislação processual) ou os quesitos dos relatórios técnicos (RioNovo e Padtec). Em 24/09/2020, foram acolhidos os Embargos para retificar a Resolução para constar os quesitos constantes do item 5 do Recurso Voluntário do contribuinte e não aqueles apresentados e respondidos pelo relatório técnico.</p>
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível no que se refere ao montante de R\$ 16.215.085,97. Provável no que se refere à quantia de R\$ 1.220.490,34.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso, pela Padtec, do valor discutido nos autos devidamente atualizados.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 10830-724.706/2016-17	
a. juízo	CARF
b. instância	2ª instância
c. data da instauração	19/07/2016
d. partes no processo	Receita Federal do Brasil x Padtec S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 23.056.054,54
f. principais fatos	<p>Auto de Infração e imposição de multa em razão de suposto descumprimento do Processo Produtivo Básico - PPB para produtos fabricados e comercializados pela Padtec (Sistema DWDM - Padtec/LightPad e acessórios vendidos separadamente). Segundo a fiscalização, a empresa teria se aproveitado indevidamente de redução do imposto sobre Produtos Industrializados - IPI considerando o uso indevido do benefício fiscal instituído pela Lei 8.248/1991. Foi lançado o IPI que deixou de ser destacado pela empresa em notas fiscais de saída (diferença entre a alíquota de 0,75% aplicada e a alíquota de 15% supostamente devida), acrescida de multa de ofício de 75% sobre o valor que deixou de ser recolhido e juros de mora. Fatos gerados entre 01/01/2012 e 31/12/2012.</p> <p>Em 16/08/2017, a empresa foi intimada a se manifestar acerca da Informação Fiscal, em 30 dias, que concluiu que não restou comprovado que os produtos estão abrangidos pelo benefício fiscal. Em 15/09/2017, apresentada manifestação à Informação Fiscal pela empresa. Em 03/01/2018 a empresa recebeu intimação do acórdão 09-65.347 que julgou improcedente a Impugnação apresentada e manteve o lançamento. Empresa apresentou recurso voluntário ao CARF em 31/01/2018.</p> <p>Em 26/09/2019, julgamento do Recurso Voluntário; processo foi convertido em diligência, para que a Unidade de Origem proceda às seguintes providências: a) <i>Analisar os documentos comprobatórios apresentados com as peças de Impugnação, Recurso Voluntário e demais manifestações anexadas ao processo;</i> b) <i>Intimar a Contribuinte para prestar esclarecimentos e documentos adicionais que se fizerem necessários para comprovar os argumentos de defesa;</i> c) <i>Providenciar a realização de perícias técnica/engenharia, contábil e de controle de produção, esclarecendo os quesitos apresentados em peça recursal e acima reiterados, o que deverá ser custeado pela Contribuinte em razão do pedido da prova pericial;</i> d) <i>Elaborar Relatório Conclusivo sobre a apuração e resultado da diligência;</i> e) <i>Intimar a Contribuinte para, querendo, apresentar manifestação sobre o resultado no prazo de 30 (trinta) dias.</i></p> <p>Em 05/02/2020, o processo foi remetido ao CARF. Em 17/02/2020, deu entrada no CARF os Embargos de Declaração da Unidade de Origem, visando obter esclarecimento sobre quais quesitos deveriam ser utilizados na perícia determinada pelo CARF: os postos na peça impugnatória (quesitos para perícia conforme exigência da legislação processual) ou os quesitos dos relatórios técnicos (RioNovo e Padtec).. Em 24/09/2020, foram acolhidos os Embargos para retificar a Resolução para constar os quesitos constantes do item 5 do Recurso Voluntário do contribuinte e não aqueles apresentados e respondidos pelo relatório técnico.</p>
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível no que se refere ao montante de R\$ 21.960.055,27 e provável no que se refere à quantia de R\$ 1.095.999,27.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso, pela Padtec, do valor discutido nos autos devidamente atualizados.

Processo nº 44.498-A	
a. juízo	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte-MG
b. instância	1ª Instância - Auto de Infração
c. data da instauração	27/05/2019
d. partes no processo	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte-MG x PSG – Padtec Serviços Globais de Telecomunicações Ltda. (incorporada pela Padtec S/A)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.313.451,57
f. principais fatos	<p>Auto de Infração lavrado pelo Município de Belo Horizonte para a cobrança de ISSQN à alíquota de 5%, relativo a supostos serviços prestados pela empresa PSG, por sua filial estabelecida na cidade de Belo Horizonte/MG, no período de abril/2015 a abril/2016 e julho/2016.</p> <p>Em 28/06/2019 foi apresentada Impugnação.</p> <p>Em 18/11/2020, foi recebida intimação com a revisão de ofício do AIIM que o manteve na íntegra.</p> <p>Aguardando apresentação de nova impugnação.</p> <p>Em reavaliação do risco em 30/06/2020, a Administração, de forma conservadora, decidiu provisionar 50% do valor atualizado, ainda classificado como possível, por considerar que o fato da existência de uma filial no município diminui chance de êxito na esfera administrativa.</p>
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso, pela Padtec, do valor discutido nos autos devidamente atualizados.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 5006800-25.2018.4.03.6105	
a. juízo	TRF 3ª Região
b. instância	2ª Instância
c. data da instauração	02/08/2018
d. partes no processo	Padtec S.A. x RFB
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.903.312,67
f. principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança ajuizado objetivando a Exclusão do ISS da base de cálculo de PIS/COFINS. 04.11.2018 - Autos conclusos para julgamento; 30.11.2018 - Proferida sentença julgando procedente o pedido, tornando definitiva a liminar; 20.02.2019 - Interposto recurso de apelação pela União; 25.04.2019 - Juntada de contrarrazões ao recurso de apelação pela empresa; 25.04.2019 - Autos remetidos ao TRF3; 08.11.2019 - Proferida decisão negando provimento ao recurso de apelação e remessa necessária da União; 28.11.2019 - Juntada de agravo interno pela União; 31.01.2020 - Juntada de contrarrazões pela empresa; 03.05.2020 - Processo incluído na pauta de julgamento do dia 09.06.2020; 10.06.2020 - Deliberado em Sessão - Julgado; 15.06.2020 - Conhecido o recurso de União Federal; 18.06.2020 - Publicado acórdão; 22/07/2020 - Juntada de petição de impugnação pela empresa, referente aos embargos de declaração opostos pela União; 14.10.2020 - Proferido o acórdão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela União; 22.10.2020 - Interposto RE/RESP pela União. 23.12.2020 - Sem novos andamentos.
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Limitado a não poder se creditar de tributos recolhidos a maior.

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

O valor total provisionado dos processos descritos acima soma o montante de R\$ 4.473.215,40, pela Padtec S.A.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Processo nº 0219678-58.2013.8.19.0001 (processo apensado: 0300411-11.2013.8.19.0001)	
a. juízo	21ª Vara Cível – Rio de Janeiro/RJ
b. instância	1ª Instância
c. data da instauração	25/06/2013
d. partes no processo	Padtec Holding S.A. (antiga Ideiasnet S.A.) x Luis Alberto Monteiro Lobato Reatégui (ex-diretor)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia requer o pagamento de R\$ 2.796.593,16 ao qual faz jus em decorrência de contrato de mútuo firmado com o réu e não cumprido em sua totalidade. Valor atualizado em 31/12/2019: R\$ 7.021.149,38 (Valor atualizado do risco não se alterou em razão do cálculo proposto pelo TJRJ e do índice utilizado e considerou a venda das ações já efetivada em 2018.).
f. principais fatos	Trata-se de execução de título extrajudicial (nota promissória) emitida como garantia no âmbito do contrato de mútuo firmado entre as partes quando da saída do réu do cargo de diretor da Companhia. Em audiência de conciliação realizada em 30/04/2014 não houve acordo e as partes se manifestaram em provas. Por meio de embargos à execução, sem garantia do juízo, Sr. Luis tentou desconstituir o contrato de mútuo e exonerar-se do pagamento, sendo que em 11/12/2017 referidos embargos foram julgados como improcedentes, e a execução seguiu seu curso, sendo o feito arquivado em 15.08.2020. Audiência de instrução foi realizada em outubro de 2015 com a oitiva de testemunhas. Apesar da execução estar correndo sem a atribuição de efeito suspensivo aos embargos à execução, o débito ainda não foi pago e a Companhia ainda não conseguiu sucesso na penhora de bens do Sr. Luis. Em 03/05/2018, as ações de emissão da Companhia (PDTC3) de titularidade do Sr. Luis, dadas em garantia da execução, foram vendidas no pregão da B3. Em 09/05/2018 recebemos os recursos, equivalente ao valor líquido de R\$ 443.569,48. Em 21/05/2018, peticionamos informando o juízo sobre venda das ações e solicitando penhora <i>online</i> no valor remanescente da execução. Diante da impossibilidade de bloqueio das contas bancárias do réu, solicitamos algumas medidas de constrição a fim de compelir o réu ao pagamento da dívida e expedição de carta rogatória ao Peru, onde reside o réu, para executarmos bens em seu nome que lá se encontram. O pedido da Companhia foi negado em primeira instância, tendo sido deferido em segunda instância por meio de Agravo de Instrumento em 20/03/19. A Companhia adota desde então os procedimentos necessários para a expedição de referida carta. Em 02/03/2020, a carta rogatória foi expedida. Em maio de 2020, foi publicada a inclusão do agravo interno em recurso extraordinário interposto pelo Monteiro Lobato. O objeto do referido RE era basicamente a alegação de violação ao art. 93, IX da CF, sob o argumento de que o acórdão não fundamentou a possibilidade de expedição de carta rogatória para execução de bens e, ainda, a constitucionalidade do art. 139, IV do CPC, cujo tema está sendo discutido através da ADI 5941 em trâmite perante o STF, em especial a atipicidade de alguns atos executivos (como apreensão de passaporte e CNH), que representariam violação ao direito de liberdade de locomoção (art. 5º, XV e LIV da CF) e à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CF). O recurso já teve seu provimento negado, conforme acórdão de 01/09/2020. Em 10/09/2020, juntada de petição de Ideiasnet informando que efetuou o protocolo do ofício no Ministério da Justiça e que, por essa razão, já está autorizada a receber as atualizações referentes ao trâmite da Carta Rogatória. Em 21/09/2020, praticado ato ordinatório: "Aguarde-se o cumprimento da carta rogatória."
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda por parte da Companhia se refere a eventual impossibilidade de reaver a integralidade do valor concedido por meio do mútuo. No mérito, a Companhia já não tem chance de perda pois a sentença que julgou improcedente os embargos à execução do réu transitaram em julgado.
Processo nº 1001965-93.2015.5.02.0711	
a. juízo	11ª Vara do Trabalho de SP- Zona Sul
b. instância	TST
c. data da instauração	13/07/2015
d. partes no processo	D.P.M. x Officer (ex- investida Companhia) e Padtec Holding
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.464.064,03
f. principais fatos	Ação trabalhista movida por ex-diretora estatutária pleiteando: i) reconhecimento de vínculo empregatício e reflexos no período entre 01/08/1995 e 30/03/2015; ii) pagamento de bônus referente ao ano de 2014; e iii) transferência de veículo para a titularidade da reclamante. Em 15/12/2015, a Officer e a Companhia foram citadas e notificadas ao comparecimento em audiência una a ser realizada em 01/03/2016. No entanto, devido ao pedido de reconvenção suscitado pela Officer, a audiência foi designada para 09/06/2016. Audiência realizada e colhidas as testemunhas. Razões finais apresentadas em 17/06/2016. Em 31/08/2016, sentença disponibilizada, julgando pela responsabilidade solidária das partes e concedendo quase todos os pedidos da reclamante exceto bônus. Em 06/09/2016 foram apresentados embargos de declaração. Em 22/09/2016, embargos de declaração aceitos, mas totalmente negados no mérito. Em 30/09/2016, Officer interpôs recurso ordinário. Companhia optou por não interpor recurso separado tendo em vista a necessidade de pagamento de guia em separado e a baixa chance de êxito. Companhia apresentou manifestação informando sobre venda da empresa em dezembro de 2016 (fato superveniente ao RO interposto). Em 31/10/2017, publicado acórdão negando provimento ao recurso das rés e provendo parcialmente o recurso da reclamante para deferir o pagamento de férias em dobro e bônus. Relatora não incluiu nossa petição informando fato superveniente. Embargos de Declaração pela Companhia em 21.11.2017, acolhidos parcialmente em 08.06.2018 para prestar esclarecimentos principalmente no que tange ao grupo econômico, pois entendeu-se que mesmo com a venda, a IDNT ainda é responsável. IDNT protocolou Recurso de Revista em 19.06.18. Em 23.11.2018, fomos intimados nos autos para ciência da decisão que denegou seguimento do recurso de revista da empresa. Protocolado Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, em 04.12.2018. Em fevereiro 2020: CONCLUSOS OS AUTOS PARA VOTO TST - MINISTRO AUGUSTO CESAR LEITE. 06.07.2020: Último andamento: Concluso para veto/decisão junto à 6ª Turma TST em relação ao Agravo de Instrumento interposto pela Reclamada.
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a arcar solidariamente à Officer com o valor da condenação.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Processo nº 1002034-75.2017.5.02.0026	
a. juízo	36ª Vara do Trabalho de São Paulo - Barra Funda
b. instância	1ª Instância
c. data da instauração	10/11/2017
d. partes no processo	P.P.O.M. x Editora Pini S.A., PSE Ltda., Tech Build Construções e Investimentos Ltda., Padtec Holding S.A., Ideiasventures Participações S.A., Sami Haddad.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.070.515,69
f. principais fatos	<p>Ação trabalhista movida por ex-diretor estatutário da Pini. Citação recebida em 21.11.2017. Reclamante já tinha ingressado com reclamação trabalhista contra Editora e PSE apenas sob o nº 1001067-34.2016.5.02.0036. Este processo já teve sentença que reconheceu vínculo de emprego entre o Reclamante e as empresas Pini no período requerido.</p> <p>Reclamante pretende nesta ação reconhecimento de grupo econômico; ii) horas extra além da 8ª diária e 44ª semanal; iii) supressão do intervalo intrajornada; iv) intervalo interjornada; v) adicional noturno e hora reduzida; vi) reembolso de despesas; vii) reajustes salariais; viii) irredutibilidade salarial; ix) remuneração variável; x) multa do artigo 467 da CLT e xii) honorários advocatícios.</p> <p>Após diversas tentativas e impasses com citação de réus, audiência inicial foi realizada em 24.07.2019, sem o comparecimento da Editora Pini, PSE Ltda. e Tech Build - revéis e confessas quanto às matérias de fato. Em 06.08.2019, Reclamante juntou Réplica.</p> <p>Audiência de instrução realizada em 12.11.2019. Juízo concedeu prazo de 48 horas para o Sr. Pedro Paulo apresentar manifestação quanto aos termos da incorporação entre a Companhia e a Ideiasventures. Em razão do tempo despendido na oitiva do depoimento do Sr. Pedro Paulo, foi determinado pelo Juízo o fracionamento da audiência, o qual aguarda-se. Audiência de instrução atualmente designada para 16/04/2021.</p>
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia será obrigada a arcar solidariamente às demais rés com o valor da condenação.

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

O valor total provisionado pela Companhia relacionado aos processos listados no item 4.4 totaliza R\$ 4.073.643,97.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, a Padtec S.A. possuía duas ações de natureza trabalhista e a Companhia, uma ação cível em andamento, as quais tramitavam em segredo de justiça, considerada relevante.

Processo nº 0011756-95.2019.5.15.0131	
a. juízo	12ª Vara do Trabalho de Campinas
b. instância	1ª instância
c. data da instauração	13/12/2019
d. partes no processo	R. M. O. X Padtec S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	1.084.406,85, sendo considerado o valor de R\$216 881,37 como remoto e o valor de R\$867.525,48 como possível
f. principais fatos	Ação trabalhista ajuizada por ex-empregado que pleiteia o pagamento de adicional de insalubridade e/ou periculosidade e fornecimento de PPP; declaração de ocorrência de doença de trabalho típico; o reconhecimento da responsabilidade objetiva patronal; reintegração ao emprego; danos morais; a anulação da dispensa por justa causa e convertida em demissão sem justa causa; o pagamento de horas extras e reflexos; e honorários advocatícios.
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a investida será obrigada a arcar com o valor da condenação.

Processo nº 1000469-77.2020.5.02.0703	
a. juízo	3ª Vara do Trabalho de SP- Zona Sul
b. instância	1ª instância
c. data da instauração	24/06/2020
d. partes no processo	M.R.V x Padtec S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.614.196,60
f. principais fatos	Ação trabalhista pleiteando reconhecimento de vínculo, aviso prévio indenizado, férias, décimos terceiros salários, verbas rescisórias, entre outros.
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a investida será obrigada a arcar com o valor da condenação.

Processo nº 0021446-50.2014.8.16.0001	
a. juízo	10ª Vara Cível de Curitiba
b. instância	1ª Instância
c. data da instauração	20/06/2014
d. partes no processo	F.P. e A. LTDA. x Padtec Holding S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.749.000,00
f. principais fatos	Ação principal (oriunda do processo cautelar n. 0014757-87.2014.8.16.0001. Ação de prestação de contas nº 0009306-47.2015.8.16.0001 corre em paralelo) proposta pela autora com o objetivo de ver declarado inexigível o débito garantido através dos instrumentos de alienação fiduciária de seus imóveis, bem como declarada a nulidade dos próprios instrumentos. Os instrumentos de alienação fiduciária foram firmados no âmbito da venda da investida Latin eVentures Comércio Eletrônico S.A. à empresa do grupo econômico da autora como forma de garantia do compromisso assumido pela demandante de substituir a Companhia na qualidade de avalista nos contratos bancários da Latin eVentures. Apenas um dos imóveis permanece sob os efeitos de liminar sendo que os demais imóveis já foram leiloados/ vendidos pela Companhia.
g. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia pode ser condenada a indenizar a outra parte pelos imóveis que foram executados, total ou parcialmente, no valor máximo expresso acima.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Padtec Holding S.A.

A Companhia não é parte em nenhum processo trabalhista de empregado ou ex-empregado que atue ou tenha atuado no seu quadro de funcionários. Entretanto, como já mencionado acima, é parte de diversos processos de sociedades que foram investidas da Companhia, nos quais é inserida sob a tese de grupo econômico, conforme listados abaixo.

24 (vinte e quatro) processos (excluído o processo movido por ex-diretora estatutária descrito no item 4.4.), dos quais 17 (dezesete) apresentam risco provável. A responsável principal, Officer S.A. Distribuidora de Produtos de Tecnologia, foi alienada pela emissora em 27 de dezembro de 2016.	
a. valores envolvidos	R\$ 6.820.035,58
b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Demissão de empregados em grande quantidade tendo em vista a situação de crise financeira e o ingresso em recuperação judicial em outubro de 2015. Processos alegam de forma geral o não pagamento pela Officer de horas extras e comissões e seus reflexos nas verbas rescisórias e FGTS.
Empresa	Padtec Holding S.A.

44 (quarenta e quatro) processos (excluído o processo movido por ex-diretor estatutário descrito no item 4.4.), dos quais 42 (quarenta e dois) apresentam risco provável. A responsável principal, Editora Pini S.A., foi alienada pela emissora em 25 de maio de 2017.	
a. valores envolvidos	R\$ 8.997.796,85
b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Demissão de empregados em grande quantidade tendo em vista a grave situação financeira da empresa. Processos alegam de forma geral o não pagamento de verbas rescisórias e atraso no pagamento de salários.
Empresa	Padtec Holding S.A.

Padtec S.A.

55 (cinquenta e cinco) processos trabalhistas (excluídos os processos sigilosos elencados no item 4.5), dos quais 44 (quarenta e quatro) apresentam risco provável.	
a. valores envolvidos	R\$ 8.797.866,78
b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Processos resultam de demissão de grande quantidade de empregados, ocorrida em fevereiro de 2016, destinados à execução de contrato da PSG, então subsidiária da Padtec, nos estados de Minas Gerais, Bahia e Sergipe, rescindido pela companhia naquela data.
Empresa	Padtec S.A.

56 (cinquenta e seis) processos administrativos fiscais, dos quais 12 (doze) apresentam risco possível; e os demais, remoto.	
a. valores envolvidos	R\$ 12.587.743,90
b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Tratam-se de procedimentos administrativos fiscais em curso junto à Receita Federal. Um processo (de valor R\$ 1.309.961,09 com risco remoto) refere-se a revisão de lançamento (PRT). Os demais referem-se a Pedido de Ressarcimento vinculado a Declarações de Compensação, com créditos decorrentes de pagamento a maior dos impostos relacionados, não cumulativa, referente ao período integralmente indeferido e não homologados.
Empresa	Padtec S.A.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Companhia: R\$ 14.758.018,33

Padtec S.A.: R\$ 2.258.160,16

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Quando da venda das antigas investidas mencionadas no item 4.6 acima, estas apresentavam dívidas e contingências relevantes, especialmente de natureza tributária e trabalhista, que ficaram sob responsabilidade dos compradores. A depender do desempenho destas sociedades e da condução de suas atividades pelos compradores e novos administradores, a responsabilidade sobre tais dívidas e contingências pode eventualmente recair sobre a Companhia ainda que, de acordo com os termos e condições específicos de cada contrato de compra e venda, a Companhia não tenha obrigação de responder por tais passivos.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não é categorizada como emissora estrangeira.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos ("Política de Gestão de Riscos"), aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2021.

b) **Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

O objetivo da Política de Gestão de Riscos da Companhia é estipular as diretrizes, princípios, papéis e responsabilidades no gerenciamento de riscos corporativos da Companhia, bem como o desenvolvimento, disseminação e implementação da cultura de gerenciamento de riscos, por meio da orientação dos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos mapeados, visando promover melhoria contínua para os processos da Companhia e a obtenção de melhores resultados.

Com a implementação da Política de Gestão de Riscos, espera-se proteger e criar valor para a Companhia por meio da identificação dos riscos e do mapeamento dos processos, sistemas e controles que suportam suas atividades, permitindo a melhor tomada de decisão por sua administração.

i. Os riscos para os quais se busca proteção

Para cumprimento dos objetivos propostos na Política de Gestão de Riscos da Companhia, os riscos aos quais a Companhia busca proteção estão descritos na tabela abaixo:

CATEGORIA DOS RISCOS	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA DOS RISCOS
ESTRATÉGICO	Riscos associados à tomada de decisões pela administração da Companhia cuja materialização pode gerar perda substancial de valor econômico, de capital ou de participação de mercado da Companhia, como consequência de planejamento e/ou decisões falhas, usualmente relacionadas às estratégias de negócio/participação no mercado, investimentos, sucessão, inovação, competição e ambiente de negócios. São, portanto, riscos que podem prejudicar o núcleo do modelo de negócios da Companhia. Desafiam a lógica das escolhas estratégicas, ameaçam a competitividade e prejudicam a capacidade de se alcançar ou manter um desempenho excepcional.
FINANCEIRO	São riscos que podem afetar de forma adversa as finanças da Companhia e estão associados à exposição das operações financeiras. Decorrem de variações de valores de ativos e passivos no mercado, descumprimento de obrigações financeiras de contrapartes, alto custo ou incapacidade de cumprir as obrigações financeiras, ineficiência na alocação do capital ou falhas nos reportes financeiros.
OPERACIONAL	São riscos decorrentes de falhas de processos e controles, falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, bem como oriundos de erros ou fraudes que prejudiquem ou impossibilitem o exercício das atividades da Companhia. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades da Companhia, com possível impacto negativo reputacional, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.
REGULAMENTAR	Riscos relacionados a sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação, que a Companhia pode eventualmente sofrer como resultado da falha no cumprimento e aplicação de leis, acordos e regulamentos de qualquer natureza, incluindo trabalhista, fiscal, contratual, ambiental, regulatória e cível.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

CATEGORIA DOS RISCOS	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA DOS RISCOS
CIBERNÉTICO	Riscos que podem expor os ativos de informação da Companhia a ameaças conhecidas ou desconhecidas por meio de ataques cibernéticos por <i>hackers</i> . Estes Riscos podem ser representados por falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da Companhia, ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais, dentre outros).

ii. Os instrumentos utilizados para proteção do risco

O processo de gestão de riscos da Companhia foi definido com base nas orientações do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e na norma ISO 31000: 2018 - Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos.

Nesse contexto, o processo de gestão de riscos é parte integrante do desenvolvimento das atividades da Companhia, incorporado na cultura e nas práticas organizacionais e adaptado aos processos de negócios, sendo constituído pelas seguintes etapas subsequentes e dependentes:

ERM: Enterprise Risk Management (Gestão de Risco Empresarial)



◆ Etapa 1: Estabelecimento do contexto

Fase inicial do processo contínuo de gestão de riscos, que articula os objetivos estratégicos da Companhia com os parâmetros externos e internos que serão levados em consideração, estabelecendo o escopo e os critérios de riscos para o restante do processo.

Busca entender o cenário e contexto de negócio considerando fatores ligados ao planejamento estratégico de curto e longo prazo da Companhia e das suas unidades de negócio, alinhados ao ambiente em que esses objetivos são inseridos.

É uma etapa fundamental para garantir que o processo de gestão de riscos esteja alinhado aos ciclos de gestão e de planejamento estratégico da Companhia para alinhar seus níveis aceitáveis de apetite a risco.

Para estabelecer os cenários que devem apoiar essa etapa, são considerados os fatores influenciadores tanto do contexto externo quanto do contexto interno.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Contexto Externo

O Contexto Externo é o ambiente externo no qual a Companhia busca atingir seus objetivos. Inclui, mas não se limita a: (a) ambiente cultural, social, político, legal, regulatório, financeiro, tecnológico, econômico, natural e competitivo, quer seja internacional, nacional, regional ou local; (b) fatores chave e tendências que tenham impacto sobre os objetivos da organização; e (c) relações com as partes interessadas externas e suas percepções e valores.

Geralmente, a Companhia não consegue intervir diretamente sobre o contexto externo, tendo uma ação predominantemente reativa. Entretanto, seguindo as diretrizes da Política de Gestão de Riscos, a Companhia deve buscar mitigar eventuais impactos de Eventos materializados no contexto externo.

Nos termos da Política de Gestão de Riscos, “Evento” significa a ocorrência ou mudança em um conjunto específico de circunstâncias que resultem na materialização de um risco.

Contexto Interno

Consiste no próprio ambiente interno da Companhia, tendo como base a cultura organizacional, processos, estrutura e estratégias da Companhia, nos seguintes níveis, mas não limitado a: (a) cultura; (b) normas, diretrizes e modelos adotados pela Companhia; (c) governança, estrutura organizacional, funções e responsabilidades; (d) políticas, objetivos e estratégias implementadas para atingi-los; (e) capacidades, entendidas em termos de recursos e conhecimento (por exemplo, capital, tempo, pessoas, processos, sistemas e tecnologias); (f) sistemas de informação, fluxos de informação e processos de tomada de decisão (formais e informais); (g) relações com as partes interessadas internas, e suas percepções e valores; e (h) relações contratuais.

A atenção aos contextos interno e externo pode ajudar a garantir que a gestão de riscos seja apropriada às circunstâncias, à Companhia e aos riscos que verdadeiramente impactam em relação ao real alcance dos seus objetivos estratégicos.



Etapa 2: Identificação dos Riscos

A abordagem de identificação de Riscos é *top-down*, partindo de entrevistas com os principais executivos das unidades de negócio, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis.

O produto gerado nessa etapa é uma lista abrangente de riscos baseada nos Eventos que possam identificar vulnerabilidades e ameaças que coloquem em risco a realização dos objetivos estratégicos da Companhia.

Nesta etapa também deve ser definido o dono e o responsável por cada um dos riscos identificados (Proprietário do Risco), assim como uma descrição que orientará as próximas etapas do mapeamento.

Ainda nesta etapa, são mapeados todos os riscos associados às atividades da Companhia, estejam estes sob seu controle ou não.



Etapa 3: Análise dos Riscos

A partir da conclusão da Etapa 2 de identificação dos riscos, estes são analisados de forma detalhada, com o objetivo de obter maior clareza e respaldo qualitativo e quantitativo que gerem variáveis que irão auxiliar na classificação dos riscos para que a Companhia possa atuar de forma mais assertiva em seus planos de ação e na priorização desses riscos identificados.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Nesta etapa, são definidos, dentre outros, as causas ou fatores de riscos, bem como os seus possíveis efeitos em caso de materialização de um determinado Evento. Além disso, a Companhia realiza a classificação dos fatores agravantes de cada um dos riscos identificados para assegurar a assertividade de seus controles.

Dessa forma, são levantadas informações com o objetivo de obtenção de dados que possam descrever a probabilidade e impactos dos riscos identificados, gerando assim uma matriz qualitativa para descrever de forma executiva o universo de riscos com base nas suas classificações. Dentro da matriz qualitativa, os riscos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

IMPACTO	ASPECTOS QUANTITATIVOS	VULNERABILIDADE	ASPECTOS QUALITATIVOS
EXTREMO	<ul style="list-style-type: none"> - Perdas financeiras que podem comprometer a rentabilidade do negócio (acima de 20% da receita); - Perda de clientes chave ou <i>market share</i>; - Pagamento de multas elevadas ou penalidades severas com impacto na imagem e reputação da empresa; - Perda de grandes investimentos ou retorno muito abaixo do esperado 	EXTREMA	As linhas de defesa da organização são insuficientes para minimizar o risco, em função da ausência de controles chave ou recorrência de problemas
ALTO	<ul style="list-style-type: none"> - Perdas financeiras significativas (entre 11% e 20% da receita); - Perda de clientes ou de um grande número de transações; - Pagamento de multas elevadas ou penalidades severas; - Perda de grandes oportunidades de negócios ou investimentos com prazo indefinido de retorno 	ALTA	As linhas de defesa da organização são insuficientes para minimizar o risco, em função da ineficácia de controles existentes, ou recorrência de problemas.
MÉDIO	<ul style="list-style-type: none"> - Perdas financeiras consideráveis (entre 5% e 10% da receita); - Insatisfação de clientes podendo resultar em perda de transações; - Pagamentos de multas ou de outras penalidades; - Perda de oportunidade de negócio; - Descumprimento de procedimentos internos, leis e regulamentações 	MÉDIA	Os controles existentes não operam de forma padronizada ou são ineficientes e podem não minimizar o risco
BAIXO	<ul style="list-style-type: none"> - Perdas financeiras imateriais (abaixo de 5%); - Insatisfação de clientes; - Pagamentos de multas ou outras penalidades de pequena relevância. 	BAIXA	Os controles existentes minimizam os riscos

Assim, a análise de riscos envolve desenvolver a compreensão dos riscos mapeados na Etapa 2. A partir dessa compreensão, chega-se à Etapa 4 de Avaliação de Riscos e à tomada de decisões sobre quais tratamentos a serem adotados, bem como sobre quais estratégias e métodos mais adequados para o seu gerenciamento.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Etapa 4: Avaliação dos Riscos

Os riscos mapeados e analisados são avaliados de acordo com seus potenciais impactos de materialização para a realização dos objetivos da Companhia.

Nesse sentido, a administração da Companhia, proprietários dos riscos e líderes de processos avaliam em conjunto os Eventos dentro das perspectivas de probabilidade, frequência e impactos. No processo de avaliação dos riscos, buscam-se variáveis para combinar métodos qualitativos e quantitativos. Dessa forma, são consideradas, dentre outras, variáveis para classificação de impactos que auxiliam na melhor classificação dos riscos, utilizando o gradiente de extremo, alto, médio e baixo para cada variável.

Por fim, combinando todas as variáveis de avaliação, é definida a criticidade dos Riscos identificados, o que permite a construção de um mapa de priorização, partindo dos riscos de maior exposição para os de menor exposição.

Esse mapa auxilia a Companhia e as suas unidades de negócio a obter maior grau de alinhamento do planejamento estratégico com o nível aceitável de apetite a riscos da Companhia.

Nesse sentido, a Etapa 4 é crucial no auxílio na tomada de decisões pela administração da Companhia quanto aos riscos que devem ou não ser priorizados.

Ainda, anualmente é realizada uma avaliação geral dos riscos da Companhia, liderada pelo Conselho de Administração, com participação da Diretoria e dos membros do Comitê de Auditoria, por meio de reuniões e entrevistas, cujo objetivo é realizar o diagnóstico da estrutura da Companhia, identificar os Riscos, definir a priorização no tratamento dos riscos identificados, elaborar novo mapa de riscos, definir a estratégia do gerenciamento de riscos e, conseqüentemente, os recursos humanos e financeiros necessários para operacionalizar a estrutura de gestão de riscos da Companhia.

Contudo, apesar da periodicidade da avaliação geral descrita acima, o mapa de riscos é passível de ajustes a qualquer momento (exclusão, modificação e adição de riscos e prioridades), caso sejam observadas mudanças na realidade da Companhia que assim justifique tal adaptabilidade.

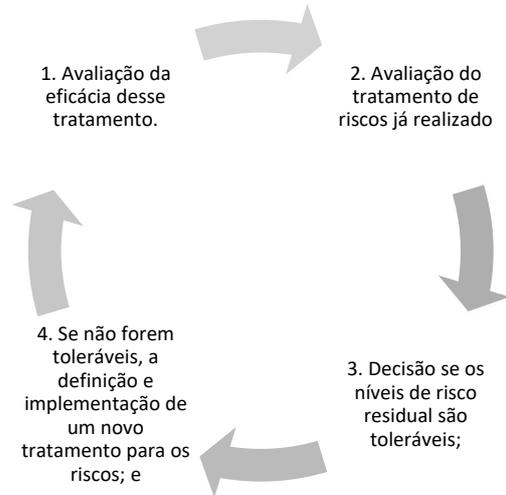
Etapa 5: Tratamento de Riscos

A fase de tratamento de riscos envolve identificar os dispositivos de controle existentes dentro do processo para análise de efetividade desses controles como medidas de prevenção e como fatores redutores do grau de exposição (Fator Mitigatório), com o objetivo de se chegar ao risco residual.

Para os processos que requerem maior grau de efetividade dos controles ou que não possuem fatores de mitigação efetivos, o risco será tratado pela área de gestão de riscos e controles internos em conjunto com a área responsável pela 1ª linha de defesa desse risco, por meio da implementação de um ou mais planos de ação que visem mitigar a exposição ao risco e/ou os impactos em caso de materialização de um Evento a ele associado.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Para cada plano de ação, são atribuídos responsáveis e os cronogramas de implementação para garantir a eficácia e eficiência dos planos e assim reduzir o nível de risco residual.



Nesse processo, as ações para tratamento de Risco que podem ser tomadas pela Companhia são:

- **Evitar:** não correr os riscos, determinando a descontinuação das atividades que os geram, sejam eles decorrentes da produção de um bem específico, da manutenção de uma linha de negócios ou de processos da empresa. Essa alternativa deve ser aplicada quando não houver alternativa viável ou suficiente para reduzir o impacto ou a probabilidade de ocorrência de risco que possa ter consequências relevantes e/ou irreversíveis, justificando sua descontinuação.
- **Aceitar:** não adotar nenhuma providência para reduzir a probabilidade ou o impacto do risco. Essa alternativa deve ser aplicada quando o custo do gerenciamento/mitigação não compensar, se comparado com o impacto assumível, dentro do nível aceitável de apetite a risco definido pela Companhia. Nesse caso, o risco deverá ser monitorado continuamente, para garantir novo tratamento adequado caso haja mudança na situação que possa aumentar o impacto e/ou probabilidade do risco – gerando a alteração de sua criticidade.
- **Eliminar:** adotar ações que altere ou elimine um processo ou um projeto, protegendo os objetivos do negócio dos impactos de um determinado risco.
- **Reduzir ou mitigar:** determinar medidas para reduzir a probabilidade de concretização do risco e/ou seu impacto em caso de concretização. Essa alternativa deve ser aplicada quando a redução da probabilidade ou do impacto forem suficientes para tornar o risco assumível, segundo o apetite a riscos da Companhia.
- **Compartilhar e /ou Transferir:** adotar ações que reduzam a probabilidade e/ou o impacto do risco pela transferência total ou pelo compartilhamento de uma parte do risco com terceiros, seja por meio de seguros, *hedge*, associações, terceirização de atividades e outros.

Ao optar por uma determinada ação no processo de tratamento do risco, os executivos e gestores responsáveis devem analisar o custo benefício da ação, considerando os custos envolvidos, esforços e implementação, bem como estudar os benefícios decorrentes da ação no âmbito financeiro, legal e reputacional, entre outros. O plano de tratamento deve identificar a ordem de prioridade em que cada tratamento deva ser implementado.

Após determinar em conjunto com as áreas responsáveis e/ou afetadas as estratégias de tratamento a serem adotadas, o plano de ação será documentado e comunicado às áreas envolvidas, para assegurar a efetivação tempestiva das medidas determinadas.

A área de Gestão de Riscos e Controles Internos irá dar suporte às áreas na elaboração dos planos de ação para que corrijam as falhas de controle identificadas na causa raiz e mitiguem os riscos identificados.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

◆ **Etapa 6: Monitoramento**

Os processos de monitoramento da Companhia têm como finalidade garantir que os controles dos riscos sejam eficazes e eficientes em sua implementação, com a obtenção dos resultados pretendidos e estratégias desenhadas pela administração e pelas linhas de defesa.

Por meio do processo de monitoramento, é possível obter informações que poderão melhor balizar as fases de avaliação de riscos, análise de Eventos, mudanças, tendências, sucessos e fracassos, detecção de mudanças nos contextos interno e externo, e identificação dos riscos emergentes. Os resultados do monitoramento devem ser registrados e reportados aos responsáveis pela Gestão de Riscos e Controles Internos na Companhia.

Nesse cenário o monitoramento de riscos está constituído em um ciclo dinâmico e contínuo, sendo fundamental para garantir de forma tempestiva, preventiva e reativa ações que auxiliem em minimizar impactos em caso de materialização dos riscos.

O monitoramento deve ser realizado pela 1ª Linha de Defesa, buscando avaliar de forma contínua a eficácia de seus controles e a melhoria no gerenciamento de seus Riscos. As áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance (2ª Linha de Defesa) apoiarão as áreas de negócio no monitoramento dos riscos, com o objetivo de contribuir para o atingimento dos objetivos e metas da Companhia.

Assim, os colaboradores envolvidos em cada área devem ter a capacidade e competência para identificar, avaliar, priorizar, monitorar e gerir os Riscos de sua responsabilidade, considerando todas as mudanças dentro do ambiente interno e externo da Companhia, para que possam obter maior grau de controle dos seus processos e, conseqüentemente, para que possam atingir os objetivos firmados ao longo da gestão de riscos.

O processo de monitoramento está também atrelado à implementação dos planos de ação, os quais serão elaborados e colocados em prática pelas unidades de negócio de acordo com as responsabilidades e periodicidade definidas pelos donos dos Riscos e pelas áreas de Auditoria Interna e Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia.

◆ **Etapa 7: Comunicação**

Os Riscos devem ser comunicados de forma clara e objetiva, com todas as informações relevantes possíveis, a todas as partes afetadas e/ou responsáveis, e, principalmente, às partes responsáveis pela determinação e efetivação das medidas para seu tratamento.

Igualmente, uma vez determinadas as medidas a serem adotadas para tratamento dos riscos, essas deverão ser comunicadas de forma precisa e célere às áreas responsáveis pela implementação das medidas determinadas.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de Riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, de acordo com o conceito das três linhas de defesa, conforme competências descritas abaixo:

■ **1ª Linha de Defesa (Liderança - front e back offices)**

→ Contempla a Gestão Operacional, representada pelas diretorias, gerências e demais colaboradores das unidades de negócio que atuam diretamente nas operações e tarefas do dia a dia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Os colaboradores que atuam na 1ª Linha de Defesa possuem propriedade sobre os riscos e são os responsáveis por implementar as ações corretivas com o objetivo de resolver as deficiências de controle e de processos, mitigando os riscos relacionados às atividades por eles exercidas.
- Esses colaboradores desempenham papel crucial no relacionamento com a 2ª Linha de Defesa durante o processo de identificação de mapeamento de Riscos, bem como no processo de execução dos planos de ação definidos pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos ou pela área de Auditoria Interna.
- Os gestores são responsáveis por gerir os riscos inerentes aos processos sob sua responsabilidade a partir da identificação, avaliação, monitoramento e tratamentos desses riscos, com a participação das demais áreas a serem envolvidas, conforme divisão de competências prevista na Política de Gestão de Riscos.
- Reporte à 2ª Linha de Defesa (área de Gestão de Riscos e de Controles Internos) sobre os riscos inerentes às atividades exercidas pela 1ª Linha de Defesa que ainda não estejam cobertos por controles que mitiguem sua probabilidade de ocorrência e/ou impacto.
- Implementação e monitoramento dos planos de ação para tratamento das deficiências identificadas nos respectivos processos.
- Reporte da ocorrência de materialização dos riscos para a 2ª Linha de Defesa (área de Gestão de Riscos e Controles Internos) de imediato para tratamento e elaboração dos planos de ação.

■ 2ª Linha de Defesa (áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance)

- A 2ª Linha de Defesa possui um status de prevenção em relação aos riscos, com ênfase em controles internos e *compliance* das leis e regulamentos aplicáveis à Companhia, como também em relação aos aspectos de controladoria, com o monitoramento dos riscos financeiros e questões de reporte financeiro.
- Deve orientar, monitorar e avaliar a aderência aos padrões e políticas definidas e dar suporte à 1ª Linha de Defesa para atingir os objetivos estabelecidos pela Companhia.
- Deve assessorar a 1ª Linha de Defesa nos aspectos de controles internos, procedimentos, normas, e apoiar as políticas de gestão, definir papéis e responsabilidades, identificar mudanças de apetite a risco da Companhia, auxiliar a construção de processos, controles e procedimentos.
- Facilitação, comunicação e monitoramento das práticas de Gestão de Riscos e auxílio na identificação de riscos segundo o apetite a riscos estabelecido pela administração.
- Avaliação da vulnerabilidade do ambiente de controles dos processos da companhia através dos testes de efetividade.
- Monitoramento da implementação dos planos de ação para as falhas identificadas.

■ 3ª Linha de Defesa (área de Auditoria Interna)

- Fornece à administração e aos órgãos de governança da Companhia, através do Comitê de Auditoria, avaliações estruturadas dos riscos mapeados, com base nos eventos e consequências relacionados, de forma independente e com objetividade dentro da Companhia.
- De forma detectiva, provê avaliações sobre o *status* da governança, dos controles internos estruturados e de que forma este cenário impacta os objetivos da Companhia, tendo no seu escopo a avaliação de eficiência e eficácia da operação, salvaguarda de ativos, confiabilidade de informações, integridade dos processos, aderência em relação a leis, regulamentos, políticas e procedimentos, e análise dos processos das áreas de negócio e de apoio da Companhia.
- Elaboração do planejamento da gestão de riscos, juntamente à área de Gestão de Riscos e Controles Internos.
- Elaboração e operacionalização do plano de auditoria interno, por área da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados.
- Avaliação da eficiência dos controles internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade da eventual falha dos controles.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos



Ainda de acordo com a Política de Gestão de Riscos da Companhia, os órgãos envolvidos na sua gestão e implementação têm as seguintes competências/funções:

FUNÇÃO	RESPONSABILIDADES
Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer as diretrizes gerais de riscos alinhadas ao contexto de negócio e do ciclo de planejamento estratégico da Companhia; Estabelecer, através da capacidade e tolerância da Companhia, os limites aceitáveis de apetite a riscos; Avaliar, deliberar e aprovar a matriz de riscos estratégicos e priorizados, alinhados ao apetite a riscos da Companhia; Definir e revisar os critérios e estratégias da gestão de riscos; Avaliar, anualmente, a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna para o desempenho das suas funções, conforme recomendação do Comitê de Auditoria; Avaliar e deliberar sobre os reportes realizados pela Auditoria Interna, através do Comitê de Auditoria; Revisar e aprovar as definições gerais das estratégias de Gestão de Riscos; Assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional, a aprovar orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; Aprovar e modificar a Política de Gestão de Riscos, suas evoluções e revisões futuras.
Comitê de Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna e da área de Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia; Avaliar e monitorar as exposições a Riscos da Companhia; Propor ao Conselho de Administração as definições e diretrizes para compor o modelo de Gestão de Riscos da Companhia; Propor ao Conselho de Administração os níveis de tolerância para exposição aos Riscos; Acompanhar e apoiar o processo de Gestão de Riscos na definição dos Riscos priorizados alinhados ao contexto de negócio e as diretrizes do Conselho de Administração; Supervisionar as atividades de gestão de riscos seguindo o cumprimento das legislações vigentes e das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia; Avaliar, monitorar e informar periodicamente o Conselho de Administração sobre os Riscos priorizados identificados pelas revisões dos Proprietários dos Riscos no processo de Gestão de Riscos, auxiliando na avaliação dos planos de ação e elaboração de recomendações; Avaliar, aprovar e acompanhar a execução do tratamento e monitoramento dos riscos; Avaliar, aprovar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais da Companhia; • Levar ao Conselho de Administração, para deliberação, os reportes realizados pela Auditoria Interna; • Fazer recomendações, anualmente, ao Conselho de Administração, sobre a suficiência da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna; e • Conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, garantir que esteja em funcionamento o canal para recebimento de denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia e possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do denunciante e da confidencialidade da informação.
Diretoria Executiva	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a integração e a cultura de Riscos na Companhia e nos ciclos de gestão e de planejamento estratégico; • Garantir a implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos, alinhado aos objetivos e metas da Companhia. Aplicar as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração para atribuir o nível de Apetite a Riscos aceitável para a Companhia; • Acompanhar os Riscos gerenciados no nível de cada processo e garantir a efetividade das medidas de Controle; • Participar dos rituais de validação e priorização dos Riscos da Companhia junto ao Comitê de Auditoria; • Avaliar e monitorar o Tratamento dos Riscos alinhado à execução do planejamento estratégico da Companhia; • Avaliar, tempestivamente, a eficácia e a aplicabilidade das diretrizes desta Política; • Avaliar e apoiar as adequações da estrutura destinada ao processo de gerenciamento de Riscos, considerando recursos humanos, financeiros e tecnológicos; e • Monitorar, avaliar e supervisionar as atividades da 1ª e da 2ª Linha de Defesa.
Área de Compliance	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar a análise de Riscos de compliance, de modo a mitigar possíveis Riscos de corrupção, fraude, conflitos de interesses e mídia negativa, assegurando o cumprimento de leis e regulamentos anticorrupção vigentes, conforme a matriz de riscos priorizados; • Monitorar as análises de Riscos realizadas com base no grau de classificação de Riscos; • Auxiliar na elaboração e adequação das normas, políticas e procedimentos de forma a reduzir a exposição aos Riscos do negócio; e • Disseminar a cultura de Compliance, através de treinamentos e comunicações assegurando o cumprimento de leis e regulamentos existentes e de normas internas, procurando mitigar os Riscos identificados.
Área de Gestão de Riscos e Controles Internos	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento de Riscos e implementação de Controles; • Revisão dos Controles junto às áreas de negócio; • Realização dos testes de avaliação da eficiência da Gestão de Riscos; • Apoiar as demais áreas na implementação dos Planos de Ação e na remediação de pontos identificados no processo de Gestão de Riscos; • Atendimento à auditoria externa; • Auxiliar na elaboração de normas, políticas e manuais de procedimento; • Mapear e avaliar aderência às Normas e Procedimentos e adequar os processos para as melhores práticas de mercado; • Fazer acompanhamento e controle de <i>follow-up</i> dos principais aspectos reportados (Auditoria Interna, Controles Internos e Gestão de Riscos); • Apoiar as demais áreas nas melhorias de Controles e processos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

<p>Líderes das áreas de apoio e de negócio (back office e front office)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar, classificar e gerenciar os Riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação, em conjunto com a área de Controles Internos; • Indicar o profissional que responderá como facilitador Gestão de Risco junto à área de Controles Internos; • Prestar contas dos níveis de exposição, dos Planos de Ações e dos indicadores que descrevem o status dos Riscos aos quais seja responsável; • Deter o conhecimento técnico dos processos no qual os Riscos estão inseridos; • Ser o responsável pela atualização das informações do mapeamento e tratamento dos Riscos da sua unidade de negócio; • Manter as informações atualizadas tempestivamente, respeitando o calendário de planejamento do ciclo de Gestão de Riscos; • Monitorar o status dos Planos de Ação junto aos responsáveis pela implementação dos dispositivos de Controles.
<p>Área de Auditoria Interna</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, Controle e governança da Companhia; • Identificar e apontar oportunidades de melhorias nos processos de Controle Internos e de Gestão de Risco; • Reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria, órgão ao qual a área de Auditoria Interna se vincula funcionalmente, e aos seus clientes auditados os resultados de avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade da Gestão de Riscos na Companhia; • Elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da Gestão de Riscos; • Elaborar e operacionalizar o plano de Auditoria Interna, por setor da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados • Avaliar a eficiência dos Controles Internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade de eventual falha dos Controles; • Avaliar e propor estratégias de Controle; e • Apoiar as áreas nas melhorias de Controles e processos internos.
<p>Todos os colaboradores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a operacionalização da Gestão de Riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, e implementando ações preventivas e corretivas; • Participar de treinamentos que permitam a disseminação, de forma consciente, da cultura de Gestão de Riscos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a Política de Gestão de Riscos da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos e gestão de riscos são adequadas para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. A Companhia está constantemente buscando aprimorar os processos de controles e gestão de riscos, sempre visando à segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos e de gestão de riscos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente por sua Diretoria Financeira. No entanto, a Companhia não possui uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado aprovada, uma vez que adota práticas como a diversificação de clientes, que entende serem suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado. Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos que abrange todos os processos, áreas e colaboradores e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a identificação, tratamento e mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta.

A Política de Gestão de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2021.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia não possui política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada. Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados na Política de Gestão de Riscos

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de taxa de juros, risco de taxa de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez.

Para mais informações sobre riscos de mercado, ver item 4.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, buscando preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para cobrir o risco de oscilações com taxas de juros ou taxas de câmbio, porém monitora continuamente tais taxas, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos.

Além disso, para mitigar seu risco de liquidez, a Companhia busca manter disponibilidade em caixa e linhas de crédito, para o cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar sua reputação. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

ii) A estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia administra seus instrumentos financeiros por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não possui atualmente instrumentos financeiros para proteção patrimonial (*hedge*) diferentes da diversificação de clientes e geografias via exportação de produtos e serviços.

iii) Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não possui atualmente instrumentos financeiros para proteção patrimonial (*hedge*).

Entretanto, a Companhia busca obter um *hedge* natural para parte de suas atividades através de aumento das vendas no mercado internacional para mitigar o custo oriundo da aquisição de componentes importados utilizados no seu processo de produção.

iv) Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, as taxas de câmbio, bem como as informações disponíveis acerca das instituições financeiras com as quais mantêm relacionamento.

v) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*), entretanto possui *hedge* parcial por ser exportadora de bens e serviços.

vi) A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco de mercado

A Companhia não possui uma área específica em suas estruturas organizacionais exclusivamente dedicada ao controle de gerenciamento de riscos de mercado. No entanto, é de responsabilidade da Diretoria Financeira o acompanhamento regular de suas operações, de forma a identificar a eventual necessidade de proteção e, se for o caso, tomar as providências para mitigação dos riscos, levando em consideração a relação custo versus benefício da utilização de instrumentos para proteção.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Tendo em vista que a Companhia não possui uma política específica para gerenciamento dos riscos de mercado formalizada, não há atualmente qualquer estrutura implementada para verificação da efetividade da política.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

Por muitos anos, a Companhia atuou como uma empresa de investimentos “*venture capital*” que buscava investir em companhias com alto e rápido potencial de crescimento do setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações (“TMT”) no Brasil. Devido à natureza de seu negócio, a Companhia sempre esteve em constante análise para adotar as melhores práticas de governança corporativa. Em função disso, seus controles internos sempre estiveram diretamente afetados por aqueles de suas sociedades investidas.

A Companhia segue processos internos que garantem o adequado fechamento contábil e o fluxo de informações, contendo as práticas e políticas contábeis vigentes, cronograma, fluxograma e checklist de atividades e pacote de divulgações.

Dentre as práticas de controles internos adotadas, a Companhia destaca alguns pontos:

- Gerenciamento de riscos corporativos;
- Instituição de políticas corporativas relevantes de *compliance* e controles internos;
- Aprimoramento do *compliance* anticorrupção;
- Disponibilização de Canal de Denúncias, com aprimoramento contínuo; e
- Estrutura de Auditoria Interna, com escopo de atuação baseado na Política de Gestão de Riscos da Companhia, com reporte periódico ao Conselho de Administração, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa.

Em relação a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia elabora suas demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), incluindo a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia revisa suas práticas conforme necessidade, com o objetivo de aperfeiçoar os níveis de controle da organização. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui práticas de controles internos baseados em premissas do *Internal Control – Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO* e *NBR-ISO 31000*, com o objetivo de prezar pelo monitoramento eficiente e adequado do ambiente de controles internos, com base nos seus processos operacionais e financeiros.

A avaliação da estrutura de controles internos tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa.

Nesse sentido, os controles internos da Companhia sobre a preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que, no entendimento da Companhia:

- (i) se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e a alienação dos ativos da Companhia;
 - (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração da Companhia;
- e

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A Companhia reafirma seu compromisso com o desenvolvimento de processos e controles internos e matriz de riscos de forma a documentar as principais atividades e tarefas de cada área, notadamente nas áreas apontadas pela auditoria independente e pelo Conselho Fiscal, quando instalado.

O gerenciamento de riscos e controles internos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras é realizado através da área de Controles Internos, parte da estrutura de Controladoria da Companhia, por meio de informações recebidas e das análises de resultados apresentados em reuniões com os diretores.

Adicionalmente, a Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Todos os controles chaves da Companhia são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente.

A Companhia trabalhou ao longo de 2020 para atender e sanar os pontos levantados pelos seus auditores independentes no relatório do exercício anterior.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional segue o modelo das três linhas de defesa (conforme também descrito no item 5.1, subitem "iii"), tendo uma parte significativa da estrutura organizacional envolvida nas atividades de Controles Internos.

A área de Controladoria da Companhia se reporta para a Diretoria Financeira. A Controladoria é responsável por atuar de forma objetiva por meio de controle dos processos e avaliação do impacto que eventual falha de controle possa prejudicar à elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência e a qualidade dos serviços prestados, bem como acompanhar as atividades das áreas de auditoria interna e de controles internos da Companhia.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento.

A Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria e possui autonomia de atuação, tem a responsabilidade de avaliar o grau de eficiência dos controles internos da Companhia.

A Auditoria Interna revisa periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos operacionais destes processos, além de manter uma matriz de riscos e controles das áreas de negócio e da administração, a qual é submetida periodicamente a testes dos referidos controles destacados em matriz e com as devidas validações e pontos de ajustes realizados pelas áreas da Companhia, em um processo de monitoramento e melhoria contínua.

Vale salientar, ainda, conforme a descrição de linhas de defesa, que a supervisão da eficácia dos controles internos da Companhia é também realizada e defendida pelas demais áreas da Companhia, que validam, revisam e atuam conforme os processos estabelecidos e disponibilizados pela Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2020, na opinião dos auditores independentes da Companhia, não foram identificadas deficiências significativas nos controles internos.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Companhia não apresentou deficiência significativa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

5.4 - Programa de Integridade

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui práticas e procedimentos de integridade que têm como objetivo a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar todas as práticas adotadas, a Companhia as formalizou em seu Código de Ética e Conduta (conforme descrito abaixo). Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia, por meio do Conselho de Administração, aprovou em 23 de fevereiro de 2021, uma revisão em seu Código de Ética e Conduta, que pauta as condutas esperadas de todos os colaboradores da Companhia, incluindo, membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários da Companhia e suas controladas, assim como terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em seu nome, interesse e/ou benefício da Companhia. O Código de Ética e Conduta prevê os princípios e valores da Companhia, além das regras e diretrizes que devem ser observadas na condução dos negócios da Companhia, respeitando as diferenças individuais, a legislação, os princípios éticos e sua cultura organizacional, evidenciando, portanto, o compromisso da Companhia com a disseminação de uma cultura de honestidade, boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

Ademais, a Companhia adota Políticas, Práticas e Procedimentos de integridade, para aproximar tal conceito ao dia-a-dia de seus colaboradores, e garantir sua observância, como Procedimento para Gestão de Terceiros, Política Anticorrupção e de Relacionamento com Setor Público, Política de Doações, Patrocínios e Hospitalidades, Política de “Caixinha”, Viagem e Reembolsos, dentre outros.

Nesse sentido, a Companhia promove o cumprimento de todas as leis municipais, estaduais, federais e internacionais vigentes e aplicáveis ao seu negócio, nos contratos e convênios estabelecidos com o poder público e respeita as prescrições morais, de forma a assegurar relações transparentes, justas e profissionais, observando especialmente a Lei Brasileira nº 12.486/2013 (Lei Anticorrupção), a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), promulgada pelo Decreto 3.678/2000, e o FCPA- Foreign Corrupt Practices Act, - Act, 15 U.S.C. §§ 78dd-1 et seq., dos Estados Unidos da América, no que for aplicável (todos diplomas conjuntamente denominados “Legislação Anticorrupção”).

Os atos lesivos elencados na Legislação Anticorrupção, bem como qualquer prática de corrupção, seja de forma direta ou indireta, através de promessa, suborno, autorização ou oferta em nome da empresa de qualquer natureza ou mediante pagamento de propina a agente ou servidor do governo, partido político, candidato a mandato político ou qualquer outra pessoa, são atitudes repudiadas e proibidas pela Companhia. Entende-se por agente do governo qualquer pessoa que atue em função oficial em nome de um governo, agência, departamento da Administração Pública, nacional ou estrangeira.

O Código de Ética e Conduta da Companhia também dispõe que cabem a todos os membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários da Companhia e de suas controladas, assim como aos terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em seu nome, interesse e/ou benefício a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de prevenção à lavagem de dinheiro e demais fraudes, devendo todos manter-se alertas e atentos a transações não usuais, sendo certo que sempre que observarem uma transação suspeita, seja por meio de contratos com fornecedores e clientes ou na própria atividade da empresa, devem relatá-la imediatamente ao seu superior ou ao Comitê de Ética da Companhia.

Os colaboradores que estiverem envolvidos em quaisquer práticas de lavagem de dinheiro ou qualquer outra prática de cunho ilegal, como por exemplo corrupção, recebimento de propina, fraude, entre outros, serão devidamente responsabilizados penal e administrativamente por suas ações.

5.4 - Programa de Integridade

Por fim, o Código de Ética e Conduta da Companhia é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, de modo que quaisquer alterações necessárias serão avaliadas periodicamente pelo Comitê de Ética e pelo Conselho de Administração.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia conta com um *Compliance Officer* para atuar no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

A Companhia possui também um Comitê de Ética, órgão não estatutário colegiado da Companhia, de caráter independente e permanente, que tem como propósito avaliar, acompanhar e apurar as denúncias, questões e dúvidas que envolvem aspectos e valores éticos e de conduta da Companhia, dos membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários da Companhia e de suas sociedades controladas, assim como terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em nome, interesse e/ou benefício da Companhia ou de suas controladas, a fim de suportar as medidas e decisões tomadas pelo Conselho de Administração e e, quando for o caso, pela Diretoria.

O Comitê de Ética tem como atribuição apurar com rigor e imparcialidade quaisquer denúncias, questões e dúvidas relacionadas ou decorrentes do Código de Ética e Conduta da Companhia realizadas por meio dos Canais de Diálogo (em especial, o Canal de Denúncia) disponibilizados pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas a supostas violações da Legislação Anticorrupção.

Nesse contexto, compete ao Comitê de Ética:

- (a) Garantir a observância, a consistência e o cumprimento dos princípios éticos estabelecidos na legislação aplicável, nas normas internas da Companhia e em seu Código de Ética e Conduta;
- (b) Revisar o Código de Ética e Conduta e recomendar alterações ao Conselho de Administração, sempre que necessário;
- (c) Esclarecer questionamentos e dúvidas relacionados ao Código de Ética e Conduta;
- (d) Receber quaisquer denúncias ou queixas, oriundas de pessoas internas ou externas ao Grupo Padtec, realizadas por meio dos Canais de Diálogo disponibilizados pela Companhia;
- (e) Respeitar a integridade dos envolvidos na denúncia ou na queixa e, sempre que solicitado, manter o sigilo do denunciante, bem como o direito ao contraditório e ampla defesa do denunciado;
- (f) Estabelecer as providências necessárias e adequadas para a investigação das denúncias ou queixas recebidas por meio dos Canais de Diálogo disponibilizados pela Companhia;
- (g) Apurar, de forma imparcial, toda e qualquer denúncia ou queixa apresentada pelo denunciante através dos Canais de Diálogo disponibilizados pela Companhia;
- (h) Fornecer orientações sobre conflitos que não estejam previstos no Código de Ética e Conduta da Companhia;
- (i) Fornecer orientações para quaisquer questões que envolvam o cumprimento de obrigações ético-legais pela Companhia, pelos membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários do Grupo Padtec, assim como por terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em nome do Grupo Padtec; e

5.4 - Programa de Integridade

- (j) Elaborar relatórios, pareceres e/ou recomendações sobre as denúncias e queixas recebidas e apresentá-los oportunamente ao Conselho de Administração, e ocasionalmente à Diretoria, conforme a necessidade de envolvimento desse órgão. Tais relatórios podem conter recomendações para providências a serem tomadas pela Companhia.

Por sua vez, o *Compliance Officer* será responsável pelo tratamento de dúvidas, dilemas éticos e situações não previstas no Código de Ética e Conduta, bem como pela análise do caso concreto de descumprimento ou violação do Código de Ética e Conduta e de seus princípios, sendo que a aplicação de eventuais sanções e medidas cabíveis deverão ter a validação do Departamento Jurídico.

Além disso, compete ao Compliance Officer, também na qualidade de Secretário do Comitê de Ética:

- (a) Solicitar à administração da Companhia as informações e/ou esclarecimentos considerados necessários ao desempenho das funções do Comitê de Ética;
- (b) Manter em arquivo os registros, documentos e evidências correspondentes às denúncias e queixas recebidas pelos Canais de Diálogo disponibilizados pela Companhia;
- (c) Secretariar os trabalhos do Comitê de Ética, redigir relatórios e pareceres sobre as denúncias e queixas recebidas pelos Canais de Diálogo e lavrar as atas das reuniões do Comitê;
- (d) Apresentar, de forma ordinária, um relatório das ocorrências e atividades do Comitê de Ética ao Conselho de Administração, em periodicidade trimestral; e
- (e) Apresentar, eventualmente com a participação dos demais membros do Comitê de Ética, a apuração de casos de maior gravidade (como fraudes, ações inidôneas de membros da Diretoria) ao Conselho de Administração, com relatórios, pareceres e/ou recomendações sobre as denúncias e queixas recebidas. Tais relatórios podem conter recomendações para providências a serem tomadas pela Companhia, e serão objeto de deliberação pelo Conselho de Administração.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta que apresenta as diretrizes de comportamento esperadas por parte dos colaboradores, administradores e executivos da Companhia nas suas relações internas e, entre outros, com clientes, fornecedores, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

Todas as demais diretrizes da Companhia, formalizadas por meio de suas políticas, igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código de Ética e Conduta.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética e Conduta é destinado a todos os colaboradores, administradores e executivos da Companhia, independentemente do nível hierárquico, localização geográfica ou funcional, assim como terceiros contratados para agir em nome, interesse e/ou benefício da Companhia.

É esperado que terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviço, observem os princípios éticos valorizados pela Companhia e contidos no Código de Ética e Conduta na condução dos negócios e na relação com a Companhia, seja ela de qual natureza for.

5.4 - Programa de Integridade

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Todos os colaboradores da Companhia são cientificados e treinados a respeito do conteúdo do Código de Ética e Conduta da Companhia no momento de sua contratação, e, os administradores e executivos, no momento de sua eleição. Tanto os administradores da Companhia quanto os colaboradores devem aderir e ter acesso ao Código de Ética e Conduta mediante assinatura de Termo de Recebimento e Compromisso, manifestando desta forma o seu “de acordo” com as suas prescrições nele contidas.

Além disso, sempre que ocorrerem atualizações do conteúdo do Código de Ética e Conduta, seu conteúdo será novamente divulgado e disponibilizado para todos os administradores, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O não cumprimento dos termos do Código de Ética e Conduta poderá sujeitar os colaboradores a medidas disciplinares, que incluem advertência, suspensão, demissão por justa causa e demais penalidades previstas na legislação trabalhista, independentemente de outras ações que a empresa possa adotar, seja na esfera cível, criminal e/ou trabalhista.

Na aplicação das penas disciplinares, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, observando-se sempre as normas emitidas pela área de Recursos Humanos e a legislação aplicável.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética e Conduta da Companhia está disponível nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.bmfbovespa.com.br) e da Companhia (www.padtec.com.br). Sua última revisão foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de fevereiro de 2021.

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui canal de denúncias interno, cujas informações são captadas e disponibilizadas para tratamento pelo Comitê de Ética e Comitê de Auditoria.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

A Companhia possui em seu website (<https://www.padtec.com.br/canal-de-denuncia/>) um formulário, disponível na área Canal de Denúncia, por meio do qual qualquer pessoa, seja colaborador ou terceiro, interna ou externa à Companhia, pode enviar comentários ou reportar violações ao Código de Ética e Conduta, inclusive anonimamente se preferir. O canal de denúncias pode ser acessado também pelo e-mail etica@padtec.com.br.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O anonimato é garantido para todas as pessoas que não queiram se identificar, mas realizam relatos sobre situações que inferem as regras de conduta ética estabelecidas pela Companhia.

• órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

Todos os casos reportados são apurados pelo Comitê de Ética, o qual, após análise e verificação dos fatos, deverá reportar os casos ao Conselho de Administração, conforme achar relevante.

5.4 - Programa de Integridade

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em que pese o Código de Ética e Conduta não estabelecer diretrizes específicas a respeito de processos aplicáveis a operações de fusões e aquisições, a Companhia realiza os procedimentos usualmente aplicados neste tipo de operação, incluindo legal, financeira e *business due diligence*, com o intuito de identificar, entre outras questões a existência de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas companhias alvo.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, uma vez que a Companhia adota o Código de Ética e Conduta e a Política de Gestão de Riscos, conforme descrito nos itens anteriores, como forma de prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta. Ademais, a Companhia aprovou, em 23 de fevereiro de 2021, a Política de Gestão de Riscos e alterações pontuais no Código de Ética e Conduta, em observância e atendimento às regras de listagem do segmento Novo Mercado.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	26/01/1998
Forma de Constituição do Emissor	A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade anônima com a denominação de Kikwitt Participações S.A., depois sua denominação social passou a ser Ideiasnet S.A. e a partir de 10/07/2020, Padtec Holding S.A.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	02/08/1999

6.3 - Breve Histórico

A Padtec Holding S.A. (anteriormente Ideiasnet S.A.) iniciou suas operações como uma incubadora de projetos de internet e abriu seu capital na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) no ano 2000, sob o código IDNT3.

Nos anos seguintes, a Companhia realizou uma reorganização em seu modelo de negócios visando o investimento e desenvolvimento de companhias do setor de tecnologia, mídia e telecomunicações (“TMT”).

Em agosto de 2009, os investimentos diretos e indiretos foram migrados para o então constituído Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I – Multiestratégia (Ideiasnet FIP I) e, em 2013, foram constituídos um segundo fundo de investimento em participações, o Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações II (Ideiasnet FIP II), bem como um terceiro, o Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações (FICFIP), para ser o cotista do Ideiasnet FIP I e do Ideiasnet FIP II. Como resultado, criou-se uma estrutura societária onde os fundos de investimento em participações tornaram-se acionistas diretos das investidas, e a Companhia era a cotista direta do FICFIP.

Em março de 2017, o Ideiasnet FIP II foi incorporado pelo Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações III – Multiestratégia (Ideiasnet FIP III), nova denominação do Ideiasnet Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações (Ideiasnet FICFIP).

Em junho do mesmo ano, o Ideiasnet FIP III adquiriu a participação acionária da IDCO Capital, LP, referente ao fundo Ideiasnet FIP I, passando a ser o único cotista deste fundo. Um mês após, o Ideiasnet FIP I foi incorporado pelo Ideiasnet FIP III, visando à simplificação da estrutura societária e redução de custos.

Ao longo de 2018, considerando os altos custos regulatórios e operacionais da Companhia quando comparados com seu patrimônio, além de passivos tributários e contingências trabalhistas relevantes, diversas medidas foram tomadas com a finalidade de reduzir os custos estruturais, dentre as quais a extinção do Ideiasnet FIP III.

Em paralelo, a Administração da Companhia deu início em conjunto com os demais sócios da Padtec S.A. (CPqD e BNDESPAR), às análises das alternativas para a listagem das ações da investida na bolsa de valores, indiretamente, por meio da então Ideiasnet. Inicialmente desenhada como um aumento de capital da Companhia, a ideia evoluiu para uma incorporação de ações da Padtec S.A. pela Ideiasnet. Naquele momento, a Padtec S.A. era a única investida com atividades operacionais que ainda fazia parte do portfólio da Companhia.

Em julho de 2019, no contexto da reorganização em curso visando à simplificação, racionalização e eficiência da sua atual estrutura, a Companhia incorporou sua subsidiária integral Ideiasventures Participações S.A.

6.3 - Breve Histórico

Por fim, em abril de 2020, os acionistas da Padtec S.A. e da Companhia, em assembleias de ambas as companhias, aprovaram a operação de incorporação de ações da Padtec S.A. pela Companhia. Conforme estabelecido na Lei das S.A., foi concedido prazo para exercício de direito de retirada aos acionistas da Companhia que dissentiram ou se abstiveram de votar na deliberação relacionada a esta operação, ou que não compareceram à assembleia. Findo esse prazo, a operação foi implementada com a emissão de novas ações da Companhia, entregues aos então acionistas da Padtec S.A. em 1º de junho de 2020, e a consequente conversão da Padtec S.A. em subsidiária integral da Companhia. Em 10 de julho de 2020, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia para Padtec Holding S.A., e seu código de negociação na B3 passou a ser PDTC3.

Padtec S.A.

A Padtec S.A. foi criada em 2001 a partir da cisão dos laboratórios de telecomunicação óptica do CPqD, com a finalidade de desenvolver tecnologias para o setor de forma independente. Na época, a demanda de dados era exponencialmente menor do que hoje, nossos produtos possuíam uma capacidade de 2,5Gb/s, o suficiente para atender as necessidades do mercado naquela época.

Em 2004, teve início sua expansão internacional para países da América Latina atingindo principalmente a Argentina, e posteriormente a Colômbia. Hoje, a Padtec S.A. está presente em 16 países, que representam 94% do produto interno bruto (PIB) da região e recentemente entrou no mercado norte-americano. Essa jornada mostra a forte competitividade em relação aos players internacionais que acabam deixando a desejar na questão de proximidade (física e cultural) ao cliente.

Já em 2010, com o aprimoramento do plano de expansão e crescimento, a Padtec S.A. foi selecionada como provedor de infraestrutura para a Telebrás para o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Essa expansão permaneceu forte nos anos seguintes, com a entrega da rede ótica submarina para o Google em 2015 e novas plataformas de transmissão em 2017, tudo isso combinado com uma política clara de gestão financeira, possibilitando melhor resultado e margens.

Mais recentemente, em 2019, foi realizada a venda da unidade de Sistemas Submarinos para a IPG Photonics, multinacional norte-americana fabricante de lasers e amplificadores de alta potência, em uma transação no valor de R\$ 75 milhões, seguindo em linha com a estratégia atual de foco total no mercado de transporte óptico terrestre.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

A Companhia não requereu pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes no julgamento da Companhia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Padtec é uma empresa de tecnologia que atua no setor de telecomunicação, sendo a única companhia brasileira que projeta, desenvolve, instala e mantém sistemas completos fim-a-fim de tecnologia DWDM (*Dense Wavelength Division Multiplexing* - Multiplexação Densa por Comprimento de Onda) utilizados no transporte de dados em redes de fibra ópticas. Seu principal objetivo é facilitar o acesso à internet de qualidade para todos os públicos através do aumento da capacidade de transmissão de dados nas fibras ópticas.

A tecnologia desenvolvida pela Companhia permite que grandes quantidades de dados sejam transferidas por longas distâncias de forma rápida e a um custo por *bit* transmitido cada vez menor, suportando o crescimento exponencial do tráfego de dados ocorrido nos últimos anos em todo o mundo e, especialmente, nos países da América Latina.

Hoje, a quase totalidade dos dados que trafegam nas redes mundiais é transmitida por fibra óptica, seja por curtas ou longas distâncias, e a Padtec está posicionada no meio desta cadeia com seus dispositivos DWDM, que codificam os dados em portadoras de luz, transmitidas por meio de fibra óptica. Em qualquer acesso à internet feito no Brasil ou nos demais países onde a Companhia está presente, seja para assistir um vídeo, acessar redes sociais ou ler um documento *online*, essas informações podem estar passando por equipamentos de tecnologia DWDM da Padtec ou de algum de seus competidores.

A Companhia está acompanhando o crescimento da demanda de dados com o desenvolvimento de novas tecnologias. Por exemplo, em 2001 era possível converter 2,5 Gb por segundo de informação, hoje a Padtec já entrega uma taxa de 600 Gb por segundo em seus dispositivos. No Brasil, a Companhia está no dia a dia das pessoas viabilizando o acesso à internet ao redor do país, com um modelo B2B ("*business to business*", estabelecido entre empresas), e tem como clientes grandes empresas como Tim, Oi, Vivo e Claro e uma gama de centenas de outros clientes, incluindo vários Internet Service Providers (ISP), que possuem contato direto com o cliente final.

Além de preço e qualidade, a Padtec também se destaca pela proximidade e parceria com os clientes, e acredita ser o principal fornecedor local para os ISPs no Brasil, auxiliando seu crescimento e consolidação, não só através de seus produtos bem como com serviços de operação e manutenção das redes de telecomunicações.

A Companhia desenvolve a maioria de seus produtos e, apesar de não ser tão verticalizada, o desenvolvimento de tecnologia é fundamental para sua operação. A Padtec investe cerca de 15% a 20% de sua receita em Pesquisa & Desenvolvimento, um processo chave, pois assim consegue se manter competitiva no mercado e entregar o melhor produto possível aos clientes.

A Companhia tem estrutura para suportar a operação das redes de seus clientes com serviços de manutenção preventiva e corretiva, garantindo a qualidade da conectividade de suas redes aos consumidores finais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

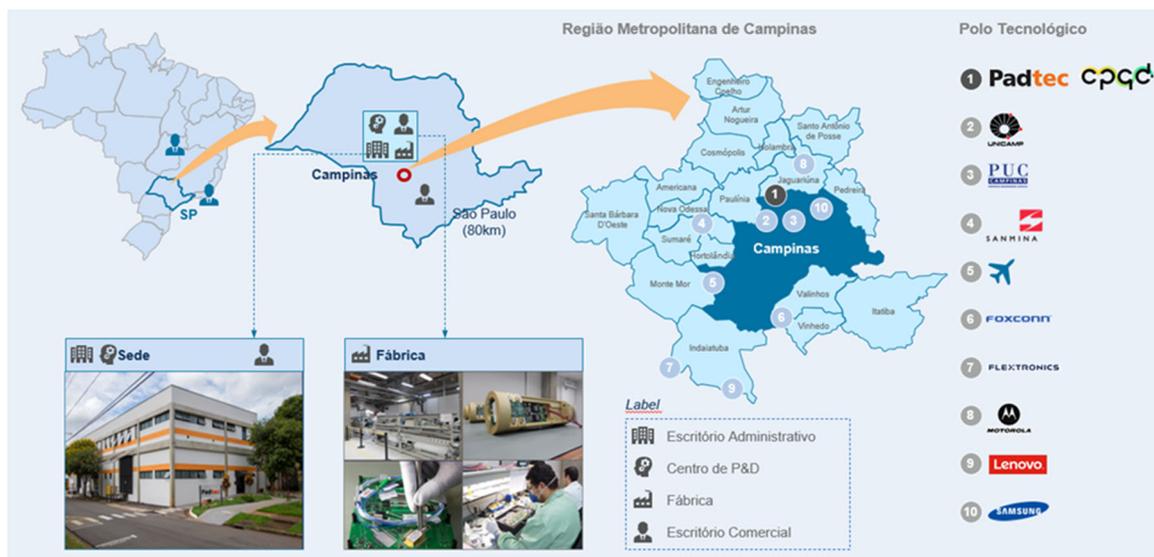
A Companhia está passando por um forte período de crescimento, principalmente devido ao avanço dos ISPs no mercado de telecomunicação e sua jornada de expansão internacional está focada na América Latina e na América do Norte. Esse crescimento tem sido uma tendência e tem sido suportado pela indústria, a qual está constantemente se renovando e trazendo novas tecnologias que demandam melhor infraestrutura para atender as necessidades dos consumidores finais.

A Companhia fechou o ano de 2020 com fortes números de crescimento e lucratividade, apresentando uma base de 119 clientes ativos, ou seja, clientes que adquiriram produtos ou serviços nesse exercício. Isto representa um aumento de 65% de novos provedores em relação ao ano anterior, com margem bruta de 34% e margem EBITDA de 11%¹.

MODELO DE NEGÓCIOS

Estrutura Produtiva

A Companhia está sediada no campus do CPqD, um dos maiores centros tecnológicos do Brasil, situado na cidade de Campinas/SP, local estratégico com fácil acesso a unidades produtivas de grandes empresas de tecnologia, como Motorola, Samsung e Lenovo, e boa infraestrutura logística para o recebimento de insumos locais e importados e para a expedição de nossos produtos. Outro fator importante nesta localização é a proximidade dos campus da Unicamp e da PUC Campinas, duas das faculdades mais renomadas da América Latina, principalmente por seu forte perfil de formação qualificada de engenheiros e profissionais da área de tecnologia.



Fonte: informação da Companhia

¹ Margem EBITDA Gerencial Combinada, conforme descrito no item 3 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

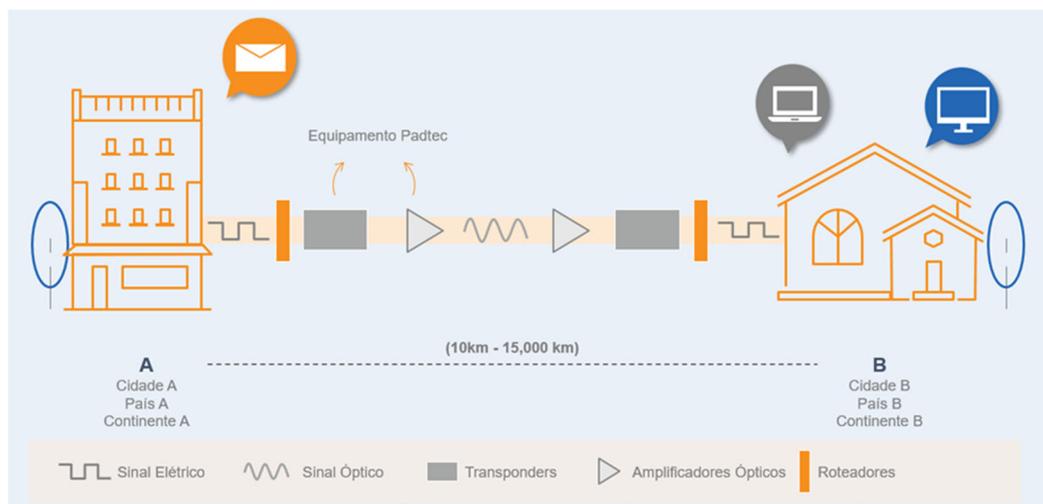
Em 31 de dezembro de 2020, a Padtec tinha cerca de 600 funcionários, sendo 400 alocados em sua matriz e os outros 200 espalhados entre os diversos pontos de presença no Brasil, na América Latina e nos Estados Unidos. A Companhia valoriza a diversidade e a qualificação de seus profissionais: mais de 50% possuem formação superior, cerca de 30% são formados em engenharia e 5% com PhD, números típicos de uma empresa geradora de tecnologia.

Visão Geral dos Negócios

A Companhia opera em dois segmentos distintos: desenvolvimento de produtos e soluções DWDM, a principal unidade de negócio que representou 85% das receitas em 2020, e oferta de serviços *premium*, que suporta a operação das redes dos clientes com serviços de manutenção preventiva e corretiva de instalação.

DWDM

No segmento de DWDM a Padtec realiza o desenvolvimento, comercialização, produção e venda de equipamentos de multiplexação por divisão de comprimento de onda, uma tecnologia amplamente utilizada em redes de fibra óptica. Essa tecnologia está presente no dia a dia de todos os usuários de internet, porém não diretamente nas casas dessas pessoas, mas sim ao longo das redes de fibra óptica utilizadas para permitir o acesso ao conteúdo desde os datacenters até os usuários finais.

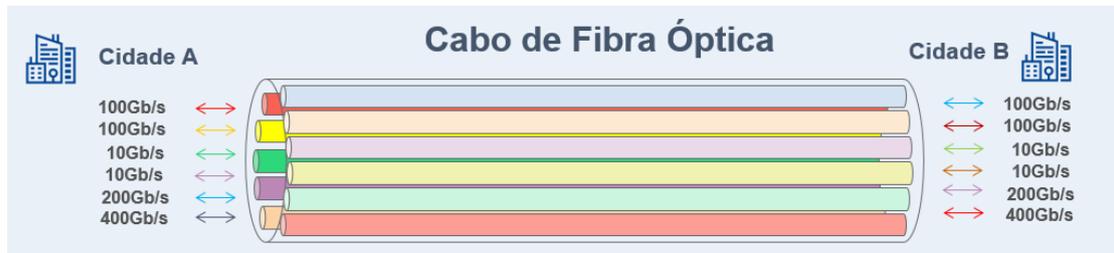


Fonte: informação da Companhia

Essa tecnologia é crucial para a conectividade em larga escala do mundo atual. O aumento na demanda por maiores capacidades na transmissão de dados exige tecnologias cada vez mais avançadas. É aí que os equipamentos da Companhia se aplicam, com interfaces de altas taxas de transmissão e amplificação da potência óptica dos sinais na fibra para transmitir informações com maior capacidade e alcançar maiores distâncias.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O DWDM combina e transmite diversos sinais simultaneamente em diferentes comprimentos de onda dentro da mesma fibra óptica, semelhante ao existente para o sistema de rádio e televisão. Cada canal tem sua frequência que é transmitida simultaneamente com as frequências dos outros canais através do mesmo meio físico. Com isso, ao invés de utilizar a fibra óptica para transmitir apenas um único canal, é possível transmitir diversos ao mesmo tempo (assim como o sinal de rádio e televisão), aumentando a capacidade.



Fonte: informação da Companhia

Os principais benefícios do uso do DWDM nas redes de fibra óptica são:

- Escalabilidade na capacidade;
- Aumento significativo na velocidade de transmissão por fibra, comparado com a transmissão por apenas um canal; e
- Capacidade de alcançar maiores distâncias, percorrendo até milhares de quilômetros.

Todos esses benefícios demonstram a importância dessa solução para o cenário presente hoje em dia, possibilitando atender a grande demanda de dados consumidos diariamente.

A Companhia disponibiliza essa tecnologia para diversos clientes, desde grandes provedores de internet até ISPs recém estabelecidos. Possui forte presença no Brasil, e está presentes em vários países da América Latina, com mais de 40 pontos de presença (localidades nas quais a Padtec possui técnicos alocados) na região. Esse é um de seus maiores diferenciais, sua proximidade aos clientes, física e cultural, que se mostra essencial para o desenvolvimento de um relacionamento sólido, incluindo todo o suporte após a implantação das redes. Outro diferencial da Padtec é o trabalho realizado junto aos clientes, auxiliando as companhias menores a se estabelecerem no mercado.

Seu portfólio de soluções possibilita oferecer os melhores serviços para qualquer tipo de cliente, trazendo uma proposta de valor agregado importante para o desenvolvimento das redes de fibra óptica. Os equipamentos são projetados tendo em vista o aumento da eficiência energética, a redução do espaço ocupado e a redução do custo do bit transmitido.

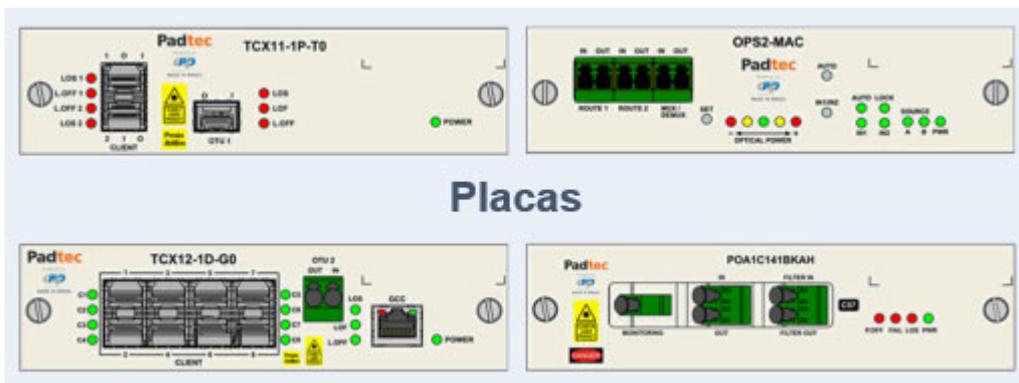
Os principais produtos oferecidos pela Companhia são:

- **LightPad i6400G:** trata-se de um equipamento utilizado em diversas aplicações DWDM, suportando tanto as operações da cadeia principal da infraestrutura da rede quanto operações submarinas. Seu uso é flexível, ampliando a capacidade sem interrupção do tráfego da rede de forma eficiente, possibilitando aumento na densidade de transmissão.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



- MultiPad MPD-1200:** plataforma *standalone*, ideal para atender diversas aplicações de forma simples e com baixo custo. Sistema modular com três compartimentos diferentes, cada um suportando diferentes tipos de aplicação, sendo uma solução de alta flexibilidade e baixo custo.

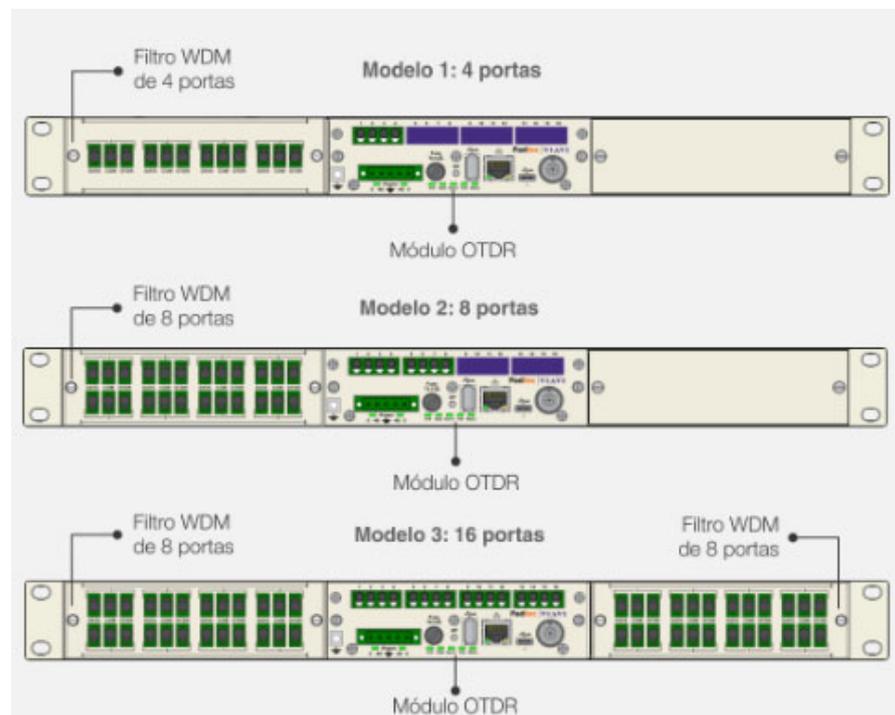


7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- **LightPad OTS-12:** produto capaz de transportar seletivamente o fluxo de redes ópticas, integrando a interface de transmissão DWDM. Utilizado para controlar os diferentes fluxos de dados com granularidade e eficiência na ocupação dos canais DWDM, com mecanismo automático para proteção e restauração do tráfego.

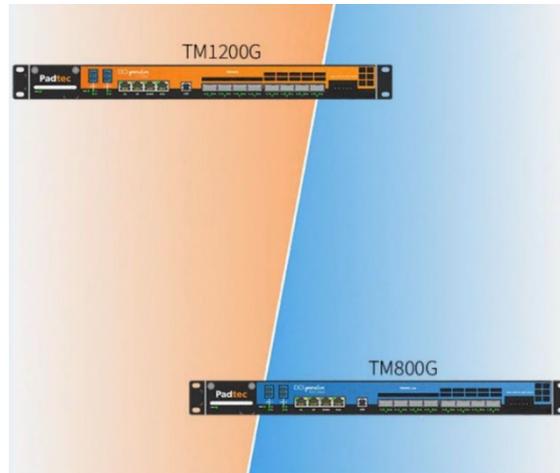


- **LightPad OTDR:** solução de monitoramento contínuo de redes ópticas, com capacidade de monitoramento de até 16 fibras de mais de 100 km. Os principais recursos disponíveis nesse produto são: monitoramento de fibras sem interferir no tráfego de dados, gerenciamento local ou remoto via Web Browser, acesso ao histórico de mudanças na atenuação da fibra, notificações de alerta por e-mail e SMS e rastreamento de eventos através de georreferenciamento. Seus principais benefícios são o baixo consumo de energia, redução do tempo para localização de falhas na rede óptica e de custo operacional das equipes de campo.



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- **DCI Generation:** produto capaz de aumentar exponencialmente a capacidade das fibras com suporte para canais DWDM de até 600 Gb/s. Possui duas dessas interfaces com modulação configurável para se adaptar a diferentes tipos de rede ópticas e permitindo uma capacidade de transmissão total na fibra de até 38,4 Tb/s.



Essa gama de produtos possibilita que criemos um verdadeiro ecossistema de soluções para nossos clientes, atendendo as mais diversas necessidades com qualidade e de forma eficiente.

Operação e Manutenção

O outro segmento de atuação da Companhia é a operação, instalação e manutenção de redes, onde são oferecidos diversos serviços de suporte aos clientes, desde a instalação de rede até o gerenciamento das redes através de nosso NOC (*Network Operation Center*) com funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Os principais conjuntos de serviços oferecidos são:

- **Instalação e implantação de redes:** inclui inspeção local, configuração dos projetos, instalação dos equipamentos, teste dos sistemas, documentação da rede e conexão com os equipamentos do cliente.
- **Caracterização de fibra:** consiste em medidas de atenuação e dispersão das redes de fibras ópticas, limpeza e recuperação de conectores, relatórios de análise de medições, identificação de pontos para expansão da capacidade de transmissão, ações de recuperação de falhas na fibra óptica e medidas especiais de performance.
- **Gerenciamento da rede:** análise de performance, gerenciamento do sistema e centro de operações disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- **Treinamento:** introdução às tecnologias de transmissão óptica, design de redes, operação e manutenção de sistemas DWDM, comissionamento de redes, análise e diagnóstico de falha e tópicos especiais focados em equipamentos específicos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- **Suporte local:** centros de manutenção, com profissionais próprios treinados e qualificados. Suporta atividades em DWDM, infraestrutura de estações e fibra óptica, inspeção local e gerenciamento e armazenamento de peças sobressalentes.

O foco da Companhia nesse segmento é oferecer suporte pós-venda e serviços de maior valor agregado, sempre com qualidade e disponibilidade aos clientes.

Estratégia Comercial

O modelo de negócio da Padtec é 100% B2B, com uma grande base de clientes composta por diversas companhias renomadas em seus setores de atuação, em todos os setores de telecomunicações, tais como operadoras tradicionais, *carriers*, *utilities*, integradoras, *data centers* e ISPs. Os clientes incluem desde as grandes operadoras de Telecom, como Claro e Vivo, até empresas dos setores de energia elétrica, como Eletrobras e Taesa.

Essa variedade é observada também na abertura de receita por cliente, sendo que a maior concentração está em ISPs, representando cerca de 46% da receita em 2020 (considerando os dados combinados para o ano).

Além disso, a evolução registrada da base de clientes na unidade de negócios de equipamentos ópticos demonstra a capacidade da Companhia de crescer mantendo um portfólio diversificado e favorável para seu crescimento contínuo.

A ótima reputação da Companhia junto à sua base de clientes é atestada pelo *Net Promoter Score* de 41,7% e pelo índice de Satisfação de Cliente de 8,2, segundo pesquisa realizada junto a este público no último trimestre de 2020, sendo um forte indicativo dos acertos obtidos na abordagem aos seus clientes.

Informações Financeiras Selecionadas

Conforme descrito anteriormente, os resultados da Companhia vêm sendo impulsionados pelo forte aumento na demanda por dados, chegando a receita, considerando os dados combinados do Grupo Padtec, a R\$ 247 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2020, apresentando um crescimento de 12,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Companhia registrou também um aumento relevante na margem EBITDA, considerando o resultado combinado do Grupo Padtec, que foi de 10,8% no ano findo em 31 de dezembro de 2020, comparado com 0,1% no ano findo em 31 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta os destaques financeiros da Companhia nos períodos indicados, considerando os dados combinados do Grupo Padtec para os anos de 2020, 2019 e 2018:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Receita operacional líquida	247.712	220.804	229.384
Lucro bruto	85.222	67.036	72.432
EBIT	14.996	(5.844)	40.369

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

EBITDA ²	26.756	116	30.257
Margem EBITDA³	10,8%	0,1%	13,2%
Lucro Líquido	16.293	11.703	33.315
Margem Líquida	6,6%	5,3%	14,5%

Pontos Fortes

Liderança no mercado DWDM brasileiro

A Padtec ocupa uma posição de liderança no mercado DWDM no Brasil, com aproximadamente 20% de market share no mercado doméstico, segundo estimativas da empresa a partir dados de mercado da América Latina coletados pela consultoria OMDIA. A Companhia entende que essa posição foi conquistada através de duas décadas de dedicação e excelência no setor, com profundo conhecimento em tecnologia de fibra óptica, desenvolvendo, produzindo e comercializando soluções ópticas baseadas nessa tecnologia.

A Companhia tem acompanhado o crescimento das operadoras competitivas no mercado brasileiro, sendo, segundo pesquisa da revista RTI em 2019, a marca com melhor reconhecimento deste setor como fornecedor de DWDM.

Foco em qualidade de serviços e proximidade única aos clientes

A Padtec tem uma estrutura bastante pulverizada no Brasil, levando sua tecnologia para todas as regiões brasileiras. A Companhia também possui instalações na Argentina, na Colômbia e nos Estados Unidos além de possuir escritórios e pontos de presença em vários estados do Brasil de todas as regiões brasileiras. Essa vasta presença permite estar próxima de seus clientes, fornecendo suporte constante e acompanhando de perto o crescimento desses clientes, principalmente os ISPs, que apresentaram forte crescimento nos últimos anos e possibilitaram que a Companhia acompanhasse esse ritmo acelerado de desenvolvimento.

Esse é um dos principais pontos que diferenciam a Padtec dos competidores internacionais: por falar a mesma língua e estar próximos com mais de 40 pontos de presença na América Latina, a Companhia acredita que os *players* locais tendem a preferir seus produtos e serviços, pois sabem que podem contar com um serviço de apoio confiável para todos os tipos de problemas que venham a ter em seus equipamentos de DWDM.

Além disso, a Companhia possui uma unidade de negócios dedicada a serviços *Premium*, que oferece ao mercado o suporte técnico pós-venda aos seus próprios sistemas DWDM. Esta alternativa reforça o posicionamento competitivo em relação aos demais *players* do setor.

² EBITDA gerencial, não considera o efeito da venda de plataformas tecnológicas e outros ajustes.

³ Margem EBITDA gerencial, não considera o efeito da venda de plataformas tecnológicas e outros ajustes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Vasta base de clientes e equipamentos instalados

A Companhia estima ter mais de 250.000 km de sistemas ópticos DWDM fornecidos no Brasil e nos demais países da América Latina, com equipamentos instalados em 16 países da América Latina, os quais representam 94% do PIB da região.

Esse posicionamento se dá graças a sua grande base de clientes, com mais de 200 companhias consumindo nossos produtos e serviços, sendo boa parte delas novos provedores (ISPs) e companhias líderes em seus respectivos setores, indo desde telecomunicação, como Claro, Tim e Oi, até empresas petrolíferas, como Petrobras.

Outro ponto que favorece a preferência pela contratação da Padtec em casos de upgrades nas instalações é a grande quantidade de equipamentos instalados originalmente pela Companhia, o que naturalmente dá maior facilidade de fazer esses serviços em relação aos competidores. Esse fator combinado com o bom relacionamento, serviço pós-venda de qualidade e proximidade aos clientes resultam na recorrência de vendas devido ao update de produtos, criando uma barreira natural contra competidores.

Tecnologia própria para desenvolvimento de produtos

Os produtos que representam praticamente a totalidade de suas vendas de equipamentos: LightPad i6400G, MultiPad MPD-1200 e DCI Generation, foram desenvolvidos internamente, protegidos como segredo industrial. Os projetos de P&D de *hardware*, *software* embarcado e *software* do sistema de gerência de redes destes produtos foram todos realizados pela área da Padtec dedicada a atividades de inovação. Nestes produtos são utilizados alguns componentes de *software* de terceiros que têm pouca relevância se comparados ao total de *software* desenvolvido pela Companhia. Por ser proprietária da tecnologia, geralmente não há necessidade de contratos de licenciamento para comercializar esses produtos. Além disso, a Companhia pode licenciar a comercialização e/ou fabricação desses produtos para outras empresas.

Time qualificado com alta expertise nas tecnologias desenvolvidas

A Companhia acredita que suas equipes comerciais e de gestão são reconhecidas e têm forte presença nos mercados de atuação, com relacionamento próximo aos clientes ISPs e Carriers nos diversos níveis de decisão, desde engenharia e compras até os top levels e os proprietários dos ISPs.

A Padtec possui mais de 600 funcionários atuando em suas operações, com aproximadamente 54% dessas pessoas com ensino superior completo, sendo 30% do total formados em engenharia, além de 5% com PhD. Esses números se traduzem em uma equipe altamente qualificada para atender todas as necessidades de seus clientes, sempre com as soluções e tecnologias mais avançadas disponíveis no mercado.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Oportunidades de Crescimento

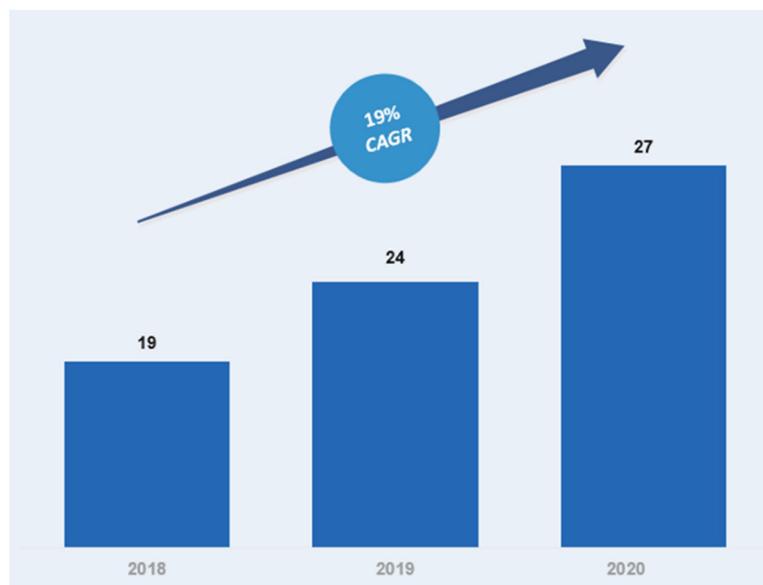
As principais avenidas de crescimento da Companhia estão relacionadas com a expansão internacional, diversificação do portfólio de produtos e serviços e aumento na base de clientes. Todas essas iniciativas já fazem parte da estratégia da Padtec e estão sendo implementadas, com algumas já apresentando resultados claros em sua operação.

Expansão Internacional

Com foco na América Latina, região onde a Companhia já atua e com a qual crê ter grande familiaridade e conhecimento das principais necessidades dos clientes locais, a Padtec apresenta um crescimento constante na região, com redes instaladas em 16 países que juntos representam 95% de todo o PIB consolidado da América Latina.

As receitas obtidas pela Companhia fora do Brasil tiveram um CAGR de 19% entre 2018 (quando somaram R\$ 19 milhões) e 2020 (quando totalizaram R\$ 27 milhões), reflexo do investimento na diversificação geográfica e aumento da exposição aos demais países das Américas.

Vendas por Região Excluindo Brasil (R\$ milhões)



Diversificação do Portfólio de Produtos

Outra iniciativa que a Companhia espera ter forte impacto nos próximos anos é o desenvolvimento de novas soluções e produtos principalmente considerando as novas tecnologias que devem entrar no mercado de telecom nos próximos anos. A Padtec estima estar bem posicionados para aproveitar essa nova onda de investimento no setor e busca a cada negociação comercial ampliar a recorrência e a dependência às suas soluções, incrementando a fidelidade dos clientes e as possibilidades de crescimento a longo prazo.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A tecnologia que deve causar o maior impacto no setor é com certeza o 5G, a qual demandará aumento na largura de banda ultrapassando em mais de quatro vezes as gerações móveis anteriores. Essa nova tecnologia será indispensável para o mercado de telecom, tendo como consequência um novo grande ciclo de investimento das empresas de telecomunicação. Dessa forma, os equipamentos da Padtec serão indispensáveis para suprir as necessidades de Capex e Opex do mercado. A Companhia acredita que o 5G será uma jornada transformacional com diversas opções de crescimento para a Padtec.

Aumento da base de clientes através da oferta de soluções de financiamento

Outra importante avenida de crescimento é o aumento da base de clientes em conjunto com a maior fidelização dos mesmos. Para isso, a Companhia já realiza operações de financiamento de clientes, e tinha aproximadamente R\$ 130 milhões de crédito em aberto ao final de 2020, com taxas extremamente baixas de inadimplência – no período em questão, a taxa foi de 0,56%.

O principal racional para essa iniciativa de financiamento aos clientes é a baixa oferta de crédito para ISPs, que precisam de recursos financeiros para investir em suas redes, mas não possuem linhas de crédito com os bancos, surgindo uma oportunidade clara de aumento de receita e de fidelização desses clientes que vêm crescendo rapidamente na América Latina. Para conseguir atender essa demanda da melhor forma possível, a Companhia, além de ter uma equipe dedicada à análise de crédito e um Comitê de Crédito em operação desde 2019, estruturou um modelo de oferta de NaaS, ou *Network as a Service*, para seus clientes, que será um marco na competitividade de suas ofertas, aumentando a previsibilidade e recorrência da receita.

Os Impactos da Pandemia na Padtec

A Companhia monitora e avalia de forma contínua os desdobramentos da pandemia da COVID-19 em suas atividades operacionais e na sua posição patrimonial e financeira, visando implementar medidas apropriadas para mitigar possíveis impactos. Para tanto, mantém em funcionamento um comitê de crise (Comissão COVID) instalado no final do primeiro trimestre de 2020. Considerando todas as análises realizadas desde o início da pandemia, a Padtec concluiu que não houve efeitos materiais nos resultados obtidos em 2020. Entretanto, o desfecho da pandemia e seus impactos macroeconômicos, especialmente relativos à retração na atividade econômica, poderão causar e têm causado impactos negativos à Companhia.

Dentre as providências tomadas pela Padtec está a implementação de *home office* para as áreas administrativas, comercial e de tecnologia (pesquisa & desenvolvimento) desde março de 2020 (medida que protege também os empregados que atuam em atividades operacionais que demandam a presença nas instalações da Companhia e/ou de clientes). Em função dos desdobramentos recentes, o *home office* deverá ser mantido ao longo do primeiro semestre de 2021.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Também estão sendo monitorados e avaliados o risco de inadimplência por parte dos clientes e os prazos de entregas e pagamentos de fornecedores internacionais de matéria-prima, sendo que até o presente momento não houve registro de nenhum indicativo de risco relevante de atraso que possa impactar as operações. No entanto, mesmo com todos os esforços conduzidos junto aos principais fornecedores e do reforço na estrutura de estoque local de insumos estratégicos, adversidades relacionadas ao fornecimento de certos insumos poderão ocorrer. A Companhia segue trabalhando intensamente junto a seus parceiros buscando minimizar quaisquer eventuais impactos.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Justificativa para o não preenchimento do quadro

Não se aplica, pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia é uma empresa que tem como objeto a participação em outras sociedades que atuem na área de tecnologia e, portanto, não fabrica produtos ou comercializa serviços diretamente. Deste 01 de junho de 2020, com a implementação da operação de incorporação de ações de sua investida Padtec S.A., passou a incorporar todos os resultados auferidos por esta investida.

A Padtec é uma fornecedora global voltada ao desenvolvimento, fabricação e comercialização de soluções turnkey para sistemas ópticos com tecnologia DWDM (*Dense Wavelength Division Multiplexing*). Com subsidiárias na Argentina, Colômbia, Chile e EUA, a Padtec se destaca por sua presença nas redes de grandes operadoras, provedores de serviços de internet e utilities, empresas do segmento de energia elétrica. Através da plataforma LightPad i6400G, a Companhia desenvolve e comercializa soluções em transmissão óptica com a tecnologia DWDM, que suporta taxas de 10 Gb/s a 600 Gb/s por canal e atende às mais diversas arquiteturas de redes de telecomunicações. O portfólio de produtos da Padtec se aplica às redes backbones terrestres, acesso, redes de metro/agregação e cenários de extensão DCI (*Data Center Interconnexion*) e SAN. As soluções para sistemas de transmissão óptica que a Padtec oferece podem ser desenhadas com proteção de rota/circuitos através de mecanismos como chaves ópticas e OTNSwitching, dentre outros, garantindo assim, alta disponibilidade do tráfego. Para sistemas de longas distâncias, a Padtec possui em seu portfólio uma linha completa de amplificadores ópticos capazes de transmitir o sinal com qualidade e segurança. A Padtec possui também, através do seu programa de parcerias, soluções OTDR (*Optical Time-Domain Reflectometer*) para monitoramento de redes ópticas *in-service*, ou seja, em tempo real com o sistema ativo, o cabo óptico é monitorado para diagnosticar eventuais falhas e incidentes que possam ocorrer no meio físico à transmissão dos dados. Além de seu amplo portfólio em equipamentos ópticos, a Padtec disponibiliza ao mercado serviços especializados e *multivendors* em redes ópticas com atuação desde a implantação dos equipamentos na rede do cliente até os contratos de operação e manutenção. Para atendimento remoto, possui um Centro de Operações de Rede (NOC, do inglês *Network Operations Center*), disponível 24 horas por dia para monitorar e atuar nas redes dos clientes. Com 100% dos colaboradores efetivos, a divisão de serviços da Padtec está presente em todo território nacional, na Argentina e na Colômbia através de seus 40 Centros de Manutenção, que dispõem de equipamentos de última geração e disponibilidade 24 horas, todos os dias da semana, para atender qualquer necessidade dos clientes.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Por ser uma holding de investimentos, a Companhia não registrou receitas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2019. A Companhia (antiga Ideiasnet) realizou, desde a sua constituição, várias aquisições e desinvestimentos de empresas, tendo também atuado como gestora de fundos de investimento. Porém, concluiu o desinvestimento de todas as suas investidas com atividades operacionais no início de 2017, restando apenas participação na Padtec S.A. Também em 2017, a Companhia deixou de obter receita com gestão de fundos de investimento. Por isso, não teve receitas em 2018, 2019 e no primeiro semestre de 2020, até a conclusão da incorporação de ações da Padtec S.A. Nesse sentido, em 2020 a receita auferida pela Companhia considera os números registrados a partir de 01 de junho de 2020, após a incorporação de ações de sua investida Padtec S.A.

R\$ mil	2020	
Equipamentos DWDN	143.140	84,6%
Serviços Premium	26.153	15,4%
Total	169.293	100,0%

A Companhia apresenta abaixo, para conhecimento, as informações da Padtec Holding S.A. conforme demonstrações financeiras combinadas para os exercícios sociais findos em de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

R\$ mil	2020		2019		2018	
Equipamentos DWDN	204.429	82,5%	169.609	76,8%	160.972	70,2%
Serviços Premium	43.284	17,5%	44.964	20,4%	43.228	18,8%
Projetos Turnkey -Submarino/Manutenção	-	0,0%	6.231	2,8%	25.184	11,0%
Total	247.713	100,0%	220.804	100,0%	229.384	100,0%

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Uma vez que a Companhia não registrou receitas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2019, a abertura do lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia não se aplica para esses anos. Para 2020, as informações consideram os números registrados a partir de 01 de junho de 2020, após a incorporação de ações de sua investida Padtec S.A.

R\$ mil	2020	
Equipamentos DWDN	14.866	86,4%
Serviços Premium	2.345	13,6%
Projetos Turnkey Submarino/Manutenção	-	0,0%
Lucro Líquido	17.211	

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

A Companhia apresenta abaixo, para conhecimento, as informações da Padtec Holding S.A. conforme demonstrações financeiras combinadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

R\$ mil	2020		2019		2018	
Equipamentos DWDN	14.334	88,0%	12.193	104,2%	20.494	61,5%
Serviços Premium	1.959	12,0%	1.151	9,8%	7.538	22,6%
Projetos Turnkey Submarino/Manutenção	-	0,0%	(1.642)	-14,0%	5.283	15,9%
Lucro Líquido	16.293		11.703		33.315	

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a) características do processo de produção

Sistemas Ópticos

A Padtec S.A. trabalha no conceito de célula de produção onde cada estrutura fabrica uma família de produtos. Investimentos e recursos necessários são mantidos na célula, que associada a uma análise precisa de processos, reduz manuseamento de material, tempos de montagem/atendimento aos clientes e níveis de estoques internos.

A Companhia contrata seguro de responsabilidade civil cujo objetivo é indenizar o terceiro reclamante e/ou reembolsar o segurado, até o limite máximo da importância segurada, das quantias que vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expreso pela seguradora, relativas a reparações por danos causados no curso de suas atividades, no processo de produção dos seus equipamentos e na prestação de serviços.

b) características do processo de distribuição

Sistemas Ópticos

A Padtec não possui nenhum processo específico de distribuição e utiliza empresas terceirizadas para o transporte de seus equipamentos até cada cliente.

c) características dos mercados de atuação, em especial:

(i) participação em cada um dos mercados

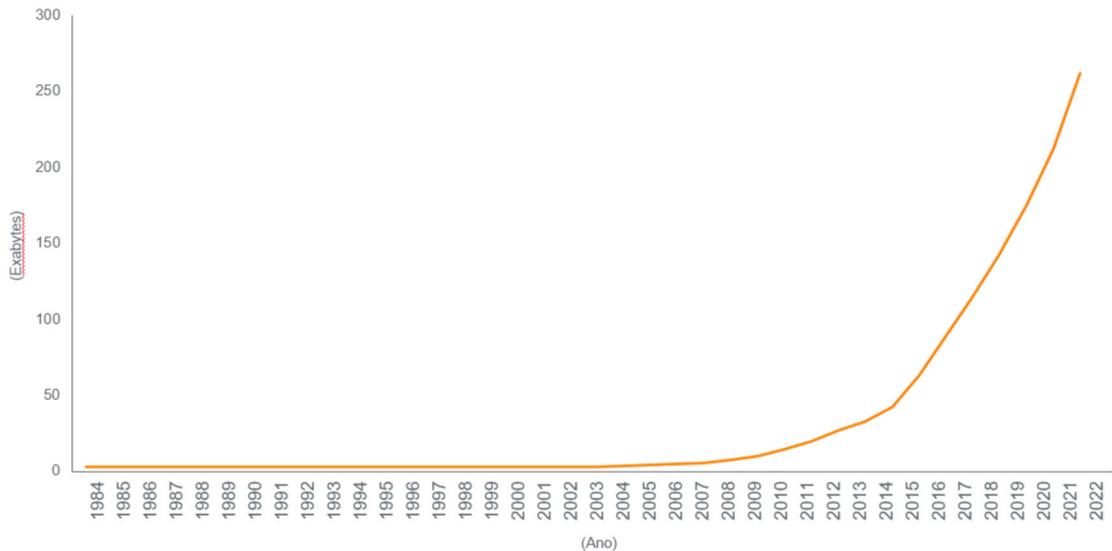
Aumento no Tráfego de Dados

Com o constante avanço de tecnologias que dependem da internet, como redes sociais, *games online*, *smartphones* cada vez mais sofisticados, bancos digitais, aplicativos de *streaming*, *e-commerce*, entre outros, o consumo de dados tem evoluído exponencialmente em um mundo com cada vez mais dispositivos conectando pessoas.

Em meio à pandemia do COVID-19, que levou a políticas de distanciamento social, a sociedade precisou adaptar-se a uma nova realidade de trabalho, ensino e entretenimento remotos, com grande aumento do uso do comércio online, acelerando a tendência de digitalização de empresas de todos os segmentos e tamanhos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Evolução histórica do consumo de dados (exabytes)**



Fonte: Cisco

Especialistas preveem que mesmo após o fim da pandemia, os modelos híbridos de educação (presencial e à distância) e o trabalho remoto serão tendências que permanecerão em alta, acarretando a continuidade de crescente e elevada demanda por conectividade e capacidade de transporte de dados.

Mercado de Internet de Banda Larga na América Latina (incluindo Brasil) e Caribe

As tecnologias digitais, que já vinham em acelerado processo de adoção antes da pandemia, têm sido cruciais para o funcionamento da economia e da sociedade durante a pandemia, para acesso ao trabalho remoto e educação à distância, levando à aceleração da digitalização das companhias.

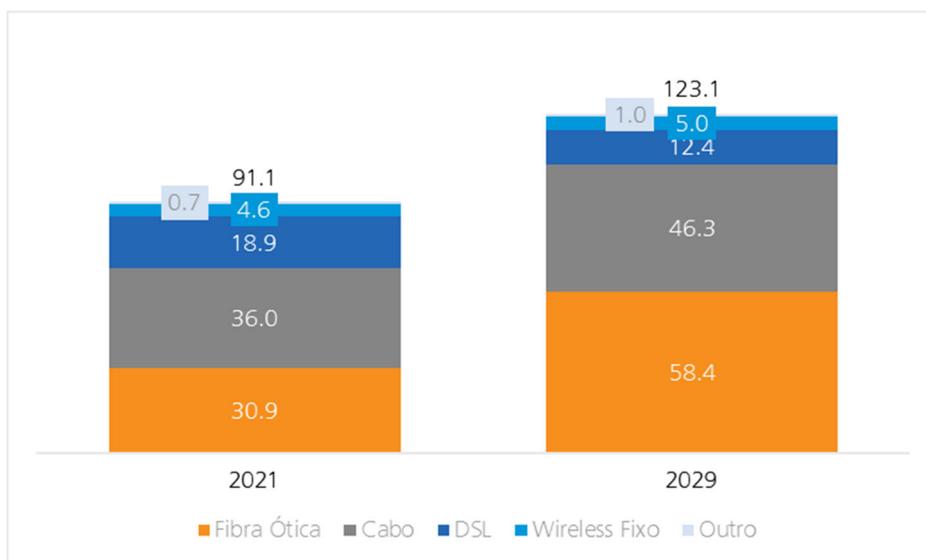
Não obstante, a América Latina, também fortemente atingida pelo novo coronavírus, ainda apresenta mais de 40 milhões de lares desconectados¹. O acesso à internet de alta capacidade ainda é baixo nos países latino americanos quando comparado a regiões mais desenvolvidas, portanto, há muito espaço para crescimento da conectividade de banda larga e por consequência da infraestrutura óptica essencial para esta conectividade.

¹ Conforme relatório "Universalizar o acesso às tecnologias digitais para enfrentar os efeitos da COVID-19" da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - Cepal de Agosto de 2020

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia acredita que conexões de fibra óptica de alta velocidade estão impulsionando o crescimento da internet de banda larga. Muitos provedores de internet estão migrando clientes legados de tecnologia DSL (*Digital Subscriber Line*) e de cabo coaxial (HFC) para conexões mais avançadas de tecnologia FTTH (*Fiber To The Home*), suprimindo a necessidade de velocidade e largura de banda, uma tendência acelerada durante 2020. A S&P Global Market Intelligence (“S&P”) prevê que a banda larga FTTH cresça 21,9% em 2021, atingindo 30,9 milhões de assinantes até o final do ano para a região, enquanto as tecnologias sobre cabos metálicos DSL e HFC continuam a ter o seu uso reduzido. A previsão aponta para uma taxa média de crescimento negativa de 5,9% para essa tecnologia entre 2020 e 2029.

- **Crescimento de milhões de assinantes de banda larga por tecnologia na América Latina e Caribe**

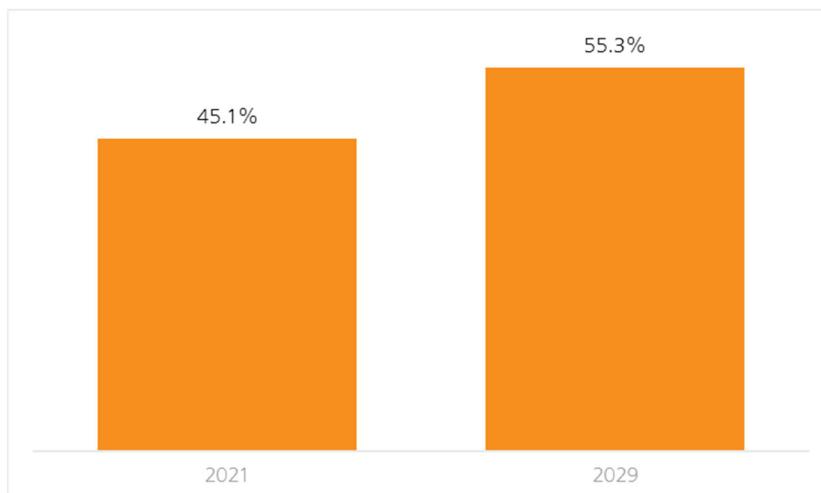


Fonte: S&P Global Market Intelligence

Segundo a S&P, espera-se que essas tendências, impulsionadas pelo crescimento das redes de fibra óptica, levem a um aumento de aproximadamente 10,2 pontos percentuais na penetração da banda larga nas residências da América Latina e Caribe, atingindo 55,3% em 2029.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Projeção da penetração da banda larga na América Latina e Caribe**



Fonte: S&P Global Market Intelligence

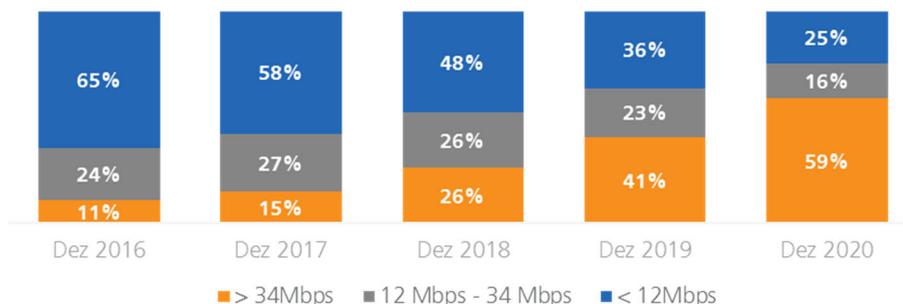
Mercado de Internet de Banda Larga Brasileiro

O mercado brasileiro seguiu a mesma tendência de alta no consumo de dados e, segundo a Associação Brasileira de Internet (“Abranet”), em 2020 a internet no Brasil atingiu um pico de 14,4 Tb/s de tráfego, um aumento de 74% em relação a 2019.

Essa explosão do uso da internet leva a uma constante necessidade de investimento em infraestrutura para manter a resiliência e a estabilidade do tráfego de dados.

Nos últimos anos, a banda larga fixa tem sido adotada por mais domicílios no Brasil, em velocidades cada vez maiores. Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (“Anatel”), em dezembro de 2020, 59% dos domicílios com banda larga possuíam conexões com mais de 34 Mb/s (Megabits por segundo), um aumento de aproximadamente 48 pontos percentuais em relação ao mesmo mês em 2016.

- **Evolução da velocidade de Banda Larga adotada no Brasil em 2020**



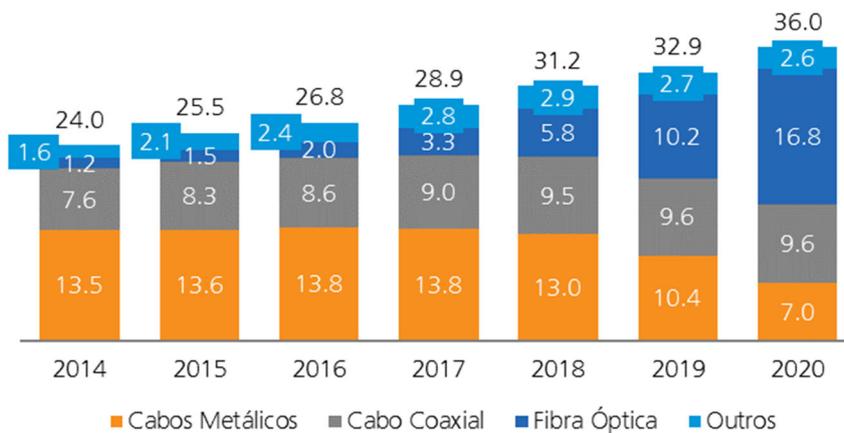
Fonte: Anatel

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Segundo a Anatel, a fibra óptica tem se destacado como tecnologia mais utilizada para banda larga fixa, atingindo a marca de 16,8 milhões de assinaturas em 2020, apresentando um crescimento anual médio expressivo de 54,8%, superior a todas as outras tecnologias, em especial a de cabos metálicos, que era a principal em 2014 mas decresceu, em média, 10,3% ao ano até 2020.

De acordo com a Anatel, em termos de representatividade, a fibra óptica passou de 5% do total de acessos em 2014 para 47% em 2020, um aumento de aproximadamente 42 pontos percentuais.

- **Milhões de assinaturas de banda larga por tecnologia no Brasil em 2020**



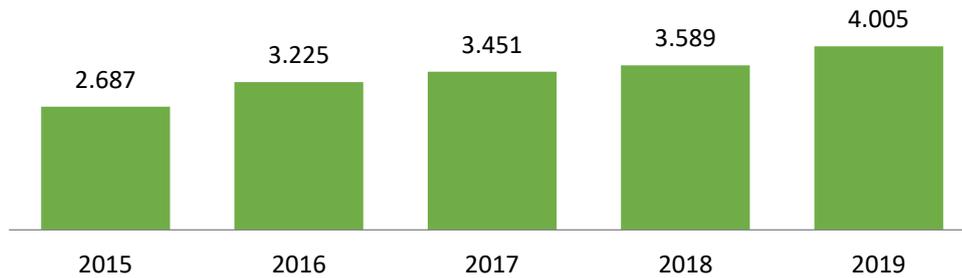
Fonte: Anatel

Conforme demonstrado acima, no Brasil observa-se que em 2020 a tecnologia de fibra óptica já ultrapassou as tecnologias de cabos metálicos e coaxial em número de assinantes, tornando-se a tecnologia de banda larga fixa mais utilizada no país, passando de 16 milhões de assinantes. A tecnologia de fibra óptica ganha cada vez mais relevância por possuir diversas vantagens frente às demais, como a baixa incidência de oscilações e interferências, baixa latência, capacidade de transmissão de dados de alta velocidade com grandes distâncias, ser mais econômica para operar por se tratar de uma rede de acesso passiva, além de ser considerada uma tecnologia “à prova de futuro” por sua fácil escalabilidade.

Esse grande aumento do número de usuários atendidos pela tecnologia de fibra óptica foi viabilizado através de significativos investimentos em *backhaul* de fibra no país, que recentemente superou a marca de mais de 4.000 municípios atendidos.

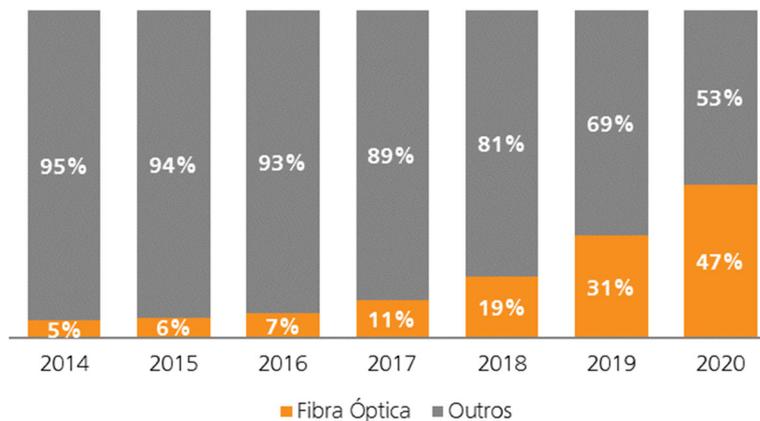
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Municípios atendidos por backhaul de fibra no Brasil**



Fonte: Teleco

- **Participação da fibra óptica no total de assinaturas de banda larga fixa no Brasil em 2020**



Fonte: Anatel

Provedores de Internet Brasileiros

O mercado de internet de banda larga no Brasil tem como principais atores as grandes companhias de telecomunicações, como os líderes Claro, Oi e Vivo, os provedores de grande porte como a Algar, Tim, Sky e Sercomtel, além de aproximadamente 11 mil² provedores de internet regionais.

O significativo crescimento da fibra óptica como tecnologia principal de banda larga fixa no Brasil foi acompanhado da ascensão dos provedores de internet regionais, que passaram a ser responsáveis (em conjunto) por aproximadamente 60% do total de acessos de fibra óptica em 2020, um aumento de cerca de 36 pontos percentuais com relação a 2016.

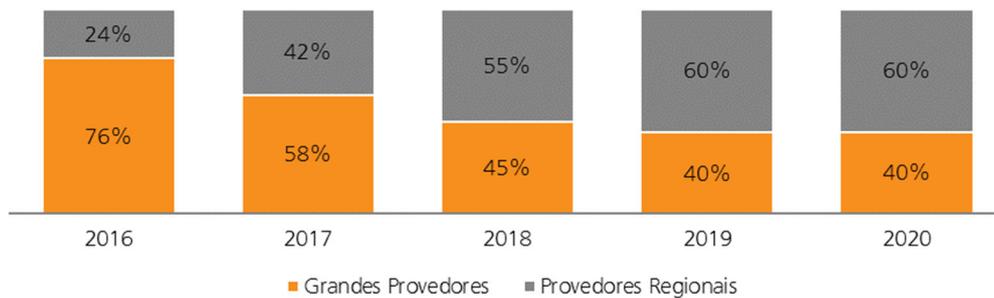
² Dados de 2019 da Abrint – Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, esses provedores são de suma importância para a expansão da banda larga. Isso é possível por serem capazes de levar a conectividade a cidades e regiões fora dos principais centros populacionais do país, que não foram capturados pelos investimentos das grandes empresas de telecomunicações.

Essa lacuna deixada pelas empresas maiores e mais tradicionais configurou um mercado nacional fragmentado, com cada vez mais provedores regionais disputando espaço e demandando capacidade de transmissão de dados através da fibra ótica.

- **Participação dos provedores regionais no segmento de fibra óptica no Brasil**



Fonte: Anatel, Teleco

Segundo dados da ANATEL compilados pela Teleco, os provedores regionais registraram um crescimento médio composto de 41% de acessos entre 2017 e 2020 e passaram a ser, em conjunto, o principal meio de acesso à internet de banda larga no Brasil.

- **Quantidade de Acessos Banda Larga Fixa das Operadoras (Milhares)**

Milhares de Assinaturas	2017	2018	2019	2020
Provedores Regionais	4,529	6,558	9,307	12,815
<i>Crescimento</i>	-	44.8%	41.9%	37.7%
Claro	8,894	9,361	9,579	9,844
Vivo	7,585	7,580	7,024	6,393
Oi	6,304	5,994	5,256	5,095
Algar	549	591	650	698
TIM	411	484	584	656
Sky	365	356	239	198
Sercomtel	225	309	276	294
Provedores Tradicionais	24,333	24,675	23,608	23,178
<i>Crescimento</i>	-	1.4%	(4.3%)	(1.8%)
Total				

Fonte: Teleco

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado de soluções ópticas baseadas na tecnologia DWDM (Dense Wavelength Division Multiplexing)

A tecnologia *DWDM (Dense Wavelength Division Multiplexing)* é utilizada para aumentar a capacidade de transmissão de dados em uma rede de fibra óptica. Ela funciona combinando e transmitindo múltiplos sinais simultaneamente a diferentes comprimentos de onda (*wavelength*) na mesma fibra, criando múltiplas fibras virtuais e multiplicando a capacidade da rede física. Além disso, compõem os sistemas DWDM amplificadores capazes de amplificar o sinal óptico fazendo com que as redes superem distâncias cada vez maiores com altas taxas. Desse modo, os provedores de internet podem transportar uma capacidade maior de dados com ganho de eficiência e economia, uma alternativa muito mais econômica em comparação ao investimento na expansão de suas redes de fibra óptica.

Segundo a companhia alemã ADVA, a maioria das soluções *Web 2.0* e de computação em nuvem seriam inviáveis sem a capacidade e alcance dos sistemas *DWDM*, que possibilitam redes de transporte transoceânicas e nacionais.

Segundo a consultoria OMDIA, em 2020 o mercado mundial de *DWDM* terrestre atingiu aproximadamente US\$ 15 bilhões em receitas totais, enquanto a América Latina atingiu aproximadamente US\$ 700 milhões, evidenciando um potencial claro de crescimento nestes países, que se alinha às outras tendências já mencionadas para suprir necessidades cada vez maiores de capacidade de transmissão dos provedores na região.

- **Mercado de DWDM (US\$)**



Fonte: OMDIA

Como já mencionado, os principais consumidores da tecnologia *DWDM* são aqueles que necessitam ampliar sua capacidade de transmissão de dados da sua rede de fibra óptica significativamente, como as grandes companhias de telecomunicações, provedores regionais e *data centers*.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O advento do 5G e suas oportunidades

A próxima geração de tecnologia de banda larga móvel, o 5G, proporcionará um considerável incremento na conectividade e maior velocidade de conexão, possibilitando o maior desenvolvimento de soluções de aplicações tais como inteligência artificial, internet das coisas, e a expansão e universalização de serviços essenciais como saúde e educação à distância.

Uma nova infraestrutura será necessária para acomodar os potenciais bilhões de dispositivos conectados à internet. Devido às demandas de largura de banda e latência do 5G, a Padtec poderá oferecer soluções ópticas ativas e passivas para as redes. Além disso, devido às características da tecnologia 5G, os equipamentos ópticos terão que ser instalados junto às antenas, demandando que funcionem em ambientes sem temperatura controlada.

A Companhia acredita que a América Latina deve proporcionar as bandas baixas e médias para sua implantação em 5G, e diversos países estão planejando lançar leilões de espectro para essa finalidade em 2021. No momento, apenas o Uruguai tem serviços 5G, enquanto o governo do Chile estabeleceu em janeiro de 2021 uma zona de teste 5G de cerca de 5,5 quilômetros quadrados na capital Santiago.

Leilões de espectro foram suspensos em muitos países durante 2020 devido à preferência por estratégias conservadoras de alocação de capital por parte das empresas do setor devido à pandemia, mas vários países poderiam abrir licitações de espectro durante 2021 após testes realizados no Chile, Brasil e Argentina no ano anterior.

No Brasil, em 25 de fevereiro de 2021, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou o edital do leilão da rede de banda larga para 5G no país. No leilão, serão ofertadas quatro faixas de frequência: 700 MHz (Mega Hertz); 2,3 GHz (Giga Hertz); 3,5 GHz e 26 GHz. Espera-se assim, incrementar o interesse das empresas concorrentes para que possam expandir suas redes.

Segundo a consultoria IDC contratada pelo Movimento Brasil Digital, o 5G deve gerar US\$ 22,5 bilhões em negócios entre empresas (B2B) no Brasil até 2024. Especificamente para o fornecimento de serviços para implementação de infraestrutura para o 5G, mercado em que a Padtec é fornecedora de equipamentos de rede, a previsão da consultoria é de negócios da ordem de US\$ 2,5 bilhões nesse período.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(i) condições de competição nos mercados

Sistemas Ópticos

Equipamentos DWDM: os principais *players* globais da tecnologia DWDM estão presentes em toda a região CALA (composta por países localizados no Caribe e na América Latina, “*Caribbean and Latin America*”). Especificamente no mercado brasileiro, a Padtec S.A. faz jus a benefícios fiscais decorrentes da Lei de Informática (Lei nº 8.248/91, alterada pela Lei nº 13.969/19), uma vez que realiza investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica no Brasil, e seus produtos são fabricados localmente, com tecnologia nacional. Além disso, a forte presença no mercado doméstico e os suportes pré e pós-venda diferenciados são vantagens competitivas da Companhia.

Serviços Premium: para serviços de suporte à operação e manutenção de redes que demandem uma maior *expertise* em sistemas de comunicação óptica e mão de obra melhor qualificada, a Padtec apresenta vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes por possuir tecnologia própria. Entretanto, para serviços mais básicos de suporte à operação, nos quais é necessária maior disponibilidade de mão de obra, porém sem tanta qualificação, o cenário se inverte.

d) eventual sazonalidade

Sistemas Ópticos

Equipamentos DWDM: em alguns anos o último trimestre do ano pode ser mais aquecido em vendas, caso algumas empresas operadoras (clientes) necessitem cumprir com seus orçamentos anuais e a Padtec S.A., por produzir localmente, consegue atender tais demandas rapidamente. Mas essa sazonalidade não ocorre em todos os anos.

Serviços Premium: não há, em regra, uma época com picos de demanda.

e) principais insumos e matérias primas, informando:

- (i) *descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável*

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Sistemas Ópticos

O relacionamento e o envolvimento comercial com o fornecedor começam na fase de desenvolvimento da solução técnica e cotação dos equipamentos, indo até sua efetiva entrega, incluindo o tempo de garantia. A Padtec S.A. tem como política buscar o relacionamento contínuo com seus fornecedores a fim de estabelecer parcerias sólidas e uma cadeia de suprimentos comprometida com suas necessidades, com respeito às legislações vigentes, de forma transparente e ética. A efetiva contratação é realizada após a conclusão do processo de homologação e é validada através de um pedido de compra contendo os requisitos técnicos e as condições comerciais previamente negociadas. A Padtec S.A. está sujeita à legislação pertinente ao processo de importação que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. De forma geral, não há regulamentação específica relativa às compras realizadas pela Companhia. Entretanto, o tipo de matéria prima não está sujeito a controle de nenhum órgão específico tais como MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ANP (Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), etc.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Sistemas Ópticos

A Padtec S.A. possui uma ampla gama de fornecedores frequentes (cerca de 150 registros ativos). Entretanto, no caso de itens customizados, poderá ser necessário o uso de outros fornecedores, até mesmo exclusivos. Os produtos de alguns fornecedores apresentam valor agregado significativo, diretamente relacionado ao alto grau de complexidade envolvido na produção, testes de qualidade e tecnologia empenhada. Levando-se em conta a tecnologia e nível de confiança requerida pelo mercado em que a Padtec atua, a disponibilidade de fornecimento se restringe significativamente, pois os níveis de confiabilidade/qualidade desses itens precisam estar próximos a zero defeitos. Não temos parceiros insubstituíveis, apenas com graus de complexidade de homologação e integração elevados.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Sistemas Ópticos

Aproximadamente 80% dos insumos da Padtec são de origem importada, sujeitos à variação cambial. No caso de insumos nacionais, a volatilidade de preços observada é menor, pois os reajustes são praticamente anuais.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a. montante total de receitas provenientes do cliente.

A Companhia não auferiu receitas nos anos de 2018 e de 2019. Em 2020, a receita auferida pela Companhia considera os números registrados a partir de 01 de junho de 2020, após a incorporação de ações de sua investida Padtec S.A. Abaixo segue a abertura dos clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

R\$ mil	2020	
Telebrás	19.401	11,5%
Oi	24.643	14,5%
Eletronet	19.800	11,7%
Outros clientes	105.449	62,3%
Total	169.293	100,0%

Abaixo segue a abertura dos clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Padtec Holding S.A. em 31 de dezembro de 2020 conforme demonstrações financeiras combinadas para aquele exercício social:

R\$ mil	2020	
Telebrás	28.909	11,6%
Oi	30.642	12,4%
Outros clientes	188.161	76,0%
Total	247.712	100,0%

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

A Companhia não auferiu receitas nos anos de 2018 e de 2019. Em 2020, a receita auferida pela Companhia considera os números registrados a partir de 01 de junho de 2020, após a incorporação de ações de sua investida Padtec S.A. Abaixo segue a abertura dos clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia por segmento operacional.

Cliente	2020	
Telebrás		
Equipamentos DWDN	9.621	5,7%
Serviços Premium	9.780	5,8%
Oi		
Equipamentos DWDN	21.585	12,8%
Serviços Premium	3.058	1,8%
Eletronet		
Equipamentos DWDN	19.670	11,6%
Serviços Premium	130	0,1%
Outros clientes		
Equipamentos DWDN	92.264	54,4%
Serviços Premium	13.185	7,8%
Total	169.293	100,0%

Para conhecimento, abaixo segue a abertura dos clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Padtec Holding S.A. em 31 de dezembro de 2020 conforme demonstrações financeiras combinadas para aquele exercício social por segmento operacional:

	2020	
Telebrás		
Equipamentos DWDN	4.806	1,9%
Serviços Premium	24.103	9,7%
Oi		
Equipamentos DWDN	28.138	11,4%
Serviços Premium	2.504	1,1%
Outros clientes		
Equipamentos DWDN	171.484	69,2%
Serviços Premium	16.677	6,7%
Total	247.712	100,0%

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Tendo em vista que a Companhia tinha em 31 de dezembro de 2020 como objeto principal a participação na Padtec S.A., pode-se afirmar que o exercício de suas atividades não é fortemente afetado pela regulação estatal.

Entretanto, os produtos da Padtec S.A. são homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Para alguns serviços dentro do escopo do segmento de O&M (Operação e Manutenção), especialmente, é necessária a emissão de documentação de responsabilidade técnica junto ao CREA. Ambos são autarquias. No entanto, nenhum dos dois atos pode ser configurado como uma autorização para o funcionamento da empresa.

Em adição, o funcionamento regular da fábrica e outros estabelecimentos da Padtec S.A. depende de autorizações, licenças e alvarás para ocupação dos respectivos imóveis e funcionamento das operações. Os alvarás de funcionamento, emitidos pelas Municipalidades locais, visam atestar a compatibilidade da instalação das atividades da Companhia às normas de uso e ocupação do solo e ao zoneamento aplicável ao estabelecimento licenciado, autorizando o seu uso, e os certificados de segurança contra incêndio e pânico, emitidos pelos corpos de bombeiros de cada Estado, visam atestar a implementação de medidas de segurança contra incêndio no estabelecimento licenciado. Tais licenças possuem prazos de validade e requisitos de manutenção e devem ser renovadas de tempos em tempos e/ou atualizadas sempre que necessário, com ou sem o pagamento de taxas. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos governamentais ou de eventual dificuldade da Companhia em fornecer documentos a relativos aos imóveis, a Padtec S.A. pode não ser capaz de obter/manter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva.

A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá, caso a caso (i) resultar em autos de infração; (ii) sujeitar ao pagamento de multas; (iii) impedir a Companhia de abrir e operar seus estabelecimentos; (iv) resultar na interdição ou fechamento de seus estabelecimentos; e (v) expor a Padtec S.A. a riscos adicionais no caso de acidentes de segurança e proteção ou evento similar e afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente.

A estratégia de negócios da Padtec S.A. poderá ser afetada caso tenha que suspender ou fechar algum de seus estabelecimentos em consequência da incapacidade de obter ou renovar as licenças ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto estiver com uma licença pendente.

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

As atividades da Companhia e suas investidas não impactam diretamente o meio ambiente e a Companhia não incorre regularmente em custos para o cumprimento de regulação ambiental.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A atividade de fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática se trata da única atividade desenvolvida pela investida Padtec S.A. e se encontra enquadrada como “potencialmente poluidora”, estando, dessa maneira, a Padtec S.A. sujeita ao licenciamento ambiental.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental. De acordo com a Lei nº 6.938/1981, a construção, a instalação, a ampliação, o funcionamento de estabelecimentos e o exercício de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, o qual estabelecerá as condições, as restrições e as medidas de fiscalização do empreendimento.

As licenças ambientais são necessárias em todas as etapas do empreendimento, ou seja, tanto para a aprovação da localização do empreendimento, como para sua implementação, operação e ampliação. O processo de licenciamento ambiental, regulado pela Lei Complementar nº 140/2011 e pela Resolução CONAMA nº 237/1997, compreende um sistema trifásico, no qual cada licença fica condicionada à emissão de sua precedente. Assim, o processo de licenciamento ambiental inclui, tipicamente, a emissão de uma licença prévia, uma licença de instalação e uma licença de operação. A licença prévia é emitida durante a fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando a localização do empreendimento ou atividade e atestando sua viabilidade ambiental. A licença de instalação autoriza o início da construção das instalações. A licença de operação autoriza o início e a continuidade das atividades operacionais.

A Lei Complementar nº 140/2011 determina ainda que a renovação das licenças ambientais deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental. O referido prazo pode variar de órgão para órgão, devendo as renovações das licenças ambientais ser requeridas com a antecedência mínima requerida pelo órgão ambiental licenciador.

Importante destacar que junto à emissão da licença, a Companhia possui condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental emissor da licença, a serem cumpridas.

A falta de licenças ou a não renovação tempestiva pode implicar penalidades administrativas, que variam desde a aplicação de multas, que podem variar de R\$ 500,00 a R\$ 10.000.000,00, até a interdição ou o encerramento das atividades, bem como na responsabilização criminal e no dever de reparar eventuais danos ao meio ambiente decorrentes das atividades irregulares. Essas penalidades também são aplicáveis caso o empreendedor deixe de atender às condicionantes estabelecidas na licença ambiental.

A imposição dessas penalidades poderá ter um efeito adverso nos resultados operacionais da Companhia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além de estarem sujeitos ao licenciamento ambiental, todos os empreendimentos que desenvolvem atividades consideradas potencialmente poluidoras estão sujeitas ao cadastro perante o Cadastro Técnico Federal do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Informações são prestadas regularmente ao IBAMA, que emite um certificado de regularidade do empreendimento a cada 3 (três) meses.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que regulamenta a Política Nacional de Meio Ambiente, instituiu o Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA como instrumento de promoção à proteção do meio ambiente.

Estão sujeitas ao registro no CTF as pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem às atividades potencialmente poluidoras ou à extração, à produção, ao transporte e à comercialização de produtos perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e de subprodutos da fauna e da flora.

A ausência de registro perante o CTF pode sujeitar o empreendedor à penalidade de multa, cujo valor pode variar de R\$ 900,00 a R\$ 9.000,00, proporcionalmente ao porte do empreendedor.

Apesar de considerada potencialmente poluidora, a atividade desenvolvida pela Padtec S.A., na prática, tem baixíssimo impacto no meio ambiente e as ações são tomadas para evitar quaisquer riscos levantados.

O descarte de resíduos inflamáveis, por exemplo, recebe o devido tratamento, conforme atesta o Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental, emitido pela CETESB/Governo do Estado de São Paulo.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, delineada pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, deve ser realizada a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos sólidos. A disposição inadequada dos resíduos sólidos bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra e multas de até R\$ 50.000.000,00.

O transporte, o tratamento e a destinação final adequados de resíduo dependem da classe a que ele pertence e os projetos estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental. A atividade de tratamento de resíduos é passível de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essa atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além disso, nos termos do artigo 62, inciso XVI do Decreto Federal nº 6.514/2008, caso o empreendedor não mantenha “atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do SISNAMA e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos sob sua responsabilidade” poderá estar sujeito à aplicação de penalidade de multa que pode variar de R\$ 5.000,00 a R\$ 50.000.000,00.

Especificamente no que se refere ao uso de recursos hídricos, a Padtec está localizada dentro de um condomínio de empresa chamado Polis e a água usada pela Padtec é a água captada através de poços artesianos e distribuídas para as empresas do condomínio Polis.

A Lei Federal nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece que o uso de tais recursos está sujeito à outorga pelo Poder Público, seja para a captação de um corpo d’água, ainda que de um poço artesiano e/ou para consumo público, seja para o lançamento num corpo d’água de esgotos e de demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, de transporte ou de disposição final. Estão dispensados da outorga os usos de proporções insignificantes e quando a captação/lançamento se dá por meio da rede pública, desde que essa possua sistema de tratamento adequado.

A captação ou o lançamento realizado sem outorga de direito de uso de recursos hídricos sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como, por exemplo, advertência, embargo provisório ou definitivo, interdição e multa, simples ou diária, que pode variar de R\$100,00 até R\$ 50.000.000,00.

Responsabilização Ambiental:

No direito brasileiro, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes, direta ou indiretamente, envolvidas na geração do dano. Não existe na legislação pátria qualquer previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de remediação ou indenização pelo dano ambiental na esfera cível. Tal valor será fixado proporcionalmente ao dano causado.

Como consequência, a Companhia e sua controlada não estão eximidas da responsabilidade pelos danos ambientais causados por terceiros contratados para realizar parte de suas operações, como o tratamento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos. De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais. A pretensão reparatória do dano ambiental na esfera civil é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo. Para mais, a lei ambiental permite a desconsideração da personalidade jurídica quando essa for compreendida como um obstáculo ao ressarcimento dos danos ambientais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Na esfera administrativa, os órgãos ambientais têm a função de autorizar e fiscalizar as atividades potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente, podendo impor multas e outras penalidades administrativas sempre que houver violação das regras de uso, proteção e reparação do meio ambiente.

O Decreto Federal nº 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo o processo administrativo federal para apuração destas infrações. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções: (I) advertência; (II) multa simples; (III) multa diária; (IV) apreensão dos animais, produtos e subprodutos da biodiversidade; (V) apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora; (VI) destruição ou inutilização do produto; (VII) suspensão de venda e fabricação do produto; (VIII) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (IX) demolição de obra; (X) suspensão parcial ou total das atividades; e (XI) restritiva de direitos. Além disso, o valor da multa administrativa pode variar entre o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 (“Lei de Crimes Ambientais”). A referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por danos ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica.

A Lei de Crimes Ambientais elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive os administradores.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que a imputação de penalidades criminais estará condicionada à caracterização de culpa, a partir da comprovação de autoria e materialidade do crime ambiental. Sob este prisma, as pessoas físicas estarão sujeitas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica estará sujeita às penalidades de multa, prestação de serviços à comunidade, suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento e proibição de contratar com poder público.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas:

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Após a concessão do registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar, que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular); (iii) caducidade (falta de uso da marca); (iv) declaração de nulidade administrativa ou judicial; ou (v) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (referente à necessidade de a pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Atualmente, a Companhia é titular de diversas marcas registradas e em processo de registro junto ao INPI, tais como “IDEIASNET”, “PADTEC”, “LIGHTPAD” e “MULTIPAD”.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Patentes:

Patentes são títulos de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade outorgados aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente. Todos os pedidos tramitam no mais estrito sigilo durante o período de 18 meses (salvo pedido de publicação antecipada pelo depositante) até o período da publicação na Revista de Propriedade Industrial.

As patentes podem ser de (i) invenção (PI) que são os produtos ou processos que atendem aos requisitos de atividade inventiva, novidade e aplicação industrial (sua validade é de 20 (vinte) anos a partir da data do depósito, sendo que seu prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos a contar da data da concessão do registro); (ii) modelo de utilidade (MU) que são os objetos de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação (sua validade é de 15 (quinze) anos a partir da data do depósito, sendo que seu prazo de vigência não será inferior a 7 (sete) anos a contar da data da concessão do registro); ou (iii) certificado de adição de invenção (C) que são os aperfeiçoamentos ou desenvolvimentos introduzidos no objeto da invenção, mesmo que destituído de atividade inventiva, porém ainda dentro do mesmo conceito inventivo (o certificado será acessório à patente e com mesma data final de vigência desta).

Uma vez concedido o registro, o titular da patente tem o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado. Terceiros podem fazer uso da invenção somente com a permissão do titular (licença).

Já o depositante de pedido de registro de patente possui apenas uma "expectativa de direito" que somente se confirmará caso venha a obter a patente. Caso o depositante esteja sofrendo prejuízos por concorrência desleal de alguém que esteja produzindo o mesmo objeto de sua invenção, o depositante poderá contatar tal concorrente notificando-o de que, caso o concorrente insista na prática desleal ele poderá, quando obtiver a Carta-Patente, impetrar uma ação judicial de indenização por perdas e danos, que poderão ser contabilizados a partir da data de publicação do pedido de patente.

O pedido de registro de patente poderá ser inferido se o INPI considerar que o objeto descrito na patente não é passível de proteção. Para ser passível de proteção, a tecnologia descrita no documento deve respeitar aquilo que é permitido pela legislação de propriedade industrial nacional, bem como ser novo (não estar descrito no estado da técnica), ser inventivo (ou seja, não óbvio para um especialista na área) e ter aplicação industrial.

O depositante do pedido e o titular da patente estarão sujeitos ao pagamento de retribuição anual, denominadas anuidades. As anuidades deverão ser pagas a partir do segundo aniversário do pedido.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Uma vez concedido o registro da patente, este poderá ser extinto no seguintes casos: (i) pelo término do prazo de validade, (ii) pela renúncia pela Companhia; (iii) pela declaração de caducidade; (iv) pela falta de pagamento da retribuição anual; (v) pela inobservância de disposições legais; (vi) pela licença compulsória por decisão administrativa ou judicial; ou (vii) em razão de processo administrativo de nulidade e/ou processo judicial quando: (a) não tiver sido atendido qualquer dos requisitos legais; (b) o relatório e as reivindicações não atenderem ao disposto na lei; (c) o objeto da patente se estenda além do conteúdo do pedido originalmente depositado; ou (d) no seu processamento, tiver sido omitida qualquer das formalidades essenciais, indispensáveis à concessão. O processo de nulidade poderá ser instaurado de ofício ou mediante requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, no prazo de 6 meses contados da concessão da patente.

Atualmente, a Companhia é titular de alguns pedidos de registro de patente junto ao INPI, conforme descrito no item 9.1.b. deste Formulário de Referência.

Nomes de Domínio:

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio.

No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br. Atualmente, a Companhia é titular de diversos nomes de domínio, dentre os quais se destacam: "padtec.com.br", "padtec.com", "ideiasnet.com.br", "Ideiasnet.net.br" e "idnt3.com.br".

A própria Padtec S.A. desenvolve a maior parte de seus produtos, protegendo o *know-how* como segredo industrial, e eventualmente, depositando pedidos de registro de patentes e de *softwares* junto ao INPI. Em 2019, a Padtec S.A. deu início a um trabalho para incentivar projetos que gerem patentes. No desenvolvimento, a Padtec S.A. usa *softwares* de terceiros também, cujas licenças são devidamente adquiridas; mas muitas já são *open-source*. Atualmente, poucos são os contratos de licença de fato relevantes para o desenvolvimento das atividades. A investida possui algumas parcerias tecnológicas, que complementam seus produtos, ainda sem muita representatividade para o negócio.

Entre os projetos desenvolvidos pela Companhia relacionados à criação de tecnologias, *know-how* e segredos industriais em relação aos quais ainda não foi solicitado registro perante o INPI, destacam-se o TM 1200G, TM800G, Projeto 200G, *software* NMS e amplificadores ópticos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

De acordo com a lei brasileira, pertencerão exclusivamente ao empregador/contratante os direitos de propriedade intelectual relativos aos trabalhos desenvolvidos durante a vigência de contrato de trabalho/prestação de serviços expressamente destinado à pesquisa e desenvolvimento, ou em que a atividade do empregado/contratado seja prevista, ou ainda, que decorra da própria natureza dos encargos concernentes a esses vínculos. Já em relação aos direitos de propriedade intelectual resultantes de parcerias com terceiros, a titularidade deve ser regulada em contrato.

Caso a Companhia não seja capaz de comprovar sua titularidade sobre os direitos de propriedade intelectual ou ainda que tem licença para uso e/ou comercialização, poderá ser impedida de continuar utilizando e/ou explorando comercialmente referidos softwares, patentes, tecnologia, know-how, invenções, segredos industriais ou de negócio e outros direitos de propriedade intelectual, sem prejuízo do pagamento de indenização por violação de direitos de propriedade intelectual, o que poderá resultar em impactos adversos relevantes para suas atividades e para seus resultados operacionais e financeiros.

Além disso, no caso dos contratos de parceria celebrados com terceiros para o desenvolvimento de patentes, softwares e outras tecnologias, a Companhia precisará repartir com referidos terceiros os ganhos financeiros resultantes da exploração econômica dos direitos de propriedade intelectual desenvolvidos no âmbito da parceria, na proporção prevista em cada um dos contratos. Ademais, alguns dos contratos preveem que caso a Companhia não explore comercialmente as obras desenvolvidas no âmbito da parceira dentro de determinado período de tempo, a propriedade intelectual sobre referidos trabalhos será revertida em favor do parceiro e que caso ocorra a rescisão dos contratos de parceria em razão de descumprimentos cometidos pela Companhia, esta perderá seus direitos de propriedade intelectual sobre os resultados da parceria. Ademais, alguns contratos preveem a obrigação de comunicar o parceiro caso a Companhia tenha a indenção de industrializar e/ou comercializar produtos resultantes de tecnologia concorrente.

Adicionalmente, a Companhia utiliza certos *softwares* e tecnologias licenciados junto a terceiros. A Companhia não pode garantir que será capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento referentes a tais softwares e outras tecnologias e/ou que será capaz de substituí-los em tempo hábil e sem grandes impactos às suas operações, de modo que a o término ou rescisão de algum contrato de licenciamento, seja por justa causa (em caso de inadimplemento contratual pela Companhia, incluindo em caso de atrasos nos pagamentos, ou caso a Companhia deixe de comunicar alterações societárias), de forma imotivada, ou, ainda, em razão de fatores alheios à sua vontade, poderá resultar em impactos adversos relevantes nas atividades e nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Companhia, favor verificar itens 4.1, 9.1.b e 9.2 deste Formulário de Referência.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

d) eventual aprovação de operações societárias pelo CADE

As aquisições e fusões realizadas pela Companhia podem estar sujeitas à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), bem como podem estar sujeitas, em caso de aprovação, a eventuais condições onerosas que poderão ser impostas pelo CADE, o que poderá ocasionar um efeito adverso e relevante nos resultados de seus negócios, reputação e na sua condição financeira.

e) Regulamentação relativa a privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a LGPD, as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. Em setembro de 2020, entrou em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”). A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços no Brasil ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrita a atividades de tratamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com a sanção do projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020 pelo Presidente da República. Apenas os artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, entrarão em vigor em 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

Além disso, o Decreto nº 10.474/2020 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que exerce um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores; (ii) execução e aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas na LGPD, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

Dada a suspensão das sanções administrativas, atualmente, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet e, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da efetiva atuação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Em agosto de 2021, com a entrada em vigor das sanções da LGPD, caso a Companhia ainda não esteja em conformidade com a LGPD, ela e suas subsidiárias poderão ser sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, e (viii) multa diária, observado o limite total mencionado. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia ou por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Dado que a LGPD já está em vigor, a Companhia terá de adaptar, o mais cedo possível, suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos na referida Lei. Nesse sentido, a Companhia já está tomando as providências necessárias para a conclusão de adequação à LGPD no primeiro semestre de 2021, sendo que a maior parte do projeto de implementação já foi realizado em 2020.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme dados combinados, a Companhia apresentou receitas provenientes de clientes domiciliados no Brasil, totalizando 89,6% da receita operacional líquida total da Companhia, no valor de R\$ 222.028 mil. Os principais clientes correspondem a 42,5% da receita operacional líquida total da Companhia.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme dados combinados, a Companhia apresentou receitas provenientes do exterior, totalizando 10,4% da receita operacional líquida total da Companhia, correspondente a R\$ 25.684 mil.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

Em 2020, a receita auferida pela Companhia considera os números registrados a partir de 01 de junho de 2020, após a incorporação de ações de sua investida Padtec S.A. Abaixo segue a abertura da receita líquida total da Companhia.

	2020	
Brasil	Em milhares de Reais (R\$)	Percentual da receita líquida
Equipamentos DWDN	129.051	76,23%
Serviços Premium	26.153	15,15%
Exportação		
Equipamentos DWDN	14.089	8,32%
Serviços Premium	-	0,0%
Total	169.293	100,0%

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

A Companhia apresenta abaixo, para conhecimento, as informações combinadas da Padtec Holding S.A. no ano de 2020.

	<u>2020</u>		<u>2019</u>		<u>2018</u>	
Brasil						
Equipamentos DWDN	178.744	72,2%	146.022	66,1%	146.476	63,9%
Serviços Premium	43.284	17,5%	44.964	20,4%	43.228	18,8%
Projetos Turnkey Submarino/Manutenção	-	0,0%	6.231	2,8%	25.184	11,0%
Exportação						
Equipamentos DWDN	25.684	10,4%	23.587	10,7%	14.496	6,3%
Serviços Premium	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total	247.712	100,0%	220.804	100,0%	229.384	100,0%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

As leis e eventuais regulações estrangeiras se aplicam às subsidiárias da investida Padtec S.A. nos territórios onde operam. Ademais, os produtos da Padtec podem estar sujeitos à regulamentação estrangeira se vendidos e instalados nos respectivos territórios, como no caso das certificações FCC e CE nos Estados Unidos e Europa, respectivamente.

7.8 - Políticas Socioambientais

- (a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais**
- (b) metodologia seguida na elaboração das informações socioambientais**
- (c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**
- (d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais**

A Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

No julgamento da Companhia não há outras informações relevantes que já não tenham sido fornecidas.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não houve nos últimos três exercícios sociais aquisição ou alienação de quaisquer ativos relevantes que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve nos últimos três exercícios sociais alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não houve nos últimos três exercícios sociais contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Escritório	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Escritório	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Escritório	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Escritório	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios – Escritório Colômbia	Colômbia			Própria
Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios – Escritório Argentina	Argentina			Própria
Máquinas, Equipamentos- Escritório EUA	Estados Unidos			Própria
Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios – Sede Campinas	Brasil	SP	Campinas	Própria
Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios – Filiais	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios – Filiais	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios – Filiais	Brasil	CE	Fortaleza	Própria
Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios – Filiais	Brasil	BA	Salvador	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 901298077, marca IDEIASNET (mista) NCL:35	Até 23/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Processo nº 901298085, marca IDEIASNET (mista) NCL:38	Até 23/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 901298107, marca IDEIASNET (mista) NCL:45	Até 23/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Processo nº 906668204, marca Pados (nominativa) NCL (10) 09	Até 07/06/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 822898306, marca Padtec (nominativa) NCL (7) 09	Até 13/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Processo nº 822898314, marca Padtec (nominativa) NCL (7) 35	Até 13/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 822898322, marca Padtec (nominativa) NCL (7) 37	Até 13/03/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Processo nº 822898330, marca Padtec (nominativa) NCL (7) 40	Até 13/02/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 901298131, marca IDEIASNET (mista) NCL:41	Até 23/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Processo nº 901298158, marca IDEIASNET (mista) NCL:42	Até 23/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 901298417, marca IDEIASNET (nominativa) NCL:35	Até 23/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Processo nº 901298590, marca IDEIASNET (nominativa) NCL:38	Até 23/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 901298646, marca IDEIASNET (nominativa) NCL:41	Até 23/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Processo nº 901298840, marca IDEIASNET (nominativa) NCL:45	Até 23/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 828327416, marca IDEIASNET (mista) NCL:36	Até 04/09/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Processo nº 821957490, marca IDEIASNET (nominativa) NCL:36	Até 26/01/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Nome de domínio na internet	ideasnet.com.br	Até 10/03/2024	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, deverá passar a utilizar outro domínio, o que não causaria impacto significativo nas suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	ideiasnet.com.br	Até 14/01/2024	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, deverá passar a utilizar outro domínio, o que não causaria impacto significativo nas suas atividades.
Nome de domínio na internet	ideiasnet.net.br	Até 25/03/2024	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, deverá passar a utilizar outro domínio, o que não causaria impacto significativo nas suas atividades.
Nome de domínio na internet	idnt3.com.br	Até 16/10/2025	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, deverá passar a utilizar outro domínio, o que não causaria impacto significativo nas suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 900502037, Marca Lightpad (nominativa) NCL (9) 09	Até 22/12/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Processo nº 900501812, marca Multipad (nominativa) NCL (9) 09	Até 22/12/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 901532924, marca PacketPad (nominativa) NCL (9) 09	Até 27/09/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Processo nº 822898349, marca Padtec (nominativa) NCL (7) 42	Até 27/02/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 907053246, marca Padtec (mista) NCL (10) 09	Até 09/08/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Processo nº 907053467, marca Padtec (mista) NCL (10) 42	Até 09/08/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Processo nº 917409760, marca PADTEC NMS PLUS (mista) NCL (11) 09	Até 11/02/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Patentes	BR 102013019299-6 - MÉTODO E CIRCUITO GERADOR DE PULSO SÍNCRONO	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102013026036-3 - ARQUITETURA DE CIRCUITO E MÉTODO PARA ENTRELAÇAMENTO DE BITS EM FLUXO DE DADOS	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102013031832-9 - CIRCUITO E MÉTODO PARA ARMAZENAMENTO SÍNCRONO	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102014003615-6 - ARQUIT. E MÉTODO P/ CÁLCULO DOS VETORES Q EM CÓDIGOS EFEC	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	BR 102016011260-5 - MÉTODO E ARQUITETURA DE HARDWARE CRIPTOGRAFIA AES-GCM	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102012007200-9 - MÉTODO DE CHAVEAMENTO ELETRO-ÓPTICO	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102012009581-5 - PROCESSO DE RETROPROPAGAÇÃO CONCORRENTE SUAVE	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102014018890-8 - REDE ÓPTICA PASSIVA PARA MULTIPLEXAÇÃO E DIVISÃO DE COMPRIMENTO DE ONDA (DWDM)	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102014030636-6 - DISPOSITIVOS E MÉTODO PARA AMPLIFICAÇÃO QUASI-LINEAR	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102014030635-8 - MÉTODO PARA CARACTERIZAÇÃO DE LASERS	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102015013039-2 - MÉTODO DE ESTIMAÇÃO DE DESVIOS DE FREQUÊNCIA	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102016016367-6 - MÉTODO EM TERCEIRA HARMÔNICA MODULADORES ELETRO-ÓPTICOS	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	BR 102017015884-5 - MÉTODO DE MEDIÇÃO DE GORJEIO E EFEITOS NÃO LINEARES	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102017012543-2 - CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE ESCORREGAMENTOS DE FASE EM RECEPTORES ÓPTICOS	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Patentes	BR 102017006606-1 - CHAVE ELECTRO-ÓPTICA ESPACIAL - ACOPLADOR A FILME FINO DE DUPLA ENTRADA	Registro ainda não concedido.	Não concessão da patente ou não pagamento das anuidades	Como não se trata de uma tecnologia essencial para os negócios da empresa, não causaria grande impacto.
Nome de domínio na internet	Padtec.com.br	Até 05/01/2023	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, deverá passar a utilizar outro domínio, o que não causaria impacto significativo nas suas atividades.
Nome de domínio na internet	Padtec.com	Até 09/07/2021	A manutenção dos registros de nome de domínio é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, deverá passar a utilizar outro domínio, o que não causaria impacto significativo nas suas atividades.
Nome de domínio na internet	Padtecna.com	Até 19/02/2024	A manutenção dos registros de nome de domínio é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, deverá passar a utilizar outro domínio, o que não causaria impacto significativo nas suas atividades.
Nome de domínio na internet	Padtec.info	Até 26/12/2024	A manutenção dos registros de nome de domínio é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, isso não causaria impacto nas suas atividades, uma vez que atualmente este não se encontra em uso.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Metropad.com.br	Até 13/08/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, isso não causaria impacto nas suas atividades, uma vez que atualmente este não se encontra em uso.
Nome de domínio na internet	Padtec.net	Até 22/01/2022	A manutenção dos registros de nome de domínio é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, isso não causaria impacto nas suas atividades, uma vez que atualmente este não se encontra em uso.
Nome de domínio na internet	Padtec.fr	Até 12/06/2022	A manutenção dos registros de nome de domínio é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, isso não causaria impacto nas suas atividades, uma vez que atualmente este não se encontra em uso.
Nome de domínio na internet	Padtec.it	Até 12/06/2022	A manutenção dos registros de nome de domínio é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, isso não causaria impacto nas suas atividades, uma vez que atualmente este não se encontra em uso.
Nome de domínio na internet	Padtec.co.il	Até 13/06/2022	A manutenção dos registros de nome de domínio é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, isso não causaria impacto nas suas atividades, uma vez que atualmente este não se encontra em uso.
Nome de domínio na internet	Padtecservicos.com.br	Até 17/10/2026	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, isso não causaria impacto nas suas atividades, uma vez que atualmente este não se encontra em uso.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Psgt.com.br	Até 17/10/2026	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, isso não causaria impacto nas suas atividades, uma vez que atualmente este não se encontra em uso.
Nome de domínio na internet	Psgtelecom.com.br	Até 17/10/2026	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, isso não causaria impacto nas suas atividades, uma vez que atualmente este não se encontra em uso.
Nome de domínio na internet	Padtecservicos.com	Até 24/10/2026	A manutenção dos registros de nome de domínio é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, isso não causaria impacto nas suas atividades, uma vez que atualmente este não se encontra em uso.
Nome de domínio na internet	Padtecservices.com		A manutenção dos registros de nome de domínio é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Caso a Companhia perca o direito sobre o domínio, isso não causaria impacto nas suas atividades, uma vez que atualmente este não se encontra em uso.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Padtec S.A.	03.549.807/0001-76	-	Controlada	Brasil	SP	Campinas	Voltada ao desenvolvimento, fabricação e comercialização de sistemas de comunicações ópticas e fornece soluções para redes de longa distância, redes metropolitanas e redes de acesso.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	17,280000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2020	121.933.429,16		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia desenvolve suas atividades operacionais através da Padtec S.A.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

Entre os ativos intangíveis da Companhia, encontram-se tecnologias e equipamentos desenvolvidos internamente, protegidos por segredo industrial, que compõem as plataformas LightPad i6400G, DCI Generation (Muxponders TM1200G e TM800G) e MultiPad. Ademais, há ainda softwares embarcados e de gerenciamento de rede, de desenvolvimento interno, como o *NMS Plus (Network Management System)*.

Entre dezembro de 2019 e junho de 2020, a Companhia vendeu 15 imóveis localizados em São José dos Pinhais, Paraná, os quais haviam sido recebidos em execução de contratos de alienação fiduciária firmados no âmbito da venda de uma investida. Os montantes referentes a essa venda já foram recebidos pela Companhia, mas um dos imóveis ainda consta sob propriedade da Companhia junto ao Cartório de Registro de Imóveis em razão de determinação de indisponibilidade sobre o imóvel causada por execuções trabalhistas de ex-investidas da Companhia, como Officer e Pini. Diante de tal indisponibilidade, a escritura de venda e compra não pode ser registrada, de forma que subsiste a pendência de registro de transferência de propriedade em favor do comprador.

Em assembleia geral de acionistas realizada em 10 de julho de 2020, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia para Padtec Holding S.A. de forma que a marca “Ideiasnet” deixará de ser usada e é possível que os pedidos de registro acima mencionados caduquem por não uso da marca.

A Padtec S.A. tem, ainda, alguns programas de computador (*softwares*) registrados perante o INPI, mas que não são considerados relevantes para o negócio atualmente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Os comentários apresentados a seguir referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC).

Para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2020, foi considerada consolidação integral da Padtec S.A. a partir de 1º de junho de 2020, data em que ocorreu a incorporação de ações, conforme aprovado em AGE de 27 de abril de 2020.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para conduzir o seu plano de negócio e cumprir com as suas obrigações de curto e médio prazo.

A Administração da Companhia visa preservar uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e demais participantes do mercado, assegurando o desenvolvimento de seus negócios.

Indicadores Financeiros Consolidados (R\$ mil)	2018	2019	2020
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	11.302	5.439	17.211
Receita Operacional Líquida (RL)	-	-	169.293
Margem líquida=LL/RL	-	-	984%
Patrimônio Líquido (PI)	13.295	18.348	103.012
Retorno sobre PL=LL/PL	85%	30%	17%
Ativo Total (AT)	64.151	63.671	376.604
Retorno sobre ativos=LL/AT	18%	9%	5%
Ativo Circulante (AC)	6.028	4.985	290.022
Passivo Circulante (PC)	4.628	4.475	159.741
Índice de liquidez corrente=AC/PC	1,30	1,11	1,82
Capital circulante líquido =AC-PC			
Passivo Não Circulante (PNC)	46.228	40.847	113.851
Nível de alavancagem=(PC+PNC)/PL	3,8	2,5	2,7

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Como pode ser verificado pelos indicadores financeiros consolidados apresentados na tabela acima, ao final do exercício de 2020 a Companhia registrou patrimônio líquido consolidado no valor de R\$103,0 milhões, devido ao aumento de capital social de R\$67,4 milhões decorrente da incorporação das ações da Padtec S.A. e a uma melhora em relação à situação patrimonial do ano anterior, devida principalmente à sua participação de 100% no resultado da investida Padtec S.A. a partir de 01 junho de 2020.

O índice de liquidez corrente, 1,82 em 2020, demonstra um equilíbrio entre ativos e obrigações de curto prazo. Em 2018 e 2019, a Companhia não apresentou receita operacional. Porém, em 2020, após a incorporação de ações da Padtec S.A e consolidação integral dessa subsidiária, a Companhia registrou receita operacional líquida de R\$169.293 milhões.

O lucro líquido consolidado de R\$17,2 milhões registrado em 2020 foi devido principalmente aos resultados auferidos pela controlada Padtec S.A. e ao recebimento de R\$ 6 milhões relativos a acordo judicial celebrado no âmbito de processos cíveis da controlada Automatos Participações.

O lucro líquido de R\$5,4 milhões auferido em 2019 foi devido principalmente à participação societária da (então) Ideiasnet na Padtec S.A., do recebimento da terceira e última parcela anual de desempenho pela venda da Moip e à reversão de provisões de contingências. Em 2018, o lucro líquido de R\$11,3 milhões foi devido principalmente à participação da Companhia no resultado da investida Padtec S.A. e ao recebimento da segunda parcela anual de desempenho pela venda da Moip. Os ganhos foram parcialmente compensados pelo prejuízo de R\$6 milhões registrado pela própria Companhia (Controladora) em conjunto com as *holdings* Ideiasventures, Automatos Participações e Chenonceau.

Devido à nova realidade advinda da pandemia do Covid 19, que nos últimos meses trouxe uma alta volatilidade, principalmente no câmbio, e das incertezas que aumentam o risco de mercado e risco de crédito de diversas contrapartes, a Administração da Companhia avalia constantemente, através da sua Comissão COVID_19, os possíveis impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira, buscando implementar medidas apropriadas que mitiguem esses possíveis impactos da pandemia em suas atividades.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

b) Estrutura de capital:

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$199,2 milhões, dividido em 78.449.779 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

As principais fontes de recursos para financiamento do capital de giro são provenientes de capital próprio e de linhas de financiamento. A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia para os três últimos exercícios sociais.

Estrutura de Capital Consolidados (R\$ mil)	2018	2019	2020
Empréstimos e debêntures de curto prazo	-	-	18.916
Empréstimos e debêntures de longo prazo	-	-	63.594
Empréstimos e debêntures totais	-	-	82.510
Fornecedores	23	152	55.832
Outros passivos	50.833	45.171	217.760
Patrimônio líquido	13.295	18.349	103.012
Passivo Total	64.151	63.672	376.604
Empréstimos e debêntures totais	-	-	22%
Fornecedores	-	-	15%
Outros passivos	79%	71%	36%
Patrimônio líquido	21%	29%	27%
Passivo total	100%	100%	100%
Empréstimos e debêntures totais			82.510
(-) Disponibilidade e instrumentos financeiros	(5.872)	(3.328)	(84.075)
= Dívida líquida (caixa líquido)	(5.872)	(3.328)	(1.565)
+ Patrimônio líquido	13.295	18.349	103.012
= Capitalização líquida	7.423	15.021	101.447
Dívida líquida/Capitalização líquida	-79%	-22%	-2%
PL/ Capitalização líquida	179%	122%	102%
Capitalização líquida	100%	100%	100%

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia registrou saldo de R\$103,0 milhões, R\$84,7 milhões maior em relação a 31 de dezembro de 2019, que registrou saldo de R\$18,3 milhões. Tal aumento é explicado pela incorporação de ações da investida Padtec S.A realizada em 2020 e ao registro do seu resultado naquele último exercício.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia registrou saldo de R\$18,3 milhões, R\$5 milhões maior em relação a 31 de dezembro de 2018, cujo saldo foi de R\$13,3 milhões. A evolução patrimonial ocorrida em 2018 e em 2019 também é explicada pelo resultado do exercício da investida Padtec S.A., conforme mencionado no item 10.1.a acima.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia não está sujeita a hipóteses de resgate de suas ações. A diretoria esclarece, contudo, que o Estatuto Social da Padtec Holding determina que é de competência da Assembleia Geral deliberar a respeito do resgate ou amortização de ações, observadas as normas legais a respeito.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez corrente (representado pelo total do ativo circulante dividido pelo total do passivo circulante) em 31 de dezembro de 2020 era de 1,82, ou seja, 0,71 maior quando comparado com 2019.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais (saldos contábeis) da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

Obrigações Contratuais em:	Pagamentos Devidos (R\$ mil)		
	2018	2019	2020
Empréstimos e Financiamento – curto prazo	-	-	11.151
Debêntures – curto prazo	-	-	7.765
Empréstimos e financiamentos – longo prazo	-	-	32.281
Debêntures – longo prazo	-	-	31.313
Total	-	-	82.510

Os saldos das obrigações contratuais de 2020 referem-se apenas à investida Padtec S.A. A necessidade destes recursos para a Companhia está atrelada a continuidade da expansão das suas atividades e de suas subsidiárias, no Brasil e exterior, ao investimento em pesquisa e desenvolvimento inerente às suas atividades e ao reforço de capital de giro.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

Com a incorporação de ações da investida Padtec S.A. em 2020, a Companhia passou a apresentar fontes de financiamento com capital de terceiros e capital próprio. Os recursos são utilizados principalmente para seu capital de giro e investimento em ativos não circulantes, relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias. Além disso, as captações objetivam manter a liquidez da Companhia e um bom perfil de endividamento por meio do alongamento do prazo médio da dívida da Companhia.

Nos últimos dois exercícios, as controladas que compuseram as demonstrações financeiras consolidadas eram todas *holdings* de participação, sem atividade operacional própria. As suas obrigações de curto prazo foram financiadas principalmente com os recursos da controladora, provenientes da venda de investidas. Não houve investimento relevante em ativos não circulantes realizado nos últimos três exercícios.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Acreditamos que as fontes de financiamentos utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de vencimento da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Na data deste Formulário de Referência, a Administração da Companhia não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportados com recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para a cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá contratar novas linhas de financiamento ou ainda captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$82,5 milhões, sendo que R\$18,9 milhões representavam dívidas de curto prazo e R\$63,6 milhões representavam dívidas de longo prazo. A posição de caixa da Companhia, considerando caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em garantia, ao final do exercício de 31 de dezembro de 2020, era de R\$84,1 milhões. Como resultado, a Companhia não apresentou dívida líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas então subsidiárias integrais, holdings de participação, não se utilizaram de contratos de empréstimo e financiamento. Nesse período, todas as necessidades de caixa foram financiadas com recursos da própria Companhia, provenientes da alienação de investidas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pela controlada Padtec S.A. e as debêntures emitidas por aquela empresa, bem como os saldos individuais ao final do exercício de 2020, estão demonstrados na tabela abaixo:

Modalidade	Taxa Pactuada	Taxa efetiva média anual	Vencimento	Garantia	Consolidado
					31/12/20
Moeda nacional					
Capital de Giro - Safra	CDI + 5,53% ao ano	5,65%	de 26/04/21 a 24/09/24		10.020
Capital de Giro - Daycoval	5,9% a 10,08% ao ano	8,22%	de 29/07/20 a 30/09/24	Recebíveis	15.036
Capital de Giro ABC Brasil	CDI + 4,38% ao ano	4,43%	de 23/12/20 a 23/05/24	Recebíveis	8.011
Finep	TR +2,80% ao ano	2,83%	De 01/02/23 a 01/02/40	Fiança bancária	10.365
Total					43.432
Passivo circulante					11.151
Passivo não circulante					32.281
Total					43.432

Debêntures

Modalidade	Consolidado	
	Captação	Saldo em 31/12/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado		
Pós fixado		-
CDI	40.000	40.000
Total ao custo	40.000	40.000
Gastos com captação (*)	(922)	(922)
Total	39.078	39.078
Passivo circulante		7.765
Passivo não circulante		31.313
Total		39.078

Em dezembro de 2020, foram emitidos R\$40 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública colocadas com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476 (“Debêntures”).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Finep

Em março e em outubro de 2020, foram captados R\$10,3 milhões, destinados a investimentos tecnológicos, indexados à taxa de TR + 2,8% ao ano. Os juros serão pagos em até 242 parcelas mensais e consecutivas, com carência de 3 anos no pagamento do principal.

Banco Daycoval

Em junho de 2020 foram captados R\$10 milhões indexados à taxa de 10,08% ao ano. Os juros estão sendo pagos em 24 parcelas mensais e consecutivas desde julho de 2020 e o principal em 18 parcelas mensais e consecutivas, também a partir da mesma data.

Em outubro de 2020 foram captados R\$5 milhões indexados à taxa de CDI + 5,9% ao ano. Os juros e o principal serão pagos em 48 parcelas mensais, com carência de seis meses no pagamento do principal.

Banco Safra

Em setembro de 2020 foram captados R\$10 milhões indexados à taxa de CDI + 5,53% ao ano. Os juros estão sendo pagos em 48 parcelas mensais e consecutivas desde outubro de 2020 e o principal será pago em 42 parcelas mensais e consecutivas a partir de abril de 2021.

Banco ABC Brasil

Em novembro de 2020 foram captados R\$8 milhões indexados à taxa de CDI + 4,38% ao ano. Os juros serão pagos em 42 parcelas mensais, com carência de seis meses no pagamento do principal.

Não há outros empréstimos ou financiamentos tomados pela Companhia além dos descritos nesse item 10) f) i).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não possuímos registrado no passivo nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2020 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas com a relação às obrigações financeiras e operacionais referente ao contrato das Debêntures emitidas pela Padtec S.A.

As Debêntures exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas, além de obrigações adicionais, cujas apurações são feitas anualmente. Com relação à cláusula restritiva financeira, tem-se a obrigação de manutenção da relação de Dívida Financeira Líquida sobre EBITDA à razão de até 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a ser apurada em periodicidade anual, a partir do exercício de 2020 (“Covenant Financeiro”), com base nos demonstrativos anuais da emissora (Padtec S.A.) referentes ao exercício imediatamente anterior, auditados por Auditor Independente, nos quais deverá constar a menção ao cumprimento ou não do Covenant Financeiro da emissão das Debêntures.

A Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma a garantir que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração, todas as condições restritivas e cláusulas financeira e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020. Para maiores informações a respeito dos riscos relacionados aos covenants financeiros e cláusulas de vencimento antecipado, consultar fator de risco “*Alguns dos contratos financeiros da Padtec S.A., principal controlada da Companhia, contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (cross default)*” constante no item 4.1 deste Formulário de Referência.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Nos últimos três exercícios, a Companhia não possui financiamentos contratados e não utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Até 31 de maio de 2020, a Padtec Holding realizava a consolidação integral das subsidiárias Automatos Participações e Chenonceau. A Padtec S.A era contabilizada via equivalência patrimonial. Após, a incorporação das ações da Padtec S.A., a mesma passou a ser consolidada integralmente a partir de 01 de junho de 2020. Com a consolidação integral, todas as linhas do balanço patrimonial sofreram alterações.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Demonstração do Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Consolidado					
Demonstração dos Resultados (em R\$ milhares, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 2020	AV	Exercício social encerrado em 2019	AV	AH
Receita operacional líquida	169.293	100%	-	-	-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(107.614)	-64%	-	-	-
Lucro bruto	61.679	36%	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	(15.928)	-9%	(5.558)	-	187%
Despesas comerciais	(13.754)	-8%	-	-	-0%
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	(17.852)	-11%	-	-	0%
Resultado de equivalência patrimonial	(476)	0%	6.220	-	-108%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4.088	2%	3.228	-	27%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras	17.757	10%	3.890	-	356%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	7.157	4%	211	-	3.292%
Despesas financeiras	(7.513)	-4%	(1.282)	-	486%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.401	10%	(2.819)	-	517%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(190)	0%	9	-	-2.211%
Diferido	-	0%	2.611	-	-100%
Lucro líquido do exercício	17.211	10%	5.439	-	216%

Receita Operacional Líquida

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou na conta receita operacional líquida o valor de R\$169,3 milhões, resultado da consolidação integral da investida operacional Padtec S.A. ocorrida em junho de 2020. No exercício de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não registrou saldo de receita operacional líquida, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não apresentaram atividades operacionais. Para maiores informações sobre a receita operacional líquida, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custo do produto vendido e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou na conta custo dos produtos vendidos e serviços prestados o valor total de R\$107,6 milhões, como resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. No exercício de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não registrou saldo de custo dos produtos vendidos e serviços prestados, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não apresentaram atividades operacionais. Para maiores informações sobre custo dos produtos vendidos e serviços prestados, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Lucro Bruto

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou lucro bruto no valor de R\$61,8 milhões, resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. No exercício de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não registrou saldo de lucro bruto, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não apresentaram atividades operacionais. Para maiores informações sobre o lucro bruto, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas Administrativas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo na conta de despesas administrativas era de R\$15,9 milhões, ou aumento de 9% ou de R\$10,3 milhões quando comparado a com o exercício de 2019, cujo saldo foi de R\$5,6 milhões. Essa variação deve-se à consolidação integral da investida Padtec S.A. após a operação de incorporação de ações, o que culminou na adição de R\$9,9 milhões na conta de despesas administrativas. Para maiores informações sobre as despesas administrativas, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Despesas Comerciais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo na conta das despesas comerciais foi de R\$13,7 milhões, resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. No exercício de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não registrou saldo de despesas comerciais, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não apresentaram atividades comerciais. Para maiores informações sobre as despesas comerciais, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas de pesquisa e desenvolvimento

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo na conta de despesas de pesquisa e desenvolvimento foi de R\$17,9 milhões, resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. No exercício de 31 de dezembro de 2019, a Companhia não registrou saldo de despesas de pesquisa e desenvolvimento, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias não apresentaram atividades de pesquisa e desenvolvimento. Para maiores informações sobre as despesas de pesquisa e desenvolvimento, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020, a conta de resultado de equivalência patrimonial registrou perda de R\$0,5 milhão, uma variação negativa de R\$6,7 milhões, tendo em vista o saldo positivo de R\$6,2 milhões no exercício de 2019. Essa variação deve-se à consolidação integral da investida Padtec S.A. a partir de junho de 2020, que resultou na eliminação da equivalência patrimonial da Padtec S.A. desde então. Para maiores informações sobre resultado de equivalência patrimonial, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Outras receitas (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2020, a conta de outras receitas (despesas) operacionais no registrou saldo de R\$4,1 milhões, um aumento de 27% ou R\$0,9 milhão, quando comparado ao exercício de 2019, que apresentou saldo de R\$3,2 milhões. Essa variação deve-se à consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre outras receitas (despesas) operacionais, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Lucro antes das receitas (despesas) financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o lucro antes das receitas (despesas) financeiras da Companhia foi R\$17,8 milhões, um aumento de 356% ou de R\$13,9 milhões, quando comparado ao saldo de R\$3,9 milhões registrado no exercício de 2019, variação esta ocorrida principalmente em função da consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre lucro antes das receitas (despesas) financeiras, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, as receitas financeiras somaram o montante de R\$7,2 milhões, comparado a R\$0,2 milhão em 2019, o que representa uma variação de R\$6,9 milhões ou de 3.292%, resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre as receitas financeiras, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Despesas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das despesas financeiras foi de R\$7,5 milhões, um aumento de 486% ou de R\$6,2 milhões, quando comparado ao saldo R\$1,3 milhão registrado no exercício de 2019, resultado da consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre as despesas financeiras, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$17,4 milhões, um aumento de 517% ou de R\$14,6 milhões quando comparado ao saldo de R\$2,8 milhões em 2019, o que representa uma variação de. Essa variação deve-se principalmente à consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre lucro antes de imposto de renda e contribuição social, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta de imposto de renda e contribuição social corrente foi negativo de R\$0,2 milhão, uma redução de 2.211%, considerando o saldo positivo de R\$0,09 milhão no exercício de 2019, redução esta decorrente da consolidação integral da investida Padtec S.A. Para maiores informações sobre imposto de renda e contribuição social, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia não registrou imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido do exercício social registrou saldo de R\$17,2 milhões, um aumento de R\$216% ou de R\$11,8 milhões, quando comparado ao saldo de R\$5,4 milhões no exercício de 2019. Essa variação deve-se principalmente à consolidação integral da investida Padtec S.A., conforme já explicado acima. Para maiores informações sobre lucro líquido do exercício, consultar a análise das demonstrações financeiras combinadas da Companhia constante no item 10.9 abaixo.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado					
Demonstração dos Resultados (em R\$ milhares, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 2019	AV	Exercício social encerrado em 2018	AV	AH
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	(5.558)	-	(10.401)	-	47%
Resultado de equivalência patrimonial	6.220	-	16.996	-	63%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	3.228	-	2.979	-	8%
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras	3.890	-	9.574	-	59%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	211	-	732	-	71%
Despesas financeiras	1.282	-	(234)	-	448%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.819	-	10.072	-	72%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9	-	(676)	-	101%
Diferido	2.611	-	1.906	-	37%
Lucro líquido do exercício	5.439	-	11.302	-	52%

Receitas (despesas) operacionais

A Companhia não obteve receita operacional nos anos de 2018 e 2019.

Despesas Administrativas

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de despesas administrativas registrou saldo negativo de R\$ 5,6 milhões, uma redução de 47% ou de R\$4,8 milhões quando comparado com o saldo negativo de R\$10,4 milhões no exercício de 2018. Essa variação deve-se a menores provisões para contingências em 2019 que as registradas em 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado de Equivalência Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de resultado de equivalência patrimonial registrou saldo de R\$6,2 milhões, uma redução de 63% ou de R\$11,7 milhões quando comparado ao saldo de R\$17,0 milhões no exercício de 2018. O principal fator que influenciaram o resultado em 2019 foi a incorporação da Ideiasventures em julho de 2019. A Ideiasventures era uma holding não operacional que detinha participação acionária na Automatos Participações. Após esta incorporação, a Automatos Participações passou a ser consolidada pela Companhia. Em junho de 2019, o patrimônio líquido da Automatos era negativo em R\$ 11.808 e foi reconhecido na Companhia após a incorporação da Ideiasventures.

Outras receitas (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de outras receitas (despesas) operacionais registrou saldo positivo de R\$3,2 milhões, um aumento de 8% ou de R\$0,2 milhão quando comparado ao saldo de R\$3,0 milhões no exercício de 2018.

Lucro antes das receitas (despesas) financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de lucro antes das receitas (despesas) financeiras registrou saldo de R\$3,9 milhões, uma redução de 59% ou de R\$5,7 milhões quando comparado ao saldo de R\$9,6 milhões no exercício de. Essa variação deve-se principalmente aos maiores resultados oriundos de equivalência patrimonial registrados em 2018.

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo registrado na conta de receitas financeiras foi de R\$0,2 milhão, uma redução de 71% ou de R\$ 0,5 milhões quando comparado ao saldo de R\$0,7 milhão do exercício de 2018. Essa variação deve-se a menores taxas do rendimento das aplicações financeiras.

Despesas Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de despesas financeiras registrou saldo de R\$1,3 milhão, um aumento de 448% ou de R\$1,1 milhão quando comparado ao saldo de R\$0,2 milhão no exercício de 2018. Essa variação deve-se a juros sobre tributos de empresas incorporadas, visando a simplificação da estrutura societária da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta de lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$2,8 milhões, uma redução de 72% ou de R\$7,3 milhões quando comparado ao saldo de R\$10,1 milhões registrado em 2018. Essa variação deve-se principalmente ao resultado de equivalência patrimonial registrado, maior em 2018 do que em 2019, devido a incorporação da Ideiasventures em julho de 2019.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta imposto de renda e contribuição social corrente foi de R\$9 mil, resultado da base de lucro fiscal.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi impactado pela adesão do PERT pela Automatos Participações.

Lucro líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do lucro líquido do exercício foi de R\$5,4 milhões, uma redução de 52% ou de R\$5,9 milhões quando comparado ao saldo de R\$11,3 milhões em 2018. Essa variação decorre das explicações acima.

Balancos Patrimoniais

Até 31 de maio de 2020, a Padtec Holding realizava a consolidação integral das subsidiárias Automatos Participações e Chenonceau. A Padtec S.A era contabilizada via equivalência patrimonial. Após, a incorporação das ações da Padtec S.A., a mesma passou a ser consolidada integralmente a partir de 01 de junho de 2020. Com a consolidação integral, todas as linhas do balanço patrimonial sofreram alterações.

Para melhor entendimento do impacto da consolidação integral da Padtec S.A. pela Companhia, segue o Balanço Patrimonial em 01 de junho de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Consolidado

Ativo	31/12/20	AV	31/12/19	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	64.680	17%	49.606	15%	30%
Contas a receber de clientes	100.296	27%	62.196	19%	61%
Estoques	61.989	16%	55.657	17%	11%
Impostos a recuperar	23.562	6%	11.581	4%	103%
Operações financeiras	37.139	10%	41.060	13%	-10%
Outros créditos	2.356	1%	1.452	0%	62%
Total	290.022	77%	221.552	68%	31%
Ativo mantido para venda	-	-	255	0%	-100%
Total ativo não circulante mantido para venda	-	-	255	0%	-100%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	2.377	1%	3.771	1%	-37%
Impostos a recuperar	324	-	10.123	3%	-97%
Aplicações financeiras em garantia	19.395	5%	14.787	5%	31%
Operações financeiras	11.460	3%	18.973	6%	-40%
Depósito Judicial	2.364	1%	12.172	4%	-81%
Outros créditos	2.905	1%	2.988	1%	-3%
Imobilizado	18.540	5%	19.070	6%	-3%
Intangível	29.217	8%	21.849	7%	34%
Total do ativo não circulante	86.582	23%	103.733	32%	-17%
Total do ativo	376.604	100%	325.540	100%	16%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Consolidado**

Passivo	31/12/20	AV	31/12/19	AV	AH
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11.151	3%	23.927	7%	-53%
Debêntures	7.765	2%	-	0%	100%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	2.733	1%	2.753	1%	-1%
Fornecedores	55.832	15%	34.674	11%	61%
Risco sacado	1.971	1%	1.655	1%	19%
Partes relacionadas	948	0%	3.250	1%	-71%
Impostos e contribuições a pagar	9.204	2%	7.812	2%	18%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	6.331	2%	7.212	2%	-12%
Obrigações sociais	18.976	5%	13.859	4%	37%
Provisões diversas	2.745	1%	2.765	1%	-1%
Operações financeiras	37.139	10%	41.060	13%	-10%
Outras contas a pagar	4.946	1%	1.236	0%	300%
Total do passivo circulante	159.741	42%	140.203	42%	14%
Não circulante					
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	35.970	10%	41.707	13%	-14%
Empréstimos e financiamentos	32.281	9%	21.888	7%	47%
Debêntures	31.313	8%	-	0%	100%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	624	0%	3.290	1%	-81%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	2.203	1%	12.070	4%	-82%
Partes relacionadas	-	0%	610	0%	-100%
Operações financeiras	11.460	3%	18.973	6%	-40%
	-				
Total do passivo não circulante	113.851	31%	98.538	31%	16%
Total do passivo	273.592	73%	238.741	73%	15%
Patrimônio líquido					
Capital social	199.211	53%	200.297	62%	-1%
Reservas de capital	(2.674)	-1%	(2.674)	-1%	0%
Lucros / prejuízos acumulados	(83.331)	-22%	(100.542)	-31%	-17%
Ágio em transação de capital	599	0%	-	-	-
Outros resultantes abrangentes	(10.793)	-3%	(10.282)	-3%	5%
Total do patrimônio líquido	103.012	27%	86.799	27%	19%
Total do passivo e patrimônio líquido	376.604	100%	325.540	100%	16%

Ativo Circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$290,0 milhões, em comparação com R\$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 77% em 31 de dezembro de 2020 e 8% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$285,0 milhões refere-se à incorporação das ações da investida Padtec S.A e a consolidação integral dessa empresa a partir de junho de 2020.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$86,6 milhões, em comparação com R\$58,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 23% em 31 de dezembro de 2020 e 92% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$28,2 milhões refere-se à incorporação das ações da investida Padtec S.A e a consolidação integral dessa empresa a partir de junho de 2020 (compensado pela eliminação da linha de investimentos) e ao recebimento de R\$6 milhões referentes a um acordo judicial celebrado no âmbito de processos cíveis para os quais eram mantidos depósitos judiciais.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$159,7 milhões, em comparação com R\$4,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 42% em 31 de dezembro de 2020 e 6% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$155,3 milhões refere-se à incorporação das ações da investida Padtec S.A e a consolidação integral dessa empresa a partir de junho de 2020.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$113,9 milhões, em comparação com R\$40,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 31% em 31 de dezembro de 2020 e 65% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$73,0 milhões refere-se à incorporação das ações da investida Padtec S.A e a consolidação integral dessa empresa a partir de junho de 2020.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$103,0 milhões, em comparação com R\$18,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 27% em 31 de dezembro de 2020 e 29% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R\$84,7 milhões refere-se à incorporação das ações da investida Padtec S.A em junho de 2020 e o registro do seu lucro do exercício da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018****Consolidado**

Ativo	31/12/19	AV	31/12/18	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3.328	5%	3.594	6%	-7%
Impostos a recuperar	1.657	3%	1.696	3%	-2%
Outros créditos	-	0%	738	-	-
Total do ativo circulante	4.985	8%	6.028	9%	-17%
Ativo não circulante mantido para venda					
Ativo mantido para venda	255	-	2.246	-	-
Total ativo não circulante mantido para venda	255	-	2.246	-	-
Não circulante					
Impostos a recuperar	10.097	-	5.611	9%	80%
Depósito Judicial	11.771	18%	11.349	18%	4%
Outros créditos	1.008	2%	8.213	10%	-64%
Investimentos	35.515	-	32.663	51%	9%
Imobilizado	16	-	17	-	62%
Intangível	24	-	24	-	-55%
Total do ativo não circulante	58.431	92%	55.877	87%	5%
Total do ativo	63.671	100%	64.151	100%	-1%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**Consolidado**

Passivo	31/12/19	AV	31/12/18	AV	AH
Circulante					
Fornecedores	151	0%	23	-	557%
Impostos e contribuições a pagar	769	1%	3.634	6%	-79%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	2.956	5%	-	-	-
Obrigações sociais	127	0%	263	-	-52%
Provisões diversas	188	0%	-	-	-
Outras contas a pagar	285	0%	708	1%	-60%
Total do passivo circulante	4.476	7%	4.628	7%	-3%
Não circulante					
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	30.948	49%	35.558	55%	-13%
Empréstimos e financiamentos	-	0%	-	-	--
Debêntures	-	0%	-	-	-
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	-	0%	-	-	-
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	9.899	16%	10.670	17%	-7%
Operações financeiras	-	0%	-	-	-
Total do passivo não circulante	40.847	65%	46.228	72%	-12%
Total do passivo	45.323	71%	50.856	79%	-11%
Patrimônio líquido					
Capital social	131.846	207%	131.846	206%	-
Reservas de capital	(2.674)	-4%	(2.674)	-4%	-
Lucros / prejuízos acumulados	(100.542)	-158%	(105.981)	-16%	-5%
Ágio em transações de capital	-	0%	-	-	-
Outros resultantes abrangentes	(10.282)	-16%	(9.896)	-15%	4%
Total do patrimônio líquido	18.348	29%	13.295	21%	38%
Total do passivo e patrimônio líquido	63.671	100%	64.151	100%	-1%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$4,9 milhões, em comparação com R\$6,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 8% em 31 de dezembro de 2019 e 9% em 31 de dezembro de 2018. A redução de R\$1,0 milhão refere-se ao consumo de recursos próprios para pagamento de dívida da Automatos e dos bloqueios judiciais sofrido ao longo do ano.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$58,4 milhões, em comparação com R\$55,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 92% em 31 de dezembro de 2020 e 87% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$2,6 milhões refere-se à variação patrimonial da investida Padtec S.A.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$4,5 milhões, em comparação com R\$4,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 7% em 31 de dezembro de 2019 e 7% em 31 de dezembro de 2018.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$40,8 milhões, em comparação com R\$46,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 65% em 31 de dezembro de 2019 e 72% em 31 de dezembro de 2018. A redução de R\$5,4 milhões refere-se a estornos de provisão para contingências.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019 o patrimônio líquido era de R\$18,3 milhões, em comparação com R\$13,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 29% em 31 de dezembro de 2019 e 21% em 31 de dezembro de 2018. O aumento de R\$5,1 milhões refere-se ao registro do lucro líquido do exercício.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fluxo de Caixa

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em R\$ mil, exceto%)	Consolidado	
	Exercício social encerrado em 2020	Exercício social encerrado em 2019
Fluxo de caixa		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.543	(6.525)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(18.379)	6.259
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	22.123	-
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalente de caixa	7.287	(266)

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 3,5 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi negativo em R\$6,5 milhões. A variação de R\$10,1 milhões é atribuída à incorporação das ações da investida Padtec S.A e sua consolidação integral desde junho de 2020, o que foi compensado pelo recebimento de R\$6 milhões referentes a um acordo judicial celebrado no âmbito de processos cíveis para os quais eram mantidos depósitos judiciais.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$18,4 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$6,2 milhões. Esta variação é atribuída à incorporação das ações da investida Padtec S.A e sua consolidação integral desde junho de 2020.

Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$22,1 milhões, atribuído incorporação das ações da investida Padtec S.A e sua consolidação integral desde junho de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em R\$ mil, exceto%)	Consolidado	
	Exercício social encerrado em 2020	Exercício social encerrado em 2019
Fluxo de caixa		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(6.525)	(11.652)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	6.259	14.923
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalente de caixa	(266)	3.271

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R\$6,5 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi negativo em R\$11,7 milhões. Esta redução de R\$5,1 milhões, é atribuída ao ganho de investimento e capital registrado em 2018.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 6,3 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$ 14,9 milhões. Esta variação é atribuída à redução no saldo das aplicações financeiras em 2019.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Resultados das operações do emissor

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentou uma Receita Operacional Líquida de R\$169,2 milhões, totalmente reflexo da incorporação de ações da investida Padtec S.A. e sua consolidação integral na Companhia a partir de 1º de junho de 2020.

A atividade operacional da Companhia baseia-se na fabricação de equipamentos de suporte óptico (com o uso da tecnologia DWDM - *Dense Wavelength Division Multiplexing*) e na prestação de serviços técnicos premium para as principais operadoras de redes de telecomunicações, provedores de serviços de internet, datacenters, *carriers* (grandes operadoras de telecomunicações) e demais empresas do segmento de tecnologia, informação e comunicação (TIC).

O setor de tecnologia foi um dos menos afetados pela crise mundial do Covid-19 e segue aquecido para suportar o aumento do tráfego gerado por aplicações de comunicação, vídeo conferências e conteúdos para entretenimento. A Companhia obteve sólidos resultados em 2020, com reflexos em suas receitas (e novos clientes foram adicionados na carteira comercial) e na geração de caixa.

A Companhia não obteve receita operacional nos anos de 2018 e 2019.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado da Companhia em 2020 foi significativamente influenciado pela incorporação de ações da investida Padtec S.A e sua consolidação integral a partir do mês de junho.

Os principais fatores que influenciaram o resultado em 2019 foram (i) o resultado da Padtec S.A. de R\$3,6 milhões, (ii) o impairment do investimento na Batanga/Vix de R\$2,3 milhões, e (iii) o prejuízo na venda dos imóveis localizados em São José dos Pinhais (PR) de R\$1,2 milhão.

Os principais fatores que influenciaram o resultado consolidado da Companhia em 2018 foram o resultado de R\$11 milhões pela participação na investida Padtec S.A. e o ganho de R\$5 milhões pelo desempenho anual da ex-investida Moip. Esses resultados foram parcialmente compensados pelo prejuízo de R\$6 milhões registrado pela Controladora em conjunto com as holdings Ideiasventures, Automatos Participações e Chenonceau.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Com a incorporação das ações da Padtec S.A., a receita da Companhia passou a ser impactada diretamente pelas alterações na taxa de inflação, pois grande parte dos contratos da subsidiária com seus clientes são indexados a índices de inflação. As mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira também podem afetar a receita auferida. Porém, historicamente, essas mudanças não têm produzido efeitos na Padtec S.A.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e do IPCA, entre eles despesas com pessoal (salários, encargos e benefícios) (atrelados à variação do IPCA) e gastos com viagens, comunicação e aluguel (atrelados ao IGPM). Porém, este impacto é atenuado a medida em que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante:

A diretoria não identificou impactos significativos devido à inflação, ao câmbio e à taxa de juros nos resultados operacional e financeiro da Companhia nos últimos três exercícios. A investida Padtec S.A. está sujeita a variações de preços dos seus insumos importados e indexados ao dólar norte-americano e, sempre que possível, busca incluir em seus contratos de fornecimento com clientes cláusulas de correção cambial.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional:

Com as alienações realizadas nos últimos anos, a Companhia deixou de atuar em vários segmentos. A Padtec S.A., que foi controlada em conjunto até maio de 2020 e não era consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia, atua na fabricação de equipamentos e sistemas e na prestação de serviços para redes de transmissão por fibras ópticas. Em 01 de junho de 2020, a Padtec tornou-se subsidiária integral da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Nos últimos três exercícios sociais, destacamos os seguintes eventos que tiveram efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras:

(i) Venda da controlada Moip: O contrato de venda previa o recebimento de três parcelas anuais dependentes de desempenho da investida. No resultado consolidado da Companhia nos exercícios 2018 e 2019 foram reconhecidos ganhos de R\$5 milhões e R\$3,8 milhões respectivamente.

(ii) Incorporação das ações da Padtec S.A.: Em 01 de junho de 2020, a Companhia realizou a incorporação de ações de emissão da Padtec S.A., conforme aprovado em AGE de 27 de abril de 2020, então seu único ativo, com a consequente conversão da Padtec S.A. em sua subsidiária integral

c. dos eventos ou operações não usuais:

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação a Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

2020

As demonstrações financeiras de 2020 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade Internacional Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamento aplicáveis a partir de 2020, sendo os mais relevantes IFRS 7 e IFRS 9 Instrumentos Financeiros, Definição de Negócios (alterações no CPC 15 (R1)/IFRS3) e Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no IAS 1 / CPC 26 (R1) e IAS 8 / CPC 23).

IFRS 7 e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. As alterações introduzem ainda novas exigências de divulgação na IFRS 7 para relações de hedge que estejam sujeitas às exceções introduzidas através das alterações à IFRS 9.

Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3): essa alteração esclarece a definição de “negócio”, visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos.

Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no IAS 1 / CPC 26 (R1) e IAS 8 / CPC 23): essa alteração esclarece a definição de “material”, visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para definir se as informações sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações contábeis sem alterar substancialmente os requisitos existentes.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

2019 e 2018

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios de 2019 e 2018. No entanto, com o passar dos anos, a diretoria da (então) Ideiasnet observou que a classificação do risco de perda, por parte dos assessores jurídicos, dos inúmeros processos judiciais em que estava envolvida (provenientes de suas ex-investidas primordialmente) tendia a piorar ao longo do tempo, especialmente no que se referia aos processos trabalhistas. Ou seja, processos muito recentes tendiam a ter seus riscos classificados como perda remota, na medida em que iam evoluindo na justiça passavam a ser classificados como perda possível e ao se aproximarem de uma conclusão, invariavelmente, tinham seu risco alterado para perda provável. Em virtude disso, da venda recente de diversas investidas e com o intuito de se precaver para eventual necessidade de caixa, em 2017 a diretoria optou por aumentar o valor das suas provisões para contingências, passando a provisionar também 25% dos valores envolvidos em processos com risco remoto e 50% dos valores relativos a processos com risco possível, além de 100% dos processos com risco provável de perda que historicamente já eram provisionados.

b. efeitos significativos das alterações de práticas

Não houve efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia provocados por mudanças nas práticas contábeis adotadas nos três exercícios apresentados.

c. ressalvas e ênfases no relatório do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores relativos aos exercícios 2020, 2019 ou 2018, porém, nos exercícios de 2019 e 2018 constou nos pareceres parágrafo sobre a continuidade operacional, conforme descrito a seguir.

“Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, nos exercícios 2019 e 2018 destaca que (i) as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos seus negócios e de suas controladas, (ii) a Companhia e suas controladas apresentam prejuízos acumulados, (iii) algumas controladas da Ideiasnet vêm apurando prejuízos de forma recorrente, com passivos excedentes aos ativos, (iv) por decisão da Administração, a Companhia encontra-se em fase de desinvestimento, (v) esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Ideiasnet e de seus investimentos e de parte substancial do objeto econômico da sua existência, e (vi) a continuidade das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas depende do sucesso dos planos da Administração.”

A diretoria da Companhia à época das emissões de referidos pareceres concordou com a opinião dos auditores e, no último ano, tomou providências para reverter tais condições, o que já pode ser evidenciado no parecer das demonstrações financeiras de 2020.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas contábeis podem diferir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

(i) Contingências tributárias e cíveis: A Companhia é ré em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

(ii) Créditos de liquidação duvidosa: As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas pela Companhia e por suas investidas com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber. Mesmo para valores integralmente provisionados para perda, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua ocorrência.

(iii) Estoques: A subsidiária Padtec S.A. efetua provisão para obsolescência e giro lento nos estoques. Para essa estimativa, considera estoques descontinuados, materiais fora do parâmetro de qualidade adotado e itens sem movimento no estoque, cuja possibilidade de realização seja considerada baixa, visto que há novas tecnologias e/ou soluções disponíveis no mercado. A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e despesas fixas incorridas nos esforços de vendas.

(iv) Vida útil dos bens do imobilizado: A Companhia e suas investidas revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de ativos próprios se mantém inalterada.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

(iv) Redução ao valor recuperável dos ativos: Anualmente a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia e suas investidas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

(v) Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16/CPC 06 (R2)): O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. A taxa incremental determinada pela Companhia a partir de uma taxa livre de risco, incorpora o spread de risco da Companhia com base nas captações recentes, conforme aplicável.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

A diretoria não tem conhecimento de ativos e passivos detidos pela Companhia ou por suas investidas que não aparecem em seu balanço patrimonial ou de outros itens relevantes que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

A diretoria não tem conhecimento de ativos e passivos detidos pela Companhia ou por suas investidas que não aparecem em seu balanço patrimonial ou de outros itens relevantes que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras, que devessem ser indicados no item anterior.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A tecnologia oferecida pela Companhia através da subsidiária Padtec S.A. está em constante desenvolvimento, resultado de um intenso trabalho de pesquisa e desenvolvimento (P&D). A Companhia busca oferecer aos seus clientes soluções cada vez mais compactas e energeticamente eficientes, que permitem a expansão, em centenas de vezes, da capacidade de transmissão em fibras ópticas. Um dos principais focos das atividades de P&D é a redução constante do custo de transmissão, imprescindível para viabilizar o crescimento exponencial da internet. Ao longo de 2020, foram investidos cerca de R\$35,8 milhões, somando despesas com P&D e valores alocados no ativo intangível.

A Companhia lançou sua nova geração de transponders, TM800 e TM1200, de 800 Gb/s e 1,2 Tb/s – uma solução de altíssima capacidade de transmissão de dados (em curtas, médias ou longas distâncias) que atende à tendência de aumento cada vez maior do tráfego e da demanda por banda, não só nas redes – terrestres e submarinas – de operadoras de serviços de comunicação como também nas interconexões entre data centers.

Através dos seus investimentos, a Padtec busca: a) manter sua paridade tecnológica vis a vis competidores globais, b) oferecer aos seus clientes soluções em produtos e serviços mais avançados e robustos, visando tornar-se cada vez mais competitiva, c) incrementar seu portfólio de produtos, d) ampliar sua liderança no mercado brasileiro, e e) expandir sua atuação geográfica para mercados internacionais.

Para os próximos anos, a Companhia planeja manter o foco no desenvolvimento de tecnologia de ponta, ampliar sua liderança no mercado brasileiro e aumentar sua presença internacional. Dessa forma, poderá oferecer soluções em produtos e serviços mais avançados e robustos, tornando-se cada vez mais competitiva.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos previstos para 2021 serão financiados por capital próprio da Companhia, utilizando do seu saldo de caixa e equivalentes de caixa, bem como da sua própria geração operacional de caixa, eventuais captações de recursos obtidos por meio de financiamentos no mercado financeiro e de capitais, de acordo com o cenário de mercado e conveniência para a Companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento nem desinvestimentos previstos.

10.8 - Plano de Negócios

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia ou de suas investidas.

Entretanto, no ano de 2020, como resultado da operação de incorporação de ações de emissão da Padtec S.A. pela Companhia, essa empresa passou a ser subsidiária integral da Companhia a partir do dia 01 de junho.

c. novos produtos e serviços:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2021, a Administração da Companhia pretende se concentrar nos aspectos apresentados no item 10.8.a acima.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A diretoria acredita que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e de suas investidas que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Cabe mencionar que a Administração da Companhia está acompanhando os desdobramentos da pandemia do novo coronavírus, comprometida com as diretrizes emitidas pelas autoridades locais e internacionais para prevenção e combate ao Covid-19.

Para uma melhor compreensão de seus resultados financeiros, a Companhia apresenta abaixo, com base nas suas Demonstrações Financeiras Combinadas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras, nos moldes do item 10.1 h) deste item de seu Formulário de Referência.

Discussão das Demonstrações Financeiras Combinadas da Padtec Holding S.A.

Em junho de 2020, a Companhia concluiu uma reorganização societária, por meio da qual a Companhia incorporou as ações da Padtec S.A. que, junto com as suas subsidiárias, passaram a ser 100% controladas da Companhia. Por entender que a análise de modo isolado das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia até 31 de dezembro de 2020 não reflete sua atual estrutura societária, a Administração da Companhia optou por apresentar neste item 10.9 do Formulário de Referência informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Padtec para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Para saber mais sobre informações financeiras selecionadas da Companhia, ver item 3.9 deste Formulário de Referência.

As informações financeiras apresentadas neste item 10.9 são referentes às demonstrações financeiras combinadas e têm como objetivo proporcionar informações mais úteis e representativas aos seus destinatários, para que as operações, a gestão e a posição patrimonial da Companhia e suas subsidiárias sejam compreendidas dentro de sua atual estrutura societária, além de propiciar comparabilidade às demonstrações financeiras, demonstrar o histórico das atuais operações da Companhia, sua posição financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa, de forma combinada-consolidada, bem como comentar os fatores que influenciaram o seu desempenho nos períodos indicados, possibilitando uma análise razoável para a tomada de decisão de investimento nas ações de emissão da Companhia.

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e internacionais, considerando o pronunciamento técnico NBC TG 44 – Demonstrações Combinadas. As demonstrações financeiras combinadas não devem ser utilizadas em última análise para a tomada de qualquer decisão de investimento na Companhia, pois não são indicativas de resultados que teriam ocorrido caso os negócios tivessem sido conduzidos como uma única unidade de negócios durante os períodos apresentados e não representam indicativos dos resultados ou posição financeira consolidados futuros da Companhia.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

As demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras de qualquer uma das entidades que fazem parte do Grupo Padtec, e não devem ser tomadas como base para fins de cálculo de dividendos, impostos ou para quaisquer outros fins societários, estando apresentadas como um único conjunto de demonstrações financeiras de entidades que estão sob controle comum.

Para mais informações sobre a reorganização societária, ver item 15.7 deste Formulário de Referência.

Demonstração de Resultados Combinados

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Demonstração dos Resultados (em R\$ milhares, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 2020	AV	Exercício social encerrado em 2019	AV	AH
Receita operacional líquida	247.712	100%	220.804	100%	12,2%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(162.490)	-65,6%	(153.768)	-69,6%	5,7%
Lucro bruto	85.222	34,4%	67.036	30,4%	27,1%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	(24.228)	-9,8%	(28.302)	-12,8%	-14,4%
Despesas comerciais	(21.987)	-8,9%	(22.917)	-10,4%	-4,1%
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	(28.657)	-11,6%	(26.801)	-12,1%	6,9%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0%	2.984	1,4%	-100%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4.646	1,9%	2.156	1%	115,5%
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras	14.996	6,1%	(5.844)	-2,6%	-356,6%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	15.067	6,1%	18.899	8,6%	-20,3%
Despesas financeiras	(20.281)	-8,2%	(27.720)	-12,6%	-26,8%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	9.782	3,9%	(14.665)	-6,6%	-166,7%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(912)	-0,4%	(912)	-0,4%	0%
Diferido	-	0%	2.611	1,2%	-100%
Lucro (prejuízo) do exercício proveniente de operações em continuidade	8.870	3,6%	(12.966)	-5,9%	168,4%
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	7.423	3,0%	24.669	11,2%	-69,9%
Lucro do exercício proveniente de operações descontinuadas	7.423	3,0%	24.669	11,2%	-69,9%
Lucro Líquido do exercício	16.293	6,6%	11.703	5,3%	39,2%
Resultado atribuível aos					
Acionistas controladores	16.293	6,6%	11.703	5,3%	39,2%
Lucro por Ação					
Lucro por ação básico e diluído	0,2077		0,7161		

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receita Operacional Líquida

Em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida somou R\$247,7 milhões, representando um aumento de 12,2%, ou R\$26,9 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$220,8 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, ao acréscimo de 20,1%, ou R\$34,3 milhões, das receitas com vendas de sistemas de transporte óptico (equipamentos DWDM) em relação a 31 de dezembro de 2019, em razão da maior demanda advinda dos clientes, a qual foi positivamente impactada pela maior necessidade de conectividade. Esse aumento compensou a redução marginal de 2,7%, ou R\$1,2 milhão, da receita com serviços premium em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$43,0 milhões.

Ressalta-se que o incremento da receita operacional líquida registrado em 31 de dezembro de 2020 ganha ainda mais relevância, tendo em vista que, durante o exercício social de 2019, a Companhia realizou o desinvestimento da unidade de negócio de Sistemas Submarinos, quando obteve uma receita operacional líquida relativa a essa unidade de negócio de R\$6,2 milhões.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2020, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados somou R\$162,5 milhões, representando um aumento de 5,7%, ou R\$8,7 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$153,8 milhões. Esse aumento se deve ao incremento das vendas de produtos e serviços da Companhia, o que resultou em maiores gastos com material, os quais somaram R\$96,1 milhões, em 31 de dezembro de 2020, aumento de 10,6% em relação a 2019, R\$77,4 milhões.

Esse aumento no custo foi parcialmente compensado (i) pela redução de jornadas e salários dos empregados em concordância com a MP 936, pela implementação de banco de horas que resultou em menos horas extras efetivamente pagas e pela redução das viagens realizadas em 2020 devido à pandemia da Covid-19, de modo que os custos com mão de obra apresentaram redução de 10,6%, ou R\$8,7 milhões, e baixaram de R\$39,3 milhões, em 2019, para R\$35,2 milhões, em 2020; e (ii) pela redução dos gastos gerais de fabricação, que totalizaram R\$31,2 milhões, em 2020, redução de 15,8% frente ao ano anterior, R\$37,1 milhões, e (iii) devido à redução de gastos com infraestrutura atrelados à migração para *home office* durante a pandemia da Covid-19 e à redução da provisão para obsolescência nos estoques.

Lucro Bruto

Em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto somou R\$85,2 milhões, representando um aumento de 27,1%, ou R\$18,2 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$67,0 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, aos fatores elencados acima.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receitas (despesas) operacionais

Despesas Administrativas

As despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$24,2 milhões, representando uma redução de 14,4%, ou R\$4,1 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$28,3 milhões. Essa variação se deve, principalmente, à eliminação de gastos administrativos da Padtec Holding S.A. em função da incorporação das ações da Padtec S.A., pela Companhia, ocorrida em junho de 2020, o que resultou, por exemplo, em alterações no quadro da administração da Companhia.

Outras receitas (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2020, as outras receitas (despesas) operacionais totalizaram um saldo positivo de R\$4,6 milhões, um aumento de 115,5%, ou R\$2,5 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$2,2 milhões. Essa variação se deve, principalmente, à renegociação e ao pagamento de dívida de determinados clientes da Companhia, cujo saldo estava provisionado como perda para devedores duvidosos, contribuindo, assim, de forma positiva para as outras receitas operacionais.

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

As receitas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 somaram R\$15,1 milhões, uma redução de 20,3%, ou R\$3,8 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$18,9 milhões. Essa redução se deve, principalmente, a redução da taxa de juros (CDI) que no acumulado de 2019 foi de 5,96% e em 2020 2,75%.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$20,3 milhões, uma redução de 26,8%, ou R\$7,4 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$27,7 milhões. Essa redução se deve, principalmente, ao pagamento de empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia ao longo do exercício social de 2020.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social diferido não apresentou nenhum saldo, enquanto no exercício de 2019 totalizou R\$2,7 milhões. Essa redução refere-se ao programa de parcelamento fiscal (PERT) o qual a controlada da Companhia, Automatos Participações, utilizou prejuízos fiscais para compensação de tributos.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Operações descontinuadas

O saldo das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$7,4 milhões, representando uma redução de 69,9%, ou R\$17,2 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$24,7 milhões. Essa redução se deve, exclusivamente, à realização do desinvestimento das unidades de negócios OTN Switch e Sistemas Submarinos, ambos realizados em 2019, de forma não recorrente.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$16,3 milhões, representando um aumento de 39,2%, ou R\$4,6 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$11,7 milhões, em razão dos motivos elencados acima.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado					
Demonstração dos Resultados (em R\$ milhares, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 2019	AV	Exercício social encerrado em 2018	AV	AH
Receita operacional líquida	220.804	100%	229.384	100%	-3,7%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(153.768)	-69,6%	(156.952)	-68,4%	-2%
Lucro bruto	67.036	30,4%	72.432	31,6%	-7,4%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	(28.302)	-12,8%	(29.013)	-12,6%	-2,5%
Despesas comerciais	(22.917)	-10,4%	(20.092)	-8,8%	14,1%
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	(26.801)	-12,1%	(19.434)	-8,5%	37,9%
Resultado de equivalência patrimonial	2.984	1,4%	5.626	2,5%	-47%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2.156	1%	30.850	13,4%	-93%
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras	(5.844)	-2,6%	40.369	17,6%	-114,5%
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18.899	8,6%	19.026	8,3%	-0,7%
Despesas financeiras	(27.720)	-12,6%	(27.307)	-11,9%	1,5%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(14.665)	-6,6%	32.088	14%	-145,7%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(912)	-0,4%	(679)	-0,3%	34,3%
Diferido	2.611	1,2%	1.906	0,8%	37%
Lucro (prejuízo) do exercício proveniente de operações em continuidade	(12.966)	-5,9%	33.315	14,5%	-138,9%
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	24.669	11,2%	-	-	-
Lucro do exercício proveniente de operações descontinuadas	24.669	11,2%	-	-	-
Lucro Líquido do exercício	11.703	5,3%	33.315	14,5%	-64,9%
Resultado atribuível aos					
Acionistas controladores	11.703	5,3%	33.315	14,5%	-64,9%
Lucro por Ação					
Lucro por ação básico e diluído	0,7161		2,0383		

Receita Operacional Líquida

Em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida totalizou R\$220,8 milhões, representando uma redução de 3,7%, ou R\$8,6 milhões, em relação ao ano anterior, quando somou R\$229,4 milhões. Essa redução se deve, principalmente, à diminuição das receitas advindas da unidade de negócio Sistemas Submarinos, que registrou uma queda de 75,3%, ou R\$18,9 milhões, no exercício social de 2019, tendo em vista que a Companhia somente auferiu receita desta unidade de negócio no primeiro trimestre de 2019.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Receitas (despesas) operacionais

Despesas Comerciais

As despesas comerciais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$22,9 milhões, 14,1% acima do valor registrado em 2018 (R\$20,1 milhões). Esse aumento se deve, principalmente, ao incremento da força de vendas nas controladas da Companhia no exterior, especialmente na Colômbia e Argentina.

Despesas de pesquisa e desenvolvimento

As despesas de pesquisa e desenvolvimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$26,8 milhões, aumento de 37,9%, ou R\$7,4 milhões quando comparado ao saldo de R\$19,3 milhões no exercício de 2018. Esse aumento nas despesas decorre dos investimentos em tecnologia realizados pela Companhia, seu diferencial para manter-se competitiva e na fronteira do conhecimento em sua área de especialização em sistemas de transmissão óptica, agregadores de tráfego e sistemas para redes de acesso. Os investimentos realizados pela Companhia foram voltados para um portfólio em sistemas de comunicações ópticas de alto desempenho.

Outras receitas (despesas) operacionais

Em 31 de dezembro de 2019, as outras receitas (despesas) operacionais tiveram um saldo positivo de R\$2,2 milhões, representando uma redução de 93%, ou R\$28,7 milhões, quando comparada ao saldo positivo de R\$30,8 milhões no mesmo período de 2018. Essa variação negativa é explicada principalmente pelo estorno de provisão de contingências no valor de R\$25,5 milhões em função do ganho de um processo tributário pela Padtec S.A.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social diferido totalizou R\$2,6 milhões, um aumento de 37% em relação a 2018, ou de R\$0,7 milhão, enquanto no exercício de 2018 o saldo foi de R\$1,9 milhão. Esse aumento decorre do ajuste realizado no montante devido pela Automatos Participações referente ao programa de parcelamento fiscal (PERT) aderido pela referida controlada.

Operações descontinuadas

O saldo das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$24,7 milhões, sendo que no exercício de 2018 a Companhia não registrou nenhum saldo referente a essa conta. Esse registro contábil se deve, exclusivamente, à realização do desinvestimento das unidades de negócios OTN Switch e Sistemas Submarinos, ambos realizados em 2019, de forma não recorrente.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Lucro líquido do exercício

Em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido do exercício foi R\$11,7 milhões, uma redução de 64,9%, ou de R\$ 21,6 milhões em relação ao exercício de 2018, que registrou o saldo de R\$33,3 milhões. Essa redução é reflexo das razões explicadas nas linhas acima.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**Balancos Patrimoniais**

	Combinado				
	31/12/20	AV	31/12/19	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	64.680	17,2%	49.606	15,2%	30,4%
Contas a receber de clientes	100.296	26,6%	62.196	19,1%	61,3%
Estoques	61.989	16,5%	55.657	17,1%	11,4%
Impostos a recuperar	23.562	6,3%	11.581	3,6%	103,5%
Operações financeiras	37.139	9,9%	41.060	12,6%	-9,5%
Outros créditos	2.356	0,6%	1.452	0,4%	62,3%
Total do ativo circulante		77%	221.552	68,1%	30,9%
Ativo não circulante mantido para venda					
Ativo mantido para venda	-	-	255	0,1%	-100%
Total do ativo circulante	-	-	255	0,1%	-100%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	2.377	0,6%	3.771	1,2%	-37%
Impostos a recuperar	324	-	10.123	3,1%	-96,8%
Aplicações financeiras em garantia	19.395	5,1%	14.787	4,5%	31,2%
Operações financeiras	11.460	3%	18.973	5,8%	-39,6%
Depósito Judicial	2.364	0,6%	12.172	3,7%	-80,6%
Outros créditos	2.905	0,8%	2.988	0,9%	-2,8%
Imobilizado	18.540	4,9%	19.070	5,9%	-2,8%
Intangível	29.217	7,8%	21.849	6,7%	33,7%
Total do ativo não circulante		23%	103.733	31,9%	-16,5%
Total do ativo		100%	325.540	100%	15,7%

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	Combinado				
	31/12/20	AV	31/12/19	AV	AH
Passivo	44.196	AV	43.830	AV	AH
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11.151	3,0%	23.927	7,3%	-53,4%
Debêntures	7.765	2,1%	-	0,0%	100,0%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	2.733	0,7%	2.753	0,8%	-0,7%
Fornecedores	55.832	14,8%	34.674	10,7%	61,0%
Risco sacado	1.971	0,5%	1.655	0,5%	19,1%
Partes relacionadas	948	0,3%	3.250	1,0%	-70,8%
Impostos e contribuições a pagar	9.204	2,4%	7.812	2,4%	17,8%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	6.331	1,7%	7.212	2,2%	-12,2%
Obrigações sociais	18.976	5,0%	13.859	4,3%	36,9%
Provisões diversas	2.745	0,7%	2.765	0,8%	-0,7%
Operações financeiras	37.139	9,9%	41.060	12,6%	-9,5%
Outras contas a pagar	4.946	1,3%	1.236	0,4%	300,2%
Total do passivo circulante	159.741	42,4%	140.203	42,1%	13,9%
Não circulante					
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	35.970	9,6%	41.707	12,8%	-13,8%
Empréstimos e financiamentos	32.281	8,6%	21.888	6,7%	47,5%
Debêntures	31.313	8,3%	-	0,0%	100,0%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	624	0,2%	3.290	1,0%	-81,0%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	2.203	0,6%	12.070	3,7%	-81,7%
Partes relacionadas	-	0,0%	610	0,2%	-100,0%
Operações financeiras	11.460	3,0%	18.973	5,8%	-39,6%
	-				
Total do passivo não circulante	113.851	31,2%	98.538	31,3%	15,5%
Total do passivo	273.592	72,6%	238.741	73,3%	15,5%
Patrimônio líquido					
Capital social	199.211	52,9%	200.297	61,5%	-0,5%
Opções de ações	-	0%	-	0%	0%
Ações em tesouraria	-	0%	-	0%	0%
Reservas de capital	-2.674	-0,7%	-2.674	-0,8%	0%
Lucros / prejuízos acumulados	-83.331	-22,1%	-100.542	-30,9%	-17,1%
Ágio em transação de capital	599	0,2%	-	0%	0%
Outros resultantes abrangentes	-10.793	-2,9%	-10.282	-3,2%	5%
Ajuste ou conversão de balanço	-	0%	-	0%	0%
Total do patrimônio líquido	103.012	27,4%	86.799	26,7%	18,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	376.604	100%	325.540	100%	15,7%

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia registrou saldo de R\$290,0 milhões, representando um aumento de 30,9%, ou R\$68,5 milhões, em comparação com o exercício social de 2019, quando registrou saldo de R\$221,6 milhões. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 77% em 31 de dezembro de 2020 e 68,1% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento se deve, principalmente, à variação das contas mencionadas abaixo.

Caixa e Equivalente de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$64,7 milhões, representando um aumento de 30,4%, ou R\$15,1 milhões, em relação ao exercício social de 2019, que registrou um saldo de R\$49,6 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, ao recebimento de R\$6 milhões relativos a acordo judicial celebrado no âmbito de processos cíveis da controlada Automatos Participações e de R\$7,4 milhões da venda da unidade de negócio Sistemas Submarinos.

Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$100,3 milhões, representando um aumento de 61,3%, ou de R\$38,1 milhões, quando comparado com o saldo de R\$62,2 milhões registrado no exercício social de 2019. Esse aumento se deve ao incremento das vendas realizadas em 2020 e à concessão de maior prazo de pagamento aos clientes da Companhia, especialmente aos pequenos provedores.

Impostos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta impostos a recuperar totalizou R\$23,6 milhões, representando um aumento de 103,5%, ou R\$12 milhões, frente ao saldo de R\$11,6 milhões registrado em 2019. Grande parte deste incremento (R\$4,4 milhões) é justificado por créditos financeiros oriundos da alteração da Lei nº 8.248/91 (Lei de Informática), pela Lei nº 13.969/19, que teve início de vigência em 1º de abril de 2020, momento em que o incentivo fiscal passou a ser o recebimento de crédito financeiro proporcional aos investimentos de pesquisa e desenvolvimento realizados antecipadamente pelos beneficiários. O crédito financeiro é calculado trimestralmente e será utilizado para pagar tributos federais controlados pela Secretária da Receita Federal do Brasil.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante totalizou R\$86,6 milhões, representando uma redução de 16,5%, ou R\$17,2 milhões, em comparação com R\$103,7 milhões registrado em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 23% em 31 de dezembro de 2020 e 31,9% em 31 de dezembro de 2019.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Impostos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos impostos a recuperar totalizou R\$0,3 milhão, representando uma redução de 96,8%, ou R\$9,8 milhões, em relação a R\$10,1 milhões registrado em 31 de dezembro de 2019. A baixa do saldo de R\$8,1 milhões referente aos créditos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL utilizados para o pagamento do saldo devedor do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) justifica a redução observada nessa conta.

Aplicações Financeiras em Garantia

Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras em garantia somaram R\$19,4 milhões, representando um aumento de 31,2%, ou R\$4,6 milhões, em relação a 2019, quando totalizou R\$14,8 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, à realização de aplicações (i) em cotas do fundo FIC FIDC OSHER, cuja finalidade é financiar clientes e antecipar seus recebíveis, no montante de R\$5,2 milhões, (ii) em Certificado de Depósito Bancário (CDB) do Banco Bradesco no montante de R\$5,2 milhões, parte utilizado como seguro garantia judicial e parte para garantir a dívida junto à FINEP e (iii) em um Certificado de Depósito Bancário (CDB) do Banco Safra no montante de R\$9,0 milhões, garantidor de dívida tomada junto ao BNDES e liquidada em novembro de 2020.

Operações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das operações financeiras totalizou R\$37,1 milhões, representando uma redução de 9,5%, ou R\$3,9 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$41 milhões. Essa redução se deve, principalmente, a operação de Vendor, que consiste em operações de financiamento de vendas a clientes baseadas no princípio de cessão de crédito (e conforme os clientes pagam seus financiamentos, o saldo da conta de Operações Financeira reduz) e aplicação em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de curto prazo.].

Depósitos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos depósitos judiciais somou R\$2,4 milhões, representando uma redução de 80,6%, ou R\$9,8 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$12,2 milhões. Essa redução se deve, principalmente, à baixa de R\$6 milhões relativos a acordo judicial celebrado no âmbito de processos cíveis da controlada Automatos Participações, valor recebido pela Companhia em 2020.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o intangível totalizou R\$29,2 milhões, representando um aumento de 33,7%, ou R\$7,4 milhões, em relação ao mesmo período 2019, quando totalizou R\$21,8 milhões. Esse aumento se deve, principalmente, ao desenvolvimento de novos projetos, cujas tecnologias atendem aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos e geração de benefícios econômicos futuros.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante totalizou R\$159,7 milhões, representando um aumento de 13,9%, ou R\$19,5 milhões, em comparação com R\$140,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 42,4% em 31 de dezembro de 2020 e 43,1% em 31 de dezembro de 2019.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$43,4 milhões, representando uma redução de 5,2%, ou R\$2,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019, que registrou saldo de R\$45,8 milhões.

Do total de empréstimos e financiamentos registrado em 31 de dezembro de 2020, 25,7% (R\$11,2 milhões) correspondem a obrigações de curto prazo e 74% (R\$32,3 milhões) a obrigações de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2019, essa relação era: 70,5% (R\$32,3 milhões) de curto prazo e 29,5% (R\$21,9 milhões) de longo prazo.

A redução da conta de empréstimos e financiamentos deve-se, principalmente, a redução das obrigações de curto prazo, que baixaram de R\$23,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$11,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 53,4%, ou R\$12,8 milhões, explicado pelo reperfilamento e alongamento das dívidas da Companhia ao longo de 2020.

Como consequência do reperfilamento e alongamento das dívidas, os empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentaram de R\$21,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$32,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, incremento de 47,5%, ou R\$10,4 milhões.

Operações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das operações financeiras totalizou R\$37,1 milhões, representando uma redução de 9,5%, ou R\$3,9 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, quando somou R\$41 milhões. Essa redução se deve, principalmente, a operação de Vendor e aplicação em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de curto prazo.

Debêntures

A emissão de debêntures pela Padtec S.A. em 2020, no valor total de R\$40 milhões, justifica o saldo de R\$7,8 milhões no curto prazo em 31 de dezembro de 2020.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, os fornecedores totalizaram R\$55,8 milhões, representando um aumento de 61%, ou R\$21,2 milhões, em comparação com R\$34,7 milhões registrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento se deve, principalmente, à alta da taxa do câmbio em 2020 que impactou os custos com fornecedores estrangeiros (R\$43,0 milhões em 2020 frente a R\$23,6 milhões em 2019, incremento de cerca de 80% no período).

Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de curto prazo das partes relacionadas totalizou R\$0,9 milhão, representando uma redução de 70,8%, ou R\$2,3 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2019, quando registrou R\$3,3 milhões. Essa redução se deve, principalmente, aos pagamentos realizados à Fundação CPqD no âmbito do contrato celebrado com esta parte relacionada relativo a serviços de desenvolvimento tecnológico.

Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de outras contas a pagar totalizou R\$5 milhões, representando um aumento de 300,2%, ou R\$3,8 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2019, quando registrou saldo de R\$1,2 milhões. O aumento se deve, principalmente, ao saldo registrado como adiantamento de clientes que refere-se a antecipação de faturamento.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$113,9 milhões, representando um aumento de 15,5%, ou R\$15,3 milhões, em comparação com R\$98,6 milhões registrado em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 31,2% em 31 de dezembro de 2020, a mesma relação verificada em 31 de dezembro de 2019, 31,3%.

Debêntures

A emissão de debêntures pela Padtec S.A. em 2020, no valor total de R\$40 milhões, justifica o saldo de R\$31,3 milhões no longo prazo em 31 de dezembro de 2020.

Arrendamento Mercantil com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020, o arrendamento mercantil com partes relacionadas foi de R\$0,6 milhão, representando uma redução de 81%, ou R\$2,7 milhões, quando comparado a R\$3,3 milhões registrado em relação a 31 de dezembro de 2019. Essa redução se deve aos pagamentos realizados no âmbito do contrato de arrendamento operacional de imóvel onde está localizada a sede administrativa da Companhia. O arrendamento tem duração de três anos (com vencimento em 2022), com opção de renovação após este período e não possui cláusulas de opção de compra no respectivo término.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Impostos e Contribuições a Pagar

Em 31 de dezembro de 2020, os impostos e contribuições a pagar somaram R\$2,2 milhões, representando uma redução de 81,7%, ou R\$9,9 milhões, quando comparado a R\$12,1 milhões registrado em relação a 31 de dezembro de 2019. Após a consolidação do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), que consiste na homologação do parcelamento por parte da Receita Federal, a Companhia compensou seus impostos a recuperar com seu passivo de impostos a pagar. Isso explica a redução observada.

Operações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, as operações financeiras de Vendor e em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de longo prazo totalizavam R\$11,4 milhões, redução de 39,6% sobre 31 de dezembro de 2019, R\$19,0 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$103,0 milhões, um aumento de 18,7%, ou R\$16,2 milhões, em comparação com R\$86,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 27,4% em 31 de dezembro de 2020 e 26,7% em 31 de dezembro de 2019.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Ativo	31/12/19	AV	31/12/18	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	49.606	15,2%	45.497	13,7%	9,0%
Contas a receber de clientes	62.196	19,1%	70.987	21,3%	-12,4%
Estoques	55.657	17,1%	41.211	12,4%	35,1%
Impostos a recuperar	11.581	3,6%	15.160	4,6%	-23,6%
Operações financeiras	41.060	12,6%	16.734	5,0%	145,4%
Outros créditos	1.452	0,4%	3.484	1,0%	-58,3%
Total do ativo circulante	221.552	68,1%	193.073	58%	14,8%
Ativo não circulante mantido para venda					
Ativo mantido para venda	255	-	25.917	8%	-99%
Total ativo não circulante mantido para venda	255	-	25.917	7,8%	-99%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	3.771	1,2%	4.793	1,4%	-21,3%
Impostos a recuperar	10.123	0,0%	5.626	1,7%	79,9%
Aplicações financeiras em garantia	14.787	4,5%	11.456	3,4%	29,1%
Operações financeiras	18.973	5,8%	12.263	3,7%	54,7%
Depósito Judicial	12.172	3,7%	11.679	3,5%	4,2%
Outros créditos	2.988	0,9%	8.320	2,5%	-64,1%
Imobilizado	19.070	5,9%	11.785	3,5%	61,8%
Intangível	21.849	6,7%	48.073	14,4%	-54,6%
Total do ativo não circulante	103.733	31,9%	113.995	34,2%	-9%
Total do ativo	325.540	100%	332.985	100%	-2,2%
Combinado					
Passivo	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	23.927	7,3%	31.445	9,4%	-23,9%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	2.753	0,8%	-	0,0%	100,0%
Fornecedores	34.674	10,7%	25.217	7,6%	37,5%
Risco sacado	1.655	0,5%	2.036	0,6%	-18,7%
Partes relacionadas	3.250	1,0%	3	0,0%	108233,3%

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Impostos e contribuições a pagar	7.812	2,4%	9.035	2,7%	-13,5%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	7.212	2,2%	5.483	1,6%	31,5%
Obrigações sociais	13.859	4,3%	16.487	5,0%	-15,9%
Provisões diversas	2.765	0,8%	1.768	0,5%	56,4%
Operações financeiras	41.060	12,6%	16.734	5,0%	145,4%
Outras contas a pagar	1.236	0,4%	1.281	0,4%	-3,5%
Total do passivo circulante	140.203	43,1%	109.489	32,9%	28,1%
Não circulante					
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	41.707	12,8%	50.291	15,1%	-17,1%
Empréstimos e financiamentos	21.888	6,7%	57.158	17,2%	-61,7%
Arrendamento mercantil com partes relacionadas	3.290	1,0%	-	0,0%	100,0%
FINEP	-	3,7%	3.582	4,3%	-16,4%
Impostos e contribuições a pagar	-	0,2%	423	2,5%	-92,6%
Impostos e contribuições a pagar - parcelamento	12.070	5,8%	14.440	3,7%	54,7%
Partes relacionadas	610	12,8%	8.261	15,1%	-17,1%
Operações financeiras	18.973	6,7%	12.263	17,2%	-61,7%
Total do passivo não circulante	98.538	31,3%	146.967	45,1%	-33%
Total do passivo	238.741	73,3%	256.456	77%	-6,9%
Patrimônio líquido					
Capital social	200.297	61,5%	195.080	58,6%	2,7%
Reservas de capital	-2.674	-0,8%	-2.674	-0,8%	0,0%
Lucros / prejuízos acumulados	-100.542	-30,9%	-105.981	-31,8%	-5,1%
Ágio em transação de capital	-	-3,2%	-	-3,0%	3,9%
Outros resultantes abrangentes	-10.282	61,5%	-9.896	58,6%	2,7%
Total do patrimônio líquido	86.799	26,7%	76.529	23%	13,4%
Total do passivo e patrimônio líquido	325.540	100%	332.985	100%	-2,2%

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$221,6 milhões, em comparação com R\$193,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 14,8% ou R\$28,5 milhões. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 68,1% em 31 de dezembro de 2019 e 58% em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, os estoques eram de R\$55,7 milhões, em comparação com R\$41,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 35,1%, ou R\$14,5 milhões, em função de maiores gastos com matéria prima e importações em andamento.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha operações financeiras de Vendor e em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) no montante total de R\$60,0 milhões. Essas operações financeiras têm como objetivo facilitar a aquisição de produtos e serviços de implantação por clientes que não têm acesso direto às linhas de financiamento disponíveis no mercado. Cerca de 68% dessas obrigações são de curto prazo, R\$41,1 milhões, (e 32% longo prazo, R\$19 milhões) e a contrapartida dos lançamentos consta no passivo circulante e no passivo não circulante. Em relação a 31 de dezembro de 2019, R\$29,0 milhões, houve incremento de 107% ou R\$31 milhões.

Tais operações financeiras de curto prazo em 31 de dezembro de 2019 somaram R\$41,1 milhões, aumento de 145,4% ou R\$24,3 milhões, em relação a 2018, R\$16,7 milhões.

Ativo não Circulante Mantido para Venda

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R\$0,3 milhão, composto por 15 (quinze) imóveis localizados no Paraná. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo somava R\$26,0 milhões e além desses imóveis, incluía a unidade de negócios de sistemas submarinos e a plataforma OTN Switch – ambos vendidos em 2019.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$103,7 milhões, apresentando redução de 9% (ou R\$10,3 milhões) comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2018, R\$114 milhões. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 31,9% em 31 de dezembro de 2019 e 34,2% em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos a recuperar somaram R\$10,1 milhões, redução de 79,9% (R\$4,5 milhões) sobre 31 de dezembro de 2018, R\$5,6 milhões. Essa redução decorre da utilização do saldo dos impostos para compensação de valores registrados como passivos.

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras em garantia somaram R\$14,8 milhões, aumento de 29,1% (R\$3,3 milhões) em relação a 2018, quando totalizaram R\$11,5 milhões. Esse aumento decorre de uma nova operação de FIDC junto ao Grupo Sifra no valor de R\$5 milhões, com a finalidade de financiar clientes e antecipar recursos (recebíveis).

Em 31 de dezembro de 2019, outros créditos somaram R\$3,0 milhões, redução de 64,1% (R\$5,3 milhões) em comparação a 31 de dezembro de 2018, R\$8,3 milhões. Em abril de 2018, a Companhia registrou como perda no resultado R\$2,2 milhões referentes a aplicação financeira do Banco Neon, após o Banco Central decretar sua liquidação extrajudicial. Em julho daquele ano, a Companhia recebeu do fundo garantidor R\$0,3 milhão, que foi abatido do saldo que estava aplicado no Banco Neon. No mesmo mês, a empresa Mecominas declarou o domínio e a posse dos direitos creditórios do CDB de emissão do Banco Neon.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em 31 de dezembro de 2019, o imobilizado era de R\$19,1 milhões. O aumento de 61,8%, R\$7,3 milhões, sobre 31 de dezembro de 2018, R\$11,8 milhões, justifica-se pelo direito de uso estabelecido no contrato de arrendamento operacional/locação da sede administrativa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o intangível totalizou R\$21,8 milhões, redução de 54,6% (ou R\$26,2 milhões) em relação a 31 de dezembro de 2018, R\$48,1 milhões, em função da classificação da unidade de negócios de sistemas submarinos e a plataforma OTN Switch como ativos mantidos para venda.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$140,2 milhões, em comparação com R\$109,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumento de 28,1%, R\$30,7 milhões. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 43,1% em 31 de dezembro de 2019 e 31,9% em 31 de dezembro de 2018.

Do valor total de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, R\$45,8 milhões, 52% (R\$23,9 milhões) correspondem a obrigações de curto prazo e 48% (R\$21,9 milhões) a obrigações de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2018, o total de empréstimos e financiamentos somava R\$88,6 milhões (houve incremento de 48,3% em 2019 em comparação a 2018) e essa relação era de 35% obrigações de curto prazo (R\$31,5 milhões) e 65% obrigações de longo prazo (R\$50,3 milhões).

Em 31 de dezembro de 2019, os arrendamentos mercantis com partes relacionadas totalizaram R\$2,8 milhões, aumento de 100% em comparação com 31 de dezembro de 2018, uma vez que o contrato de arrendamento operacional de imóvel onde está localizada a sede administrativa da Companhia foi celebrado em 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, as partes relacionadas foram de R\$3,3 milhões, aumento de 100% em comparação com 31 de dezembro de 2018, devido ao contrato celebrado com a Fundação CPQD relativo a serviços de desenvolvimento tecnológico.

Em 31 de dezembro de 2019, as operações financeiras de Vendor e em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de curto prazo foram de R\$41,1 milhões, aumento de 145,4% (R\$24,3 milhões) em relação ao ano anterior, R\$16,7 milhões.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$98,6 milhões, frente a R\$147,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 33% (R\$48,4 milhões). Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 31,3% em 31 de dezembro de 2019, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 era de 45,1%.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos de longo prazo eram de R\$21,9 milhões frente a R\$57,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, redução de 61,7% (R\$35,3 milhões) em função do pagamento de juros e principal.

Em 31 de dezembro de 2019, o arrendamento mercantil com partes relacionadas foi de R\$3,3 milhões, originada pelo contrato de arrendamento operacional de imóvel onde está localizada a sede administrativa da Companhia. O arrendamento tem duração de três anos (com vencimento em 2022), com opção de renovação após este período e não possui cláusulas de opção de compra no respectivo término.

Em 31 de dezembro de 2019, as operações financeiras de Vendor e em fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) de longo prazo totalizavam R\$19,0 milhões, incremento de 54,7% (ou R\$6,7 milhões) sobre 31 de dezembro de 2018, R\$12,3 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$86,8 milhões, em comparação com R\$76,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 26,7% em 31 de dezembro de 2019 e 23,0% em 31 de dezembro de 2018.

Fluxo de Caixa

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	Consolidado	
	Exercício social encerrado em 2020	Exercício social encerrado em 2019
<i>(em R\$ mil, exceto%)</i>		
Fluxo de caixa		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.865	(33.624)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(27.195)	79.755
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	36.404	(42.022)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	15.074	4.109

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$5,9 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi negativo em R\$33,6 milhões. A variação de R\$39,5 milhões é atribuída ao aumento de R\$7,2 milhões no lucro do exercício antes dos impostos advindo de suas atividades operacionais, aumento de R\$11,5 em fornecedores justificado pela extensão nos prazos de pagamento, recebimento de R\$ 6 milhões referente a processo cível da subsidiária Automatos, redução de R\$3,1 milhões nos pagamentos de encargos de dívidas decorrente da redução no saldo dos empréstimos e financiamentos.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$27,2 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi de R\$79,8 milhões. A variação negativa de R\$107,0 milhões é atribuída à venda das unidades de negócio Submarino e OTN Switch em 2019 em R\$102,9 milhões.

Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$36,4 milhões, em comparação ao caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que foi negativo em R\$42,0 milhões. A variação de R\$78,4 milhões é atribuída à captação de novos empréstimos e debêntures de R\$107 milhões, compensado pelo pagamento a maior de principal de R\$29,4 milhões.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(em R\$ mil, exceto%)	Exercício social encerrado em 2019	Exercício social encerrado em 2018
Fluxo de caixa		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(33.624)	24.168
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	79.755	(1.152)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(42.022)	131
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	4.109	23.147

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R\$33,6 milhões, em comparação ao caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$24,2 milhões. A variação negativa de R\$57,8 milhões é atribuída à redução de R\$ 22,1 milhões no resultado do exercício antes dos impostos devido ao estorno da provisão para contingências em 2018 no valor de R\$ 29,7 milhões, referente ao processo de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, ao valor de R\$26,6 milhão decorrente do ativo mantido para venda registrado no balanço de 2018 e que foi revertido em 2019 com a venda das unidades de negócio Submarino e OTN Switch.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$79,8 milhões, em comparação ao caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi negativo em R\$1,2 milhão. A variação de R\$80,9 milhões é atribuída à R\$102, 9 milhões referente a venda as unidades de negócio Submarino e OTN Switch em 2019, compensado pela redução de R\$17,2 no saldo de aplicações financeiras em garantia, utilizada para capital de giro.

Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi negativo em R\$42,0 milhões, em comparação ao caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que foi de R\$0,1 milhão. A variação negativa de R\$42,1 milhões é atribuída ao pagamento de empréstimos e financiamentos R\$41,5 milhões utilizando os recursos recebidos da venda das unidade de negócio submarina e OTN Switch.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

A Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

A Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composição

De acordo com o Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), o Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos, acionistas ou não, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois anos), sendo permitida a reeleição.

No mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador. Quando, em decorrência da observância do percentual aqui mencionado resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao seu arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito aquele que exercer função político-partidária e, salvo dispensa pela Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ou de suas Investidas; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia ou com suas Investidas, não podendo exercer o direito de voto caso se configurem, supervenientemente à sua eleição, os mesmos fatores de impedimento.

O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, eleito pela maioria de votos dos Conselheiros na primeira reunião do Conselho de Administração do mandato para o qual foram eleitos, e que exercerá as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia.

Ausência, impedimento, vacância

Em caso de ausência ou impedimento, definitivo ou temporário, do Presidente do Conselho de Administração, as funções pertinentes ao cargo de Presidente serão exercidas por outro membro escolhido pelo voto da maioria dos demais conselheiros.

Ocorrendo a vacância do cargo de conselheiro, o Conselho de Administração elegerá tantos conselheiros substitutos quantos forem os cargos vagos, sendo que estes conselheiros terão o seu mandato encerrado na próxima Assembleia Geral que for realizada. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Ocorre vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na omissão deste, por qualquer dos seus membros.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

As reuniões serão convocadas mediante comunicação por escrito, expedida com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência, devendo dessa constar o local, data e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia e remetidos todo e qualquer material necessário para que os Conselheiros possam avaliar e deliberar as matérias objeto da ordem do dia.

A convocação para as reuniões do Conselho de Administração será dispensada sempre que estiverem presentes àquela reunião todos os membros do Conselho de Administração.

A participação do Conselheiro nas reuniões do Conselho de Administração poderá se dar remotamente, via conferência telefônica, videoconferência ou outro meio de comunicação simultânea que permita a identificação do Conselheiro em questão, a comunicação simultânea entre todos os demais presentes na reunião e a autenticidade do voto do Conselheiro. Neste caso, a ata será transmitida por meio eletrônico que assegure a autenticidade da transmissão ao Conselheiro que tenha participado à distância, a qual deverá ser por ele rubricada, assinada ou autenticada e retransmitida à Companhia, pelo mesmo modo. O Conselheiro poderá, ainda, enviar seu voto por escrito.

A ata de reunião do Conselho de Administração que eleger, destituir ou designar Diretores deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado e dada publicidade conforme os termos dispostos em lei, adotando-se idêntico procedimento para as atas que contenham deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros e, ainda, para aquelas que o Conselho de Administração julgue conveniente.

As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

Cada membro do Conselho de Administração em exercício terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração.

Competência

O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá instituir comitês técnicos e consultivos com objetivos definidos, sendo compostos por conselheiros e/ou especialistas nos respectivos temas de cada comitê, que deverão ter seus próprios regimentos.

Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, no Estatuto Social, em eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia e no seu Regimento Interno, compete ao Conselho de Administração:

- (i) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia e das Investidas, e definir seus esquemas organizacionais;
- (ii) aprovar o plano de negócios e o orçamento, anual e plurianual, da Companhia, assim como quaisquer alterações subsequentes;
- (iii) aprovar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, ou bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, e notas promissórias para subscrição pública, nos termos da Instrução CVM 134, de 01 de novembro de 1990;
- (iv) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (v) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (vi) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (vii) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar atos, livros, documentos e contratos da Companhia;
- (viii) autorizar prestação de garantias por obrigações de terceiros pela Companhia em casos que não excedam, de forma cumulativa, o valor de 20% (vinte por cento) do ativo total da Companhia;
- (ix) escolher e destituir auditores independentes;
- (x) autorizar a recompra de ações de emissão da Companhia, a qual somente poderá se dar com a finalidade de cancelamento das ações adquiridas, ou para manutenção em tesouraria com a finalidade de satisfazer os planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia;
- (xi) elaborar proposta de remuneração anual global dos Administradores para deliberação em Assembleia Geral e fixar a remuneração individual para os Conselheiros e Diretores, observados os limites globais aprovados pela Assembleia Geral;
- (xii) manifestar-se favorável ou contrariamente, por meio de parecer prévio, a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, a ser divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da referida OPA, que deverá abordar, no mínimo, (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (iv) outros temas que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM e pela B3;
- (xiii) deliberar sobre o aumento do capital social até o limite previsto no Estatuto Social, fixando as condições de emissão e de colocação das ações;
- (xiv) deliberar sobre a celebração de contratos pela Companhia ou suas Investidas com terceiros, observado o disposto no item (xvi)(r) abaixo, inclusive operações de leasing, arrendamento mercantil, operações de alienação e aquisição de outros ativos não compreendidos no item (xvi) abaixo, que elevem os compromissos da Companhia ou da Investida acima de 5% (cinco por cento) do respectivo patrimônio líquido constante do último balanço anual aprovado;
- (xv) deliberar sobre a celebração de contratos de mútuo pela Companhia com empresas de que a Companhia ou os seus acionistas controladores participem direta ou indiretamente do capital social, observado o objeto social da Companhia e a vedação legal à prática de atos de liberalidade;
- (xvi) ressalvada a competência da Assembleia Geral da Companhia, deliberar sobre a orientação do voto a ser proferido pela Companhia nas Assembleias Gerais das Investidas em cuja pauta conste:
 - (a) quaisquer aquisições ou desinvestimentos que tenham valor superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas, exceto aquisições de insumos necessários a fornecimentos contratados e aquisições já aprovadas em plano de negócios;
 - (b) qualquer alienação ou transferência de ativos com valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou a constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre ativos;
 - (c) a celebração de quaisquer empréstimos ou outras formas de adiantamento de recursos de valor agregado, na qualidade de tomadora, para um período de 12 (doze) meses, em montante superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
 - (d) a escolha e destituição dos auditores independentes, se aplicável;
 - (e) a abertura, o encerramento e a alteração de endereços de sede, filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, no País ou no exterior;
 - (f) aprovação de plano de oferta que outorgue opção de compra ou de subscrição de ações por administradores e empregados;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (g) a autorização de concessão de empréstimos, na qualidade de credora, em favor de controladas, nas situações em que o saldo devedor da controlada atinja valor superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
 - (h) a autorização de concessão de empréstimos na qualidade de credora, em favor de terceiros;
 - (i) a propositura de ações judiciais ou administrativas que envolvam valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou que possam ter impacto negativo nos negócios da Investida ou em seu relacionamento com clientes e/ou autoridades governamentais. Não se enquadrarão nas hipóteses previstas nessa alínea as medidas de urgência decorrentes de procedimentos licitatórios de que participem;
 - (j) a aprovação de remuneração da administração;
 - (k) a celebração de negócios jurídicos com Partes Relacionadas;
 - (l) a prestação de garantias por obrigações de terceiros em casos de garantia por obrigações de clientes da Investida em operações financeiras de financiamento de vendas, ou em casos que não excedam, de forma cumulativa, o valor de 20% (vinte por cento) do ativo total da Investida;
 - (m) a aprovação de constituição, em benefício da própria Investida, de ônus reais e concessão de fianças ou avais, exceto a concessão dessas garantias quando forem necessárias à manutenção do giro normal das atividades mercantis;
 - (n) a cessão ou transferência, por qualquer meio, a terceiro, de direitos de propriedade intelectual ou industrial, excetuando-se qualquer licenciamento oneroso no curso ordinário dos negócios;
 - (o) a contratação de operações de endividamento que impliquem inobservância de parâmetros de endividamentos das Investidas;
 - (p) a aprovação do plano de negócios e o orçamento, anual e plurianual das Investidas, assim como quaisquer alterações subsequentes;
 - (q) aprovação do "Plano de Tecnologia" da Investida, assim entendido como documento que estabelece as principais linhas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento que visam assegurar a competitividade e a rentabilidade futura do negócio da Investida;
 - (r) a aprovação da celebração de todas as contratações que a Investida, na posição de parte contratada, pretenda assumir com terceiros, que impliquem valor maior que 30% (trinta por cento) da receita líquida total da Investida no exercício anterior;
- (xvii) a celebração de compromissos de investimento de recursos financeiros, de forma direta ou indireta, em fundos de investimento e/ou sociedades de investimento, cuja administração e/ou gestão seja atribuída a sociedades em que a Companhia participe direta ou indiretamente; e
- (xviii) o endereço completo da sede da Companhia.

Por fim, o Regimento Interno do Conselho de Administração foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de setembro de 2020 e aditado em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2021, e encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção "Governança Corporativa" > "Políticas e Códigos", bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Nos termos do seu Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, para seu assessoramento e melhor desempenho de suas funções, instituir comitês técnicos e consultivos com objetivos definidos, sendo compostos por conselheiros e/ou especialistas nos respectivos temas de cada comitê, que deverão ter seus próprios regimentos. Nesse sentido, é também responsabilidade do Conselho de Administração definir as regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento dos comitês de assessoramento.

Atualmente o Conselho de Administração conta com os seguintes comitês: (1) Comitê de Auditoria; (2) Comitê de Remuneração; (3) Comitê de Tecnologia e (4) Comitê de Ética.

(1) Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Companhia e de suas sociedades controladas e coligadas ("Grupo Padtec") é um órgão estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, de caráter consultivo e permanente, e tem o seu funcionamento regido pela legislação em vigor, principalmente pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia, pelo Regulamento do Novo Mercado atualmente vigente e por seu Regimento Interno.

O Comitê de Auditoria reporta-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, por meio de seu Coordenador, atuando com independência em relação à Diretoria e demais gerências da Companhia. Para o desempenho de suas funções, o Comitê de Auditoria disporá de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração.

Os membros do Comitê de Auditoria poderão receber remuneração, conforme estabelecido na Política de Remuneração da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, compatível com suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado. É vedado aos membros do Comitê de Auditoria, direta ou indiretamente, receber qualquer tipo de remuneração da Companhia pela prestação de serviços de consultoria, assessoria ou quaisquer outros que configurem impedimento ou incompatibilidade com as obrigações e responsabilidades de membro do Comitê de Auditoria.

1.1. Composição

O Comitê será formado por 3 (três) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo que: (a) ao menos um deles deve ser conselheiro independente da Companhia, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado; (b) ao menos um deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; e (c) o mesmo membro do Comitê poderá acumular as duas características previstas nas alíneas (a) e (b) acima.

É vedada a participação, como membros do Comitê de Auditoria, de Diretores da Companhia, de Diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Dentre os eleitos, o Conselho de Administração indicará o Coordenador do Comitê de Auditoria, o qual exercerá as funções de representação, organização e coordenação das atividades do Comitê de Auditoria até o final do seu mandato.

A função de membro do Comitê de Auditoria é indelegável, devendo ser exercida respeitando-se os deveres de lealdade e diligência, bem como evitando-se quaisquer situações de conflito que possam afetar os interesses da Companhia e de seus acionistas.

A eleição dos membros do Comitê de Auditoria deverá ocorrer durante a primeira reunião do Conselho de Administração após a posse dos membros do Conselho de Administração. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será coincidente com o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração que os eleger, permitida a reeleição, podendo ainda se estender até a investidura de seus respectivos sucessores.

Na hipótese de vacância no Comitê de Auditoria, inclusive do cargo de Coordenador, o Conselho de Administração deve escolher o membro substituto dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

1.2. Atribuições e responsabilidades

A função de Coordenador do Comitê de Auditoria deverá estar sujeita aos seguintes critérios e responsabilidades: (i) será a máxima autoridade do Comitê de Auditoria e poderá desempatar decisões sobre assuntos em que os membros não obtenham consenso; (ii) convocará e presidirá as reuniões; (iii) avaliará e definirá os assuntos a serem discutidos nas reuniões, incluindo na pauta aqueles a serem apreciados; (iv) aprovará a participação de convidados durante as reuniões do Comitê de Auditoria, com o propósito de assessorar, fornecer informações adicionais ou atuar como observadores; (v) comunicará a outras áreas da Companhia sobre os planos de ações ou sobre os requerimentos de trabalhos derivados das reuniões; (vi) aprovará o calendário de reuniões, com base na agenda de atividades de seus membros; (vii) será responsável pelo controle sobre o atendimento dos planos de ações definidos pela área de Controles Internos ou pela Auditoria Interna; (viii) cumprirá e fará cumprir o Regimento Interno do Comitê de Auditoria; (ix) nomeará o Secretário da mesa, que será o responsável pela elaboração das Atas das reuniões.

Os demais membros do Comitê de Auditoria possuem os seguintes direitos e deveres: (i) terão voz ativa e direito de voto sobre os assuntos tratados pelo Comitê de Auditoria; (ii) não poderão designar substitutos para as suas funções; (iii) deverão informar os demais membros sobre qualquer assunto que afete as responsabilidades do Comitê de Auditoria; e (iv) desempenharão as responsabilidades específicas que lhes forem atribuídas pelo Comitê de Auditoria.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

No tocante aos sistemas de Controles Internos e de gerenciamento de riscos, o Comitê de Auditoria terá as seguintes atribuições e responsabilidades: (i) acompanhar as atividades da área de Auditoria Interna e da área de Controles Internos da Companhia; (ii) avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia; (iii) propor ao Conselho de Administração as definições e diretrizes para compor o modelo de Gestão de Riscos dentro da Companhia; (iv) propor ao Conselho de Administração os níveis de tolerância para exposição aos riscos; (v) acompanhar e apoiar o processo de Gestão de Riscos na definição dos riscos priorizados alinhados ao contexto de negócio e as diretrizes do Conselho de Administração; (vi) supervisionar as atividades de Gestão de Riscos seguindo o cumprimento das legislações legais, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia; (vii) avaliar, monitorar e informar periodicamente o Conselho de Administração sobre os riscos priorizados identificados pelas revisões das áreas de Auditoria Interna e de Controles Internos, auxiliando na avaliação dos planos de ação e recomendações; (viii) avaliar, aprovar e acompanhar a execução do tratamento e monitoramento dos riscos; (ix) avaliar, aprovar e recomendar à Diretoria e/ou ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; (x) demandar da Gestão de Riscos ações e medidas para que as remediações de controle sejam viabilizadas e riscos com exposição inaceitável sejam mitigados, acompanhando a sua implementação; (xi) ser informado pela Auditoria Interna e pelo Canal de Denúncias de temas relevantes de falhas de ética, integridade e fraudes, definindo os procedimentos de investigação a serem adotados; (xii) zelar para que a Diretoria desenvolva Controles Internos confiáveis; (xiii) estabelecer canal para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades, as quais serão endereçadas ao Comitê de Ética da Companhia; (xiv) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

No tocante às demonstrações financeiras, compete ao Comitê de Auditoria: (i) avaliar e revisar, previamente à divulgação, as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, incluídos também, as notas explicativas e o relatório da administração, quando for o caso; (ii) analisar, em conjunto com o Auditor Independente, relativamente às demonstrações financeiras: os princípios e critérios contábeis utilizados; a forma de constituição das principais provisões; os métodos de avaliação de risco e os resultados dessas avaliações; os principais riscos; as mudanças de escopo nos trabalhos da Auditoria Independente eventualmente acontecidas; as deficiências relevantes, se encontradas, e as principais falhas de controles internos; efeitos de fatores externos (econômicos, normativos, setoriais, sociais e ambientais) nos relatórios financeiros e no processo de auditoria. Constitui-se em tópico importante da discussão, a transparência na divulgação das demonstrações financeiras; (iii) analisar, em conjunto com o Auditor Independente, os métodos alternativos de tratamento contábil, se existentes, seus efeitos nas demonstrações financeiras e os critérios utilizados para sua divulgação, bem como o tratamento contábil eventualmente aconselhado pela empresa de Auditoria Independente; (iv) atuar na solução de divergências porventura existentes entre a empresa de Auditoria Independente e a Diretoria, relativas às demonstrações financeiras e aos relatórios financeiros; (v) acompanhar os ajustes propostos pela Auditoria Externa e pela Auditoria Interna da Companhia, discutindo com o Conselho de Administração as eventuais limitações identificadas para o cumprimento das medidas propostas inclusive em relação às contingências judiciais e administrativas; e (vi) analisar a carta de recomendações de controles internos emitida anualmente pelos Auditores Independentes, discutir com o Conselho de Administração as fragilidades reportadas e acompanhar o plano de ações corretivas ou de melhoria proposto.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

No tocante às Auditorias Interna e Externa, compete ao Comitê de Auditoria: (i) recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição da Auditoria Independente; (ii) proceder, anualmente, à avaliação formal das Auditorias Interna e Externa, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos; (iii) conhecer, discutir e acompanhar o planejamento e escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Auditoria Externa; (iv) aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna; (v) revisar os trabalhos de Auditoria Interna e definir orientações quanto aos seus desdobramentos com base nos aspectos identificados; (vi) apresentar nas reuniões de Conselho de Administração um sumário dos trabalhos de Auditoria Interna com a síntese dos aspectos críticos identificados; (vii) aprovar a contratação e demissão de profissionais da equipe de Auditoria Interna.

Por fim, o Regimento Interno do Comitê de Auditoria foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2021, alterado em 01 de abril de 2021, e encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção "Governança Corporativa" > "Políticas e Códigos", bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br)

(2) Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração foi criado pelo Conselho de Administração da Companhia em 5 de fevereiro de 2013, data em que foi também aprovado seu regimento interno, posteriormente aditado em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de setembro de 2020.

O Comitê de Remuneração será instalado pelo Conselho de Administração e será composto por 3 (três) membros, que poderão ser empregados, membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia. O mandato dos membros do Comitê de Remuneração será coincidente com o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração, permitida a reeleição, podendo ainda se estender até a investidura de seus respectivos sucessores.

O Comitê de Remuneração tem como sua função assessorar o Conselho de Administração na definição e discussão das principais diretrizes relacionadas às questões de remuneração dos Administradores e demais empregados, na definição e controle de metas corporativas e individuais bem como na revisão da Política de Remuneração da Companhia.

Ao Comitê de Remuneração compete: (a) apresentar ao Conselho de Administração proposta de distribuição da remuneração global anual entre os Diretores e os membros do Conselho de Administração da Companhia; (b) analisar e opinar sobre proposta do Diretor Presidente quanto à remuneração mensal e bônus, quando aplicável, dos colaboradores da Companhia; (c) deliberar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos Administradores e colaboradores da Companhia; (d) opinar sobre a participação dos Diretores e colaboradores nos lucros da Companhia; (e) opinar sobre qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer Diretor que contemple o pagamento de valores em razão do desligamento voluntário ou involuntário do Diretor, mudança de Controle ou qualquer outro evento similar, inclusive o pagamento de valores a título de indenização; (f) avaliar periodicamente o critério de remuneração dos Diretores e dos executivos da Companhia e, ouvido o Diretor Presidente, formular recomendações ao Conselho de Administração; e (g) analisar outras matérias ligadas à remuneração de membros da Companhia, conforme delegado pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Além do disposto acima, o Comitê de Remuneração tem amplos poderes para gerir e administrar os planos de opções da Companhia, devendo indicar, dentre as pessoas elegíveis, aquelas que participarão do mesmo, fixar a quantidade de ações objeto da opção, bem como o preço de aquisição das mesmas, desde que observado o disposto nos planos de opção de compra de ações da Companhia aprovados em Assembleia Geral de acionistas.

Por fim, o Regimento Interno do Comitê de Remuneração encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção "Governança Corporativa" > "Políticas e Códigos", bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

(3) Comitê de Tecnologia

O Comitê de Tecnologia da Companhia foi criado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de julho de 2020 e tem como função assessorar o Conselho de Administração na definição e discussão das principais diretrizes relacionadas às tendências tecnológicas, em decisões de investimento em produtos e alocação das verbas de pesquisa e desenvolvimento ("P&D"), assim como em modelos de parcerias com outras instituições.

Ao Comitê de Tecnologia compete: (a) levar à Companhia e ao Conselho de Administração análises de cenários tecnológicos, tendências de produtos, perspectivas do mercado, tecnologias que devem ser incorporadas à Companhia e propor o "Roadmap" de produtos e soluções, de modo a buscar que a Companhia assumira papel de protagonismo no processo de inovação tecnológica; (b) assessorar o Conselho de Administração na definição e na discussão das principais diretrizes relacionadas às tendências tecnológicas; (c) avaliar impactos de novas tecnologias e avaliar prazos, recursos humanos e financeiros para fazer frente ao desenvolvimento tecnológico; (d) opinar sobre investimento em produtos e alocação das verbas de P&D; (e) opinar sobre modelos de parcerias e alianças tecnológicas com outras empresas; (f) opinar sobre convênios tecnológicos com outras instituições, para desenvolvimento de produtos; (g) assegurar que todas as ações desenvolvidas resultem no trabalho sincronizado das equipes de desenvolvimento da Companhia e de seus parceiros, gerando resultados positivos à Companhia e seus stakeholders; (h) emitir anualmente o Plano de Tecnologia, com o planejamento de desenvolvimento tecnológico e acompanhamento de resultados, e formular recomendações para aprovação do Conselho de Administração; e (i) apoiar o Conselho de Administração no acompanhamento do "Roadmap" de produtos e soluções.

O Comitê de Tecnologia será instalado pelo Conselho de Administração e será composto por 3 (três) membros, que poderão ser empregados, membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia. O mandato dos membros do Comitê de Tecnologia será coincidente com o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração, permitida a reeleição, podendo ainda se estender até a investidura de seus respectivos sucessores.

Por fim, o Regimento Interno do Comitê de Tecnologia, aprovado em reunião deste comitê realizada em 29 de setembro de 2020, encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção "Governança Corporativa" > "Políticas e Códigos", bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br)

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(4) Comitê de Ética

O Comitê de Ética ("Comitê de Ética") é um órgão colegiado interno da Companhia, de caráter independente e permanente, que tem como propósito avaliar, acompanhar e apurar as denúncias, questões e dúvidas que envolvem aspectos e valores éticos e de conduta da Companhia, dos membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários da Companhia e de suas sociedades controladas, assim como terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em nome do Grupo Padtec, a fim de suportar as medidas e decisões tomadas pelo Conselho de Administração e, quando for o caso, pela Diretoria.

O Comitê de Ética tem como atribuição apurar com rigor e imparcialidade quaisquer denúncias, questões e dúvidas relacionadas ou decorrentes do Código de Ética e Conduta da Companhia realizadas através dos Canais de Diálogo (em especial, o Canal de Denúncia) disponibilizados pela Companhia, respeitando, sempre que solicitado, o sigilo do denunciante, bem como o direito ao contraditório e ampla defesa do denunciado.

A atuação do Comitê de Ética abrange todas as ações que envolvam pessoas com ou sem vínculo empregatício com a Companhia, inclusive clientes, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e acionistas da Companhia, além das partes relacionadas, conforme definição estabelecida na Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

Compete ao Comitê de Ética: (a) garantir a observância, a consistência e o cumprimento dos princípios éticos estabelecidos na legislação aplicável, nas normas internas da Companhia e em seu Código de Ética e Conduta; (b) revisar o Código de Ética e Conduta e recomendar alterações à Diretoria, sempre que necessário; (c) esclarecer questionamentos e dúvidas relacionados ao Código de Ética e Conduta; (d) receber quaisquer denúncias ou queixas, oriundas de pessoas internas ou externas ao Grupo Padtec, realizadas através dos Canais de Diálogo disponibilizados pela Companhia; (e) respeitar a integridade dos envolvidos na denúncia ou na queixa e, sempre que solicitado, manter o sigilo do denunciante, bem como o direito ao contraditório e ampla defesa do denunciado; (f) estabelecer as providências necessárias e adequadas para a investigação das denúncias ou queixas recebidas através dos Canais de Diálogo disponibilizados pela Companhia; (g) apurar, de forma imparcial, toda e qualquer denúncia ou queixa apresentada pelo denunciante através dos Canais de Diálogo disponibilizados pela Companhia; (h) fornecer orientações sobre conflitos que não estejam previstos no Código de Ética e Conduta da Companhia; (i) fornecer orientações para quaisquer questões que envolvam o cumprimento de obrigações ético-legais pela Companhia, pelos membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários do Grupo Padtec, assim como por terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em nome do Grupo Padtec; e (j) elaborar relatórios, pareceres e/ou recomendações sobre as denúncias e queixas recebidas e apresentá-los mensalmente ao Conselho de Administração, e ocasionalmente à Diretoria, conforme a necessidade de envolvimento desse órgão. Tais relatórios podem conter recomendações para providências a serem tomadas pela Companhia.

O Comitê de Ética foi instalado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2021, formado pelos ocupantes dos seguintes cargos: o Gerente da área de Recursos Humanos, o Gerente da área Jurídica, o Compliance Officer, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e o Diretor-Presidente.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Os membros do Comitê de Ética terão prazo de mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

O Comitê de Ética reunir-se-á extraordinariamente, toda vez que a Companhia receber uma queixa ou denúncia através de seus Canais de Diálogo ou a qualquer tempo, por solicitação de qualquer de seus membros ou do Conselho de Administração.

As convocações para as reuniões do Comitê de Ética deverão ser feitas por escrito, por qualquer um de seus membros, via e-mail, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, e especificarão hora, local e as matérias a serem discutidas em reunião. As reuniões realizar-se-ão independente de convocação caso se verifique a presença da totalidade dos membros em exercício, devendo ser instaladas com a presença da maioria dos membros do Comitê de Ética.

CONSELHO FISCAL

A Companhia terá um Conselho Fiscal de caráter não permanente, que somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação da CVM aplicável e do Estatuto Social da Companhia.

Quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observados os requisitos legais.

O Conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente ou quando por convocado por qualquer membro do Conselho Fiscal. A convocação de suas reuniões se fará por escrito, com antecedência de 5 (cinco) dias da reunião, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou, na omissão desse, por qualquer outro membro do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal da Companhia deverá ser composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

As competências do Conselho Fiscal são as dispostas em lei, mais especificamente no artigo 163 da Lei 6.404/76.

Por fim, o Regimento Interno do Conselho Fiscal, aprovado em reunião realizada em 18 de agosto de 2020 e aditado em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2021, encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção "Governança Corporativa" > "Políticas e Códigos", bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br)

b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, acionistas ou não, todos residentes no País, os quais serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Diretoria contará com 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais diretores não terão designação específica, e deverão ter o título acrescido do nome da área de atuação designada ("Diretoria"). Os diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro próprio, observado o disposto no do Estatuto Social da Companhia, e permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, compete à Diretoria desempenhar as seguintes funções: (i) cumprir as manifestações do Conselho de Administração que forem validamente deliberadas; (ii) elaborar, anualmente, o relatório de administração e as demonstrações financeiras do exercício e periodicamente outras informações exigidas por normas da CVM, bem como os balancetes mensais; (iii) preparar anteprojetos de plano de expansão e modernização da Companhia; (iv) submeter ao Conselho de Administração os orçamentos da Companhia, inclusive os reajustes conjunturais, no decurso dos exercícios anual e plurianual a que se referam; (v) criar ou extinguir cargos, admitir e demitir empregados e fixar os níveis de remuneração pessoal de empregados da Companhia; (vi) respeitada a competência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, transigir, renunciar, desistir, firmar acordos, compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações financeiras, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, e conceder garantias, subscrevendo os respectivos termos e contratos; (vii) ressalvada a competência da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, aprovar a manifestação de voto de representante da Companhia em Assembleias Gerais das Investidas; (viii) aprovar e modificar organogramas e regimentos internos, quando de sua competência e observada a competência e diretrizes estipuladas pelo Conselho de Administração; (ix) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento; e (x) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais.

Além das prerrogativas gerais atribuídas à Diretoria, competirá especificamente:

Diretor Presidente: (i) a coordenação de todas as atividades da Companhia, (ii) a supervisão das atividades dos demais Diretores, (iii) presidir as reuniões da Diretoria, com voto de qualidade em caso de empate, além de (iv) representar a Companhia ativa e passivamente em juízo e fora dele.

Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) a administração financeira e os investimentos da Companhia; (ii) a administração das áreas de controladoria, tesouraria e contabilidade; (iii) o planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades relacionadas às áreas administrativas da Companhia, incluindo recursos humanos.

Diretor sem Designação Específica: (i) cumprir as atribuições definidas pelo Conselho de Administração; (ii) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; e (iii) praticar, dentro das suas atribuições, todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente.

O Regimento Interno do Conselho Fiscal foi aprovado pelo Conselho Fiscal em reunião realizada em 18 de agosto de 2020, aditado em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2021 e encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção "Governança Corporativa" > "Políticas e Códigos", bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

d) Informar se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da Diretoria conforme políticas e práticas adotadas internamente e em observância ao Regulamento do Novo Mercado.

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração e comitês de assessoramento

O Presidente do Conselho de Administração realiza, ao término do mandato do órgão, avaliação de desempenho do órgão como colegiado, cujo resultado será divulgado a todos os Conselheiros, bem como a avaliação individual de cada um de seus membros, cujo resultado será divulgado somente ao respectivo Conselheiro que foi objeto de avaliação. Além disso, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, contar com o apoio de consultoria externa no processo de avaliação.

O Conselho de Administração realiza, anualmente, avaliação dos comitês como órgãos, cujo resultado é divulgado a todos os respectivos membros dos comitês. Não há avaliação individual dos membros dos comitês.

Diretoria

A Companhia realiza a avaliação individual anual dos membros da Diretoria.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Os principais critérios utilizados na avaliação dos Diretores são: atuação, iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e comprometimento com metas e prazos. Além disso, a Companhia também avalia os indicadores de desempenho relacionados à performance dos Diretores, incluindo Receita Líquida, EBITDA e Lucro Líquido. Assim, os mecanismos de avaliação de desempenho dos Diretores compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras e o desempenho individual.

Já os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração são: (i) participação nos debates das matérias deliberadas; (ii) interação frequente com os demais membros da administração e proatividade no processo de tomada de decisão; e (iii) comprometimento com as atividades desempenhadas.

A avaliação do Conselho de Administração como órgão, bem como dos comitês, leva em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento, as decisões tomadas e os resultados alcançados ao longo do período avaliado.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pela Companhia para aprimorar o funcionamento deste órgão

Os resultados das avaliações da Diretoria, do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados pela Administração como um todo, o que possibilita o mapeamento e definição de estratégias para aprimoramento do funcionamento da administração da Companhia. A partir dos resultados obtidos, a Companhia desenvolve e implementa planos de ações, como reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e da Diretoria. No entanto, nos últimos 3 (três) exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a. prazos de convocação

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social da Companhia.

A primeira convocação da Assembleia Geral dar-se-á sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contados da primeira publicação do anúncio de convocação, devendo tal anúncio enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado novo anúncio de convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral em segunda convocação.

Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

b. competências

Cabe a Assembleia Geral, além das competências que lhe cabem por força de lei: (i) eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração; (ii) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) reforma do Estatuto Social da Companhia; (iv) participação da Companhia em grupos de sociedades; (v) liquidação, dissolução e atos voluntários de reorganização financeira da Companhia e cessação dos mesmos estados e atos; (vi) resgate ou amortização de ações; (vii) criação de planos para outorga de opção de compra de ações nos termos do parágrafo segundo do artigo 6º do Estatuto Social; (viii) cancelamento ou conversão para categoria B do registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM; (ix) transformação da Companhia, por maioria de votos, caso em que os acionistas dissidentes terão o direito de retirar-se da Companhia; (x) aumento ou redução do capital social da Companhia, exceto conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social; (xi) dissolução, falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (xii) operações de fusão, incorporação, cisão, transformação, aquisição de participações societárias ou quaisquer outras reorganizações societárias em que a Companhia seja parte; (xiii) alteração dos direitos econômicos conferidos às ações da Companhia; (xiv) criação ou alterações na Política de Remuneração dos administradores da Companhia; (xv) após a admissão da Companhia no Novo Mercado, migração para qualquer outro segmento que acarrete redução do nível de governança corporativa da Companhia; (xvi) aprovar a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) para saída do Novo Mercado; (xvii) criação ou alterações na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia; (xviii) prestação de garantias por obrigações de terceiros pela Companhia, exceto em casos de garantia por obrigações de clientes em operações financeiras de financiamento de vendas ou quando representar, de forma cumulativa, valor menor ou igual a 20% (vinte por cento) do ativo total da Companhia; (xix) alienação, cessão ou oneração de ativos relevantes da Companhia, assim entendidos como qualquer ativo, considerado de forma individual ou conjunta, que represente valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do ativo total da Companhia; (xx) aprovação da manifestação de voto de representante da Companhia com relação a qualquer deliberação a respeito das matérias a seguir relacionadas em assembleias gerais de acionistas das investidas: (a) reforma do estatuto social de suas Investidas que impliquem: (a.1) aumento ou redução do capital social; (a.2) alteração no objeto social; (a.3) modificação da sede para localidade distinta do município da sua atual sede; (a.4) criação de novas filiais no Brasil; (a.5) alteração das funções ou do número de membros do conselho de administração, da diretoria ou do conselho fiscal; (a.6) alteração nas matérias de competência da assembleia geral ou nos prazos de antecedência de convocação; ou (a.7) alterações que possam suprimir ou restringir os direitos dos acionistas; (b) dissolução, falência, recuperação judicial ou extrajudicial das Investidas; (c) operações de fusão, incorporação, cisão, transformação, aquisição de participações societárias ou quaisquer outras reorganizações societárias, em que suas Investidas sejam parte; (d) alteração dos direitos econômicos e dos direitos de voto, conferidos às ações de suas Investidas; (e) criação ou alterações na política de remuneração dos administradores de suas Investidas; (f) prestação de garantias por obrigações de terceiros por suas Investidas, exceto em casos de clientes em operações financeiras de financiamento de vendas e/ou quando representar, de forma cumulativa, valor menor ou igual a 20% (vinte por cento) do ativo total das Investidas; e (g) alienação, cessão ou oneração de ativos relevantes das Investidas, assim entendidos como qualquer ativo, considerado de forma individual ou conjunta, que represente valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do ativo total da respectiva Investida.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos estarão disponíveis na sede da Companhia, na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, 1000 – Parque II do Pólo de Alta Tecnologia, Campinas, São Paulo, CEP 13.086-510, no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção “Governança Corporativa” > “Assembleias”, no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

d. identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com o Código de Ética e Conduta da Companhia, no exercício de suas funções, os colaboradores da Companhia, incluindo os Administradores, devem agir exclusivamente em prol dos interesses da empresa na qual trabalham, devendo evitar situações que gerem conflitos de interesse com referida sociedade ou demais sociedades do Grupo Padtec, conforme o caso. Diante de situações que possam gerar tal forma de conflito, seja ele potencial ou real, os Administradores e colaboradores envolvidos devem se declarar impedidos de participar de qualquer discussão e decisão envolvendo a matéria e levar o assunto a seu superior hierárquico.

Não é admitido que o Administrador ou colaborador utilize seu cargo, função, posição ou influência no Grupo Padtec para ter acesso a informações privilegiadas e utilizá-las em benefício próprio, de seus familiares, de pessoas de seu relacionamento ou de outras empresas, seja para realizar transações com valores mobiliários ou quaisquer outras operações de caráter comercial ou financeiro.

Adicionalmente às disposições previstas no Código de Ética e Conduta da Companhia, os conflitos de interesse também são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações, hipótese na qual serão administrados pelo presidente do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

A Lei das Sociedades por Ações dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido. No momento, não há projetos de implantação de novas práticas sobre o assunto.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política para Transação com Partes Relacionadas, que se encontra alinhada às exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente nos termos dos artigos 155 e 156, que diz respeito ao necessário dever de lealdade dos administradores para com a Companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A administração da Companhia realiza pedido público de procuração, conforme Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procurações outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia, observando o disposto na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação em vigor, demanda como requisito para a admissão em Assembleia, a apresentação pelos acionistas ou por seus representantes, dos seguintes documentos: (a) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, datado de até dois dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (c) na hipótese de representação do acionista, instrumento de mandato, o qual deverá (i) ter sido outorgado em conformidade com as disposições do §1º do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) apresentar firmas reconhecidas.

O acionista, seu representante legal ou o mandatário, conforme o caso, deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade: (a) documento de identificação com foto, para as pessoas físicas; (b) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para as pessoas jurídicas; e (c) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para os fundos de investimento.

Os acionistas representados por procuradores deverão enviar, até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral, original ou cópia que poderá ser transmitida inclusive por e-mail, procuração e extrato ou comprovante de titularidade de ações expedido pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) ou pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição prestadora de serviços de escrituração de ações da Companhia contendo a quantidade de ações de que constavam como titulares até no máximo 3 (três) dias antes da Assembleia Geral.

Os acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os acionistas brasileiros, ressalvado que os documentos societários da pessoa jurídica e procuração deverão estar notariados e cartularizados ou consularizados ou apostilados, conforme aplicável, devendo ser apresentada sua tradução juramentada para o português, exceto se o idioma for inglês.

Apesar de tais requisitos formais, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos acima descritos pode participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente. Na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, a Companhia se utiliza do princípio da boa-fé presumindo verdadeiras as declarações feitas e documentos apresentados.

Atualmente, a Companhia não disponibiliza o envio de procurações por meio eletrônico.

Ainda, cumpre ressaltar que, diante do cenário emergencial causado pela disseminação do novo coronavírus (Covid-19) em 2020, que impôs a adoção de medidas restritivas de circulação e isolamento social, surgiu a necessidade de um procedimento totalmente digital que atendesse à demanda de participação dos acionistas na condução das atividades sociais, semelhante à experiência presencial, o que não era suprido somente pelo boletim de voto à distância já existente.

Nesse sentido, a Medida Provisória nº 931, convertida na Lei nº 14.030/2020, incluiu o §2º-A no artigo 124 da Lei das S.A., contemplando a possibilidade de realização inteiramente digital das assembleias e especificando outras medidas cabíveis. Além da alteração legislativa, por meio da Instrução da CVM nº 622/2020 foi regulamentado um conjunto de regras para a realização de tais assembleias, com a finalidade de assegurar o atendimento à legislação societária e proporcionar aos acionistas condições efetivas de participação.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Nesse cenário, a administração da Companhia pode realizar suas assembleias gerais em formato exclusivamente digital, por meio de uma plataforma previamente *online* selecionada. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que desejem participar das assembleias deverão, dentro do prazo estipulado pela administração, conforme Edital de Convocação publicado, enviar solicitação à Companhia pelo e-mail ri@padtec.com.br, junto com toda a documentação necessária para participação na assembleia, o acesso e as instruções para participação na assembleia geral em questão.

Uma vez recebida a solicitação e verificada a documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista os dados para participação na assembleia geral por meio da plataforma ora referida. O acionista que participar da assembleia geral por meio da plataforma digital poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata, na forma do artigo 21-V da ICVM 481/09.

As orientações para participação nas assembleias da Companhia realizadas exclusivamente via digital serão disponibilizadas no momento da publicação do Edital de Convocação e nas propostas da administração.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Para participar da Assembleia Geral por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Agente Escriturador (conforme abaixo definido) das ações de emissão da Companhia; (ii) o agente de custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou, ainda, (iii) a Companhia, diretamente.

Neste sentido, a Companhia informa que o agente escriturador de suas ações, a saber, Itaú Unibanco S.A. ("Agente Escriturador"), nos termos do convênio firmado com a Companhia, receberá em toda a sua rede de agências bancárias espalhadas por todo o território nacional, conforme normas divulgadas pelo Agente Escriturador, o boletim de voto de seus acionistas, que não detenham ações objeto de depósito centralizado. Os acionistas ou seus representantes deverão comparecer em qualquer agência bancária do Agente Escriturador, munidos de documento de identidade válido, original, com foto e, no caso de acionistas considerados pessoas jurídicas e/ou representados por procurador, deverão ser apresentados os documentos de representação competentes, além do Boletim de Voto.

Além disso, cabe salientar que nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), os agentes de custódia podem, mas não são obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se o mesmo prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

- (i) o Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, n.º 1000, Parque II do Pólo de Alta Tecnologia, Campinas/SP, CEP 13.086-510, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: ri@padtec.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da Assembleia Geral;
- (ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- (iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no edital de convocação da Assembleia Geral.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista ou à comprovação de sua representação (conforme o subitem “f” acima) não será considerado válido, e, em consequência, não poderá ser processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Agente Escriurador, pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos da Instrução CVM 481.

h. se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância nas suas Assembleias Gerais de acionistas.

Entretanto, a Companhia disponibiliza plataforma eletrônica, conforme previsto no §2-A do Art. 124 da Lei nº 6.404/76, disciplinada pela Instrução CVM nº 481/09, para participação de acionistas à distância nas suas Assembleias Gerais de acionistas.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não adota prática diferenciada para inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no boletim de voto a distância, aplicando-se o previsto na legislação societária.

Dessa forma, nos termos da Instrução CVM 481, será assegurado aos acionistas da Companhia, observadas a regulação vigente e as instruções contidas neste item, o direito de indicar candidatos ao cargo de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, bem como a inclusão de matérias na ordem do dia de suas assembleias gerais ordinárias.

Todas as solicitações de inclusão de matérias para deliberação e de candidatos a membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal da Companhia deverão observar o disposto no art. 21-G da Instrução CVM 481 e serem encaminhadas diretamente à Companhia, endereçadas aos cuidados do Departamento de Relação com os Investidores, nos endereços informados no item “g” acima.

A solicitação de inclusão de matérias ou de candidatos deverá conter: local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato.

Além disso, toda e qualquer solicitação deverá estar acompanhada da documentação comprobatória de representação do acionista indicada na alínea “f” deste item 12.2

Ainda, as solicitações de inclusão deverão ser elaboradas em linguagem clara, objetiva e que não induza os acionistas a erro, devendo conter no máximo 2.100 (dois mil e cem) caracteres (incluindo os espaços), por matéria/candidato, devendo, ainda, ser formulada como uma proposta indicando ao final o acionista responsável por sua autoria, de modo que baste aos demais acionistas aprová-la, rejeitá-la ou abster-se de deliberar sobre ela.

Adicionalmente, deverão ser encaminhadas juntamente com as solicitações de inclusão todas as informações necessárias ao correto entendimento da matéria em deliberação, especialmente caso ela se enquadre no rol de matérias que requerem informações específicas nos termos dos artigos 8º a 21 da Instrução CVM 481.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Por fim, as solicitações de inclusão de matérias e/ou candidatos deverão vir acompanhadas das informações indicadas no Anexo 21-M-II-d da Instrução CVM 481.

A solicitação de inclusão que estiver desacompanhada da documentação necessária não será considerada válida, e, em consequência, não será processada pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigida e reenviada pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481.

j. se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns nem páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais. No entanto, na página da Companhia na internet, os acionistas encontram o serviço “Fale com o RI” através do qual podem enviar comentários e dúvidas sobre as pautas das Assembleias Gerais e quaisquer outros assuntos relacionados à Companhia.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito ao voto a distância

Outras informações relativas à participação à distância nas assembleias da Companhia serão divulgadas por ocasião de sua convocação. A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas de nossos acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às Assembleias Gerais de acionistas.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a. número de reuniões realizadas no último exercício social:

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, 4 (quatro) vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação pelo seu Presidente ou, na omissão deste, por qualquer de seus membros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas 18 reuniões do Conselho de Administração, sendo:

Reuniões do Conselho de Administração – Exercício Social 2020	
Número de Reuniões Ordinárias	4
Número de Reuniões Extraordinárias	14
Número Total de Reuniões	18

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

No âmbito da Incorporação de Ações da Padtec S.A. pela Companhia, foi celebrado Acordo de Acionistas da Companhia entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, que entrou em vigor na data da implementação da Incorporação de Ações, qual seja, 01 de junho de 2020, e estará vigente por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por 12 (doze) meses adicionais contados do final do período de 12 (doze) meses original, conforme previsto no referido Acordo de Acionistas.

Este Acordo de Acionistas não estabelece qualquer restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota regras específicas para a identificação e administração de conflitos de interesses. No entanto, de acordo com o Código de Ética e Conduta da Companhia, no exercício de suas funções, os colaboradores da Companhia, incluindo os membros do Conselho de Administração, devem agir exclusivamente em prol dos interesses da empresa na qual trabalham, devendo evitar situações que gerem conflitos de interesse com referida sociedade ou demais sociedades do Grupo Padtec, conforme o caso. Diante de situações que possam gerar tal forma de conflito, seja ele potencial ou real, os membros do Conselho de Administração envolvidos devem se declarar impedidos de participar de qualquer discussão e decisão envolvendo a matéria e levar o assunto a seu superior hierárquico.

Não é admitido que o membro do Conselho de Administração utilize seu cargo, função, posição ou influência no Grupo Padtec para ter acesso a informações privilegiadas e utilizá-las em benefício próprio, de seus familiares, de pessoas de seu relacionamento ou de outras empresas, seja para realizar transações com valores mobiliários ou quaisquer outras operações de caráter comercial ou financeiro.

Adicionalmente às disposições previstas no Código de Ética e Conduta da Companhia, os conflitos de interesse também são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações, hipótese na qual serão administrados pelo presidente do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A Lei das Sociedades por Ações dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política para Transação com Partes Relacionadas, que se encontra alinhada às exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente nos termos dos artigos 155 e 156, que diz respeito ao necessário dever de lealdade dos administradores para com a Companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e

Em reunião realizada em 28 de outubro de 2020, os membros do Conselho de Administração aprovaram a Política de Indicação dos administradores, aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, Diretoria e dos Comitês de Assessoramento (“Política de Indicação”). Referida Política de Indicação foi aditada em 23 de fevereiro de 2021 e em 01 de abril de 2021; e a íntegra pode ser acessada no site de relações com investidores (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção “Governança Corporativa” > “Políticas e Códigos”, bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do Conselho de Administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Política de Indicação da Companhia visa estabelecer princípios, diretrizes, critérios, procedimentos e responsabilidades a serem observados na indicação de membros para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e Diretoria (“Administradores”) da Companhia e de suas controladas, garantindo a composição adequada dos órgãos e alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. Nesse contexto, a Política de Indicação tem como fundamento: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social da Companhia, conforme alterado (“Estatuto Social”); (ii) o “Código de Ética e Conduta” da Companhia (“Código de Ética”); (iii) a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (iv) o “Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC” atualmente em vigor; (v) o “Regulamento de Listagem do Novo Mercado” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”, respectivamente); (vi) os respectivos Regimentos Internos dos órgãos de governança da Companhia, incluindo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e comitês de assessoramento; e (vii) eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, caso aplicável.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Como regra geral, quaisquer Administradores da Companhia que venham a ser indicados para assunção de um cargo observarão os seguintes critérios: (i) devem ser altamente qualificados e possuir experiência (acadêmica, técnica e profissional) compatível com o cargo; (ii) devem ter reputação ilibada e idoneidade moral; (iii) não podem ser eleitos aqueles que exercerem função político-partidária; (iv) devem ter disponibilidade de tempo para dedicar-se à função de forma adequada; (v) devem estar alinhados aos valores e à cultura da Companhia e ao seu Código de Ética e Conduta; (vi) devem ser isentos de conflitos de interesses com a Companhia; (vii) não devem ocupar cargos em sociedade ou entidade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas; (viii) não podem ter sido impedidos por lei, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos; (ix) não ser declarado inabilitado por ato da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e (x) não pode ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral de Acionistas, aquele que ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, e/ou tiver interesse conflitante como da Companhia.

As indicações também devem observar os impedimentos e vedações legais previstos na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações da CVM, além de considerar profissionais com características e perfis diferentes entre si, buscando a complementariedade de competências e a diversidade, para proporcionar um debate bem-sucedido de ideias, que levem à tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas visando o crescimento sustentável da Companhia.

No processo de seleção de candidatos, deverá ser evitada toda e qualquer tipo de predisposição que possa resultar em qualquer forma de discriminação, dentre outras, em razão de gênero, orientação sexual, origem étnica, religião, idade, aparência ou diversidade funcional.

(1) Critérios para indicação de membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão colegiado, que deve ser composto considerando a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

A proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração deverá ser baseada nas suas respectivas avaliações individuais anuais, conforme processo de avaliação adotado pela Companhia.

Nas indicações para a participação no Conselho de Administração, deverão ser observados os critérios de (i) visão estratégica; (ii) disposição para defender seu ponto de vista a partir de julgamento próprio; (iii) capacidade de comunicação; (iv) capacidade de trabalhar em equipe; (v) conhecimento das melhores práticas de governança corporativa; (vi) capacidade de interpretar relatórios gerenciais, contábeis e financeiros e não financeiros; (vii) conhecimento sobre a legislação societária e a regulação; (viii) conhecimentos sobre gerenciamento de riscos.

A indicação dos membros do Conselho de Administração da Companhia poderá ser feita pelos Diretores, membros do Conselho de Administração ou pelos acionistas, nos termos da legislação e os requisitos impostos pelas normas vigentes, em especial das instruções emitidas pela CVM.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 25 (vinte e cinco) dias antes da realização da assembleia geral de acionistas que elegerá o novo Conselho de Administração. Ao indicar um membro para integrar o Conselho de Administração, o acionista deverá apresentar declaração atestando que foram devidamente observados nessa indicação todos os requisitos legais aplicáveis, requisitos atinentes a eventuais Acordos de Acionistas e à presente Política, além dos documentos e comprovações cabíveis.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 ("Instrução CVM 367"), o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato:

- (i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Instrução CVM 367, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e
- (ii) currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e o atendimento aos requisitos da Cláusula 2.1 acima.

O Conselho de Administração deverá ser composto por, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, membros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral de Acionistas que os eleger.

A indicação de membros independentes para o Conselho de Administração, conforme definições e termos estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, será proposta pela Administração, que emitirá recomendação ao Conselho de Administração com antecedência de 45 (quarenta e cinco) dias da realização da Assembleia Geral que elegerá o novo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração incluirá na proposta da Administração referente à Assembleia Geral para eleição de membros independentes do Conselho de Administração declaração contemplando a aderência de cada candidato ao cargo de membro do Conselho de Administração à presente Política e manifestação mencionada no artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, relativa ao enquadramento de cada candidato nos critérios de independência estabelecidos naquele documento.

Ao fim de cada mandato, a composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada, com a finalidade de analisar a adequação de sua estrutura ou a necessidade de realização de ajustes.

(2) Critérios para indicação de membros dos comitês de assessoramento

Além do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração da Companhia poderá instituir, para melhor desempenho de suas funções, comitês técnicos e consultivos com objetivos definidos, sendo compostos por Conselheiros, diretores, colaboradores e/ou especialistas nos respectivos temas de cada comitê, observada a Política de Remuneração da Companhia e seus respectivos regimentos internos ("Comitês").

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Os Comitês da Companhia deverão ser compostos levando-se em consideração a experiência e a competência técnica para o exercício de suas funções. Em função do cargo, será considerada a capacidade dos membros de contribuir, como consultores e experts, nos assuntos relacionados à administração da Companhia. Tais Comitês obedecerão aos critérios de indicação estabelecidos nesta Política, bem como suas diretrizes e atribuições estabelecidas em seus regimentos internos próprios, pelo Conselho de Administração e, quando aplicável, pelo Estatuto Social da Companhia.

A indicação de membros para composição dos Comitês será feita pelos membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo que a proposta de reeleição dos seus membros deverá ser baseada nas suas respectivas avaliações individuais anuais além de também considerar: (i) a assiduidade do indicado nas reuniões realizadas durante o seu último mandato, sendo recomendável a reeleição do indicado que tenha comparecido a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dessas reuniões; (ii) o bom desempenho de sua função durante o seu último mandato; e (iii) a avaliação do benefício da sua substituição com a consequente renovação do quadro de membros do Comitê quando comparada à sua reeleição e permanência naquele órgão.

(3) Critérios para indicação de membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia funciona em caráter não permanente, instalado a pedido dos acionistas em deliberação de Assembleia Geral, e será composto, instalado e remunerado em conformidade com o Estatuto Social, a Política de Remuneração da Companhia e a legislação em vigor.

Não obstante, além das diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos na Política de Indicação, também devem ser considerados os pré-requisitos dispostos nos artigos 161 e 162 da Lei das Sociedades por Ações quando da indicação de membros para o Conselho Fiscal. A indicação de membros para composição do Conselho Fiscal da Companhia deverá ser feita pelos seus acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da legislação aplicável.

(4) Critérios para indicação de membros da Diretoria Estatutária

O Conselho de Administração deverá trazer para composição da Diretoria indivíduos com conhecimentos e experiências comprovadas nos setores de negócios em que a Companhia atue ou venha a atuar, buscando a formação de um grupo alinhado à missão, à visão, aos princípios e valores éticos da Companhia, prezando pela diversidade e pluralidade de competências e perfis em sua composição, alinhada às naturezas dos respectivos cargos. É vedada a eleição de Diretores por qualquer outro critério que não sua competência profissional.

O prazo de gestão de cada Diretor será de 2 (dois) anos, permitida a recondução, com base nas respectivas avaliações individuais anuais conforme processo de avaliação adotado pela Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia poderá contar com serviços de assessores externos para identificar candidatos ou validar que os candidatos a cargos da Diretoria reúnam as condições referidas nesta Política e que não estão incursos em nenhum dos impedimentos aqui indicados.

Ao fim de cada mandato, a composição da Diretoria deverá ser avaliada, com a finalidade de analisar a adequação de sua estrutura ou a necessidade de realização de ajustes.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

O Estatuto Social da Companhia prevê que a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda de sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, e, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei do Mercado de Valores Mobiliários), na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Renato Jordão da Silva	30/11/1976	Pertence apenas à Diretoria	10/07/2020	1 (um) ano	0
260.814.958-84	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	10/07/2020	Não	0.00%
Diretor Financeiro e membro do Comitê de Ética					
Argemiro Oliveira Sousa Filho	25/06/1963	Pertence apenas à Diretoria	10/07/2020	1 (um) ano	0
087.345.758-71	Engenheiro	19 - Outros Diretores	10/07/2020	Não	0.00%
O Sr. Argemiro não exerce outros cargos e/ou funções na Companhia.		Diretor de Negócio			
Roberto Yoshihiro Nakamura	03/08/1964	Pertence apenas à Diretoria	10/07/2020	1 (um) ano	0
102.118.898-06	Engenheiro	19 - Outros Diretores	10/07/2020	Não	0.00%
Membro do Comitê de Tecnologia		Diretor de Tecnologia			
Carlos Raimar Schoeninger	07/08/1967	Pertence apenas à Diretoria	29/01/2021	1 (um) ano	0
556.488.439-68	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	01/02/2021	Não	0.00%
Membro do do Comitê de Ética					
Erick Werner Contag	14/09/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/03/2021	2 (dois) anos	0
000.000.000-00	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	31/03/2021	Não	0.00%
Membro do Comitê de Tecnologia.					
Sami Amine Haddad	13/09/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/03/2021	2 (dois) anos	1
024.817.717-61	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/03/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Remuneração					
Sebastião Sahão Junior	01/11/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/03/2021	2 (dois) anos	1
077.908.148-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/03/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Remuneração.					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Christiane Almeida Edington	05/02/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/03/2021	2 (dois) anos	1
387.697.355-49	Tecnóloga em Processamento de Dados	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	31/03/2021	Não	100.00%
Membra do Comitê de Tecnologia e Coordenadora do Comitê de Auditoria					
Antonio Carlos Valente da Silva	07/06/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/03/2021	2 (dois) anos	1
371.560.557-04	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	31/03/2021	Sim	100.00%

Membro do Comitê de Remuneração

Experiência profissional / Critérios de Independência

Renato Jordão da Silva - 260.814.958-84

O Sr. Renato é CFO da Padtec desde 2015, tendo ingressado nesta em 2014 como Diretor Financeiro. Trabalhou 14 anos na Embraer atuando como gerente financeiro em diversas áreas da empresa. Graduado em Engenharia Mecânica de Produção pela FEI em 2000, Especialista em gestão de projetos pela Fundação Vanzolini, MBA em Gestão de negócios pelo IBMEC com especializações em estratégia e finanças na Fundação Dom Cabral e em Harvard.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Renato declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Renato declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Argemiro Oliveira Sousa Filho - 087.345.758-71

O Sr. Argemiro é responsável desde 2008 pela Diretoria de Negócios da Padtec S/A, à qual se juntou em 2002. Membro do Conselho Deliberativo da Associação P&D Brasil desde 2017. Foi Gerente de Planejamento de Redes na Lucent Technologies de 1998 a 2002. Trabalhou de 1986 a 1998 no CPqD como engenheiro de desenvolvimento de sistemas. Graduou-se em 1985 em engenharia elétrica na USP e obteve mestrado em engenharia elétrica e comunicações em 1999 na UNICAMP.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Argemiro declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Argemiro declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Roberto Yoshihiro Nakamura - 102.118.898-06

O Sr. Roberto Nakamura é responsável pelas atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos da Padtec. Desde 2008 é Diretor de Tecnologia, tendo se juntado à empresa em 2004. Trabalhou na Lucent Technologies, Bell Labs, com desenvolvimento de produtos e planejamento de redes ópticas entre 2000 e 2004. Anteriormente, trabalhou por 14 anos no CPqD com P&D de sistemas ópticos. Graduou-se em engenharia elétrica em 1986 e concluiu mestrado em otimização de sistemas em 1999, ambos pela Unicamp. MBA em 2006 pela ESAMC em gestão de negócios. Foi representante da Telebrás no ITU-T em grupo de estudos de redes ópticas. Possui publicações técnicas na área de redes ópticas e otimização de sistemas.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Roberto declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Roberto declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Carlos Raimar Schoeningher - 556.488.439-68

Sr. Carlos é administrador de empresas, com inúmeras pós-graduações lato sensu (incluindo MBA) pela ESPM, Fundação Getúlio Vargas, IESE Business School e University of Michigan. Foi Managing Director da Globenet Cabos Submarinos S.A. desde fevereiro 2017. Foi Conselheiro independente da Padtec S.A. de outubro 2016 a julho 2020 e da Padtec Holding S.A. de julho 2020 a janeiro 2021. Foi Diretor de Planejamento Estratégico, M&A, Relações com Investidores, Business Development e Planejamento Financeiro, Business Development – Telefonica Brasil S.A. e Vivo S.A. entre 1999 e 2016. Membro do Comitê de Investimentos da Visão Prev. S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Tectotal S.A. de 2015 a 2016, conselheiro da AIX Participações S.A de 2015 a 2016, Diretor Estatutário da Wayra Aceleradora de 2015 a 2016.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Carlos declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Carlos declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Erick Werner Contag - 000.000.000-00

Em sua carreira, Sr. Contag tem gerenciado relacionamentos de C-level e projetos de telecomunicações / alta tecnologia para desde start ups a grandes empresas multinacionais e globais. Ele tem sucesso comprovado em iniciar, construir e operar infraestrutura digital e negócios de alta tecnologia. Em 2011, e novamente em 2013, o Sr. Contag recebeu o prêmio Global Telecoms Business Power 100, uma homenagem concedida aos 100 executivos mais poderosos da indústria de telecomunicações.

O Sr. Contag ocupou cargos executivos nos EUA e na América Latina e também atuou no Conselho de Administração de várias empresas e associações do setor.

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Tulsa, EUA, e possui certificação em Gerenciamento Executivo de Engenharia do Instituto de Estudios de Superiores de Administración (IESA). Ele recentemente frequentou o Programa Executivo na Singularity University. Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Contag declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Contag declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Erick é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, uma vez que (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador; (v) não possui relações comerciais com a Companhia, os acionistas controladores ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (vi) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Sami Amine Haddad - 024.817.717-61

Até 10 de julho de 2020, Sami Amine Haddad atuou como CEO e DRI da Companhia, cargo para o qual foi eleito em dezembro de 2010. Nos 10 (dez) anos anteriores à posse como diretor da Ideiasnet, foi sócio e exerceu diversas funções na WEBB S.A., empresa que atua principalmente na área de consultoria a empresas de supply chain management, sendo mais recentemente seu Diretor Presidente. Hoje, Sami exerce o cargo de Global Head of Fintech na Z-Tech, empresa parte da AB-InBev. Atuou no Conselho de Administração da Padtec S.A. até julho 2020.

O Sr. Sami é engenheiro elétrico formado pela American University of Beirut, com mestrado pela Rensselaer Polytechnic Institute e MBA pela Stanford University.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Sami declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Sami declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Sebastião Sahão Junior - 077.908.148-00

O Sr. Sebastião é mestre em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos, com MBA pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é Presidente da Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações e foi Presidente do Conselho de Administração da Padtec S.A. de 2015 até julho de 2020.

Foi Presidente do Conselho de Administração da Trópico S.A.; Membro do Conselho de Administração e da diretoria da TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações; Membro do Conselho Deliberativo da Fundação Sistel de Seguridade Social.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Sebastião declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Sebastião declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Christiane Almeida Edington - 387.697.355-49

A Sra. Christiane é tecnóloga em Processamento de Dados, com MBA pela Fundação Getúlio Vargas/ IESE Business School- Universidad de Navarra. É membro do Conselho de Administração das Lojas Renner SA (desde abril/2018), foi Presidente (CEO) da Dataprev - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (de fevereiro/2019 até fevereiro/2020), foi conselheira consultiva da ZUP IT INNOVATION (de abril 2016 a fevereiro 2019), conselheira e membro do Comitê de Estratégia do OESIA GRUPO (de janeiro 2017 a outubro 2018), membro do Conselho de Administração da LIQ CONTAX (de janeiro /2017 a janeiro/2018) e Diretora Executiva de Sistemas de Informações (CIO) da TELEFÔNICA VIVO (de março/2011 até abril/2016).

A Sra. Christiane é Conselheira no Programa Winning Women Brasil, promovido pela EY, e membro do Conselho da CIONET (desde jan/2016).

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. A Sra. Christiane declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, a Sra. Christiane declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

A Sra. Christiane é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, uma vez que (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador; (v) não possui relações comerciais com a Companhia, os acionistas controladores ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (vi) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Antonio Carlos Valente da Silva - 371.560.557-04

Atualmente é Chairman da Everis (uma empresa da NTT Data Company), membro do Conselho de Administração da Telefônica Brasil, membro do Conselho Consultivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD, membro do Conselho de Administração da DomRock, membro do Conselho Administrativo da Cinnecta, membro do Comitê Assessor Internacional da Everis Global e membro do Conselho Curador da Fundação Everis

Foi Presidente do Conselho de Administração da Telefônica Brasil, Presidente da Telefônica Brasil e Vivo, membro do Conselho Assessor da Telefônica Hispano América, Presidente do Conselho de Administração da Telefônica Venezuela, Presidente da Câmara Oficial Espanhola de Comércio no Brasil, Presidente do Conselho Curador da Fundação Telefônica Brasil, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações, Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Operadoras do Serviço Fixo e Móvel, Presidente da Federação Brasileira de Telecomunicações, Presidente da Associação Ibero-Americana de Centros de Investigação e Empresas de Telecomunicações – AHCIET, Presidente da Associação das Câmaras Europeias no Brasil, Euro câmaras, Presidente e Chairman da Telefônica do Peru, membro do Conselho de Administração da Telefônica Internacional S.A, membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, membro do Comitê de Estratégia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e membro da Comissão de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República do Brasil - CDES, Vice-Presidente e Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações do Brasil – Anatel, Chefe e Membro de diversas delegações brasileiras em conferências internacionais no período 1997 a 2004, Presidente do Foro Latino-Americano de Reguladores de Telecomunicações - Regulatel, Assessor Especial do Ministério das Comunicações, integrando a equipe que desenvolveu o processo de reestruturação do Sistema Brasileiro de Telecomunicações, Consultor da Unimed Rio, Consultor Voluntário da Fundação Lemann, Presidente do Conselho de Administração da Telecomunicações do Espírito Santo – Telest, Membro dos Conselhos da Perdigão S/A e da Paranapanema S/A.

Exerceu diversos cargos gerenciais no Sistema Telebrás, nas áreas de Engenharia de Sistemas de Telecomunicações, Planejamento Técnico Operacional e Planejamento Empresarial, incluindo a Chefia dos Departamentos de Planejamento Técnico da Telebrás, Telerj e Cetel.

Pós-graduado em Administração e Negócios pela PUC/RJ e possui diversos cursos de especialização em sistemas de telecomunicações no Brasil e no exterior, incluindo Gestão de Redes de Telecomunicações no Telecommunications Executive Management Institute of Canada, TEMIC. Possui especialização em Gestão de Negócios, incluindo Estratégia Empresarial no MIT/Sloan.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Antonio Carlos declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Antonio Carlos declarou que é Presidente da Fundação Everis Brasil, do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Renato Jordão da Silva - 260.814.958-84 N/A	
Argemiro Oliveira Sousa Filho - 087.345.758-71 N/A	
Roberto Yoshihiro Nakamura - 102.118.898-06 N/A	
Carlos Raimar Schoeninger - 556.488.439-68 N/A	

Erick Werner Contag - 000.000.000-00

N/A

Sami Amine Haddad - 024.817.717-61

N/A

Sebastião Sahão Junior - 077.908.148-00

N/A

Christiane Almeida Edington - 387.697.355-49

N/A

Antonio Carlos Valente da Silva - 371.560.557-04

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Sebastião Sahão Junior 077.908.148-00	Comitê de Remuneração	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	01/11/1961 01/04/2021	01/04/2021 1	2 (dois) anos 100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Sami Amine Haddad 024.817.717-61	Comitê de Remuneração	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	13/09/1962 01/04/2021	01/04/2021 1	2 (dois) anos 85.00%
Membro do Conselho de Administração						
Antonio Carlos Valente da Silva 371.560.557-04	Comitê de Remuneração	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	07/06/1952 01/04/2021	01/04/2021 1	2 (dois) anos 100.00%
Presidente do Conselho de Administração						
Erick Werner Contag 000.000.000-00	Outros Comitês Comitê de Tecnologia	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	14/09/1961 01/04/2021	01/04/2021 1	2 (dois) anos 100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Carlos Raimar Schoeningger 556.488.439-68	Outros Comitês Comitê de Ética	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/1967 23/02/2021	23/02/2021 0	2 (dois) anos 0.00%
Diretor Presidente, Membro do Comitê de Tecnologia						
Patricia Daniela da Costa 171.991.838-44	Outros Comitês Comitê de Ética	Administradora de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	22/05/1975 23/02/2021	23/02/2021 0	2 (dois) anos 0.00%
Gerente de Recursos Humanos						
Patricia Sayuri Iqueda 293.378.358-43	Outros Comitês Comitê de Ética	Advogada	Membro do Comitê (Efetivo)	22/09/1980 23/02/2021	23/02/2021 0	2 (dois) anos 0.00%
Gerente Jurídica						
Eduardo da Gama Godoy 395.416.650-04	Outros Comitês Comitê de Auditoria	Contador	Membro do Comitê (Efetivo)	15/06/1963 01/04/2021	01/04/2021 1	2 (dois) anos 0.00%
Não exerce/ocupa outro cargo na Companhia						
Christiane Almeida Edington	Outros Comitês		Outros	05/02/1965	01/04/2021	2 (dois) anos

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
387.697.355-49	Comitê de Tecnologia	Tecnóloga em Processamento de Dados	Coordenadora do Comitê (Efetivo)	01/04/2021	1	0.00%
Membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria						
Gaspar Carreira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/07/1967	01/04/2021	2 (dois) anos
000.459.657-90	Comitê de Auditoria	Economista		01/04/2021	1	0.00%
Não exerce outros cargos e/ou funções na Companhia.						
Carlos Raimar Schoeninger	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/1967	23/02/2021	2 (dois) anos
556.488.439-68	Comitê de Ética	Administrador de Empresas		23/02/2021	0	0.00%
Diretor Presidente						
Christiane Almeida Edington	Outros Comitês		Outros	05/02/1965	01/04/2021	2 (dois) anos
387.697.355-49	Comitê de Auditoria	Tecnóloga em Processamento de Dados	Coordenadora	01/04/2021	1	0.00%
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Tecnologia						
Roberto Yoshihiro Nakamura	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/08/1964	01/04/2021	2 (dois) anos
102.118.898-06	Comitê de Tecnologia	Engenheiro		01/04/2021	1	100.00%
Diretor de Tecnologia						
Renato Jordão da Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/11/1976	23/02/2021	2 (dois) anos
260.814.958-84	Comitê de Ética	Engenheiro		23/02/2021	0	0.00%
DRI e Diretor Financeiro						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Sebastião Sahão Junior - 077.908.148-00						
O Sr. Sebastião é mestre em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos, com MBA pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é Presidente da Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações e foi Presidente do Conselho de Administração da Padtec S.A. de 2015 até julho de 2020.						
Foi Presidente do Conselho de Administração da Trópico S.A.; Membro do Conselho de Administração e da diretoria da TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações; Membro do Conselho Deliberativo da Fundação Sistel de Seguridade Social.						
Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Sebastião declara não ser pessoa politicamente exposta.						
Ainda, o Sr. Sebastião declarou que não participa em entidades do terceiro setor.						
Sami Amine Haddad - 024.817.717-61						

Até 10 de julho de 2020, Sami Amine Haddad atuou como CEO e DRI da Companhia, cargo para o qual foi eleito em dezembro de 2010. Nos 10 (dez) anos anteriores à posse como diretor da Ideiasnet, foi sócio e exerceu diversas funções na WEBB S.A., empresa que atua principalmente na área de consultoria a empresas de supply chain management, sendo mais recentemente seu Diretor Presidente. Hoje, Sami exerce o cargo de Global Head of Fintech na Z-Tech, empresa parte da AB-InBev. Atuou no Conselho de Administração da Padtec S.A. até julho 2020.

O Sr. Sami é engenheiro elétrico formado pela American University of Beirut, com mestrado pela Rensselaer Polytechnic Institute e MBA pela Stanford University.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Sami declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Sami declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Antonio Carlos Valente da Silva - 371.560.557-04

Atualmente é Chairman da Everis (uma empresa da NTT Data Company), membro do Conselho de Administração da Telefônica Brasil, membro do Conselho Consultivo do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD, membro do Conselho de Administração da DomRock, membro do Conselho Administrativo da Cinnecta, membro do Comitê Assessor Internacional da Everis Global e membro do Conselho Curador da Fundação Everis

Foi Presidente do Conselho de Administração da Telefônica Brasil, Presidente da Telefônica Brasil e Vivo, membro do Conselho Assessor da Telefônica Hispano América, Presidente do Conselho de Administração da Telefônica Venezuela, Presidente da Câmara Oficial Espanhola de Comércio no Brasil, Presidente do Conselho Curador da Fundação Telefônica Brasil, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações, Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Operadoras do Serviço Fixo e Móvel, Presidente da Federação Brasileira de Telecomunicações, Presidente da Associação Ibero-Americana de Centros de Investigação e Empresas de Telecomunicações – AHCET, Presidente da Associação das Câmaras Europeias no Brasil, Euro câmaras, Presidente e Chairman da Telefônica do Peru, membro do Conselho de Administração da Telefônica Internacional S.A, membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, membro do Comitê de Estratégia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e membro da Comissão de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República do Brasil - CDES, Vice-Presidente e Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações do Brasil – Anatel, Chefe e Membro de diversas delegações brasileiras em conferências internacionais no período 1997 a 2004, Presidente do Foro Latino-Americano de Reguladores de Telecomunicações - Regulatel, Assessor Especial do Ministério das Comunicações, integrando a equipe que desenvolveu o processo de reestruturação do Sistema Brasileiro de Telecomunicações, Consultor da Unimed Rio, Consultor Voluntário da Fundação Lemann, Presidente do Conselho de Administração da Telecomunicações do Espírito Santo – Telest, Membro dos Conselhos da Perdigão S/A e da Paranapanema S/A.

Exerceu diversos cargos gerenciais no Sistema Telebrás, nas áreas de Engenharia de Sistemas de Telecomunicações, Planejamento Técnico Operacional e Planejamento Empresarial, incluindo a Chefia dos Departamentos de Planejamento Técnico da Telebrás, Telerj e Cetel.

Pós-graduado em Administração e Negócios pela PUC/RJ e possui diversos cursos de especialização em sistemas de telecomunicações no Brasil e no exterior, incluindo Gestão de Redes de Telecomunicações no Telecommunications Executive Management Institute of Canada, TEMIC. Possui especialização em Gestão de Negócios, incluindo Estratégia Empresarial no MIT/Sloan.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Antonio Carlos declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Antonio Carlos declarou que é Presidente da Fundação Everis Brasil, do terceiro setor.

Erick Werner Contag - 000.000.000-00

Em sua carreira, Sr. Contag tem gerenciado relacionamentos de C-level e projetos de telecomunicações / alta tecnologia para desde start ups a grandes empresas multinacionais e globais. Ele tem sucesso comprovado em iniciar, construir e operar infraestrutura digital e negócios de alta tecnologia. Em 2011, e novamente em 2013, o Sr. Contag recebeu o prêmio Global Telecoms Business Power 100, uma homenagem concedida aos 100 executivos mais poderosos da indústria de telecomunicações.

O Sr. Contag ocupou cargos executivos nos EUA e na América Latina e também atuou no Conselho de Administração de várias empresas e associações do setor.

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Tulsa, EUA, e possui certificação em Gerenciamento Executivo de Engenharia do Instituto de Estudos de Superiores de Administração (IESA). Ele recentemente frequentou o Programa Executivo na Singularity University. Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Contag declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Contag declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Erick é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, uma vez que (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador; (v) não possui relações comerciais com a Companhia, os acionistas controladores ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (vi) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Carlos Raimar Schoeninger - 556.488.439-68

Carlos Raimar Schoeninger - 556.488.439-68

Sr. Carlos é administrador de empresas, com inúmeras pós-graduações lato sensu (incluindo MBA) pela ESPM, Fundação Getúlio Vargas, IESE Business School e University of Michigan. Foi Managing Director da Globenet Cabos Submarinos S.A. desde fevereiro 2017. Foi Conselheiro independente da Padtec S.A. de outubro 2016 a julho 2020 e da Padtec Holding S.A. de julho 2020 a janeiro 2021. Foi Diretor de Planejamento Estratégico, M&A, Relações com Investidores, Business Development e Planejamento Financeiro, Business Development – Telefonica Brasil S.A. e Vivo S.A. entre 1999 e 2016. Membro do Comitê de Investimentos da Visão Prev. S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Tectotal S.A. de 2015 a 2016, conselheiro da AIX Participações S.A de 2015 a 2016, Diretor Estatutário da Wayra Aceleradora de 2015 a 2016.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Carlos declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Carlos declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Patricia Daniela da Costa - 171.991.838-44

A Sra. Patricia é Gerente de RH Sênior, ingressou na Padtec em 2003, sempre à frente da área de Recursos Humanos. Trabalhou no Grupo Santa Cruz por 8 anos, atuando com desenvolvimento organizacional. Administradora de empresas com especialização em Desenvolvimento do Potencial Humano pela Puc Campinas.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. A Sra. Patricia declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Patricia Sayuri Iqueda - 293.378.358-43

A Sra. Patricia é advogada, formada pela Universidade de São Paulo, com pós graduação lato sensu pela Fundação Getúlio Vargas, entre outras; e atua há mais de 15 anos como in-house counsel em empresas do segmento de telecomunicações e tecnologia, como no Grupo Telefônica/ Vivo e na Oi S/A.

Desde 2014, está à frente do Jurídico da Padtec, ocupando, ainda, a posição de Compliance Officer.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. A Sra. Patricia declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Eduardo da Gama Godoy - 395.416.650-04

Auditor e Sócio da HB Audit – Auditores Independentes S/S, desde janeiro 1994, e sua principal função é a de executar, revisar e supervisionar os trabalhos de auditoria independente.

Contador - Sócio fundador da Godoy Empresarial Serviços Contábeis desde novembro 1993.

Foi membro titular do Conselho Fiscal da Padtec S.A. de agosto 2007 até julho 2020. Desde abril/2008 é membro suplente do Conselho Fiscal da ODONTOPREV S.A. e desde janeiro 2020, atua como suplente do Conselho Fiscal do CIEERS – Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul. Foi membro titular do Conselho Fiscal da Padtec Holding de julho 2020 até fevereiro 2021.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Eduardo declara não ser pessoa politicamente exposta.

Atua como conselheiro fiscal, pró bono, em organização social do terceiro social (CIEE-RS).

Christiane Almeida Edington - 387.697.355-49

Christiane Almeida Edington - 387.697.355-49

A Sra. Christiane é tecnóloga em Processamento de Dados, com MBA pela Fundação Getúlio Vargas/ IESE Business School- Universidad de Navarra. É membro do Conselho de Administração das Lojas Renner SA (desde abril/2018), foi Presidente (CEO) da Dataprev - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (de fevereiro/2019 até fevereiro/2020), foi conselheira consultiva da ZUP IT INNOVATION (de abril 2016 a fevereiro 2019), conselheira e membro do Comitê de Estratégia do OESIA GRUPO (de janeiro 2017 a outubro 2018), membro do Conselho de Administração da LIQ CONTAX (de janeiro /2017 a janeiro/2018) e Diretora Executiva de Sistemas de Informações (CIO) da TELEFÔNICA VIVO (de março/2011 até abril/2016).

A Sra. Christiane é Conselheira no Programa Winning Women Brasil, promovido pela EY, e membro do Conselho da CIONET (desde jan/2016).

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. A Sra. Christiane declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, a Sra. Christiane declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

A Sra. Christiane é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, uma vez que (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador; (v) não possui relações comerciais com a Companhia, os acionistas controladores ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (vi) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Gaspar Carreira Junior - 000.459.657-90

O Sr. Gaspar Carreira Júnior é executivo de finanças há mais de 30 anos, tendo atuado como Diretor de Serviços Financeiros na Oi S/A de pôr 10 anos (2009 a 2019). Atua como Conselheiro Conselheiro há 8 anos, possuindo certificação pelo IBGC, CelintBra, GoNew e ICSS com habilitação na Previc, com experiência no mercado de Telecom, Automotivo, Varejo, Terceiro Setor e Previdência Complementar, em empresas nacionais, multinacionais e startups. (FRAS-LE, Padtec, Vale, SISTEL, Eletrobrás, Oi Futuro, Netword Agro, Sai do Papel, Action Aid Brasil). Foi membro titular do Conselho Fiscal da Padtec Holding de julho 2020 até fevereiro 2021.

Atua também como Consultor em Gestão Empresarial e Financeira e como Investidor Anjo.

Formado em Economia pela FACEPERJ (Candido Mendes – Centro), Pós-graduado em Finanças pela PUC-RJ e com MBA Executivo na Coppead (UFRJ).

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Gaspar declara não ser pessoa politicamente exposta.

Atua como conselheiro fiscal, pró bono, em organização social do terceiro social (Action Aid Brasil).

Roberto Yoshihiro Nakamura - 102.118.898-06

O Sr. Roberto Nakamura é responsável pelas atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos da Padtec. Desde 2008 é Diretor de Tecnologia, tendo se juntado à empresa em 2004. Trabalhou na Lucent Technologies, Bell Labs, com desenvolvimento de produtos e planejamento de redes ópticas entre 2000 e 2004. Anteriormente, trabalhou por 14 anos no CPQD com P&D de sistemas ópticos. Graduou-se em engenharia elétrica em 1986 e concluiu mestrado em otimização de sistemas em 1999, ambos pela Unicamp. MBA em 2006 pela ESAMC em gestão de negócios. Foi representante da Telebrás no ITU-T em grupo de estudos de redes ópticas. Possui publicações técnicas na área de redes ópticas e otimização de sistemas.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Roberto declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Roberto declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Renato Jordão da Silva - 260.814.958-84

O Sr. Renato é CFO da Padtec desde 2015, tendo ingressado nesta em 2014 como Diretor Financeiro. Trabalhou 14 anos na Embraer atuando como gerente financeiro em diversas áreas da empresa. Graduado em Engenharia Mecânica de Produção pela FEI em 2000, Especialista em gestão de projetos pela Fundação Vanzolini, MBA em Gestão de negócios pelo IBMEC com especializações em estratégia e finanças na Fundação Dom Cabral e em Harvard.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Renato declara não ser pessoa politicamente exposta.

Ainda, o Sr. Renato declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

Tipo de Condenação

Descrição da Condenação

Sebastião Sáhõ Junior - 077.908.148-00

N/A

Sami Amine Haddad - 024.817.717-61

N/A

Antonio Carlos Valente da Silva - 371.560.557-04

N/A

Erick Werner Contag - 000.000.000-00

N/A

Carlos Raimar Schoeninger - 556.488.439-68

Carlos Raimar Schoeninger - 556.488.439-68

N/A

Patricia Daniela da Costa - 171.991.838-44

N/A

Patricia Sayuri Iqueda - 293.378.358-43

N/A

Eduardo da Gama Godoy - 395.416.650-04

N/A

Christiane Almeida Edington - 387.697.355-49

Christiane Almeida Edington - 387.697.355-49

N/A

Gaspar Carreira Junior - 000.459.657-90

N/A

Roberto Yoshihiro Nakamura - 102.118.898-06

N/A

Renato Jordão da Silva - 260.814.958-84

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

a. administradores do emissor

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre os Administradores da Companhia.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre os Administradores da Companhia e os administradores de controladas, diretas ou indiretas.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre os Administradores da Companhia e/ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre os Administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente a totalidade do capital social

Não houve relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos 3 (três) últimos exercícios sociais (2018 a 2020), entre administradores da Companhia e sociedades controladas direta ou indiretamente pela mesma.

Com relação aos membros do Conselho de Administração eleitos em 31 de março de 2021: o Sr. Sebastião Sahão Junior foi presidente do Conselho de Administração da Padtec S.A. de 2015 a julho de 2020, o Sr. Carlos Raimar Schoeninger foi membro do Conselho de Administração da Padtec S.A. de 2016 a julho de 2020 e o Sr. Sami Amine Haddad foi Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia de 2011 até julho de 2020 e membro do Conselho de Administração da Padtec S.A. nesse mesmo período. Em 29 de janeiro de 2021, o Sr. Carlos Raimar Schoeninger foi eleito Diretor Presidente da Companhia e apresentou sua renúncia ao Conselho de Administração.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Com relação aos membros do Conselho de Administração eleitos em 31 de março de 2021: o Sr. Antonio Carlos Valente da Silva, eleito presidente do Conselho de Administração da Companhia, também ocupa o cargo de Presidente da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), e o Sr. Sebastião Sahão Junior, membro do Conselho de Administração da Companhia, é presidente do Conselho Curador do CPqD.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não houve relação de subordinação, prestação de serviço ou controle relevante mantidas nos 3 (três) últimos exercícios sociais (2018 a 2020), entre administradores da Companhia e fornecedores, clientes, devedores ou credores.

Com relação ao Diretor Presidente (e anteriormente membro do Conselho de Administração) Sr. Carlos Raimar Schoeninger, foi Managing Director da Globenet Cabos Submarinos S.A., cliente da Padtec S.A. Conforme contrato de governança, enquanto membro do Conselho de Administração da Companhia e Managing Director da Globenet Cabos Submarinos S.A, ele absteve-se nas deliberações relacionadas.

Já o membro do Conselho de Administração Sr. Erick Werner Contag é, desde 2017, Executive Chairman da Globenet Cabos Submarinos S.A., cliente da Padtec S.A. Conforme contrato de governança, enquanto membro do Conselho de Administração da Companhia e executivo da Globenet Cabos Submarinos S.A, ele se absterá nas deliberações relacionadas. De todo modo, o Sr. Contag não participa de decisões de compras técnicas. Seu âmbito de decisão e influência, bem como a magnitude da relação comercial em questão, não afetam a independência de sua atuação.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores emitida pela Sompço Seguros S.A., com cobertura válida até 09 de julho de 2021, para os administradores da Companhia e de suas subsidiárias, respeitadas as limitações impostas pela respectiva apólice. A cobertura se estende a processos judiciais e administrativos propostos contra os Administradores ou a eles direcionados na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica, pelo exercício da função, através do reembolso de indenizações decorrentes de danos morais, materiais e corporais causados a terceiros. A cobertura inclui adiantamento de custos de defesa e acordos e está excluída a cobertura em caso de atos contra a administração pública, e danos decorrentes de atos dolosos ou fraudulentos. Já no que se refere a reclamações no âmbito do mercado de capitais, aplica-se franquia de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e está incluída cobertura em caso de responsabilidade da própria Companhia. O limite máximo de cobertura da apólice é R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com sublimite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) aplicável para multas e penalidades (inclusive no âmbito da CVM) e o valor líquido do prêmio soma R\$ 212.422,92 (duzentos e doze mil, quatrocentos e noventa e dois reais, e noventa e dois centavos).

A Administração acredita que o pagamento pela seguradora de multas decorrentes de condenação em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos, suportadas pelos Administradores, está no melhor interesse da Companhia, pois permite atrair profissionais competentes para os cargos de Administração, inclusive conselheiros independentes; tal proteção conforta os Administradores da Companhia para que atuem sem medo de sofrerem perdas financeiras muitas vezes de magnitude capazes de influenciar seu estado de solvência. Ademais, há casos em que os Administradores podem ser responsabilizados solidariamente de forma objetiva mesmo que diante dos fatos concretos esta responsabilização se mostre injusta. A Companhia não acredita que a contratação de tais coberturas afeta negativamente a atuação ou “accountability” dos Administradores que apesar de beneficiários de tal seguro continuam conscientes de seus deveres fiduciários e da responsabilidade pelos seus atos enquanto Administradores.

Adicionalmente ao seguro de responsabilidade civil mencionado acima, os acionistas da Padtec Holding S.A. em assembleia geral extraordinária realizada em 12 de julho de 2019 aprovaram a celebração de contrato de indenidade entre a Companhia e seus Administradores (membros do Conselho de Administração ou da Diretoria), cujo texto está disponível nos sites da Companhia, da CVM e da B3.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais

De modo a garantir aos investidores o acesso a informações importantes sobre as práticas da Companhia quanto às assembleias gerais, segue abaixo relação das assembleias gerais da Companhia realizadas nos 3 (três) últimos exercícios sociais:

DATA:	TIPO DA ASSEMBLEIA:	CONVOCAÇÃO	QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:
31/03/2021	AGEO	1ª Convocação	Acionistas representando 77,96% do capital social votante da Companhia
10/07/2020	AGE	1ª Convocação	Acionistas representando 86,05% do capital social votante da Companhia
30/04/2020	AGO	1ª Convocação	Acionistas representando 64,03% do capital social votante da Companhia
27/04/2020	AGE	1ª Convocação	Acionistas representando 68,23% do capital social votante da Companhia
12/07/2019	AGE	1ª Convocação	Acionistas representando 68,26% do capital social votante da Companhia
30/04/2019	AGO	1ª Convocação	Acionistas representando 67,65% do capital social votante da Companhia
15/06/2018	AGE	1ª Convocação	Acionistas representando 68,68% do capital social votante da Companhia
27/04/2018	AGO	1ª Convocação	Acionistas representando 74,39% do capital social votante da Companhia
04/01/2018	AGOE	1ª Convocação	Acionistas representando 87,02% do capital social votante da Companhia
28/04/2017	AGOE	1ª Convocação	Acionistas representando 85,52% do capital social votante da Companhia

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no Conselho de Administração, Conselho Fiscal, quando instalado, comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

Órgãos de Assessoramento ao Conselho de Administração

As informações referentes ao Comitê de Tecnologia, Comitê de Remuneração, Comitê de Auditoria e ao Comitê de Ética foram prestadas no item 12.1 deste Formulário de Referência.

12.12 - Outras informações relevantes

Melhores Práticas de Governança Corporativa

Segundo o IBGC, o “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado por este instituto, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade. A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

Segmento de Listagem do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado. Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste item 12.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração"), aprovada por sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de julho de 2020 e aditada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2021, cujo objetivo visa compensar a dedicação, competência e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração ("Administradores") da Padtec Holding S.A. ("Companhia") e de suas controladas, em especial sua subsidiária integral Padtec S.A. ("Padtec"), bem como incentivar o crescimento dos valores individuais e coletivos.

A Política de Remuneração encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção "Governança Corporativa" > "Políticas e Códigos", bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Conselho de Administração

A prática de remuneração para o Conselho de Administração visa a compensação pela contribuição dada à Companhia em aconselhamento e diligência das melhores práticas de atuação, sendo composta pelas seguintes regras: (i) os conselheiros serão eleitos em Assembleia Geral para um mandato unificado de 2 (dois) anos, conforme definido no estatuto social da Companhia, podendo ser reeleitos; (ii) conforme descrito no item 13.1(b) deste Formulário de Referência, a remuneração dos conselheiros é fixa, paga mensalmente em 12 (doze) parcelas a cada ano; (iii) o Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá instituir comitês técnicos e consultivos com objetivos definidos, sendo compostos por conselheiros e/ou especialistas nos respectivos temas de cada comitê; (iv) os conselheiros que tenham participação em comitês ou outros órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração não receberão remuneração adicional; e (v) fica facultado ao conselheiro eleito declinar de receber qualquer remuneração relativa à sua atuação no Conselho de Administração da Companhia para se adequar às normas e práticas de outra instituição na qual atue.

Ainda, os membros do Conselho de Administração não têm direito a perceber remuneração variável de nenhuma natureza. Entretanto, é assegurado o direito ao reembolso das despesas de viagem, estadia e outras despesas efetivamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Diretoria

A prática de remuneração da Companhia para a Diretoria Estatutária tem as seguintes regras: (i) os Diretores serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, conforme definido no estatuto social, podendo ser reeleitos; (ii) a remuneração dos Diretores poderá ser composta de 3 (três) componentes, quais sejam, remuneração fixa, remuneração variável e remuneração baseada em ações; (iii) o monitoramento das metas corporativas e das metas individuais do Diretor Presidente será realizado pelo Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Remuneração; (iv) o monitoramento das metas individuais dos demais Diretores será realizado pelo Diretor Presidente, com o apoio do Comitê de Remuneração; (v) o pagamento da remuneração variável referente a cada ano deve ser realizado no ano seguinte, no 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da divulgação dos resultados do exercício social anterior ao mercado, sendo que a medição dos resultados e a apuração do valor a ser pago a cada Diretor serão validadas pelo Comitê de Remuneração; (vi) uma vez definido cada programa de concessão de opções ou ações, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada contrato de outorga, a ser individualmente firmado entre a Companhia e cada Diretor beneficiário; e (v) o Diretor que atuar na diretoria de alguma das controladas da Companhia não receberá qualquer remuneração adicional à recebida pela atuação na Diretoria da Companhia.

O objetivo da remuneração dos Diretores visa compensar a dedicação, competência e responsabilidade dos profissionais, bem como a incentivar o crescimento dos valores individuais e coletivos.

Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal visa a compensação pela contribuição dada à Companhia em aconselhamento e diligência das melhores práticas de atuação. A remuneração máxima global dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é fixada anualmente pela Assembleia Geral que os elege, sem direito a perceber remuneração variável de nenhuma natureza, e assegurado o direito ao reembolso das despesas de viagem, estadia e outras despesas efetivamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade. Ademais, conforme previsto no Art. 162, §3º da Lei das Sociedades por Ações, a remuneração não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A remuneração anual será composta por 12 (doze) parcelas mensais, deliberada na forma de honorários globais e sem variação entre os membros que compõem o Conselho Fiscal. Conforme disposto no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), não deve haver complementação da remuneração do conselheiro fiscal por aqueles que os indicaram.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

O membro suplente do Conselho Fiscal, quando em atuação, fará jus à remuneração que caberia ao membro titular que está sendo substituído, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês, período no qual o membro titular não receberá a respectiva remuneração. Será, ainda, assegurado o direito ao reembolso das despesas de viagem, estadia e outras despesas efetivamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade.

Comitês de Assessoramento

Caso seja fixada pelo Conselho de Administração, a remuneração anual dos membros do Comitê de Auditoria será composta por 12 (doze) parcelas mensais fixas, sem variação entre seus membros, e não abrangerá aqueles que forem membros do Conselho de Administração da Companhia. Na eventual fixação da remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, serão consideradas a dedicação de tempo esperada do profissional, a complexidade dos negócios, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função. Os membros do Comitê de Auditoria têm assegurado o direito ao reembolso das despesas de viagem, estadia e outras despesas efetivamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade.

Não caberá remuneração pelo exercício do cargo de membro do Comitê de Tecnologia, Comitê de Remuneração ou Comitê de Ética, os quais serão compostos por empregados, membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia ou de suas controladas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Remuneração Fixa	<p><i>Pró-labore.</i> A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta por 12 (doze) parcelas mensais e tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia e com base na dedicação de tempo, sendo estabelecida e revisada de acordo com a legislação e os padrões de mercado. Não há distinção na remuneração dos membros do Conselho de Administração.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração que também atuarem como Diretores da Companhia não receberão remuneração pelo exercício do cargo de conselheiro, mas apenas pelo cargo de Diretor.</p>
Benefícios Diretos e Indiretos	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos ou indiretos. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício do cargo em questão.
Participação em Comitês	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração por participação em comitês de assessoramento.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração Variável	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões. No entanto, os membros do Conselho de Administração que ocuparem cargos na Diretoria da Companhia poderão fazer jus ao recebimento de remuneração variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui remuneração baseada em ações em vigor. Os membros do Conselho de Administração não têm direito a nenhuma remuneração variável, incluindo remuneração baseada em ações, conforme disposto na Política de Remuneração da Companhia.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
Remuneração Fixa	<i>Pró-labore.</i> Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, que tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à Diretoria da Companhia. A remuneração fixa dos Diretores é composta por 13 (treze) parcelas a cada ano, sendo que no mês de dezembro haverá o pagamento de 2 (duas) parcelas, e deverá, ainda, levar em consideração a existência de padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante, além do praticado por empresas do mesmo setor em que a Companhia atua.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os Diretores da Companhia fazem jus a benefícios, como assistência médica e odontológica, vale refeição, previdência privada e seguro de vida.
Participação em Comitês	Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus à remuneração por participação em comitês.
Remuneração Variável	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração variável (bônus) anual, baseada no atingimento de metas corporativas e individuais realizáveis durante o exercício fiscal, com desembolsos trimestrais a serem previamente aprovadas pelo Conselho de Administração e mensuráveis. A parcela da remuneração variável individual poderá alcançar o montante máximo de 50% (cinquenta por cento) da remuneração fixa individual anual.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a um plano de previdência privada, conforme descrito no item 13.10 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	A Companhia poderá aprovar, em Assembleia Geral de Acionistas, planos de remuneração baseada em ações, recomendados pelo Conselho de Administração, órgão que será responsável pela administração de referidos planos. O Conselho de Administração poderá criar programas de concessão de opções ou ações, nos quais deliberará, respeitados os termos e diretrizes do plano de remuneração baseada em ações, sobre os beneficiários do programa, a quantidade de ações abrangidas, a divisão da outorga em lotes, eventuais restrições ao efetivo recebimento das opções ou ações e disposições sobre penalidades. Atualmente, a Companhia não possui nenhum plano de remuneração baseada em ações em vigor.

CONSELHO FISCAL	
Remuneração Fixa	<i>Pró-labore.</i> A remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é fixada pela Assembleia Geral da Companhia. Para o ano de 2020, a remuneração fixa do Conselho Fiscal foi composta por parcelas mensais, sem variação entre seus membros.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos ou indiretos. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de estada e locomoção vinculadas ao exercício do cargo em questão.
Participação em Comitês	Os membros do Conselho Fiscal não participam de comitês de assessoramento.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros do Conselho Fiscal não têm direito a nenhuma remuneração variável, incluindo remuneração baseada em ações, conforme disposto na Política de Remuneração da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

COMITÊ DE AUDITORIA	
Remuneração Fixa	<i>Pró-labore.</i> A remuneração fixa dos membros do Comitê de Auditoria é composta por 12 (doze) parcelas mensais fixas, sem variação entre seus membros, e não abrangerá aqueles que forem membros do Conselho de Administração da Companhia. Na eventual fixação da remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, serão consideradas a dedicação de tempo esperada do profissional, a complexidade dos negócios, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os membros do Comitê de Auditoria não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos ou indiretos. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de estada e locomoção vinculadas ao exercício do cargo em questão.
Remuneração Variável	Os membros do Comitê de Auditoria não fazem jus a remuneração variável pelo exercício do cargo, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Comitê de Auditoria não fazem jus a benefícios pós-emprego.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Comitê de Auditoria não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros do Comitê de Auditoria não têm direito a nenhuma remuneração variável, incluindo remuneração baseada em ações, conforme disposto na Política de Remuneração da Companhia.

Os membros dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia não fazem jus a remuneração.

ii. Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100%	29,76%	100%	0%
Remuneração Variável	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	70,24%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%	0%

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	0%	100%	0%	0%
Remuneração Variável	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	0%	0%	0%
TOTAL	0%	100%	0%	0%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	0%	100%	0%	0%
Remuneração Variável	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	0%	0%	0%
TOTAL	0%	100%	0%	0%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de cálculo ou reajuste previamente estabelecidos ou autorizados para a parcela fixa da remuneração dos Administradores, cabendo ao Conselho de Administração, dentro dos limites determinados pelos acionistas em assembleia, fixar a distribuição da verba aprovada e qualquer reajuste.

Todos os reajustes estabelecidos são autorizados, cabendo ao Conselho de Administração, dentro dos limites determinados pelos acionistas em assembleia, fixar a distribuição da verba aprovada e qualquer reajuste. O critério de cálculo da remuneração variável é sempre feito a partir do atingimento de metas pré-estabelecidas e desempenho dos administradores. As metas são definidas de acordo com as estratégias corporativas, a fim de se obter um alinhamento entre os interesses dos administradores e dos acionistas. O desempenho dos administradores é avaliado através de critérios qualitativos e quantitativos, em função do empenho dos mesmos na busca por resultados, de modo a recompensar o esforço realizado para alcançar determinado fim.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associados ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição.

A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e também os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia.

A Companhia acredita que o pagamento aos Diretores de bônus baseado em indicadores financeiros funciona como um incentivo para a melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e o desempenho de curto prazo.

v. *a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato*

A Companhia não vê necessidade de remuneração dos membros do Comitê de Remuneração, do Comitê de Tecnologia ou do Comitê de Ética, pois esses órgãos são compostos por empregados, membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia ou de suas controladas. Tal tratamento está previsto na Política de Remuneração.

c. *principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:*

Os indicadores de desempenho considerados para determinação do valor da remuneração atribuída aos Diretores da Companhia são: indicadores financeiros da Companhia, como Receita Líquida, EBITDA e Lucro Líquido, além de indicadores individuais de desempenho, como iniciativa, pró-atividade, tomada de decisão, postura profissional, relacionamento interpessoal e trabalho em equipe. Não há indicadores de desempenho levados em consideração para determinação da remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou dos comitês de assessoramento.

d. *como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho*

Até a presente data, a Companhia não dispõe de metodologia quantitativa de avaliação para a determinação da remuneração diretamente com base nos indicadores de desempenho. Porém, a investida Padtec S.A. já dispõe de uma metodologia para estruturação de seu plano estratégico, cujo desdobramento é composto por metas qualitativas e quantitativas. A contratação de objetivos permeia as diretorias e as áreas, divididas em metas e iniciativas estratégicas que são acompanhadas periodicamente. A Companhia implementará a mesma metodologia utilizada por sua investida Padtec S.A.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A contratação de objetivos com base no planejamento estratégico permite que a Companhia acompanhe e avalie seus resultados e aqueles alcançados por seus administradores e estabeleça políticas de remuneração com base nesse planejamento.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer parcela da remuneração dos administradores da Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia. Contudo, os Diretores da Companhia, que também são diretores da controlada Padtec S.A., recebem remuneração pelo cargo exercido nesta última.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Os Diretores da Companhia farão jus a uma premiação específica a depender da realização de uma operação de "Follow-On", com consequente aumento do capital social.

h. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O valor global máximo a ser pago aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, quando instalado, e do Comitê de Auditoria a título de remuneração será determinado pela Assembleia Geral de acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. A remuneração global fixada pela Assembleia Geral é distribuída pelo Conselho de Administração em discussão com o Comitê de Remuneração, que determinará a proporção de cada componente da remuneração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O Conselho de Administração e o Comitê de Remuneração procuram observar a remuneração praticada por empresas equiparáveis e levam em consideração a situação financeira da Companhia para definir a remuneração individual de seus próprios membros e da diretoria.

iii. com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração e Comitê de Remuneração avaliam a adequação da Política de Remuneração periodicamente, de forma a verificar a sua aderência com as responsabilidades de cada administrador, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,91	0,75	9,66
Nº de membros remunerados	5,00	3,91	0,75	9,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	716.800,00	734.231,00	48.750,00	1.499.781,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	143.360,00	134.846,00	9.750,00	287.956,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.534.615,00	0,00	1.534.615,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020. Os diretores não receberão, no exercício de 2021, qualquer benefício pós-emprego pela atuação da Companhia. Referido benefício é componentes da remuneração dos diretores, mas serão suportados exclusivamente pela controlada Padtec S.A. em razão dos cargos nela exercidos.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	
Total da remuneração	860.160,00	2.403.692,00	58.500,00	3.322.352,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,50	1,50	9,00
Nº de membros remunerados	2,50	2,50	1,50	6,50

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	228.000,00	520.677,00	72.461,00	821.138,00
Benefícios direto e indireto	0,00	175.362,00	0,00	175.362,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	45.600,00	104.135,00	14.492,00	164.227,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.888.904,00	0,00	1.888.904,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020 Os diretores não receberão, no exercício de 2021, qualquer benefício pós-emprego pela atuação da Companhia. Referido benefício é componentes da remuneração dos diretores, mas serão suportados exclusivamente pela controlada Padtec S.A. em razão dos cargos nela exercidos.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	
Total da remuneração	273.600,00	2.689.078,00	86.954,00	3.049.632,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	956.000,00	0,00	956.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	225.000,00	0,00	225.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	191.000,00	0,00	191.000,00

Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	
Total da remuneração	0,00	1.372.000,00	0,00	1.372.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.235.000,00	0,00	1.235.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	225.000,00	0,00	225.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	247.000,00	0,00	247.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	
Total da remuneração	0,00	1.707.000,00	0,00	1.707.000,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Prevista para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	3,91	0,75	9,66
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	0,00	3,91	0,00	3,91
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$1.534.615,00	R\$0,00	R\$1.534.615,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$1.534.615,00	R\$0,00	R\$1.534.615,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	2,50	1,50	9,00
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus⁽²⁾				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

(2) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a remuneração variável dos administradores da Companhia foi paga pela sua controlada Padtec S.A. em razão dos cargos nela exercidos.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,00	2,00	0,00	8,00
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	0,00	2,00	0,00	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$6.628.000,00	R\$0,00	R\$6.628.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$6.628.000,00	R\$0,00	R\$6.628.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,00	2,00	0,00	8,00
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	0,00	2,00	0,00	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$6.293.000,00	R\$0,00	R\$6.293.000,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$6.293.000,00	R\$0,00	R\$6.293.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

No exercício social de 2020, a Companhia aprovou em 27 de abril de 2020 o VII Plano de Opção de Compra de Ações ("VII Plano de Opção"), cujo objeto consiste na outorga de opção de subscrição de ações ordinárias escriturais de emissão da Companhia, em favor do Diretor Presidente e de Relações com Investidores e da Gerente Jurídica, no limite máximo de 817.000 (oitocentas e dezessete mil) Opções ("Opções"), sendo que cada Opção equivale a 1 ação ordinária de emissão da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2020, a totalidade das 817.000 (oitocentas e dezessete mil) Opções outorgadas no âmbito do VII Plano de Opção foram exercidas pelos beneficiários, mediante subscrição de ações ordinárias emitidas em aumento de capital social da Companhia realizado dentro do limite do capital autorizado. Assim, em decorrência do exercício integral das Opções, o VII Plano de Opção perdeu sua vigência

Portanto, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui remuneração baseada em ações em vigor.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2019, nenhum membro da administração da Companhia, incluindo Diretoria estatutária e Conselho de Administração, possuía qualquer opção de compra de ações de emissão da Companhia. Além disso, para o exercício social vigente, a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, não há remuneração baseada em ações prevista para qualquer um dos Administradores da Companhia.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	2,50
Nº total de membros remunerados	0,00	1,00
Outorga de opções de compras de ações:		
Data da Outorga	N/A	05/06/2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	R\$653.600,00
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	Imediato
Prazo Máximo para Exercício das opções	N/A	3 (três) meses a partir da outorga
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Salvo deliberação em contrário pelo Comitê de Remuneração da Companhia, 70% das ações subscritas ou adquiridas por cada um dos outorgados no âmbito do VII Plano de Opção, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em virtude de bonificações ou desdobramentos dessas mesmas ações, não poderão ser cedidas ou transferidas, ou de qualquer forma gravadas ou alienadas por seu titular pelo prazo de 12 (doze) meses contados da implementação da incorporação de ações da Padtec S.A., aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada em 27 de abril de 2020 ("Período Restrito"). O Período Restrito será prorrogado por 12 (doze) meses adicionais contados do final do período de 12 (doze) meses original ("Período Restrito Adicional"), caso, até o término deste prazo original, não tenha sido subscrito e integralizado aumento de capital social da Companhia (<i>follow on</i>) no valor mínimo de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) Durante o Período Restrito Adicional, a quantidade de ações restritas detidas por cada outorgado será reduzida à metade (35% das ações efetivamente subscritas ou adquiridas por cada outorgado no âmbito do VII Plano de Opção), liberando-se, de pleno direito e sem necessidade de qualquer formalidade adicional, a outra metade. Caso, durante o Período Restrito ou durante o Período Restrito Adicional, o <i>follow on</i> seja subscrito e integralizado no valor mínimo de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), deixa de existir qualquer restrição à oneração ou alienação das Ações.
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Opções em aberto no início do exercício	N/A	0
(b) Opções perdidas durante o exercício	N/A	0
(c) Opções exercidas durante o exercício	N/A	0,01
(d) Opções expiradas durante o exercício	N/A	0
(e) Valor justo das opções na data de outorga		2,45
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	Não houve emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.	0,84%

13.6 - Opções em Aberto

Não aplicável, tendo em vista que todas as Opções outorgadas no âmbito do VII Plano de Opção foram integralmente exercidas pelos beneficiários contemplados.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não foi exercida qualquer opção nem foram entregues ações relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

Opções exercidas – Exercício Social encerrado em 31.12.2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N.º total de membros	5,00	2,50
N.º total de membros remunerados	0,00	1,00
Opções exercidas		
Número de opções	0,00	653.600
Preço médio ponderado de exercício	0,00	0,01
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	0,00	0,00
Ações entregues		
Número de ações	0,00	653.000
Preço médio ponderado de exercício	0,00	0,01
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas	0,00	0,00

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui nenhum Plano de Outorga de Opções de Ações vigente.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão**Em 31/12/2020**

Órgão	Ações Ordinárias
Conselho de Administração	457.520
Diretoria	23.326
Conselho Fiscal	0
Total	480.846

Nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2020, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Os planos de previdência descritos abaixo foram conferidos aos Diretores da investida da Companhia, a Padtec S.A., em razão dos cargos nela exercidos.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
a. número total de membros	5,00	3,91
b. número de membros remunerados	0,00	2
c. nome do plano	N/A	CPqDPrev
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar ¹	0,00	0,00
e. condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Elegibilidade à Aposentadoria Normal a partir de 50 anos de idade, com pelo menos 120 meses ininterruptos na condição de participante e cessação do vínculo com a patrocinadora.
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores ²	0,00	R\$1.797.667,95
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	R\$82.863,96
h. se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	Não há possibilidade de resgate antecipado. Resgate somente após o desligamento da patrocinadora. O valor do Resgate corresponderá a 100% (cem por cento) do saldo da Conta Individual de Participante (CIP) e até 70% do saldo da Conta Identificada da Patrocinadora (CPI), de acordo com o tempo de vinculação e dispositivos regulamentares.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
a. número total de membros	5,00	3,91
b. número de membros remunerados	0,00	1
c. nome do plano	N/A	Inovaprev
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar ¹	0,00	0,00
e. condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Elegibilidade à Aposentadoria Normal a partir de 50 anos de idade, com pelo menos 120 meses ininterruptos na condição de participante e cessação do vínculo com a patrocinadora.
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores ²	0,00	R\$ 188.089,13
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0,00	R\$ 39.685,01
h. se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	Não há possibilidade de resgate antecipado. Resgate somente após o desligamento da patrocinadora; O valor do Resgate corresponderá a 100% (cem por cento) do saldo das Contas Individual de Participante (CIP) e de Valores Portados (entidade Aberta). Caso possua no mínimo 2 (dois) anos de vinculação do Plano InovaPrev, o valor do resgate será acrescido de 100% (cem por cento) do saldo da Conta Identificada da Patrocinadora (CPI).

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,50	2,00	2,00	5,00	6,00	6,00	1,50	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,50	2,00	2,00	2,50	0,00	0,00	1,50	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.245.349,00	668.000,00	1.156.000,00	109.440,00	0,00	0,00	57.969,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	13.461,00	668.000,00	551.000,00	109.440,00	0,00	0,00	57.969,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.075.631,00	668.000,00	854.000,00	109.440,00	0,00	0,00	57.969,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

A Companhia possui seguro D&O de responsabilidade civil de conselheiros e diretores emitida pela Sompo Seguros S.A., com cobertura válida até 09 de julho de 2021. Referido seguro contempla os Administradores da Companhia e de suas subsidiárias, respeitadas as limitações impostas pela respectiva apólice. A cobertura se estende a processos judiciais e administrativos propostos contra os Administradores ou a eles direcionados na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica, pelo exercício da função, por meio do reembolso de indenizações decorrentes de danos morais, materiais e corporais causados a terceiros. A cobertura inclui adiantamento de custos de defesa e acordos e está excluída a cobertura em caso de atos contra a administração pública, e danos decorrentes de atos dolosos ou fraudulentos. Já no que se refere a reclamações no âmbito do mercado de capitais, aplica-se franquia de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e está incluída cobertura em caso de responsabilidade da própria Companhia. O limite máximo de cobertura da apólice é R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com sublimite de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) aplicável para multas e penalidades (inclusive no âmbito da CVM) e o valor líquido do prêmio soma R\$ 212.422,92 (duzentos e doze mil, quatrocentos e noventa e dois reais, e noventa e dois centavos).

Esta apólice prevê prazo complementar adicional de seis anos para o administrador que se aposentar durante a sua vigência e desde que: (i) a apólice não seja renovada; (ii) sua renovação se dê com outra seguradora que não admita o período de retroatividade da apólice atual, ou seja, limite a cobertura somente para atos, fatos ou omissões ocorridos após o início da vigência da apólice renovada; e/ou (iii) a apólice atual seja cancelada.

O prazo complementar se trata de uma extensão do período de cobertura para as reclamações apresentadas após o fim da vigência da apólice e se aplica somente nas hipóteses descritas acima. O prazo para segurados que não se aposentarem durante a vigência é de três anos.

Adicionalmente ao seguro de responsabilidade civil mencionado acima, os acionistas da Companhia aprovaram, em assembleia geral extraordinária realizada em 12 de julho de 2019, a celebração de contrato de indenidade entre a Companhia e seus Administradores (membros do Conselho de Administração ou da Diretoria), cujo texto está disponível nos sites da Companhia, da CVM e da B3. Este instrumento tem prazo de vigência estendido durante todo o mandato dos Administradores, estendido por (i) 10 (dez) anos a partir da data em que o administrador deixar, por qualquer motivo, de exercer o cargo de conselheiro ou diretor, conforme o caso; (ii) o decurso do prazo necessário para o trânsito em julgado de qualquer processo em que o administrador esteja envolvido e (iii) o decurso do prazo prescricional previsto em lei para os eventos que possam gerar as obrigações de indenização pela Companhia.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Exercício de 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Remuneração total do órgão (R\$)	273.600,00	86.954,00	2.689.078,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0,00	0,00	0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0%	0%	0%

Exercício de 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	0,00	0,00	1.372.000,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0,00	0,00	0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0%	0%	0%

Exercício de 2018	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	0,00	0,00	1.707.000,00
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0,00	0,00	0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	0%	0%	0%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não perceberam qualquer remuneração que não aquela decorrente do exercício de seus respectivos cargos.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

No exercício social de 2020, a investida Padtec S.A. teve suas ações incorporadas pela Companhia, tornando-se sua subsidiária integral. A tabela abaixo identifica a remuneração dos administradores reconhecida no resultado da Padtec S.A no período findo em 31 de dezembro de 2020. Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$1.617.217,00	R\$0,00	R\$1.617.217,00
Sociedades sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

13.16 - Outras Informações Relevantes**DIRETORIA ESTATUTÁRIA****a) Número total de membros***Previsão para 2021*

Meses	Nº de Membros
Janeiro	3
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	47
Média	3,91

Em 2019:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média	2

Em 2020:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	30
Média	2,5

Em 2018:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média	2

13.16 - Outras Informações Relevantes**b) Número de membros remunerados***Previsão para 2021*

Meses	Nº de Membros
Janeiro	3
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
Total	47
Média	3,91

Em 2019:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média	2

Em 2020:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	30
Média	2,5

Em 2018:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média	2

13.16 - Outras Informações Relevantes**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****a) Número total de membros***Previsão para 2021*

Meses	Nº de Membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Mai	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	60
Média	5

Em 2020:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Mai	3
Junho	3
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
Total	60
Média	5

Em 2019:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Mai	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	72
Média	6

Em 2018:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	6
Fevereiro	6
Março	6
Abril	6
Mai	6
Junho	6
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	6
Novembro	6
Dezembro	6
Total	72
Média	6

13.16 - Outras Informações Relevantes**b) Número de membros remunerados***Previsão para 2021*

Meses	Nº de Membros
<i>Janeiro</i>	5
<i>Fevereiro</i>	5
<i>Março</i>	5
<i>Abril</i>	5
<i>Maio</i>	5
<i>Junho</i>	5
<i>Julho</i>	5
<i>Agosto</i>	5
<i>Setembro</i>	5
<i>Outubro</i>	5
<i>Novembro</i>	5
<i>Dezembro</i>	5
Total	60
Média	5

Em 2019:

Meses	Nº de Membros
<i>Janeiro</i>	0
<i>Fevereiro</i>	0
<i>Março</i>	0
<i>Abril</i>	0
<i>Maio</i>	0
<i>Junho</i>	0
<i>Julho</i>	0
<i>Agosto</i>	0
<i>Setembro</i>	0
<i>Outubro</i>	0
<i>Novembro</i>	0
<i>Dezembro</i>	0
Total	0
Média	0

Em 2020:

Meses	Nº de Membros
<i>Janeiro</i>	0
<i>Fevereiro</i>	0
<i>Março</i>	0
<i>Abril</i>	0
<i>Maio</i>	0
<i>Junho</i>	0
<i>Julho</i>	5
<i>Agosto</i>	5
<i>Setembro</i>	5
<i>Outubro</i>	5
<i>Novembro</i>	5
<i>Dezembro</i>	5
Total	30
Média	2,5

Em 2018:

Meses	Nº de Membros
<i>Janeiro</i>	0
<i>Fevereiro</i>	0
<i>Março</i>	0
<i>Abril</i>	0
<i>Maio</i>	0
<i>Junho</i>	0
<i>Julho</i>	0
<i>Agosto</i>	0
<i>Setembro</i>	0
<i>Outubro</i>	0
<i>Novembro</i>	0
<i>Dezembro</i>	0
Total	0
Média	0

13.16 - Outras Informações Relevantes**CONSELHO FISCAL****a) Número total de membros***Previsão para 2021*

Meses	Nº de Membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	0
Maiο	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	9
Média	0,75

Em 2019:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maiο	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média	0

Em 2020:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maiο	0
Junho	0
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Total	18
Média	1,5

Em 2018:

Meses	Nº de Membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maiο	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média	0

13.16 - Outras Informações Relevantes**b) Número de membros remunerados***Previsão para 2021*

Meses	Nº de Membros
<i>Janeiro</i>	3
<i>Fevereiro</i>	3
<i>Março</i>	3
<i>Abril</i>	0
<i>Maio</i>	0
<i>Junho</i>	0
<i>Julho</i>	0
<i>Agosto</i>	0
<i>Setembro</i>	0
<i>Outubro</i>	0
<i>Novembro</i>	0
<i>Dezembro</i>	0
Total	9
Média	0,75

Em 2019:

Meses	Nº de Membros
<i>Janeiro</i>	0
<i>Fevereiro</i>	0
<i>Março</i>	0
<i>Abril</i>	0
<i>Maio</i>	0
<i>Junho</i>	0
<i>Julho</i>	0
<i>Agosto</i>	0
<i>Setembro</i>	0
<i>Outubro</i>	0
<i>Novembro</i>	0
<i>Dezembro</i>	0
Total	0
Média	0

Em 2020:

Meses	Nº de Membros
<i>Janeiro</i>	0
<i>Fevereiro</i>	0
<i>Março</i>	0
<i>Abril</i>	0
<i>Maio</i>	0
<i>Junho</i>	0
<i>Julho</i>	3
<i>Agosto</i>	3
<i>Setembro</i>	3
<i>Outubro</i>	3
<i>Novembro</i>	3
<i>Dezembro</i>	3
Total	18
Média	1,5

Em 2018:

Meses	Nº de Membros
<i>Janeiro</i>	0
<i>Fevereiro</i>	0
<i>Março</i>	0
<i>Abril</i>	0
<i>Maio</i>	0
<i>Junho</i>	0
<i>Julho</i>	0
<i>Agosto</i>	0
<i>Setembro</i>	0
<i>Outubro</i>	0
<i>Novembro</i>	0
<i>Dezembro</i>	0
Total	0
Média	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

a. **número de empregados da Companhia em 31 de dezembro dos respectivos exercícios sociais (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

b. **número de terceirizados da Companhia em 31 de dezembro dos respectivos exercícios sociais (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

c. **Índice de Rotatividade apurado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:**

Recursos Humanos	2018	2019	2020
a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)	4	2	0
Localização	RJ: 04	RJ: 02	RJ: 02
Grupo de Atividade:			
Financeiro	1	0	0
Administrativo	1	0	0
Jurídico	1	1	0
Compliance	1	1	0
b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)	0	0	0
Localização	-	-	-
Grupo de Atividade:	-	-	-
c. índice de rotatividade	25%	0%	n.a.
d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas	A Padtec Holding não é parte de nenhuma ação trabalhista como primeira ou única reclamada, mas está inserida, sob a tese de grupo econômico, no polo passivo de alguns processos de suas investidas (conforme item 4.3. do Formulário).		

A Companhia possuía uma pessoa dedicada às funções de Compliance até junho de 2020, quando houve a incorporação de ações da Padtec S.A. e a transferência dos empregados da Companhia para essa controlada.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Devido a incorporação de ações da Padtec S.A. pela Companhia realizada em 2020, os funcionários da Companhia foram absorvidos pela Padtec S.A. no mês de outubro de 2020.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia não dispõe de uma política de salários institucionalizada.

b. política de benefícios

A Companhia não dispõe de uma política de benefícios.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

A Companhia não possui plano de remuneração baseados em ações em vigor na data de apresentação deste Formulário e nem possuía em 31 de dezembro de 2020.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Companhia não possui um quadro de empregados ativos e, por isso, não tem nenhum relacionamento com sindicatos.

Até a incorporação de ações da Padtec S.A. e a transferência dos empregados da Companhia para essa controlada, os funcionários da Companhia foram representados pelo Sindicato dos Empregados em Empresas Distribuidoras de Corretoras de Títulos, Valores Mobiliários e Câmbio e de Agentes Autônomos de Investimentos do Mercado Financeiro do Estado do Rio de Janeiro. O Sindicato das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários do Rio de Janeiro representava a Companhia como seu Sindicato Patronal. A relação da Companhia com os sindicatos estava limitada a honrar as contribuições obrigatórias estabelecidas pela legislação e a respeitar as decisões estabelecidas por esses sindicatos em favor das categorias abrangidas.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

A Padtec Holding não é parte de nenhuma ação trabalhista como primeira ou única reclamada, mas é muitas vezes inserida no polo passivo de processos trabalhistas de investidas e ex-investidas, sob a tese de grupo econômico (conforme item 4.3. deste Formulário de Referência).

Em abril de 2020, os acionistas da Padtec S.A. e da Companhia aprovaram a operação de incorporação de ações da Padtec pela Companhia.

Conforme estabelecido na Lei das S.A., foi concedido prazo para exercício de direito de retirada aos acionistas da Companhia que dissentiram ou se abstiveram de votar na deliberação relacionada a esta operação, ou que não compareceram à assembleia. Findo esse prazo, a operação foi implementada com a emissão de novas ações da Companhia, entregues aos então acionistas da Padtec em 01 de junho de 2020, e a consequente conversão da Padtec em subsidiária integral da Companhia. Em 10 de julho de 2020, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia para Padtec Holding S.A.

Abaixo, são apresentadas informações deste item 14 para a Padtec S.A.:

14.1 Descrição dos recursos humanos do emissor

Recursos Humanos	2018	2019	2020
a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)	549	581	591
Localização			
Campinas	362	378	390
Outras Cidades do Brasil	174	182	178
Argentina	7	8	9
Colômbia	5	11	12
EUA	1	2	2
Grupo de Atividade:			
Diretoria Administrativa - Financeira / Operação Produção	121	113	116
Diretoria de Tecnologia	106	139	135
Diretoria de Negócios/Operações Premium	307	304	313
Jurídico	3	4	4
Argentina	7	8	9
Colômbia	4	11	12
EUA	1	2	2
b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)	0	0	0
Localização			
Grupo de Atividade:	-	-	-
c. índice de rotatividade	15%	24%	12%
d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas	Informações sobre ações trabalhistas envolvendo a Padtec S.A. estão apresentadas no item 4.3. deste Formulário de Referência.		

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

As funções de *compliance*, auditoria interna, controles internos e riscos corporativos foram formalmente implementadas na Padtec S.A. em fevereiro de 2021, não existindo até 31 dezembro de 2020. Em *compliance*, há uma pessoa alocada, responsável também pela área jurídica da Companhia. Pela auditoria interna, há uma pessoa dedicada (que organizacionalmente, responde pela área de qualidade corporativa). E por fim, por controles internos e riscos corporativos, atuam dois colaboradores, da área de controladoria/planejamento estratégico.

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Não há alterações relevantes.

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando: *a. política de salários e remuneração variável*

A estratégia da Padtec S.A. para gestão de cargos e salários segue a definição de tabelas salariais, remuneração alinhada com seu mercado de atuação e estruturação da carreira em “Y” de suas equipes técnicas.

A remuneração variável segue a contratação de objetivos, que são revisitados anualmente de acordo com as premissas oriundas do planejamento estratégico da companhia. A contratação desses objetivos prevê o planejamento da execução dos componentes do processo e obtenção do comprometimento do colaborador para a execução, permitindo que:

- os objetivos sejam estabelecidos de acordo como os planos de negócios;
- a definição de indicadores para cada diretoria/área/equipe/colaborador seja feita de forma clara, deixando explícito o resultado a ser alcançado; e
- a expectativa em relação aos papéis organizacionais seja compreendida por todos, e como cada função contribuirá para a criação de valor para a companhia.

O PLR (Participação nos Lucros e Resultados), com base nas premissas acima descritas, é anualmente negociado com o sindicato que representa os colaboradores. Um plano diferenciado de remuneração variável é dedicado a colaboradores em cargos de confiança, diretores, especialistas e da área de vendas.

b. política de benefícios

A Padtec S.A. pratica isonomia com relação a oferta de benefícios aos seus colaboradores, que são: plano de previdência privada fechada (contando com contribuições paritárias que vão de 1% a 8% do salário nominal), convênio de saúde e odontológico, seguro de vida, convênio farmácia, auxílio creche, vale refeição/alimentação, além de transporte fretado e/ou vale transporte ou estacionamento, de acordo com a necessidade das equipes.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários*
- ii. condições para exercício*
- iii. preços de exercício*
- iv. prazos de exercício*
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano*

Em 31/12/2019, a Padtec S.A. não tinha nenhum plano de remuneração baseado em ações em vigor.

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.

Os colaboradores da Padtec S.A. são representados pelo Sintetel – Sindicato dos trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo. A relação com o sindicato da categoria é cordial e respeitosa, nunca na história da companhia houve situação de greve e as negociações são honradas e respeitadas pelas partes.

14.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações sobre ações trabalhistas envolvendo a Padtec S.A. estão apresentadas no item 4.6 deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
LMC Brazil, LLC						
14.145.552/0001-00	Americana	Sim	Não	18/11/2020		
Sim	N/A		Jurídica			
3.927.649	5,007%	0	0,000%	3.927.649	5,007%	
Fundação CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações						
02.641.663/0001-10	Brasil-SP	Sim	Sim	01/06/2020		
Não						
43.075.127	54,908%	0	0,000%	43.075.127	54,908%	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	Brasil-DF	Sim	Não	01/06/2020		
Não						
18.084.240	23,052%	0	0,000%	18.084.240	23,052%	
OUTROS						
13.362.763	17,033%	0	0,000%	13.362.763	17,033%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%	
TOTAL						
78.449.779	100,000%	0	0,000%	78.449.779	100,000%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de Capital

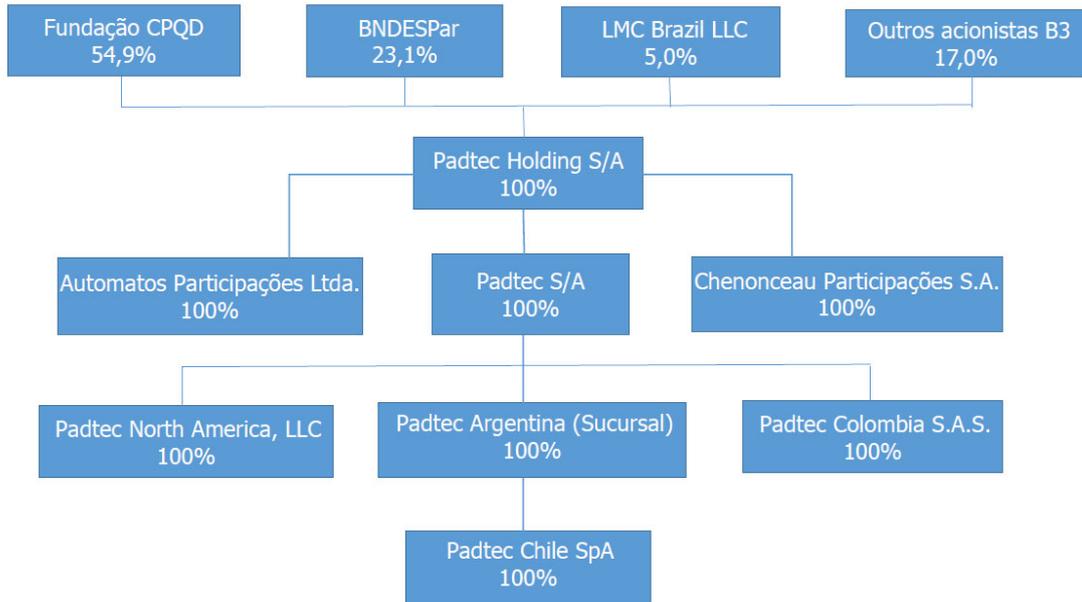
Data da última assembleia / Data da última alteração	31/03/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	4.842
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	25
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	32

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	34.893.806	44,480%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	34.893.806	44,480%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

No âmbito da Incorporação de Ações da Padtec S.A. pela Companhia ("Incorporação de Ações" ou "Operação"), foi celebrado, em 24 de abril de 2020, Acordo de Acionistas da Companhia entre BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações.

Em decorrência da Operação, os acionistas indicados acima se tornaram titulares de ações ordinárias representativas, em conjunto, de 78,78% do capital social da Companhia ("Ações Vinculadas").

O Acordo de Acionistas entrou em vigor na data da implementação da Incorporação de Ações, qual seja, 01 de junho de 2020 e estará vigente por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por 12 (doze) meses adicionais contados do final do período de 12 (doze) meses original.

Os acionistas que celebraram o Acordo de Acionistas se comprometem a fazer uso do direito de voto atinente às suas Ações Vinculadas de modo a não permitir que quaisquer das Matérias Relevantes sejam aprovadas em assembleia geral sem a prévia manifestação favorável, por escrito, do BNDESPAR. São individualmente consideradas matérias relevantes ("Matérias Relevantes"):

- (a) qualquer aumento ou redução do capital social da Companhia ou de suas Controladas;
- (b) alterações nos atos constitutivos da Companhia ou de suas Controladas que impliquem em: (i) alteração no objeto social; (ii) modificação da sede para localidade distinta do município da sua atual sede; (iii) criação de novas filiais no Brasil; (iv) alteração das funções ou do número de membros do Conselho de Administração, Diretoria ou do Conselho Fiscal; (v) alteração nas matérias de competência da assembleia geral ou nos prazos de antecedência de convocação; ou (vi) alterações que possam suprimir ou restringir os direitos dos Acionistas;
- (c) alteração dos direitos econômicos e dos direitos de voto conferidos às ações de emissão da Companhia;
- (d) operações de fusão, incorporação, cisão, transformação, aquisição de participações societárias em sociedades com objeto social distinto da Companhia ou quaisquer outras reorganizações societárias similares envolvendo a Companhia ou suas Controladas ou Coligadas;
- (e) criação ou alterações na política de remuneração dos administradores da Companhia ou de suas Controladas ou Coligadas;
- (f) dissolução, falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de suas Controladas;
- (g) cancelamento ou conversão para "Categoria B" do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (h) após a admissão da Companhia no segmento especial de listagem da B3 denominado "Novo Mercado", migração para qualquer outro segmento que acarrete redução do nível de governança corporativa da Companhia;
- (i) criação ou alterações na política de transações com Partes Relacionadas da Companhia;
- (j) prestação de garantias por obrigações de Terceiros pela Companhia ou por suas Controladas, exceto em casos de garantia por obrigações de clientes em operações de financiamento de vendas e/ou quando representar, de forma cumulativa, valor menor ou igual a 20% (vinte por cento) do Ativo Total da Companhia ou da Controlada, conforme o caso; e
- (k) alienação, cessão ou Oneração de Ativos Relevantes da Companhia e suas Controladas.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Caso o BNDESPAR pretenda exercer o direito de veto à aprovação de quaisquer Matérias Relevantes, deverá manifestar sua intenção ao CPqD até a véspera da data de realização da referida assembleia geral, hipótese em que o CPqD estará obrigado a acompanhar o voto do BNDESPAR no sentido contrário à aprovação da referida Matéria Relevante.

Caso o BNDESPAR não seja titular de quantidade suficiente de ações para, por si só, eleger pelo menos 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia, o CPqD se compromete a fazer uso do direito de voto atinente às suas Ações Vinculadas de modo a garantir a eleição de 1 (um) membro indicado pelo BNDESPAR.

Os acionistas que celebraram o Acordo de Acionistas se comprometem a sempre indicar profissionais qualificados, de indiscutível reputação e caráter, para ocupar os cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia.

Os acionistas que celebraram o Acordo de Acionistas reconhecem que não são titulares do poder de Controle da Companhia, de modo que não estão obrigadas a exercer seus respectivos direitos de voto visando à eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Caso o Conselho Fiscal da Companhia seja instalado e o BNDESPAR não seja titular de quantidade suficiente de Ações para, por si só, eleger pelo menos 1 (um) membro do Conselho de Fiscal e respectivo suplente, o CPqD se compromete a fazer uso do direito de voto atinente às suas Ações Vinculadas de modo a garantir a eleição de 1 (um) membro indicado pelo BNDESPAR e seu respectivo suplente.

Caso o CPqD, a qualquer tempo durante a vigência do Acordo de Acionistas, deseje transferir parcial ou totalmente suas Ações Vinculadas a terceiro(s) por meio de Negociação Relevante (conforme abaixo definido), o BNDESPAR terá o direito de, a seu exclusivo critério, transferir, juntamente com o CPqD, até a totalidade das Ações Vinculadas de sua titularidade ao(s) mesmo(s) terceiro(s) Interessado(s), nas mesmas condições e pelo mesmo preço por Ação ("Direito de Venda Conjunta Total").

Para fins do Acordo de Acionistas, considera-se Negociação Relevante toda e qualquer transferência de Ações, implementada por meio de um negócio ou de um conjunto de negócios realizados durante o período de 12 (doze) meses, que resulte em uma redução das ações detidas pelo CPqD em patamar igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social total da Companhia ("Negociação Relevante").

Sem prejuízo do Direito de Venda Conjunta Total, caso o CPqD, a qualquer tempo durante a vigência deste Acordo, deseje transferir Ações Vinculadas a terceiro(s) por meio de um negócio que não caracterize Negociação Relevante, a BNDESPAR terá o direito de, a seu exclusivo critério, transferir, juntamente com o CPqD, parte das Ações Vinculadas de sua titularidade ao(s) mesmo(s) terceiro(s) interessado(s), nas mesmas condições e pelo mesmo preço por ação, sendo que o número de ações a serem alienadas deverá observar a mesma proporção de ações transferidas pelo CPqD ao(s) terceiro(s) interessado(s) ("Direito de Venda Conjunta Proporcional").

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em abril de 2020, os acionistas da Padtec S.A. e da Companhia, em assembleias de ambas as companhias, aprovaram a operação de incorporação de ações da Padtec pela Companhia. Conforme estabelecido na Lei das S.A., foi concedido prazo para exercício de direito de retirada aos acionistas da Companhia que dissentiram ou se abstiveram de votar na deliberação relacionada a esta operação, ou que não compareceram à assembleia. Findo esse prazo, a operação foi implementada com a emissão de novas ações da Companhia, entregues aos então acionistas da Padtec em 01 de junho de 2020, e a consequente conversão da Padtec em subsidiária integral da Companhia. Em 10 de julho de 2020, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia para Padtec Holding S.A. A Companhia informa que tal operação não resultou em alteração de controle.

15.7 - Principais Operações Societárias

Evento	Incorporação da Ideiasventures Participações S.A. (" <u>Ideiasventures</u> ")
Principais condições do negócio	Em 12 de julho de 2019, a Companhia incorporou a sua subsidiária integral, Ideiasventures Participações S.A., com a consequente extinção da Ideiasventures.
Sociedades envolvidas	Padtec Holding S.A. e Ideiasventures Participações S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Extinção da Ideiasventures Participações S.A., sem alteração do quadro societário da Companhia, considerando que a incorporada era subsidiária integral da Companhia.
Quadro societário antes da operação,	Não aplicável.
Quadro societário depois da operação	Não aplicável.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

Evento	Incorporação das ações da Padtec S.A. (" <u>Padtec</u> ")																					
Principais condições do negócio	Em 27 de abril de 2020, a incorporação das ações de emissão da Padtec S.A. pela Companhia foi aprovada em assembleia de acionistas de ambas as empresas. Em 01 de junho de 2020, a Padtec S.A. tornou-se subsidiária integral da Padtec Holding S.A.																					
Sociedades envolvidas	Padtec Holding S.A. e Padtec S.A.																					
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a incorporação das ações da Padtec pela Companhia, todos os acionistas da Padtec passaram a ser acionistas da Companhia.																					
Quadro societário antes da operação,	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Padtec S.A.</th> </tr> <tr> <th>Acionistas</th> <th>Ações</th> <th>% de Participação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Padtec Holding</td> <td>4.469.628</td> <td>34,16%</td> </tr> <tr> <td>CPqD</td> <td>6.055.920</td> <td>46,27%</td> </tr> <tr> <td>BNDESPAR</td> <td>2.542.177</td> <td>19,43%</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>18.253</td> <td>0,14%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>13.085.308</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Padtec S.A.			Acionistas	Ações	% de Participação	Padtec Holding	4.469.628	34,16%	CPqD	6.055.920	46,27%	BNDESPAR	2.542.177	19,43%	Outros	18.253	0,14%	Total	13.085.308	100%
Padtec S.A.																						
Acionistas	Ações	% de Participação																				
Padtec Holding	4.469.628	34,16%																				
CPqD	6.055.920	46,27%																				
BNDESPAR	2.542.177	19,43%																				
Outros	18.253	0,14%																				
Total	13.085.308	100%																				

15.7 - Principais Operações Societárias

Quadro societário depois da operação	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Padtec S.A.</th> </tr> <tr> <th>Acionistas</th> <th>Ações</th> <th>% de Participação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Padtec Holding</td> <td>4.469.628</td> <td>34,16%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>13.085.308</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>			Padtec S.A.			Acionistas	Ações	% de Participação	Padtec Holding	4.469.628	34,16%	Total	13.085.308	100%						
	Padtec S.A.																				
Acionistas	Ações	% de Participação																			
Padtec Holding	4.469.628	34,16%																			
Total	13.085.308	100%																			
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Padtec Holding S.A.</th> </tr> <tr> <th>Acionistas</th> <th>Ações</th> <th>% de Participação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CPqD</td> <td>43.075.127</td> <td>55,49%</td> </tr> <tr> <td>BNDESPAR</td> <td>18.084.240</td> <td>23,29%</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>16.343.566</td> <td>21,22%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>77.632.779</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>			Padtec Holding S.A.			Acionistas	Ações	% de Participação	CPqD	43.075.127	55,49%	BNDESPAR	18.084.240	23,29%	Outros	16.343.566	21,22%	Total	77.632.779	100%
Padtec Holding S.A.																					
Acionistas	Ações	% de Participação																			
CPqD	43.075.127	55,49%																			
BNDESPAR	18.084.240	23,29%																			
Outros	16.343.566	21,22%																			
Total	77.632.779	100%																			
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.																				

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

A Companhia considera que não outras informações relevantes a serem reportadas.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia procura utilizar práticas uniformes e condições de mercado na celebração dos contratos com partes relacionadas.

Além disso, a Companhia aprovou Política para Transações com Partes Relacionadas em Assembleia Geral de acionistas realizada em 10 de julho de 2020, e alterada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 ("Política para Partes Relacionadas"). Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, a competência para alteração da Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia é da Assembleia Geral.

A Política para Partes Relacionadas visa assegurar que as transações da Companhia e de suas controladas, envolvendo partes relacionadas, sejam realizadas em condições comutativas, não menos favoráveis à Companhia e às suas controladas do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são partes relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares.

Tal Política para Partes Relacionadas estabelece que cabe à Diretoria da Companhia monitorar e administrar as Transações com Partes Relacionadas¹, bem como os potenciais conflitos de interesses dos administradores e acionistas da Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas poderão realizar Transações com Partes Relacionadas desde que celebradas por escrito e contratadas em bases equitativas, ou seja, conduzidas dentro de parâmetros de mercado, em termos de prazos, taxas e garantias, e que estejam claramente refletidas nos registros e relatórios da Companhia e/ou da respectiva controlada.

Todas as Transações com Partes Relacionadas realizadas pela Companhia e/ou suas controladas deverão ser precedidas de questionamento, quando houver dúvida, sobre a existência de relações entre o contratante, seus sócios ou administradores e a Companhia e/ou suas controladas, administradores ou colaboradores, com o fim de identificar a possibilidade de tratar-se de Transação com Parte Relacionada. E tão logo sejam identificadas, as potenciais Transações com Partes Relacionadas, independentemente de seu valor, deverão ser comunicadas, por escrito à Diretoria da Companhia.

¹ Transações com Partes Relacionadas: qualquer operação que importe a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre a Companhia e/ou suas controladas e uma Parte Relacionada, incluindo, entre outros: (a) compra e venda de bens, propriedades e outros ativos; (b) prestação ou recebimento de serviços; (c) arrendamentos; (d) transferências de bens, direitos e obrigações; (e) transferências de natureza financeira; (f) fornecimento de garantias, avais ou fianças; (g) assunção de compromissos; (h) liquidação de passivos; (i) concessão de comodato de bens imóveis ou móveis de qualquer natureza; e (j) contratação de funcionários e administradores. As Transações com Partes Relacionadas são caracterizadas pela transferência de recursos, serviços ou obrigações entre Partes Relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A comunicação da potencial Transação com Parte Relacionada deverá ser feita, imediata e inicialmente, ao Departamento Jurídico da Companhia, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

- (i) nome das Partes Relacionadas²;
- (ii) tipo de relacionamento das Partes Relacionadas com a Companhia;
- (iii) data da Transação;
- (iv) objeto da Transação;
- (v) montante envolvido na Transação;
- (vi) saldo eventualmente existente;
- (vii) montante correspondente ao interesse de tal Parte Relacionada na Transação, se for possível aferir;
- (viii) garantias e seguros relacionados;
- (ix) duração do objeto da Transação;
- (x) condições para a rescisão ou extinção da Transação;
- (xi) principais obrigações e demais termos e condições da Transação.

Não obstante as informações acima descritas, a comunicação da Transação com Parte Relacionada deverá conter também justificativa pormenorizada das razões pelas quais se considera que tal Transação com Parte Relacionada atende aos interesses da Companhia e/ou sua controlada e observa condições comutativas ou prevê pagamento compensatório adequado, informando também: (i) se foram solicitadas propostas, realizado algum procedimento de tomada de preços ou se foi tentado de qualquer outra forma realizar a transação com terceiros, explicitando, em caso negativo, as razões pelas quais não o fez ou, em caso afirmativo, os procedimentos realizados e seus resultados; (ii) as razões para realizar a Transação com a Parte Relacionada e não com terceiros; (iii) a descrição pormenorizada das medidas tomadas e procedimentos adotados para garantir a comutatividade da operação; e (iv) a análise comparativa dos preços, termos e condições: (a) disponíveis no mercado; e (b) de transações similares já realizadas pela Companhia ou pela contraparte.

De posse das informações reportadas sobre uma potencial Transação com Partes Relacionadas, caberá ao Departamento Jurídico da Companhia a identificação das Partes Relacionadas e classificação das operações como Transações com Partes Relacionadas, utilizando as definições previstas na Política de Partes Relacionadas, com a posterior submissão, caso aplicável, aos órgãos competentes para análise e aprovação. O Departamento Jurídico da Companhia poderá, a seu exclusivo critério, solicitar informações adicionais sobre uma potencial Transação com Partes Relacionadas a fim de formar a sua opinião sobre tal operação.

É vedada a concessão de empréstimos, ou outros tipos de dívidas, e garantias pela Companhia ou suas controladas em favor de Partes Relacionadas.

Uma vez determinadas como Transações com Partes Relacionadas, estas devem ser submetidas pelo Departamento Jurídico para apreciação da Diretoria da Companhia, contendo, no mínimo, as informações dispostas acima, indicando também operações de mercado semelhantes, sempre que possível, e em todos os casos, a justificativa comercial e econômica e como será reportada nas demonstrações financeiras e notas explicativas da Companhia.

² São consideradas Partes Relacionadas: (a) aquelas, direta ou indiretamente, relacionadas por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (inclusive controladoras ou controladas); (ii) tiver participação na Companhia que lhe confira influência significativa ("Influência Significativa" conforme definido abaixo) sobre a Companhia; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a Companhia; (b) as coligadas da Companhia; (c) joint venture (empreendimento conjunto) em que a Companhia seja investidora; (d) membros do Pessoal Chave da Administração da Companhia, de suas controladas ou de seus controladores; (e) Membros Próximos da Família de qualquer pessoa referida nas alíneas (a) ou (d) acima; ou (f) sociedade controlada, controlada em conjunto ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo na sociedade seja, direta ou indiretamente, detido por qualquer pessoa referida nas alíneas (d) ou (e).

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Diretoria deverá analisar a transação proposta, inclusive sua aderência aos parâmetros de mercado, conforme estipulado por essa Política, e caso ao menos um dos membros da Diretoria ratifique a classificação da operação como uma Transação com Parte Relacionada, a transação deverá ser submetida à apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração deverá analisar as informações relacionadas às Transações com Partes Relacionadas antes da aprovação ou não de cada transação.

Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração, envolvidos nos processos citados, que constituam ou representem Parte Relacionada na transação submetida à apreciação e aprovação não participarão de qualquer discussão ou deliberação, exceto se solicitado para fornecer aos demais membros informações relacionadas àquela transação em discussão.

Qualquer pessoa vinculada pela Política de Partes Relacionadas que tiver conhecimento de uma Transação com Parte Relacionada não aprovada pelo Conselho de Administração, conforme exigido pela Política de Partes Relacionadas, deverá comunicar imediatamente o fato ao *Compliance Officer*. Qualquer omissão neste sentido será considerada uma violação, sujeita à eventual ação corretiva a ser aplicada pelo Conselho de Administração.

A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção “Governança Corporativa” > “Políticas e Códigos”, e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Fundação CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	06/05/2019	1.961.461,40	R\$ 1.078.461,40	R\$ 1.961.461,40	24 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador						
Objeto contrato	Parceria Tecnológica- Plano de Trabalho para Desenvolvimento Tecnológico						
Garantia e seguros	N/A.						
Rescisão ou extinção	Parceria Tecnológica						
	Rescisão, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:						
	a) No caso de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência, inabilitação financeira, extinção ou liquidação de qualquer das Partes;						
	b) Pela cessão ou transferência dos direitos e obrigações do contrato a terceiros, sem o prévio e expresso consentimento da outra Parte;						
	c) Se houver, injustificadamente, a interrupção, a suspensão e a paralisação do objeto do contrato, por 30 (trinta) dias alternados ou consecutivos;						
	d) Se ocorrer atraso na execução injustificada dos Planos de Trabalho, por culpa da qualquer das Partes, sem prejuízo da multa prevista neste instrumento;						
	e) Pelo desvio de finalidade e/ou conflito de interesses de qualquer das Partes nos Planos de Trabalho;						
	f) Ocorrência de caso fortuito ou força maior que, efetivamente, impossibilite a continuidade da parceria.						
	O contrato poderá ser denunciado a qualquer tempo, sem quaisquer ônus, por qualquer das Partes, desde que aquele que assim o desejar, manifeste sua intenção ao outro, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.						
	Em caso de rescisão do Contrato, as Partes estabelecerão, por escrito, as condições e as respectivas responsabilidades sobre obrigações assumidas vinculadas que na data da rescisão estejam em vigor.						
	Referido contrato será também rescindido se o Termo de cooperação Tecnológica entre CPqD e Embrapii for extinto. ”						
Natureza e razão para a operação	Parceria Tecnológica- Plano de Trabalho para Desenvolvimento Tecnológico						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Fundação CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	19/03/2019	6.824.609,51	R\$ 948.000,00	R\$ 6.824.609,51	24 meses	SIM	2,500000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Acionista controlador						
Objeto contrato	Reconhecimento e quitação de dívida. A taxa juros refere-se a CDI + 2,5%.						
Garantia e seguros	N/A.						
Rescisão ou extinção	Como se trata de um reconhecimento de dívida, a extinção está condicionada ao pagamento integral.						
Natureza e razão para a operação	Renegociação de dívida decorrente de contrato de licenciamento e parceria tecnológica						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Fundação CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	25/02/2019	8.800.000,00	R\$ 3.357.000,00	R\$ 8.800.000,00	Até 28/02/2022	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controlador						
Objeto contrato	Locação de imóvel localizado na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, 1000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, Campinas, Estado de São Paulo						
Garantia e seguros	N/A.						
Rescisão ou extinção	Rescisão antecipada mediante aviso prévio de 3 meses, com multa rescisória equivalente a 3 meses de aluguel, proporcionalmente ao tempo remanescente ao término deste contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel e serviços de infraestrutura						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação em vigor, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3.

As transações eventualmente celebradas com partes relacionadas são amparadas por avaliações prévias e criteriosas de seus termos de forma que sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se juro e condições usuais de mercado, bem como todos os procedimentos e regras previstos na Política para Partes Relacionadas da Companhia. No entanto, caso algum conflito de interesse venha a ser observado, a Companhia buscará a eliminação do conflito por meio da submissão dos termos do contrato à revisão por parte de seus órgãos administrativos, sem a participação das partes interessadas ou com interesse conflitante.

Além disso, antes da celebração das transações, a Companhia negocia individualmente os contratos celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Estatuto Social da Companhia, Lei das Sociedades por Ações, bem como as instruções emitidas pela CVM, além das condições compatíveis com as de mercado.

Adicionalmente às avaliações, pesquisas prévias e negociações a fim de assegurar a comutatividade, a Companhia obteve a aprovação das transações até então celebradas no âmbito do seu conselho de administração e/ou de suas controladas, conforme o caso, tendo tais transações sido aprovadas com a abstenção de voto do conselheiro de administração vinculado à parte relacionada e, portanto, com potencial interesse conflitante.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O processo atinente às Transações com Partes Relacionadas, visa primordialmente: (i) prevenir situações de conflito de interesses, garantindo a proteção da Companhia e de suas controladas; (ii) evitar prejuízo da Companhia ou de suas controladas ou de seus públicos de interesse em benefício de parte relacionada; e (iii) assegurar que todos os contratos celebrados com partes relacionadas respeitem condições de mercado, sem benefícios adicionais ou diferenciados em relação aos que seriam verificados em transações equivalentes, se contratadas com demais contrapartes.

A comutatividade dos contratos celebrados entre a Companhia e as suas controladas e partes relacionadas será apurada mediante a verificação da compatibilidade das cláusulas econômicas e financeiras estabelecidas no respectivo contrato entre as partes relacionadas, perante outros atos e negócios similares praticados no mercado. Em regra, as transações com partes relacionadas levam em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante às tais transações. Não obstante a ausência de procedimentos ou políticas formais para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas, as transações com partes relacionadas foram formalizadas por meio de instrumentos adequados, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas, com o propósito de oferecer maior transparência para cada transação contratada, e priorizando agregar valores às operações da Companhia. Nesse contexto, a Companhia esclarece abaixo os critérios adotados para a realização das transações informadas no item 16.2 deste Formulário de Referência:

(i) Mútuo: Transações financeiras realizadas entre a Companhia e suas controladas. Os saldos dos contratos de mútuo ativo e passivo não preveem cobrança de juros, uma vez que se tratam de operações firmadas com controladas integrais, com vencimento inferior a um ano.

(ii) Serviços de desenvolvimento tecnológico: Convênio com a Fundação CPqD, acionista controlador da Companhia para a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento. Os valores de serviços tecnológicos com a Fundação CPqD são resultados dos investimentos da Companhia e suas controladas em um centro de excelência em comunicação óptica visando ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras para uso em toda gama de soluções ofertadas pela Padtec S.A. ao mercado, realizados a preços e em condições de mercado. A Companhia entende que essa transação foi celebrada em caráter comutativo com a devida contraprestação, uma vez que foram firmadas por escrito, com especificação de suas principais características e condições, tais como preço global, preço unitário, prazos, garantias, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, sendo o pagamento compensatório dessas transações avaliado de acordo com o caráter personalíssimo da obrigação e valor intelectual e de reputação do prestador de serviços, entre outros, e mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

(iii) Venda de produtos: Refere-se a venda de produtos acabados entre a controlada Padtec S.A. e suas controladas (100%) no exterior, realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época de cada negociação, em consonância com as políticas internas preestabelecidas pela Administração.

(iv) Outros ativos e passivos: Transações efetuadas entre a Fundação CPqD e a Padtec S.A., referentes a despesas com infraestrutura e despesas administrativas conforme rateio definido pelas partes. Tais despesas referem-se a energia elétrica, água, fretado, serviços do ambulatório, bombeiros, segurança, recepção do polis. Ou seja, despesas decorrentes do fato de que a Companhia ocupa a posição de condômino no imóvel de propriedade do CPqD. Dessa forma, considerando que tais valores são proporcionais aos cobrados das demais empresas também instaladas no polis e devidamente rateados, a Companhia entende que as condições de comutatividade foram observadas.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

(v) Arrendamento mercantil: A Companhia e suas controladas mantém compromisso decorrente de contrato de arrendamento operacional de imóvel onde está localizada sua sede administrativa. O arrendamento tem duração de três anos (com vencimento em 2022), com opção de renovação após este período e não possui cláusulas de opção de compra no respectivo término. O pagamento do arrendamento é ajustado anualmente pelo IGPM, e para refletir valores de mercado foi aplicada a taxa real de 7,47% para o exercício de 2020. Por tais razões, a Companhia considera que o contrato foi celebrado com comutatividade e em consonância com as políticas internas preestabelecidas pela Companhia.

(vi) Renegociação de dívida: A dívida decorre de contrato de serviços de desenvolvimento tecnológico celebrado entre a investida Padtec S.A. e a Fundação CPqD, que vigeu entre 01 de agosto de 2003 e 28 de fevereiro de 2015. Quando negociado o distrato, a investida reconheceu dívida referente a serviços prestados e não pagos; comprometendo-se a pagar em parcelas mensais. Até 31/12/2020, não havia quaisquer irregularidades no pagamento, com quitação total prevista para março de 2021.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Todos os contratos informados no item 16.2 acima foram celebrados pela Padtec S.A.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Autorizado				
31/03/2021	0,00	-	135.000.000	0	135.000.000
Tipo de capital	Capital Emitido				
05/06/2020	199.211.288,23	-	78.449.779	0	78.449.779
Tipo de capital	Capital Subscrito				
05/06/2020	199.211.288,23	-	78.449.779	0	78.449.779
Tipo de capital	Capital Integralizado				
05/06/2020	199.211.288,23	-	78.449.779	0	78.449.779

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/04/2020	AGE	01/06/2020	67.357.197,43	Subscrição particular	61.289.213	0	61.289.213	3,75005100	1,10	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão resulta da divisão do aumento do capital social havido na Ideiasnet por conta da Incorporação de Ações de emissão da Padtec S.A. pelo número total de ações emitidas nessa operação. O aumento de capital foi calculado com base no valor do patrimônio líquido da Padtec S.A. em 30 de setembro de 2019, excluindo-se a participação da própria Companhia.

Forma de integralização Ações de emissão da Padtec S.A.

05/06/2020	Conselho de Administração	05/06/2020	8.170,00	Subscrição particular	817.000	0	817.000	0,01052400	0,01	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	----------	-----------------------	---------	---	---------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão foi definido no âmbito do VII Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em AGE realizada em 27/04/2020.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou desdobramentos, grupamentos ou bonificações nos últimos três anos.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não teve operações de redução de capital social nos últimos três anos.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	Os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da respectiva deliberação em Assembleia Geral que os aprovar. No caso de existir lucro líquido no exercício social, este é distribuído da seguinte forma e nas seguintes proporções: (i) 5% (cinco por cento) para a formação de reserva legal, que não exceda 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas; e (iii) o saldo remanescente será destinado à criação de reserva estatutária de investimento, a qual não deverá exceder 80% (oitenta por cento) do capital social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	O direito dos acionistas no reembolso de capital se dá no caso do exercício do direito de retirada em razão de dissidência em determinadas matérias deliberadas em Assembleia Geral, conforme previsto em lei. O Estatuto Social da Companhia não prevê hipóteses adicionais de direito de retirada àquelas previstas em lei tampouco há acionistas titulares de direito de preferência no reembolso do capital.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	O Estatuto Social da Companhia não prevê hipóteses especiais de resgate nem tampouco fórmula de cálculo de seu valor na hipótese deste ser aprovado em assembleia geral.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos assegurados pelos valores mobiliários da Companhia não poderão ser alterados senão por reforma do Estatuto Social, o que é matéria de deliberação por Assembleia Geral e requer quórum qualificado para sua instalação, nos termos da lei.
Outras características relevantes	Os acionistas terão direito a participação em oferta pública por alienação de controle, conforme indicado no item "i" abaixo. (i) Qualquer Acionista Comprador (conforme definido no Estatuto Social da Companhia) que venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo (a) de ações de emissão da Companhia; ou (b) de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do seu capital social deverá efetivar uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("OPA"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos do Estatuto Social da Companhia, e conforme descrito no item 18.2 deste Formulário de Referência.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

O Estatuto Social da Companhia prevê, resumidamente, que qualquer Acionista Adquirente (qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou grupo de acionistas) que, a partir de 01 de junho de 2022, adquira ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, por meio de uma ou mais operações, deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição, realizar ou solicitar o registro de uma Oferta Pública de Aquisição (“OPA”) para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia.

O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA (“Preço da OPA”) deverá ser o preço justo, entendido como sendo ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia (tag along de 100%), apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações no mercado de valores mobiliários ou com base em outro critério aceito pela CVM.

A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos: (i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA; (iv) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta; e (v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Estatuto Social e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista no Estatuto Social da Companhia venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia em OPA sujeita ao artigo 4º-A da Lei das Sociedades por Ações, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

O Acionista Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM ou da B3 relativas à OPA, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir as obrigações impostas no Estatuto Social da Companhia, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM ou da B3, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes no Estatuto Social da Companhia.

O disposto no Estatuto Social da Companhia não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência da subscrição de ações da Companhia realizada em emissão primária que tenha sido aprovada em Assembleia Geral.

As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social da Companhia.

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas (conforme definição abaixo).

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle comum; ou (d) que atuem representando um interesse comum.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não há qualquer previsão de exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais no Estatuto Social da Companhia.

Entretanto, será restringido o direito de voto ao acionista que tiver qualquer conflito de interesse com a matéria a ser deliberada em Assembleia Geral.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	746.962	4,99	1,85	R\$ por Unidade	3,25
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	440.390	4,42	1,93	R\$ por Unidade	2,89
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.754.341	7,58	3,90	R\$ por Unidade	5,89
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	568.104	7,07	3,88	R\$ por Unidade	4,88

Exercício social 31/12/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.171.815	5,68	2,86	R\$ por Unidade	3,60
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	116.193	3,11	2,46	R\$ por Unidade	2,75
20/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	239.991	3,90	2,60	R\$ por Unidade	2,97
21/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	790.840	3,38	2,30	R\$ por Unidade	2,68

Exercício social 31/12/2018

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	202.320	10,90	8,98	R\$ por Unidade	9,85
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	192.035	9,95	5,51	R\$ por Unidade	8,23
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	126.208	9,04	5,56	R\$ por Unidade	7,57
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	73.891	9,99	5,93	R\$ por Unidade	8,57

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia além das ações ordinárias.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, pois não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia além das ações ordinárias.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações da Padtec Holding são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código PDTC3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não tem nenhum valor mobiliário admitido à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não tem títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Em assembleia geral extraordinária e ordinária da Companhia realizada em 31 de março de 2021, os acionistas aprovaram a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("Ações"), com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita").

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não foram realizadas ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou plano de recompra de ações nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações julgadas relevantes.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	10/07/2020
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Estão vinculados à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Padtec Holding S.A. ("Política") os Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; empregados e executivos com acesso a informação relevante; e quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nas Controladoras, nas Sociedades Controladas, em especial sua subsidiária integral Padtec S.A. ("Padtec"), e nas Sociedades Coligadas, tenha acesso a informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

Os capítulos I, II e III da Política referem-se ao uso, à comunicação e à divulgação de informações relevantes decorrentes de decisões dos órgãos de administração ou de acionistas da Companhia, dentre outros, que possam influir de modo ponderável na negociação dos valores mobiliários da Companhia. O capítulo IV dispõe sobre a comunicação de informações sobre negociações de valores mobiliários por parte dos Administradores da Companhia e pessoas a estes ligadas. O capítulo V, por sua vez, disciplina a comunicação e a divulgação de alteração na posição acionária detida pelos Acionistas Controladores e pelos acionistas que elejam os membros do Conselho de Administração da Companhia, sempre que a negociação de compra ou venda envolver participação acionária considerada, nos termos da regulamentação em vigor, relevante. O capítulo VI trata sobre as restrições à negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Fica vedada a negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia pelas Pessoas Vinculadas sempre que tiverem conhecimento de Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao mercado, principalmente quando houver sido outorgada opção ou mandato para fim de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria ou por Sociedades Coligadas em especial sua subsidiária integral Padtec, ou Controladas ou quando existir a intenção de promover incorporação, total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

A vedação de negociação poderá continuar após a divulgação de Ato ou Fato Relevante, se a Companhia determinar através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese da negociação interferir nas condições do negócio, de modo a prejudicar a própria Companhia ou seus acionistas.

Os valores mobiliários da Companhia não poderão ser negociados pelas Pessoas Vinculadas no período de 30 (trinta) dias que antecede a divulgação das demonstrações financeiras trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia. Ademais, ao Conselho de Administração é vedado deliberar sobre a aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia, enquanto esta não for tornada pública, através da divulgação de Ato ou Fato Relevante com informação relativa a: celebração de contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia; outorga de opção ou mandato com objetivo de transferência do controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão ou transformação ou reorganização societária.

Os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do conselho fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, deverão comunicar à Companhia qualquer informação sobre aquisição ou alienação de participação acionária relevante. Entende-se por participação acionária relevante aquela que, direta ou indiretamente, ultrapassa, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia.

A vedação aplica-se ainda a ex-Administradores que se afastem da Companhia antes da divulgação de negócio ou Fato Relevante iniciado sob sua gestão. Tais Administradores não poderão negociar por 6 (seis) meses após seu afastamento ou até que seja divulgado o Ato ou Fato Relevante e sua negociação não interfira nas condições de negócio em prejuízo da Companhia, o que ocorrer primeiro.

A Companhia vincula todos os seus empregados e Administradores à Política, a qual dispõe sobre todos os períodos de vedação à negociação através de termo de anuência e reforça a vedação através de notificações por e-mail às Pessoas Vinculadas sobre a proibição de negociação. A Companhia fiscaliza a negociação durante os períodos de vedação através do acompanhamento periódico de sua base de acionistas e o controle da evolução acionária das Pessoas Vinculadas.

A Política está disponível no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (<http://www.padtec.com.br/>), em Governança Corporativa => Política e Códigos.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Conforme estipulado na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Padtec Holding S.A. ("Política"), é obrigação das pessoas a ela sujeitas (vide item 20.1 deste Formulário de Referência) assegurar que a divulgação de informações acerca da situação patrimonial e financeira da Companhia seja correta, completa, contínua e desenvolvida através dos Administradores incumbidos dessa função, devendo também abranger dados sobre a evolução das suas respectivas posições acionárias, se aplicável, no capital social da Companhia, na forma prevista na Política e de acordo com a regulamentação em vigor.

Em adição à Política, a Companhia possui um Código de Ética e Conduta, o qual trata de informações privilegiadas e divulgação de informações, e dispõe que cumpre aos empregados guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que seus subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo.

O Código de Ética e Conduta da Padtec Holding S.A. determina ainda que como forma de disponibilizar informações claras, precisas e tempestivas aos seus acionistas e autoridades reguladoras, apresentará Fatos Relevantes, comunicados ao mercado, demonstrações financeiras e demais informações sociais e contábeis em consonância com a legislação aplicável, normas internas e melhores práticas existentes.

Além disso, a Instrução CVM 358/2002 criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante de companhias abertas, tendo sido atribuída ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante.

Os Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá a sua divulgação.

Caso as pessoas acima referidas tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, essas só se eximirão da responsabilidade se comunicarem imediatamente tal informação à CVM.

Da mesma forma, tais pessoas ficam obrigadas a, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante, na hipótese da informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política adotada pela Companhia dispõe sobre: (i) o uso, comunicação e divulgação de informações relevantes decorrentes de decisões dos órgãos de administração ou de acionistas da Companhia, dentre outros, que possam influir de modo ponderável na negociação de seus valores mobiliários; (ii) a comunicação e divulgação de informações sobre negociações de valores mobiliários por parte dos Administradores da Companhia e pessoas a estes ligadas; (iii) a comunicação e divulgação de alteração na posição acionária detida pelos Acionistas Controladores e pelos acionistas que elejam os membros do Conselho de Administração da Companhia, sempre que a negociação de compra ou venda envolver participação acionária considerada, nos termos da regulamentação em vigor, relevante; e (iv) as restrições à negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Ademais, a Política dispõe que as pessoas sujeitas às normas nela instituídas deverão assinar um Termo de Adesão, nos termos do artigo 15, parágrafo único, e do artigo 16, parágrafo primeiro, da Instrução CVM 358/2002.

O objetivo da divulgação de Ato ou Fato Relevante é assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil e de forma eficiente, de todos os dados necessários para as suas decisões, a fim de impedir o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de capitais. Todos os Fatos Relevantes são disponibilizados no site da CVM, no site da Companhia e no portal de notícias do jornal Monitor Mercantil, no endereço <http://www.monitormercantil.com.br>.

Segundo a Política, e nos termos da Instrução CVM 358/2002, (a) Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais, acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; (b) empregados e executivos com acesso a informação relevante; e (c) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas, em especial sua subsidiária integral Padtec S.A. ("Padtec"), e nas Sociedades Coligadas com acesso à informação relevante e que tenham firmado o Termo de Adesão, terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado e (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com este na hipótese de descumprimento do dever de sigilo.

Nos termos da Instrução CVM 358/2002, em circunstâncias excepcionais, a Companhia poderá submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um Ato ou Fato Relevante, quando os Acionistas Controladores ou Administradores entenderem que tal divulgação colocaria em risco interesse legítimo da Companhia.

Como forma de preservar o sigilo das informações relevantes ainda não divulgadas ao mercado, os empregados e Administradores da Companhia se comprometem à manutenção da confidencialidade de informações sigilosas por meio da assinatura do Termo de Adesão à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Padtec Holding S.A. e do Termo de Recebimento e Compromisso do Código de Ética e Conduto. Ademais, sempre que a Companhia negocia ou contrata terceiros relativamente a assuntos confidenciais, busca incluir termos de confidencialidade nos respectivos contratos de prestadores de serviços ou terceiros pelos quais os mesmos estão obrigados a não divulgar quaisquer informações das quais venham a ter conhecimento e não estejam disponíveis ao mercado.

A Política está disponível no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (<http://www.padtec.com.br/>), em Governança Corporativa => Política e Códigos.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O Diretor de Relações com Investidores é o responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes.